

Vitor Amorim de Angelo

Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais – Área de concentração: Política.

Orientador

Prof. Dr. Marco Antonio Villa

Supervisor do estágio-sanduíche

Prof. Dr. Denis Rolland

Institut d'Études Politiques de Paris

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

A584dm

Angelo, Vitor Amorim de.

Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil / Vitor Amorim de Angelo. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

225 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Brasil - política e governo. 2. Democracia. 3. Brasil - transição política. 4. Partidos e organizações políticas. 5. Revolução. 6. Guerrilhas. I. Título.

CDD: 320.981 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO
VITOR AMORIM DE ANGELO
18/05/2011

Prof. Dr. Marco Antonio Villa
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Prof. Dr. Fernando Azevedo
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Prof. Dr. Roberto Grün
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Prof. Dr. Alberto Aggio
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca)

Prof. Dr. Carlos Fico
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

*Para Michelly, que me ajudou mais do que
consigo reconhecer com palavras;
para meus pais, Moacyr e Ana,
e meu irmão Rodolfo, pelo incentivo.*

Agradecimentos

Eu sempre brinco dizendo que resolvi fazer doutorado só para ter mais quatro anos de direito à meia entrada no cinema. Mas, na verdade, quando penso no tempo que esse trabalho me tomou e na quantidade de vezes que usufruí da minha condição de estudante para adquirir alguma “cultura” pagando menos por isso (as aspas são importantes para excluir filmes muito ruins que eu vi nesse período), tenho a leve impressão de que fiquei no prejuízo!

Alguém já disse, e estou plenamente de acordo, que o trabalho intelectual é essencialmente solitário, assim como o de um presidente da República, embora o seu ofício tenha mais poder e glamour que o meu, de pesquisador-estudante, que sempre impõe dificuldades adicionais para preencher cadastros no campo “profissão” e explicar para a família o que você realmente faz. Ainda assim, nos últimos quatro anos, investi muito da minha energia e do meu esforço nessa pesquisa, e se não fosse a presença sempre estimulante dos familiares e dos amigos, esse percurso teria sido mais difícil e menos prazeroso.

Agradeço a Michelly, minha colega de trabalho mais querida, por sua paciência, seu amor e seu companheirismo. Assim como no mestrado, ela ouviu tanto sobre coisas que desconhecia e ainda assim ficava orgulhosa de mim! Também agradeço o apoio, incentivo e carinho dos meus pais, Moacyr e Ana, e do meu irmão Rodolfo. Eles ficaram felizes por cada etapa do trabalho que ia sendo vencida, como se a tese também fosse deles. Meu pai e meu irmão, particularmente, foram assíduos leitores do que eu produzi nesses quatro anos. Minha sogra Tania e meus tios Evilásio e Juraci foram outros grandes incentivadores meus ao longo dessa jornada.

Fica também o registro do meu agradecimento aos amigos que me ajudaram de alguma forma em diferentes momentos: Glauco e Liliane, Marcô e Olíviá, Claudirene e Fábio,

Lígia, Olga, Lidiane, Graziella e Christian (além do mini-Gágá) e Adriana. Nos últimos tempos ainda tive a alegria de ter a amizade de Oscar e Vivian, Artur e Alline (e Davi, que nasceu junto com a tese!), Daniel e Letícia, além da atenção cuidadosa do Pr. Darcy.

Marco Antonio Villa, Fernando Azevedo, Roberto Grün, José Leonardo do Nascimento, Carlos Fico e Alberto Aggio, aos quais agradeço, discutiram comigo o trabalho na banca de qualificação e na de defesa. Suas críticas, suas sugestões e seus elogios serviram de estímulo para a conclusão da tese e ajudaram a melhorar vários pontos que temiam em permanecer um tanto obscuros.

Ao Villa agradeço pela orientação, pelas oportunidades profissionais, pelo prazer de sua convivência e pelo diálogo sempre aberto e respeitoso, além do estímulo nos momentos de dificuldade e cansaço.

Agradeço a Igor José de Renó Machado e Cibele Saliba Rizek por discutirem comigo o projeto de pesquisa. Cibele, em particular, foi uma interlocutora constante no início do trabalho. Vladimir Miotello foi um grande incentivador, desde o mestrado, e parceiro de boas conversas sobre vários assuntos.

No Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCar, onde ingressei em 2005, pude acompanhar o processo de mudança nas linhas de pesquisa, de separação entre as áreas e, finalmente, de divisão do próprio programa ao qual pertencço até hoje e do qual devo ser, provavelmente, um dos últimos titulados antes de sua passagem definitiva para os anais da universidade. Nesse percurso, um apoio constante foi o de Ana Maria Suficiel Bertolo, a quem renovo meus agradecimentos pela ajuda e pelo carinho.

A Elio Gaspari agradeço pela gentileza em me fornecer uma cópia do livro *A esquerda armada no Brasil*, extinto nas bibliotecas por onde passei. Algumas idéias apresentadas aqui foram desenvolvidas de modo embrionário em *Luta armada no Brasil*, publicado pela Claridade em 2009. Agradeço ao editor Marco Haurélio pelo esmero com que se ocupou da produção do livro.

Tive a oportunidade de fazer uma parte do doutorado na França, onde fui acolhido pelo Centre d'Histoire do Institut d'Études Politiques de Paris (SciencesPo) como pesquisador visitante, nos quadros do Programa Colégio Doutoral Franco-Brasileiro da CAPES. Denis Rolland, supervisor do estágio-sanduiche, foi extremamente acolhedor, e por intermédio seu pude desfrutar das condições necessárias para o pleno desenvolvimento do trabalho.

Agradeço também a Gabriela Costa de Beauregard, secretária do Centre d'Histoire, por pacientemente ter me ajudado nos primeiros encaminhamentos burocráticos, e a Jean-François Sirinelli, que dispensou alguns minutos preciosos de sua agenda para um brasileiro recém-chegado a Paris que não havia marcado um *rendez-vous*!

No Institut d'Hautes Études en Amérique latine da Université de Paris III-Sorbonne Nouvelle tive a chance de realizar, ao menos parcialmente, uma disciplina sobre a ditadura militar brasileira ministrada por Marcos Napolitano, a quem agradeço pela receptividade.

Na Université de Paris X-Nanterre contei com a presteza dos funcionários e a gentileza de Cécile Tardy, responsável pela seção de América Latina da Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine, que abriu arquivos ainda não catalogados para meu acesso a pedido de Denis Rolland. Angélica Müller, que me acompanhou nas primeiras consultas, também me apresentou o *crêpe* que fica perto da Sorbonne, onde voltei tantas vezes para reabastecer o corpo!

Agradeço enormemente a Danièle Le Galloudec, da Escola Doutoral de História do SciencesPo, por seu esforço em viabilizar um curso de francês para mim e discutir comigo as possibilidades de uma co-tutela, projeto contemplado pela bolsa CAPES, porém, frustrado pela burocracia e pelas datas.

Em Paris, conheci os queridos Lucas e Clara, amigos e irmãos, uai, cuja convivência tanto me alegrou. Agradeço a eles pela força e por dividir comigo e com Michelly as angústias, os pães de queijo, os cajuzinhos, os passeios e a emoção de ver a torre Eiffel dançando bem diante dos nossos olhos!

Nélio e Natasha, Hervé, Françoise e Amélia também foram muito atenciosos, contando curiosidades sobre a França, dividindo o vento cortante enquanto assistíamos a um monótono jogo de futebol, ajudando a resolver problemas domésticos, oferecendo pastel de nata, costurando roupas de frio que rasgavam justamente no inverno, entre tantas outras lembranças desse tempo bom que guardo comigo.

Agradeço à minha prima Sylvana por tirar uns dias de licença e enfrentar algumas horas de viagem para me receber no Charles de Gaulle. Depois de uma semana, quando eu vi seu trem partir da Gare de Lyon, me senti sozinho. Pelo menos Michelly não demorou tanto a chegar... e nesse meio tempo, Cristiná, minha querida professora de francês (“vous-êtes sourd ou quoi?!”), me ajudou mais do que ela pode imaginar. Os passeios com ela, Raquel e Sofia fizeram com que o tempo passasse mais depressa até que minha outra metade estivesse recomposta.

A dedicação integral à pesquisa e o estágio realizado na França só foram possíveis graças ao apoio financeiro do CNPq e da CAPES, a quem agradeço pelas bolsas.

Agradeço a Deus por ter renovado minha alegria a cada manhã, sobretudo no final.

Resumo

A tese discute a relação entre a ditadura militar e a esquerda armada brasileira nos anos 1960-70 e seus reflexos na memória social a respeito daquele período. A preparação do golpe de 1964 e a estruturação do regime militar freqüentemente são atribuídas à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que teria fundamentado racionalmente a ação e o pensamento dos militares brasileiros. Desse ponto de vista, a montagem de um eficiente aparato informativo-repressivo seria resultante das diretrizes da DSN. Porém, como o trabalho demonstra, a esquerda armada jamais representou uma ameaça concreta à ditadura. Usando precisamente a guerrilha como justificativa para o recrudescimento do regime, parte das Forças Armadas buscou se impor sobre as demais tendências militares. Mais tarde, quando a memória social acerca do período militar começou a ser construída, a esquerda armada apareceu como uma das responsáveis pelo fim da ditadura, quando se sabe que o regime foi quem se fortaleceu no combate à guerrilha. A criação, consolidação e reprodução desse e de outros mitos a respeito da antiga esquerda armada ocorreu durante a mobilização pela anistia, no final dos anos 1970, e nas *Diretas Já!*, na década seguinte, quando ex-guerrilheiros estiveram em contato com amplos setores da sociedade que se opunham à ditadura e lutavam pela volta da democracia.

Palavras-chaves: ditadura, esquerda, luta armada, memória social, revolução, democracia.

Abstract

The thesis discusses the relationship between the Brazilian's military dictatorship and the armed left in the years 1960-70 and its effects on the social memory about that period. The preparation of the 1964 coup and the structuring of the military regime are often attributed to the National Security Doctrine (DSN), which would have been the rational basis of the action and the thought of the Brazilian military. From this point of view, build an efficient information-repressive apparatus would result by the DSN's guidelines. However, as the thesis demonstrates, the armed left never represented a real threat to the dictatorship. Using precisely the guerrillas as a justification for the intensification of the regime, part of the Armed Forces tried to impose on other military trends. Later, when the social memory about the military period began to be built, the armed left appeared as responsible for the end of the dictatorship, when we know that the regime was the one who gained strength in the combating of guerrillas. The establishment, consolidation and reproduction of this and other myths about the old left armed occurred during the amnesty mobilization, in the late of the 1970's, and the *Diretas Já!*,

in the next decade, when the former guerrillas have been in contact with several sectors society that opposed the dictatorship and fought for the return of democracy.

Keywords: military dictatorship, left, armed struggle, social memory, revolution, democracy.

Résumé

La thèse aborde la relation entre la dictature militaire et la gauche armée brésilienne dans les années 1960-70 et ses réflexes sur la mémoire sociale de cette période. La préparation du coup d'État de 1964 et la structuration du régime militaire sont souvent attribués à la Doctrine de Sécurité Nationale (DSN), ce qui aurait motivé rationnellement l'action et la pensée des militaires brésiliens. De ce point de vue, la création d'un appareil informatif-répressif efficient serait le résultat des directrices de la DSN. Toutefois, comme démontre la thèse, la gauche armée n'a jamais représenté une véritable menace à la dictature. En utilisant précisément la guérilla comme une justification pour l'approfondissement du régime, une partie des Armées a cherché à s'imposer aux autres tendances militaires. Plus tard, quand la mémoire sociale de la période militaire a commencé à être construite, la gauche armée apparaît comme une des responsables de la chute de la dictature, quand on sait que c'est le régime qui s'est bénéficié de la lutte contre la guérilla. La création, la consolidation et la reproduction de ce mythe et d'autres encore de l'ancienne gauche armée est survenue lors de la mobilisation pour l'amnistie, à la fin des années 1970, et des *Diretas Já!*, et dans la décennie suivante, lorsque les ex-guérilleros se sont rapprochés de plusieurs secteurs de la société qui s'opposaient à la dictature et se sont battus pour le retour de la démocratie.

Mots-clés: dictature militaire, gauche, lutte armée, mémoire sociale, révolution, démocratie.

Sumário

Introdução	15
1. Democracia, golpes de Estado e revolução	25
Ditaduras e luta armada no Brasil e na América Latina	25
A utopia do <i>homem novo</i> e o exemplo revolucionário cubano	31
A politização da cultura nos anos 1960	36
A democracia brasileira antes do golpe e a derrota das <i>reformas de base</i>	38
2. Segurança interna e combate ao inimigo armado	43
Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional	43
A racionalidade da DSN	50
Montagem do aparelho informativo-repressivo	53
3. Uma repressão em busca de justificativa	59
Organizações que aderiram à luta armada	59
Escolha <i>versus</i> destino	64
Luta armada como pretexto para o aprofundamento da repressão	68
4. A abertura política do regime	79
Democracia <i>relativa</i> ou <i>forte</i>	79
A busca pelo sucessor	83
Linha-dura militar na berlinda	86
5. Raízes da distensão	91
Projeto <i>versus</i> processo	91
Defecções na base de apoio ao regime	94
O fracasso da “ditadura temporária”	100
6. Engenharia política a serviço da ditadura	107
Entre a liberalização e o autoritarismo	107

Ampliando a legitimidade da ditadura	110
Os casuísmos da Lei Falcão e do Pacote de Abril.....	112
Pluripartidarismo como estratégia para dividir a oposição	117
7. Os expurgos no campo oposicionista.....	123
A instituição do bipartidarismo e o surgimento do MDB	123
Conseqüências da militância política na vida cotidiana.....	127
8. Outras vozes de oposição à ditadura	133
A articulação política das oposições	133
Igreja Católica e a Comissão de Justiça e Paz	135
Entidades de representação profissional	139
Movimentos sociais, sindicatos e jornais alternativos	145
9. Mobilizações nacionais e de massa pela democracia.....	153
Anistia ampla, geral e irrestrita	153
Tribunal Russell e o papel atribuído aos ex-guerrilheiros	161
O envolvimento do PT na campanha das <i>Diretas Já!</i>	169
10. Esquerda armada e memória social.....	181
Releitura do passado pela ótica da democracia.....	181
Natureza e significado da luta armada	184
Teoria dos <i>dois demônios</i> e o mito da guerra revolucionária.....	189
Resistência democrática	193
A contribuição da guerrilha para o fim da ditadura	200
Considerações finais	205
Referências.....	211
Siglas e abreviaturas.....	223

Introdução

O golpe de março de 1964, que afastou do poder o presidente João Goulart e deu início à ditadura, acaba de completar 47 anos. Até o final de 2010, a data ainda fazia parte do calendário comemorativo do Exército¹. Porém, com a decisão das Forças Armadas de suspender qualquer festejo alusivo ao golpe, pela primeira vez desde 1965, quando a ditadura completou seu primeiro aniversário, com desfiles e missas em ação de graças pela *Revolução*, a derrubada de Jango deixou de ser comemorada oficialmente. Como os militares da ativa ficaram proibidos de realizar qualquer manifestação pública a respeito do 31 de março de 1964, coube aos oficiais da reserva, sobre os quais o Ministério da Defesa não tem poder de veto, a iniciativa de lembrar a “pronta ação” dos que “expuseram suas carreiras militares e até mesmo suas próprias vidas em defesa da democracia que hoje desfrutamos”². Em nota conjunta, os presidentes dos clubes militares lembraram que, em 1964, a intervenção das Forças Armadas encerrou um “estado de coisas patrocinado e incentivado pelo Governo, no qual se identificava o inequívoco propósito de estabelecer no país um regime ditatorial comunista, atrelado a ideologias antagônicas ao modo de ser do brasileiro”.

Também a Academia Brasileira de Defesa (ABD), criada em maio de 2010 reunindo civis e militares dispostos a “defender os princípios, os valores, as tradições e as instituições nacionais”³, emitiu um comunicado oficial recordando o “glorioso Movimento em defesa da

¹ *O Globo*, 31 de março de 2011.

² *31 de março de 1964 – 31 de março de 2011*. Documento da Comissão Interclubes Militares. Disponível em: www.clubemilitar.com.br. Acessado em: 01 de abril de 2011.

³ *Folder institucional da Academia Brasileira de Defesa*. Disponível em: www.defesa.org.br. Acessado em: 01 de abril de 2011.

Democracia, desencadeado pelo Povo Brasileiro em 1964”⁴. Usando argumentos muito semelhantes aos do documento assinado pelos clubes militares, a ABD ressaltou que, “apesar da retirada pelo Governo [Lula] do 31 de Março do calendário comemorativo nacional”, a deposição de João Goulart permanecerá na memória da sociedade como um “basta” das Forças Armadas “contra os desmandos e a ausência de autoridade que o próprio Governo instalado patrocinava, com o propósito de levar o País ao caos e ao descontrole institucional”. Repetindo o que fora dito pela Comissão Interclubes Militares, o comunicado da ABD destacou que, naquele momento da história brasileira, a “anarquia atendia à estratégia final que levaria à iminente instalação no País de um regime totalitário-sindicalista com inspiração bolchevista”.

Nos dois exemplos, podemos observar claramente o propósito de apresentar o golpe como uma intervenção que teria salvado o Brasil de uma ditadura revolucionária de esquerda, embora a deposição de João Goulart, feita em nome da democracia, tenha conduzido o país a um duradouro regime de exceção – um dos mais longos entre as ditaduras latino-americanas que surgiram na mesma época. Pensando na esquerda armada, que constituiu o principal *inimigo* do regime militar brasileiro, as pesquisas mais recentes têm ressaltado que os grupos que pegaram em armas nos anos 1960-70, diferente do que acabou se consolidando na memória social e mesmo na história, não tinham como objetivo o retorno à democracia pré-1964, mas a “destruição da ditadura militar e do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista, regida por uma *ditadura revolucionária*”⁵. A tese de que a esquerda armada fez parte da *resistência democrática* ao regime militar, portanto, seria produto de um intenso trabalho de memória visando utilizar politicamente o passado dos ex-guerrilheiros para legitimar posições assumidas por eles posteriormente, quando lutaram pela volta da democracia ao lado de setores da sociedade que, não obstante terem apoiado o golpe, também começavam a se afastar dos militares.

Embora seja correto afirmar que, em sua origem, a esquerda armada não lutava pelo regime democrático interrompido em 1964, a questão é que, historicamente falando, o que tivemos no Brasil foi uma ditadura de direita, não de esquerda. Portanto, é um equívoco prender-se àquilo que jamais ocorreu, como fez Leandro Narloch, que analisou qual seria o destino do Brasil caso a esquerda tivesse tomado o poder. Segundo ele, “basta olhar para os países comunistas de hoje para perceber o que os heróis da luta armada fariam com a

⁴ *O Movimento democrático de 1964 e a defesa da Pátria*. Documento da Academia Brasileira de Defesa. Disponível em www.defesa.org.br. Acessado em: 01 de abril de 2011.

⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 47. Grifo nosso.

gente”⁶. Com base nos exemplos de Cuba, da China e do Camboja, Narloch argumentou que “a Amazônia seria uma enorme prisão onde aliados incômodos e inimigos do regime fariam trabalho forçado”; que “estudantes arrastariam seus professores para fora da sala de aula e os linchariam, por acharem que eles representavam a velha cultura”; e que “cidadãos seriam executados depois de flagrados tentando fugir para o Paraguai”. A fim de saber quantos seriam mortos pela ditadura do proletariado no Brasil, o autor traçou um paralelo com a história cubana, chegando à soma de 88.410 assassinatos. Como sabemos que ditaduras ferozes como as que governaram a Argentina e o Chile no mesmo período provocaram, juntas, a morte de 30 a 40 mil opositores, a conclusão que resta da matemática de Narloch é elementar: se os guerrilheiros tivessem conquistado o poder, teríamos no Brasil uma ditadura de esquerda muito pior do que os regimes mais sangrentos da região.

É interessante recuperar a observação de Fernando Novais acerca das diferenças entre a história e outros campos do conhecimento, como a economia. Segundo ele, “nos Estados Unidos se faz *conter-factualhistory*, que em ciência é perfeitamente possível; é a chamada análise de cenários. Você imagina cenários para analisar um fenômeno”. No caso da história, entretanto, esse tipo de procedimento é “absolutamente impossível”, porque “não existe história que não aconteceu”⁷. Os que pegaram em armas nas décadas de 1960-70 para derrubar os militares realmente pretendiam tomar o poder e instalar uma ditadura do proletariado. Porém, as divisões dentro da esquerda brasileira, o aprofundamento da repressão, o refluxo dos movimentos de massa e o isolamento político-social da guerrilha não permitiram que as organizações armadas nem mesmo chegassem perto de concretizar seu objetivo principal. Nesse sentido, qualquer análise a respeito da luta armada no Brasil só pode levar em consideração os *reais objetivos* da esquerda revolucionária, como faremos, a fim de compará-los com as posições assumidas mais tarde no discurso e na prática dos ex-guerrilheiros, identificando suas inflexões políticas, as mudanças de opinião e as releituras acerca de seu próprio passado. Indo além, corremos o risco de fazermos análise de cenários, comparando uma ditadura que não houve com um regime de exceção do qual conhecemos bem os resultados.

Nosso objetivo neste trabalho é examinar a relação entre a ditadura militar e a esquerda armada no Brasil e seus desdobramentos na construção da memória social a respeito daquele período. Em geral, a preparação do golpe de 1964 e a estruturação do regime militar são apresentadas como tendo sido resultado de uma ação racional das Forças Armadas, com base

⁶ NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Leya, 2011, pp. 323-324.

⁷ NICOLETTI, Maria Aparecida Quesado et al. Entrevista com Fernando Antônio Novais. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, vol. 42, n. 2, junho de 2008, p. 22.

na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Diante da *ameaça comunista*, a DSN previa que o *inimigo interno* poderia estar por toda a parte, disfarçando-se de cidadão comum, numa guerra revolucionária não declarada que exigia a montagem de um eficiente aparato informativo-repressivo para identificar e reprimir os focos de *subversão* que comprometiam a consecução dos *objetivos nacionais*. Desse modo, do ponto de vista militar, a esquerda armada teria correspondido, na prática, ao *perigo vermelho* que a DSN anunciava teoricamente. Para a esquerda que pegou em armas, da mesma forma, a derrubada de Jango e o *fechamento* do regime, em 1968, materializava sua análise da conjuntura, confirmando o diagnóstico a respeito da realidade brasileira, da forma de luta mais adequada para tirar os militares do poder e das condições objetivas e subjetivas para fazer a revolução.

Pretendemos mostrar que a guerrilha, na verdade, jamais representou uma ameaça concreta para a ditadura, de modo que a repressão, inclusive pelos níveis alcançados no Brasil, não poderia ter sido uma simples resposta à luta armada. Vários autores já salientaram que, durante os *anos de chumbo*, foram os militares, e não os guerrilheiros, quem se fortaleceram, usando precisamente a luta armada como justificativa para o próprio recrudescimento da ditadura. “A quem interessava mais a guerrilha?”, indagou Florestan Fernandes num texto sobre a vida de Carlos Marighella, um dos mais conhecidos militantes da esquerda armada. “Exatamente à ditadura militar, porque graças a ela – que, afinal, não conseguiu ameaçar o regime – foi possível estender e aprofundar a repressão, intensificar a opressão e criar no Brasil uma situação catastrófica”⁸. Partindo dessa premissa, buscamos evidenciar que os rumos tomados pela ditadura, com o avanço crescente da repressão, atendeu a uma dinâmica interna das Forças Armadas envolvendo suas duas principais correntes militares. Nesse processo, as organizações armadas, que acreditavam ter na ditadura a confirmação de suas análises teóricas, involuntariamente acabaram servindo de pretexto para o aprofundamento do regime.

A guerrilha não apenas fracassou em seu objetivo inicial, que era tomar o poder e fazer a revolução, como, contraditoriamente, foi usada como justificativa para o recrudescimento da ditadura, permitindo que os militares se mantivessem por mais alguns anos ainda no poder sob a alegação de que era preciso combater o *perigo vermelho* – justamente o contrário do que desejavam os guerrilheiros ao seguirem para a luta armada. Mais tarde, curiosamente, na memória social construída durante o processo de abertura *lenta, gradual e segura* iniciado no governo Ernesto Geisel, uma engenhosa releitura do passado que envolveu os ex-guerrilheiros e amplos setores da sociedade que então faziam oposição ao regime reservou à antiga

⁸ FERNANDES, Florestan. O pensamento político de Carlos Marighella: a última fase. In: In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 220.

esquerda armada um espaço absolutamente distinto. Corajosos, destemidos, seus militantes teriam lutado não pela ditadura do proletariado, mas pela democracia, tendo ao seu lado, agindo em outras frentes, o conjunto da sociedade brasileira, num movimento de resistência em que os grupos armados teriam desempenhado um decisivo papel para o fim do regime, não para seu aprofundamento.

Nossa análise sobre a memória social a respeito da ditadura militar e da luta armada no Brasil foi circunscrita aos anos de 1979-85, período delimitado pela campanha da anistia e pelo movimento das *Diretas Já!*, que, segundo nosso ponto de vista, constituíram as duas únicas mobilizações *nacionais* e de *massa* em defesa da *democracia* – ambas decisivas para a produção de uma memória renovada sobre os anos anteriores. Discutimos a memória com base em sua inserção num campo de lutas e de relações de força que contemplou o “contínuo embate entre lembrança e esquecimento”⁹. Afinal, como presença ativa do passado, formadora de identidades e organizadora de práticas e discursos, a memória se manifesta tanto no ato de *lembrar* como de *esquecer*. Quando tratamos da memória social do período militar, devemos recordar que ela sempre combinou o esquecimento de alguns elementos com a lembrança de outros. A memória construída durante o processo de abertura, ao atribuir novos significados a um passado que ia sendo deixado para trás, conferiu um importante capital *simbólico* a certos setores da sociedade, como a antiga esquerda armada.

Por meio de operações psíquicas e intelectuais, a memória produz representações coletivas de mundo cujas imagens nunca são idênticas ao passado tal como ele ocorreu¹⁰. Contudo, reduzi-la às suas representações implicaria em privilegiar o que parece ser secundário, não atentando para o que é mais importante neste caso, que é a *luta pela memória*. Ainda que a identificação das representações seja fundamental para compreender a relação do presente com o passado, as *condições processuais de produção* dessas imagens nos permite verificar sob que condições certas imagens do passado, e não outras, foram produzidas. Na visão de Pierre Bourdieu, todo trabalho que se propõe a discutir a construção do mundo social deve não apenas considerar as representações criadas pelos “agentes” a respeito desse mundo social mas também sua contribuição para a construção da visão desse mundo. Em última análise, isso implica em refletir sobre seu papel na construção do próprio mundo social, seja impondo sua visão de mundo ou a visão de sua própria posição nesse mundo – resumindo, “a visão da sua identidade social”¹¹.

⁹ GONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera (Orgs.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 7.

¹⁰ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) *Usos & abusos da história oral*, 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 93-101.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 139.

Seguindo o caminho inverso, conforme ressaltado por Jô Gondar, corremos o risco de tomar “como dado justamente o que deveria ser explicado”¹², perdendo de vista questões fundamentais para a análise das representações, e, nesse sentido, da própria memória a que ela se refere:

Como foi que, em uma certa sociedade e em uma certa época, algumas forças se conjugaram para formar uma representação? A serviço de que interesses ou de que vontades ela teria se constituído? Que relações de poder fizeram com que algumas representações, e não outras, pudessem adquirir uma consistência crescente até se tornarem dominantes no campo social? Em suma: como e por que essas representações foram inventadas?

Todas essas perguntas orientaram a discussão a seguir, que privilegiou a memória em sua dimensão *política*, ou seja, em sua capacidade de produzir novas representações do passado para uso político da história. Jacy Alves de Seixas advertiu que tratar a história como “senhora da memória” implica em reconhecer que esta é mediada por aquela. A atenção é deslocada do caráter espontâneo da memória para as tentativas intencionais de reconstrução do passado, que freqüentemente visam responder a demandas políticas específicas do presente: “Nessa abordagem, a função da memória, potencializada particularmente nos momentos de crise e rupturas históricas, é a de servir à história”¹³. Apesar de a autora ter abordado a questão da memória pensando particularmente na construção engajada do passado por parte de setores outrora marginalizados, excluídos ou silenciados (o que, na prática, não difere muito do que foi a esquerda armada durante a ditadura), nosso propósito não é compreender a memória como um *contra-poder* que se opõe à história oficial, escrita à sombra da repressão¹⁴, mas a produção de *uma certa* memória específica que integrou politicamente a esquerda armada à nova conjuntura derivada de um momento específico de ruptura e mudança, que foi a abertura¹⁵.

¹² GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera (Orgs.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 23-24.

¹³ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.) *Memória e (re)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 39 e 42.

¹⁴ A reescrita da história da ditadura nos parece mais evidente nos últimos anos, num processo que, de certa maneira, vem oficializando a memória da esquerda armada construída ainda no período da abertura em diálogo com o restante do campo de oposição ao regime militar. Recentemente, Daniel Aarão Reis Filho, que participou da luta armada, observou essa passagem da memória à história e ofereceu uma explicação para o fenômeno, cuja confirmação ainda está por ser realizada: “Está em curso, sem dúvida, a elaboração de uma história oficial de esquerda, um gênero sempre criticado por estas mesmas esquerdas, mas agora retomado por elas, ou parte delas, uma vez entronizadas no poder” (REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 45, junho de 2010, p. 9).

¹⁵ Lembremos que não existe apenas *uma* memória coletiva, nem mesmo quando determinadas representações do

As datas mencionadas anteriormente, 1970 e 1985, demarcaram, em grande medida, a passagem da ditadura à democracia, com significativas transformações na vida política brasileira. Nesse contexto de mudança, em que foram revisitados determinados aspectos do passado recente do país, alguns de seus elementos constituintes acabaram sendo socialmente esquecidos, enquanto outros foram coletivamente lembrados, num processo que, no geral, logrou conferir à esquerda armada um papel que ela não teve efetivamente. Nossa preocupação não foi realizar uma *história social da memória*, segundo a proposta de François Dosse para responder ao momento memorativo atual, que, voltando-se *patologicamente* para o passado, seja no excesso de memória ou de esquecimento, transforma-o em nosso *horizonte de expectativas* (futuro), e não em nosso *espaço de experiência* (passado)¹⁶. Em outras palavras, ao discutir a memória social a respeito da ditadura e da luta armada no Brasil, não buscamos verificar o processo de consolidação, mudança e ressignificação do passado, em que este foi sendo visto de modo diferente de acordo com cada presente histórico. Nossa atenção foi direcionada para a compreensão dos meios pelos quais uma dada memória conseguiu se consolidar ainda no processo de abertura do regime, memória essa que foi, e continua sendo, objeto de intensas disputas.

Ao analisarmos os mitos criados em torno da luta armada, não nos preocupamos em discuti-los como se outros tantos não tivessem sido criados do lado da ditadura, começando por aquele segundo o qual a repressão foi uma necessidade decorrente da guerrilha. Reconhecendo que existem mitos acerca do que foi e do que representou o regime militar, deixamos sua análise para outros trabalhos. Desconsiderá-los ou minimizá-los, aqui, não deve, de modo algum, ser entendido como uma absolutização negativa da esquerda armada. Seu pensamento e sua ação, assim como do lado militar (e da direita, em geral), foi *histórico*, produto de nossa sociedade num determinado momento. Não podemos pensar a guerrilha dos anos 1960-70 desconectada dessa concretude, a exemplo do que fez Leandro Narloch, sob o risco de serem feitas críticas anacrônicas e pouco qualificadas.

Nossa intenção não foi atribuir *valor* à esquerda armada, embora, em algum nível, isso seja necessário no processo de pesquisa – ao menos para hierarquizar os dados, por exemplo. Portanto, não buscamos fazer um *juízo moral* da guerrilha, mas um *juízo histórico*¹⁷. Do ponto de vista moral, compartilhamos da idéia proposta por Vladimir Safatle de que toda a ação contra um Estado ilegal, como foi o caso da ditadura instalada em 1964, pode ser

passado são amplamente aceitas na sociedade (Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006). Se assim fosse, não haveria sentido falarmos em disputas pela memória.

¹⁶ DOSSE, François. Entre histoire et memoire: une histoire sociale de la memoire. *Raison présente*, Paris, septembre 1998, pp. 5-24.

¹⁷ Cf. VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

compreendida como uma ação legal, independente se seu objetivo vai muito além do que o simples desmonte deste regime de exceção¹⁸. Do ponto de vista histórico, contudo, restam algumas questões que permanecem e precisam ser respondidas: o que foi a luta armada efetivamente? Qual foi sua natureza? Qual foi seu sentido? Que papel ela teve durante a ditadura? Em que contribuiu para o fim do regime militar? Como ela passou a ser vista posteriormente? Quais os principais elementos dessa memória social? Que papel foi atribuído aos ex-guerrilheiros? Qual sua participação na formação dessa memória?

Como o próprio título do trabalho indica, a análise foi direcionada quase que exclusivamente para os militares e a esquerda armada, o que não deve ser visto como uma leitura polarizada da história política brasileira. Acreditar que o período 1964-85 girou em torno desses dois sujeitos, ou mesmo que esteve reduzido a eles, significaria, antes de tudo, considerá-los como blocos homogêneos, o que não foi verdade. Do lado da ditadura, basta lembrarmos a existência de correntes militares e as crises ocorridas entre elas; do lado da guerrilha, as divergências políticas entre os vários grupos armados e suas diferentes influências teóricas. Ao mesmo tempo, falamos em *vozes de oposição à ditadura* justamente porque existiram outras instituições e movimentos críticos do regime militar, embora deva ser sublinhado que a ditadura não se manteve isolada da sociedade, ao contrário do que também acabou sendo consolidado na memória social. Em síntese, o período para o qual nos voltamos neste trabalho é extremamente complexo para ficar reduzido apenas aos militares e à esquerda armada. Porém, acreditamos que revisitar o passado a partir dessa tensão entre a ditadura e a guerrilha pode ser bastante útil para entender o que aconteceu no final do regime no que diz respeito à construção da memória sobre os anos anteriores.

No *Capítulo 1*, situamos a ditadura e a luta armada no Brasil no contexto mais amplo da América Latina e da Guerra Fria, destacando as influências teóricas e políticas sobre a esquerda revolucionária, o processo de politização da cultura na década de 1960 e a intensa mobilização social em torno das reformas de base. No *Capítulo 2*, discutimos os fundamentos da DSN e sua suposta racionalidade, apresentando a estrutura do aparato informativo-repressivo montado pelos militares durante a ditadura. No *Capítulo 3*, tratamos das organizações que pegaram em armas nos anos 1960-70, ressaltando como e por que a guerrilha serviu de justificativa para o aumento da repressão. No *Capítulo 4*, apresentamos o pano de fundo histórico sobre o qual foi construída a memória social daquele período, abordando o projeto de distensão de Geisel e as articulações visando a eleição de seu sucessor, que completaria a transição da ditadura para o regime democrático. No *Capítulo 5*, discutimos

¹⁸ SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 237-252.

as origens do projeto de abertura e recuperamos o debate entre as duas principais correntes militares, estabelecendo as implicações da crise nas Forças Armadas para o *fechamento* do regime.

No *Capítulo 6*, examinamos os casuísmos político-eleitorais ocorridos durante o processo de distensão e a tentativa do regime em manter o controle sobre a abertura. No *Capítulo 7*, analisamos as cassações de mandatos e a suspensão de direitos políticos ocorridos durante a distensão, destacando as conseqüências da tomada de posição contra o a ditadura por parte de setores da oposição que não seguiram pelo caminho da guerrilha. No *Capítulo 8*, apresentamos o conjunto das oposições, indicando ainda a relação que se estabeleceu entre seus diversos setores. No *Capítulo 9*, examinamos os dois episódios principais – a luta pela anistia e a campanha das *Diretas Já!* – para a construção da memória social sobre a ditadura, revelando as relações estabelecidas entre as vozes de oposição ao regime e os que optaram pelo confronto armado. Por fim, no *Capítulo 10*, debatemos os mitos mais recorrentes a respeito da luta armada e de sua relação com a ditadura militar.

Capítulo 1

Democracia, golpes de Estado e revolução

Ditaduras e luta armada no Brasil e na América Latina

Durante a ditadura militar brasileira, uma parte da esquerda do país decidiu pegar em armas para combater o regime, conquistar o poder e fazer a revolução. Essa esquerda radicalizada, que surgiu no contraste com a linha política oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB), hegemônico no campo esquerdo até então, com grande influência nos sindicatos e movimentos sociais em geral, ficou conhecida pelo nome de *Nova Esquerda*¹. O surgimento de uma esquerda *revolucionária*² que considerava o caminho pacífico para a revolução uma alternativa ilusória, e que em razão disso não acreditava na eficácia de reformas no sistema, defendendo a destruição das instituições burguesas e a estratégia da luta armada para chegar ao poder, não foi uma característica essencialmente brasileira. Ela também esteve presente em outros países da região, embora com muitas diferenças quanto à

¹ “Nova Esquerda porque diferente. A diferença está no rompimento com os aspectos essenciais da política até então observada pelo PCB. Em lugar da conciliação e do entendimento com frações das classes dominantes, a desconfiança em relação às elites sociais e políticas, estabelecida como método, a denúncia da indissolúvel cumplicidade entre os ‘de cima’, a declaração de guerra à burguesia, suas instituições, partidos e políticos [...] Como consequência, a descrença no caminho pacífico, na possibilidade de reformas e a proposição da luta armada e da destruição das instituições burguesas, das formas de representação políticas tradicionais, do aparelho judiciário e das forças armadas” (REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.) *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 24-25). O adjetivo *radical* atribuído a essa esquerda deve ser compreendido a partir da relação que ela manteve com o PCB, que, comparativamente, mantinha posições mais moderadas desde o final da década de 1950.

² Empregamos a expressão *esquerda revolucionária* como sinônimo de *Nova Esquerda*, assim como fazem outros trabalhos. Não ignoramos, contudo, a disputa semântica com o PCB, alvo principal de suas críticas, como se este também não defendesse a revolução socialista. Durante a ditadura, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro *Revolucionário* (PCBR) adicionou esse adjetivo a seu nome claramente para indicar uma reconstrução do verdadeiro partido da classe trabalhadora distante do reformismo pecebista.

sua origem. Da mesma forma, o golpe e a ditadura não representaram uma particularidade do Brasil em relação a seus vizinhos, que conviveram com constantes interrupções da ordem legal e a formação de regimes de exceção.

A princípio, a seqüência de golpes de Estado poderia sugerir a existência de *um só processo* nos países que viveram sob ditaduras nas décadas de 1960-70, particularmente os do Cone Sul. É verdade que desde o fim dos anos 1950 oficiais latino-americanos tinham freqüentado cursos de especialização em academias militares internacionais, especialmente nas norte-americanas, o que contribuiu para a formação de laços de amizade e entendimento entre as Forças Armadas da região. Essa rede de contatos desdobrou-se, nos anos seguintes, em acordos e operações conjuntas. Disso resultou, por exemplo, a *Operação Condor*, uma aliança de cooperação estabelecida em meados da década de 1970, com o apoio dos Estados Unidos, entre as ditaduras da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai a fim de produzir, armazenar e compartilhar informações sobre seus opositores, unificando o trabalho de inteligência no intuito de eliminar pessoas ligadas à *subversão*, fosse dentro ou fora da área geográfica compreendida pelos países envolvidos no acordo³.

Entretanto, apesar das referências em comum, como o envolvimento dos EUA nas questões internas desses países e temor comum de que estivessem vivendo sob uma séria ameaça *subversiva* (no limite, comunista), o que existiu, na prática, foi tão somente uma *coincidência histórica*, e não um mesmo processo, com várias ditaduras sendo instaladas simultaneamente enquanto organizações de esquerda optavam pelo caminho armado – às vezes, como na Argentina, ainda no regime democrático⁴. Estabelecendo um paralelo com a conjuntura política recente, vemos que uma mesma coincidência histórica ocorreu na região na década de 2000, com a vitória eleitoral de candidatos esquerdistas como Hugo Chávez, na Venezuela; Lula, no Brasil; Néstor Kirchner, na Argentina; Tabaré Vázquez, no Uruguai; Evo Morales, na Bolívia; Michelle Bachelet, no Chile; e Rafael Correa, no Equador. Sua ascensão ao poder, embora mantenha alguma relação entre si, possui muitas especificidades, de modo

³ MARIANO, Nilson. *As garras do Condor*: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis: Vozes, 2003. 2007. Sobre a participação restrita do Brasil na Operação Condor, ver QUADRAT, Samantha Viz. O Brasil sob as asas do Condor. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.) *O golpe de 1964 e o regime militar*: novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCar, 2006, pp. 161-182.

⁴ Nesses casos, a principal consequência foi justamente reforçar a certeza de que a *subversão* constituía uma ameaça concreta à ordem e à paz social. Porém, como demonstra o caso argentino, a ditadura não foi apenas uma resposta à guerrilha, já derrotada quando veio o golpe, em 1976, mas resultado de uma percepção generalizada nas Forças Armadas de que era necessário transformar todas as esferas da vida nacional (Cf. NOVARRO, Marcos, PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina (1976-1983)*: do golpe de Estado à restauração democrática. São Paulo: EDUSP, 2007). Essa foi, aliás, uma das singularidades das ditaduras latino-americanas dos anos 1960-1970.

que afirmar que fizeram parte de um só processo seria um exagero semelhante a atribuir tal característica às ditaduras dos anos 1960-70⁵.

Para compreender melhor a ditadura brasileira e a oposição armada que ela enfrentou, vejamos alguns aspectos da história latino-americana, a fim de destacar certos elementos que ajudaram a emoldurar o contexto no qual os militares chegaram ao poder e parte da esquerda pegou em armas. Ainda nos anos 1940, passada a breve euforia democrática vivida no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, vários países da América Latina começaram a ser governados por regimes autoritários constituídos a partir de golpes, quase sempre com o apoio dos EUA, que muitas vezes utilizavam a recém-criada Organização dos Estados Americanos para legitimar as intervenções⁶. A preocupação norte-americana em garantir uma estabilidade política favorável a seus interesses aumentou depois de 1948, quando, num contexto de redefinição das relações internacionais, em que o ambiente favorável à democracia foi sendo substituído pela defesa irrestrita da ordem estabelecida, vários golpes de estado ocorreram na região. Somente entre 1948-55, Venezuela, Peru, Haiti, Guatemala, Colômbia e Argentina passaram a ser governados por ditaduras, após diferentes experiências democráticas, juntando-se a países que já viviam sob regimes autoritários e onde novos golpes (El Salvador, Nicarágua, Cuba e Honduras) ou eleições fraudulentas e não competitivas (República Dominicana e Paraguai) nada mais fizeram do que lhes dar prosseguimento.

Por exemplo, o anticomunismo cada vez mais exacerbado, próprio desse momento, traduziu-se não apenas, ao nível do pensamento, na formação de representações, imagens e idéias a respeito do *perigo vermelho*, mas também em ações concretas, como a proscrição de partidos comunistas e sua destituição de governos em vários países⁷. No Chile, o presidente Gabriel González Videla, eleito em 1946 pelo Partido Radical em aliança com os comunistas, que tinham, inclusive, três ministérios no governo, distanciou-se progressivamente de seus apoiadores, em meio a um quadro de intensa agitação política e social. Em meados de 1948, sob pressão dos EUA, o Parlamento chileno aprovou uma lei em favor da democracia que, entre outras coisas, relegou o Partido Comunista para a ilegalidade – a legenda havia conquistado quase 20% dos votos nas eleições municipais do ano anterior, evidência de sua força político-eleitoral.

⁵ Para uma análise comparada sobre os governos esquerdistas na região no final do século XX e suas diferenças, ver MANERO, Edgardo. *Amérique latine, des gauches qui bifurquent? Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, juin 2010, pp. 1-19.

⁶ Os dados a seguir, salvo quando indicado, estão em DABÈNE, Olivier. *América Latina no Século XX*. Porto Alegre: PUC-RS, 2003.

⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

No Brasil, o PCB não teve um destino diferente. De volta à legalidade em 1945, após o Estado Novo, os comunistas elegeram 14 deputados federais e um senador – Luís Carlos Prestes⁸. Dois anos depois, obteve 5% das cadeiras em disputa nas assembleias estaduais de todo o país, elegendo 46 parlamentares, sendo que na eleição suplementar para a Câmara dos Deputados, no mesmo ano, ainda elegeu mais dois comunistas – Pedro Pomar e Diógenes Arruda – que tinham se candidatado por outro partido. Assim como o Partido Comunista chileno, o PCB tinha uma densidade político-eleitoral nada desprezível quando foi vítima das circunstâncias nacionais e internacionais. Em maio de 1947, a Justiça Eleitoral aprovou, por 3 votos a 2, uma ação que pedia a proscrição do PCB. Curiosamente, nas teses para seu IV Congresso, lançadas em março, o partido dizia não acreditar numa ameaça fascista nem autoritária. Em janeiro de 1948, uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, retroagindo em seus efeitos, cassou os mandatos de parlamentares eleitos pelo PCB em 1945 e 1947, quando o partido possuía registro eleitoral.

A guinada autoritária iniciada em 1948 em vários países perdeu seu impulso no final dos anos 1950, sem nem mesmo chegar a se traduzir, no caso do Brasil, em golpes de estado, apesar das graves crises institucionais de 1954, 1955, 1961⁹. O país foi uma das poucas exceções na América Latina, prevalecendo, em vez de governos autoritários, uma democracia incipiente marcada pela herança político-ideológica estadonovista; por um exacerbado anticomunismo, evidente, sobretudo, em momentos de maior influência da esquerda; e pelo conservadorismo político-social de setores da sociedade brasileira, incluindo as Forças Armadas. No início da década seguinte, contudo, a região passou por vários *golpes preventivos*, em parte relacionados aos efeitos da Revolução Cubana, da qual falaremos adiante, e em parte às tensões provocadas pelas iniciativas reformistas surgidas em vários países. Foi o que ocorreu no Brasil com a deposição de João Goulart, por exemplo. Em alguns casos, como na Argentina, a derrubada de Arturo Frondizi, em 1962, inaugurou uma seqüência de golpes de estado que marcariam os anos seguintes – novas interrupções da ordem constitucional argentina ocorreram em 1966, 1970, 1973 e 1976¹⁰.

Entre 1968-73, por outro lado, alguns países passaram por breves experiências de reformismo militar, como Bolívia e Peru, ou de governos de esquerda, caso do Chile, logo interrompidas por novos golpes de estado. Do ponto de vista internacional, esse período

⁸ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

⁹ Para uma análise das crises no período, ver FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 301-342.

¹⁰ NOVARRO e PALERMO, 2007.

evoluiu sob alguma estabilidade nas relações entre os EUA e a União Soviética (numa espécie de *paz fria*¹¹), após o delicado episódio dos mísseis instalados em Cuba, no início da década de 1960; e o envolvimento direto dos norte-americanos na guerra do Vietnã, o que ajuda a explicar a pouca atenção dispensada à América Latina, abrindo caminho para governos daquele tipo. Nos anos anteriores, os EUA tiveram uma postura ambígua, apoiando a democratização da região através da *Aliança para o Progresso* ao mesmo tempo em que mostravam simpatia ou davam suporte político-militar aos golpes preventivos contra governos constitucionais – no Brasil, por exemplo, a deposição de Jango contou com o auxílio da *Operação Brother Sam*¹².

O golpe de estado na Bolívia, em 1971, que levou o coronel Hugo Bánzer ao poder, encerrando o reformismo militar do general Juan José Torres, foi o prenúncio de uma nova guinada autoritária na América Latina, porém, em níveis mais profundos que o ciclo dos anos 1940-50. Olivier Dabène definiu da seguinte maneira os regimes instalados naquela década a partir de golpes:

As ditaduras militares dos anos setenta foram excepcionais pela amplitude da repressão que exerceram e, também, por instalarem-se em países como o Chile e o Uruguai, que pareciam estar protegidos contra o vírus do militarismo. Finalmente, sobretudo, porque seus objetivos eram surpreendentemente ambiciosos. Já não se tratava de corrigir os resultados de uma eleição ou de afastar do poder alguém indesejável, senão, nem mais nem menos, de reformar toda a sociedade, com o fim de erradicar completa e definitivamente qualquer risco de reformismo de esquerda¹³.

No Uruguai, país mencionado por Dabène, o presidente civil Juan Maria Bordaberry, eleito nas urnas em 1972, deu um auto-golpe com o apoio das Forças Armadas em junho do ano seguinte, passando a governar de modo colegiado com os militares, que eram os que efetivamente exerciam o poder. Com o país sob Estado de sítio, os partidos de esquerda foram declarados ilegais e seus dirigentes, presos, como parte das ações de combate à *subversão*, especialmente contra a guerrilha dos *Tupamaros*. Em 1975, o Peru é quem foi vítima de um golpe de estado, com a derrubada do militarismo reformista do general Juan Velasco Alvarado. Em seu governo, o ditador Francisco Bermudez dedicou-se a dismantelar toda a estrutura que tinha sustentado a *revolução humanista* de Velasco, a exemplo do Equador, onde

¹¹ A expressão é de HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. XXX.

¹² Ver FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹³ DABÈNE, 2003, p. 208.

a ditadura instalada em 1976 seguiu por um caminho oposto ao reformismo dos anos 1972-75. O Chile, também mencionado por Dabène, diferenciou-se de seus vizinhos por ter vivido uma breve experiência de governo de esquerda, com a vitória de Salvador Allende na eleição presidencial de 1970. O isolamento da *Unidade Popular*, numa conjuntura de tensionamento das forças políticas chilenas, levou à derrubada de seu governo, em setembro de 1973.

Em resumo, a existência de governos autoritários não representou uma novidade no cenário político latino-americano a partir de 1945. O Brasil, ao contrário, parece ter sido uma das raras exceções, junto com o Uruguai e o Chile, países que tiveram experiências democráticas duradouras. Nas décadas de 1960-70, porém, uma seqüência de golpes de estado logrou transformar vários governos da região em ditaduras. Em inícios de 1976, por exemplo, todo o Cone Sul era dominado por regimes militares: Argentina, Brasil (já em processo de distensão), Chile, Uruguai e Paraguai – este, governado pelo general Alfredo Stroessner desde 1954. Ampliando a observação para além do Cone Sul, veremos que também o Peru, a Bolívia e o Equador viviam sob ditaduras naquele momento. No final dos anos 1970, $\frac{2}{3}$ dos cerca de 400 milhões de habitantes da América Latina eram governados por regimes autoritários¹⁴. Apesar disso, os governos da região parecem ter constituído muito mais uma coincidência histórica do que propriamente o resultado de um só processo, visto que os fatores que os separavam (as questões internas de cada país) foram mais determinantes que os elementos que os uniam (no caso, as referências internacionais, principalmente a influência do imperialismo norte-americano).

Retomando o que dissemos no início, durante a ditadura brasileira, uma parte radicalizada da esquerda do país decidiu seguir pelo caminho da luta armada, enfrentando abertamente as forças de segurança do regime nas cidades e no campo. A exemplo da ditadura, a opção pela guerrilha também não foi uma característica essencialmente brasileira, estando presente em outros países, como Uruguai, com os já citados *Tupamaros*; Chile, com o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR); Bolívia, com o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN); e Argentina, com os *Montoneros* e o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP). Assim como os regimes militares, as organizações armadas também tiveram histórias distintas. Embora a maioria se inspirasse no marxismo e suas variantes, havia casos como os dos *Montoneros*, com origem na direita nacionalista e em grupos cristãos, tendo, inclusive, influência política em alguns governos democráticos, como o de Héctor Campora, quando

¹⁴ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 14-42.

“ocuparam o Ministério do Interior e marcaram presença no Ministério da Educação, no de Relações Exteriores e, sobretudo, no governo da província de Buenos Aires”¹⁵.

Alguns grupos armados iniciaram as primeiras ações guerrilheiras antes que ditaduras fossem instaladas em seus respectivos países, enquanto outros deflagraram a luta armada somente após o golpe de estado – este foi o caso do Brasil, embora, aqui, já se falasse concretamente na tomada do poder pela força das armas antes mesmo de 1964, quando o país ainda vivia sob um regime constitucional. De qualquer modo, a maioria, senão a totalidade, dessas organizações inspirou-se no exemplo da Revolução Cubana e na idéia de construção do *homem novo*. Do ponto de vista revolucionário, a libertação do mundo e do sujeito eram vistos como processos mutuamente dependentes. No discurso daquelas organizações, a mudança do mundo, a superação do capitalismo e sua substituição por um novo sistema em que não existisse mais a instituição da propriedade privada e onde prevalecessem valores como igualdade e justiça social dependiam da criação desse homem novo. Era uma utopia que materializava os fatores subjetivos presentes no pensamento da esquerda revolucionária (as chamadas *condições subjetivas* da revolução), como consciência e moral¹⁶.

A utopia do *homem novo* e o exemplo revolucionário cubano

Originalmente, a idéia do homem novo remetia aos escritos paulinos sobre a morte do velho homem, indicando a possibilidade de, em Cristo, nascer de novo e deixar para trás uma vida degenerada pelo pecado¹⁷. Assim, do ponto de vista cristão, o novo nascimento representava um ato definitivo pelo qual o velho homem, morto, seria substituído pelo novo, com toda a potencialidade que o nascimento abria em direção ao futuro, incluindo a própria salvação. Mas a utopia do homem novo também tinha um sentido coletivo, uma vez que os homens regenerados, unidos uns aos outros na figura de Cristo, seriam expressão de uma nova humanidade. Hugo Vezzetti destaca o fato de que na Argentina existiu uma complexa associação entre política, morte e moral nos anos 1960-70, vinculando-se cristianismo revolucionário à luta armada: “um contingente importante do guevarismo latino-americano proveio dos que tomaram o fuzil em nome de Cristo”¹⁸. Ao contrário do que ocorreu no Brasil, onde também havia um grupo armado de origem cristã, a Ação Popular (AP), naquele

¹⁵ FAUSTO, Boris, DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 446.

¹⁶ VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

¹⁷ Essa idéia é claramente afirmada em II Coríntios 5:17, quando Paulo diz que “se alguém está em Cristo, nova criatura é; as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo” (ALMEIDA, João Ferreira de Almeida (Trad.) *A Bíblia Sagrada: velho testamento e novo testamento*. São Paulo: Hagnos; Rio de Janeiro: JUERP, 2002, Novo Testamento, p. 182).

¹⁸ VEZZETTI, 2009, p. 154. Tradução livre do espanhol.

país, a morte do herói combatente na luta pela libertação do mundo, em associação com o elemento religioso, era celebrada como virtude, cujo exemplo maior foi a imagem do cadáver jacente de Ernesto *Che* Guevara, tantas vezes comparada à iconografia da Paixão de Cristo.

A utopia do homem novo perdeu seu significado essencialmente cristão quando, de uma perspectiva laica, aberta pela Revolução Francesa, ela passou a remeter à crença moderna de que o homem poderia transformar a si mesmo. Nesse momento, consolidou-se a visão de que toda a história anterior seria apenas uma seqüência de corrupção e degeneração humana (de pecado, na versão religiosa), cuja continuidade precisava ser alterada. Conseqüentemente, a “sensibilidade revolucionária”¹⁹ que nasceu no final do século XVIII buscou situar-se em outro tempo, um tempo de mudança, marcado pelo desejo de ruptura da ordem, de transformação da história degenerada. A revolução, mais do que uma *tarefa*, assumiu a condição de *força criadora*, que impulsionava para um futuro glorioso.

A impossibilidade de que homens degenerados pudessem transformar suas próprias instituições ou, dito de outro modo, de que homens pudessem se tornar novos sem que suas instituições fossem regeneradas previamente, alimentou a impaciência jacobina, nascida da lentidão do processo de mudança. Para os revolucionários radicais, ao invés de práticas pedagógicas e políticas, de educação e reformas, era o povo quem deveria recuperar sua força através da ruptura violenta da ordem. Essa é a origem laica da idéia do homem novo, utopia que se projetou sobre as experiências revolucionárias latino-americanas no século XX, porém, ligada a outros elementos, como o *humanismo marxista*, que conferia um papel central ao indivíduo na construção de um mundo novo, e modificada pela teoria do foco revolucionário (*foquismo*), que, no fundamental, dissociou o *terror* da *razão*²⁰, elevando a violência à categoria de “instrumento que por si mesmo é capaz de engendrar um mundo e um sujeito”²¹.

¹⁹ VEZZETTI, 2009, p. 175. Tradução livre do espanhol.

²⁰ O autor fala em *terror* porque as ações dos grupos revolucionários argentinos, que ele tomou como referência, constituíram formas de *terrorismo*, e não de *guerrilha*, em sua opinião. Segundo Vezzetti (*Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002), o terrorismo consistiria em atividades como seqüestros, assaltos, atentados e assassinatos, estando à disposição para usos diversos, sem ter, necessariamente, algum tipo de conteúdo ideológico – o autor recorda que na Argentina o terrorismo foi usado pela direita fascista, por movimentos nacionalistas e pela esquerda marxista. Diferentemente, a guerrilha seria um modo específico de fazer a guerra, assumindo posição de retaguarda em relação às forças de segurança oficiais; ou uma ação de resistência diante da ocupação de um exército estrangeiro; ou ainda uma prática de um pequeno agrupamento armado estabelecido na zona rural com o objetivo de formar um exército popular. A distinção é importante, segundo Vezzetti, para não se confundir ações terroristas que aconteceram na Argentina nos anos 1960-70 com práticas guerrilheiras de sucesso que existiram na América Latina, como em Cuba e na Nicarágua. No caso do Brasil, entendemos que a definição e a distinção propostas pelo autor são problemáticas por vários motivos: 1) aqui, as ações classificadas por ele como terroristas foram praticadas essencialmente pela esquerda (à exceção dos episódios de *terrorismo de direita* ocorridos a partir de 1974), enfraquecendo a idéia de que esse seria um método disponível a grupos e movimentos ideologicamente vazios ou antagônicos; 2) além disso, todas as organizações que pegaram em armas foram influenciadas pelo exemplo *guerrilheiro* do foco revolucionário cubano, tornando difícil falar em terrorismo; 3) terrorismo também é freqüentemente associado a ataques aleatórios direcionados contra militares e civis, ou seja, pessoas que não tem nenhuma ligação orgânica com o regime que se quer combater, o que não fez parte da tática da esquerda revolucionária brasileira; 4)

Outro fator de inspiração para as organizações armadas dos anos 1960-70 foi o exemplo trazido pela Revolução Cubana, em 1959, que teve um impacto determinante para a esquerda latino-americana, incluindo o Brasil, onde sua influência se traduziu de diferentes maneiras: no fortalecimento das bandeiras do socialismo e do antiburocratismo, ajudando a Nova Esquerda a definir seus programas ao mesmo tempo em que se diferenciava do PCB; no debate político-ideológico dentro das organizações armadas a respeito do encaminhamento de suas ações estratégicas e da adaptação do foquismo à realidade brasileira; e, mais concretamente, no envio de militantes a Cuba para fazerem o treinamento guerrilheiro²². Analisando o impacto da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira, Emir Sader destacou ainda outros tipos de influência do regime castrista: atualização da revolução, até então um fenômeno exemplificado pelo caso soviético, já distante no tempo; legitimação da heterodoxia político-ideológica, com um movimento assumindo a liderança do processo revolucionário, ao invés do Partido Comunista; articulação entre antiimperialismo e anticapitalismo, traduzidos no combate aos EUA; escolha da guerra de guerrilhas como estratégia para chegar ao poder; manifestação de solidariedade internacional, fosse na fase anterior à tomada do poder, na preparação da guerrilha, fosse posteriormente, na exportação da revolução; formação de um *ethos* revolucionário ligado ao sacrifício da própria vida; e ênfase no papel da vanguarda revolucionária²³.

Os aspectos factuais da Revolução Cubana já são suficientemente conhecidos, de modo que não há necessidade de recuperá-los aqui. Direcionaremos nossa atenção aos elementos mais importantes para compreender a influência que ela exerceu sobre a esquerda brasileira. A revolução consistiu num movimento político que derrubou o ditador Fulgêncio Batista, cujo governo era apoiado pelos EUA, que tinham muitos interesses econômicos em Cuba. A oposição armada ao governo cubano, liderada, entre outros, por Fidel Castro, seu irmão Raul, Che Guevara e Camilo Cienfuegos, adotou a tática da guerra de guerrilha, dentro de uma concepção foquista segundo a qual um pequeno agrupamento revolucionário poderia, a partir do zero, deflagrar a luta armada, mobilizando as massas populares. Essa teoria deu

finalmente, terrorismo foi o termo largamente utilizado pela ditadura para qualificar as ações dos grupos armados, estando, portanto, carregado de um sentido político que tende a legitimar as interpretações mais conservadoras sobre aquele período. Em virtude disso, usaremos sempre a expressão *guerrilha* para nos referirmos à esquerda armada, embora deva ficar claro que no Brasil a guerrilha não chegou nem próxima de ser o que foi e representou em Cuba e na Nicarágua, como veremos no *Capítulo 3*. Não obstante, devemos acrescentar ainda que o termo *terrorismo* foi empregado por integrantes da própria esquerda revolucionária brasileira para se referirem às suas atividades (Cf. MARIGHELA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*, 2ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim, s.d.)

²¹ VEZZETTI, 2009, p. 179. Tradução livre do espanhol.

²² SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

²³ SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na esquerda brasileira. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Orgs.) *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 157-183.

origem a um dos principais mitos a respeito da experiência cubana, tendo em vista que o *Movimento 26 de Julho*, fundado por Fidel e seus companheiros, contou com uma população já mobilizada, ainda que de modo incipiente, contra o governo de Batista, não sendo a ação dos revolucionários, portanto, um trabalho iniciado a partir do nada – como se tentou fazer crer para a esquerda latino-americana, até mesmo para conferir algum capital *político* aos revolucionários cubanos²⁴.

Da fuga de Batista para o exílio, no final de 1958, resultou um vazio político preenchido pelo governo colegiado do qual fizeram parte vários integrantes do movimento revolucionário. Aos poucos, desenvolveu-se o que Olivier Dabène chamou de “grande incompreensão mútua”²⁵ entre os governos de Cuba e dos EUA, começando pelas execuções sumárias contra os *inimigos da revolução*, passando pelas acusações de que Fidel seria comunista, até chegar às tensões provocadas pela aproximação entre Cuba e União Soviética. O anúncio da reforma agrária, em maio de 1959, proibindo o acesso à terra por parte de estrangeiros, o que prejudicou particularmente as companhias norte-americanas de cana-de-açúcar, acentuou as críticas dos EUA. No contexto da Guerra Fria, a crise com os norte-americanos aproximou a União Soviética de Cuba, cuja revolução era essencialmente de libertação nacional, contra o antiimperialismo estadunidense, a quem se imputava parte dos problemas do país. A declaração do caráter socialista da revolução cubana, feita em 1961, nada mais seria do que uma resposta *a posteriori* de um projeto de reformas que não encontrou apoio no governo norte-americano, afastando Cuba do pólo ocidental-capitalista²⁶.

A Revolução Cubana, portanto, ofereceu uma série de elementos que inspiraram a esquerda latino-americana: guerra de guerrilhas a partir do campo, luta antiimperialista, inexistência de um partido dirigindo o processo revolucionário, revolução diretamente socialista e possibilidade de que a ação de um pequeno agrupamento pudesse desencadear a revolução. O caso da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi um bom exemplo de como se deu a influência de Cuba sobre a esquerda brasileira²⁷. A ALN foi uma organização armada com origens no PCB criada no início de 1968, ainda sob o nome de *Agrupamento Comunista de São Paulo*, por integrantes da antiga *Corrente Revolucionária* pecebista, cujo líder era Carlos Marighella. Em julho de 1967, Marighella, dirigente do PCB em São Paulo, viajou para Cuba a fim de participar da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). O evento tinha o objetivo de unificar as esquerdas do continente dentro de uma perspectiva

²⁴ Sobre a Revolução Cubana, ver MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

²⁵ DABÈNE, 2003, p.160.

²⁶ MONIZ BANDEIRA, 1998.

²⁷ Para uma análise detalhada sobre outras organizações influenciadas pela experiência cubana, ver SALES, 2007.

revolucionária oposta à do PCB, motivo pelo qual os comunistas não participaram oficialmente da OLAS²⁸. Nesse sentido, a presença de Marighella em Cuba estava em plena contradição com as orientações do PCB, cujo Comitê Central, reunido em setembro daquele ano, decidiu pela expulsão de Marighella, que retornou de Havana apenas em dezembro, sem ter podido se defender pessoalmente das acusações.

A retomada de sua militância política, que culminaria na formação da ALN, na definição do programa da Ação Libertadora Nacional e no início de suas ações armadas, revelou o impacto da Revolução Cubana sobre Marighella, tomado aqui como exemplo significativo do que aconteceu com a Nova Esquerda. Em geral, a influência de Cuba foi traduzida menos como cópia mecânica e mais como uma tentativa de avaliar, discutir e adaptar aquela experiência à realidade brasileira²⁹. No caso de Marighella, a principal mudança em sua concepção revolucionária foi passar a ver a guerrilha como única forma de luta contra a ditadura e instrumento privilegiado para desencadear a consciência revolucionária no Brasil, aspectos típicos do foquismo. Acreditando que a realidade brasileira tinha muitas semelhanças com o contexto pré-revolucionário em Cuba, caracterizado pela influência do imperialismo norte-americano sobre a produção, o meio político e militar, problemas no campo e miséria das massas populares, Marighella deixou de conferir à guerrilha o papel de simples atividade acessória, passando a tratá-la como a própria vanguarda revolucionária. Dessa forma, o partido ficava submetido a ela, e não o contrário, predominando o fator militar sobre o componente político. A divisa da ALN – “a ação faz a vanguarda”³⁰ – expressava justamente a crítica da Nova Esquerda ao modelo burocrático representado pelo PCB e sua aversão ao que se chamou de *teoricismo*, com discussões infundáveis que retardavam o início das ações efetivas.

A adaptação das idéias cubanas feita por Marighella levou em consideração as particularidades da geografia brasileira, da derrota de Che Guevara e Régis Debray – autor do famoso livro *Revolução na revolução* – na guerrilha boliviana e de outras tentativas menores de implantação fracassada de focos revolucionários. Em sua visão, todos esses fatores teriam abalado a validade do foquismo e exigido correções em suas idéias principais, o que o líder da ALN fez acrescentando elementos da estratégia revolucionária da China e Argélia e dos escritos de Georges Sorel (*Réflexions sur la violence*) e Franz Fanon (*Os condenados da terra*) sobre a legitimidade do uso da violência, além das lições tiradas da derrota da guerrilha

²⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

²⁹ SALES, 2007.

³⁰ *O papel da ação revolucionária na organização*. Documento citado em REIS FILHO e SÁ, 2006, pp. 265-266.

do Caparaó, lançada ainda no início da ditadura, com o apoio de Cuba, pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), ligado ao ex-governador gaúcho Leonel Brizola³¹.

Havia, portanto, diferenças na concepção de guerrilha segundo a teoria foquista e a ALN. Para esta, a guerrilha tinha que ser móvel, atacar em locais diferentes e não se fixar num ponto do território, como em Cuba, onde esteve limitada essencialmente à *Sierra Maestra*. Ao mesmo tempo, valorizava-se a guerrilha urbana e o terrorismo como formas de luta política, com o objetivo de propagandear a revolução, o que não existia na teoria de Che Guevara e Debray. A ALN também tratava a revolução de maneira diferente de Cuba. Ao invés de um processo imediatamente socialista, ela teria duas etapas, numa concepção que, se guardava alguma semelhança com o *etapismo* pecebista (cuja visão de revolução considerava uma primeira fase *nacional-democrática* e outra propriamente *socialista*), diferenciava-se do PCB por sua radicalidade. De qualquer forma, apesar dos esforços para adaptar a experiência cubana às particularidades do Brasil, podemos dizer, como Jean Rodrigues Sales destacou, que “as diferenças em relação ao foquismo são secundárias, não passando de aspectos táticos necessários diante da realidade geográfica e política brasileira”³².

A politização da cultura nos anos 1960

Falando especificamente do Brasil, a chegada das Forças Armadas ao poder e o desencadeamento da guerrilha ocorreram, ambos, numa conjuntura muito particular tanto interna como externamente. A década de 1960, possivelmente, representou o momento de maior inflexão na história do século XX, com grande influência em todos os campos, da política à cultura, da economia à sociedade. Nesse sentido, é fundamental observar alguns fatores presentes nesse momento que alimentaram as esperanças da Nova Esquerda com respeito à revolução brasileira, permitindo que seus integrantes vislumbrassem na luta armada o (único) caminho para uma transformação profunda da sociedade. Sob o signo da rebeldia contra a ordem estabelecida e do desejo de uma revolução social, a cultura, a política e a intelectualidade estiveram imbricadas de maneira, talvez, inédita dentro de uma perspectiva revolucionária³³. Em meio à Guerra Fria e à divisão bipolar do mundo, organizações e movimentos de esquerda passaram a contestar o burocratismo e o teorismo característicos da esquerda tradicional, valorizando sobremaneira a ação de seus militantes, cujos esforços deveriam ser direcionados para a construção do homem novo, do qual falamos há pouco. O

³¹ SALES, 2007.

³² SALES, 2007, p. 73.

³³ RIDENTI, Marcelo. Cultura e política nos anos 1960-70 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a, pp. 135-166.

voluntarismo da ação militante foi contraposta à incapacidade dos partidos em responder as exigências por mudança.

No Brasil, a utopia do homem novo se materializou de maneira particular, invertendo sua concepção original, que apontava para o futuro, tanto no modelo laico como religioso. A construção de uma nova humanidade esteve ligada ao passado, na idealização do homem do povo, onde a esquerda foi buscar sua verdadeira inspiração para construir uma sociedade redimida. O homem padrão, do povo, tinha raízes rurais, era do interior, estava no “coração do Brasil”³⁴. Imaginava-se que ele não estaria contaminado pela modernidade urbana capitalista, que não haveria sucumbido ao poder e fascínio do dinheiro e do consumo. Era no passado que se buscava solucionar o problema da identidade política do povo brasileiro, unindo a identificação de suas raízes com o desejo de superar o subdesenvolvimento.

Dessa perspectiva revolucionária de construção do homem novo, a arte forneceu vários exemplos de engajamento político que impulsionaram uma parte da esquerda brasileira a aderir à luta armada. Vários guerrilheiros saíram justamente do meio artístico, cujas manifestações serviram para que outros também pegassem em armas para combater a ditadura. Estudando as conexões entre a efervescência cultural no Brasil e no mundo naquele momento e a radicalização da esquerda brasileira, Marcelo Ridenti identificou “elementos negadores da ordem” que podiam ser vistos nas manifestações culturais dos anos 1960, brevemente interrompidas pelo golpe, “presentes em várias posições estéticas e que tiveram peso na formação de militantes com maior acesso à cultura, que aderiram às esquerdas armadas”³⁵. Em outras palavras, às referências político-ideológicas derivadas do pensamento marxista e de outras influências mencionadas anteriormente juntou-se o impacto determinante de uma conjuntura específica de intensa agitação cultural, numa vertente negadora da ordem.

Ainda em 1955, por exemplo, jovens comunistas da União Paulista de Estudantes Secundaristas, em sua maioria filhos de militantes do PCB, fundaram, por ordem do partido, o Teatro Paulista do Estudante, visando politizar outros secundaristas. A iniciativa abriu caminho para futuras experiências de teatro engajado, como o Arena, o Opinião e os Centros Populares de Cultura (CPCs), ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1958, o Arena começou a organizar os chamados *seminários de dramaturgia*, incentivando a composição e encenação de peças de autores nacionais que destacavam os dilemas do povo. Já os CPCs buscaram promover a arte popular na música, na literatura, no cinema, no teatro e

³⁴ RIDENTI, 2007a, p. 135.

³⁵ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 89. O levantamento realizado pelo autor com base nos dados do projeto *Brasil: Nunca Mais* indicou que, na média geral, mais de 51% dos militantes das organizações armadas pertenciam ao que Ridenti chamou de “camadas médias intelectualizadas”, isso é, artistas, empresários, estudantes, oficiais militares, professores, religiosos e profissionais liberais ou com formação superior.

nas artes, voltando sua atenção para os desterrados da terra, com referências ao povo em geral, incluindo os pobres, miseráveis e desumanizados, numa busca *romântica* por uma espécie de humanidade perdida. A politização da cultura se manteria após 1964, inclusive sob novas experiências contestatórias, como o *tropicalismo*.

A efervescência cultural dos anos 1960, que ajudou a emoldurar o contexto em que uma parte radicalizada da esquerda brasileira decidiu pegar em armas para fazer a revolução, teve como pano de fundo um quadro nacional e internacional determinado por questões como a valorização de uma ética da revolta e da revolução, a busca pelo alargamento dos sistemas de participação política, a simpatia por propostas alternativas ao marxismo soviético, a negação da sociedade de consumo, a aproximação entre arte e política, a desobediência civil, o desejo de libertação pessoal das estruturas do sistema, as mudanças comportamentais, a vinculação entre lutas sociais amplas e interesses particulares, entre outras. Do ponto de vista estritamente brasileiro, vários fatores – por exemplo, a crescente urbanização, o crescimento da classe média, o acesso crescente ao ensino superior, a preponderância de jovens na população, a incapacidade do poder instituído de representar a renovação da sociedade da época – favoreceram a politização da cultura naquele momento.

A democracia brasileira antes do golpe e a derrota das *reformas de base*

Todos esses fatores se consolidaram basicamente entre 1945-64, período em que o Brasil passou por profundas transformações em sua estrutura social, política e econômica³⁶. Sua população, por exemplo, saltou de quase 41 milhões para mais de 70 milhões de pessoas, conseqüência da diminuição da mortalidade infantil, do aumento da expectativa de vida e das altas taxas de fecundidade da mulher brasileira, sobretudo no Nordeste, que ainda em 1975 conservava índices semelhantes aos dos anos 1940. A intensa migração para outras regiões do país, entretanto, ajudou a manter o tamanho de sua população praticamente inalterado. O desenvolvimento econômico do Sudeste e da região central do Brasil – neste caso, por causa da construção de Brasília, na segunda metade da década de 1950 – atraiu parte dessa mão-de-obra para o Centro-Sul, movimento que foi impulsionado também pelas secas que castigaram o Nordeste entre 1930-50. O Brasil, além disso, era um país predominantemente jovem, com mais da metade de sua população abaixo dos vinte anos nas décadas de 1940-50. A esperança de vida também era baixa, persistindo as diferenças regionais: em 1950, a média nacional era de 46 anos, sendo que no Nordeste esse número caía para 39, enquanto no Sul, chegava a 53.

³⁶ Os dados a seguir estão em AGGIO, Alberto, BARBOSA, Agnaldo, COELHO, Hercília (Orgs.) *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

Em termos educacionais, metade população era formada por analfabetos, com índices que alcançavam 70% no campo, contra pouco mais de 21% nas cidades.

Mas, talvez, o processo mais significativo desse período tenha sido a intensa urbanização, que mudou a forma de morar e viver, impondo novos hábitos; que concentrou um grande contingente populacional num mesmo espaço, incentivando as mobilizações políticas e sociais; e que exigiu um conjunto de novas atividades que, desempenhando um papel cada vez mais importante na economia brasileira, levaram a uma crescente especialização, estratificação e complexificação da sociedade. O processo de urbanização ocorreu de modo abrupto e desordenado, ocasionando diversos problemas nos anos seguintes, como o crescimento mal planejado das principais cidades do país e a ineficiência da infraestrutura urbana. Ainda assim, a melhoria na qualidade de vida atraiu um grande número de pessoas da zona rural para o meio urbano, invariavelmente para trabalhar no setor de serviços ou nas indústrias, que então passavam por um processo de intenso crescimento. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil tinha deixado de ser meramente um exportador de produtos agrícolas, sobretudo de café, para tornar-se um país em que a indústria ocupava um espaço importante.

Naturalmente, a população empregada no setor primário diminuiu bastante entre 1940-60, caindo de 70,2% para 54%. O setor terciário, vinculado ao crescimento e à importância das cidades, foi o que mais absorveu essa mão-de-obra, subindo de 19,8% para 33,3% no mesmo período. Mesmo sendo menores em números absolutos, os trabalhadores urbanos – $\frac{1}{3}$ da população em 1950 – foram os mais favorecidos pelas melhorias das condições de vida e trabalho. Os benefícios da legislação trabalhista, por exemplo, só contemplaram o trabalhador rural nos anos 1960, e, mesmo assim, de maneira danosa, inserindo-o precariamente no processo de desenvolvimento do capitalismo no país, a exemplo dos *bóias-frias*. Por outro lado, a baixa produtividade do setor primário fazia com este respondesse por apenas 25% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1950, embora empregasse $\frac{2}{3}$ da mão-de-obra, o que revela a importância dos trabalhadores urbanos, responsáveis por gerar 75% da riqueza nacional. Assim, potencializaram-se as consequências de suas manifestações, como as greves, que somente nos dois primeiros anos do governo João Goulart chegaram a 163, contra 80 em todo o período entre 1945-49.

Nos quase vinte anos que antecederam o golpe de 1964, dois projetos de nação bem definidos estiveram em disputa: o *nacional-estatista* e o *liberal-conservador*. O primeiro, de maneira ampla, ficou associado à figura de Getúlio Vargas, especialmente a seu segundo governo, quando o nacionalismo praticamente assumiu a condição de linha política oficial.

Apoiando-se nos trabalhadores, “eleitos os interlocutores preferenciais do presidente”³⁷ desde o fim do Estado Novo, Vargas adotou um programa de combate às ingerências cometidas em razão dos interesses econômicos estrangeiros e de busca pela autonomia nacional por meio do desenvolvimento interno. Nesse sentido, a intervenção do Estado se traduziu em duas frentes: de um lado, protegendo os interesses da população (não obstante as contradições encerradas na idéia de um interesse comum do *povo*) e defendendo a soberania nacional; de outro, atuando em setores estratégicos para o país, como siderurgia, energia e comunicações. Os liberais-conservadores, por sua vez, pregavam o fim da participação do Estado na economia, a abertura do país ao capital estrangeiro e o controle rígido dos gastos públicos, especialmente a redução dos subsídios à indústria brasileira.

Os dois projetos, entretanto, convergiam para a idéia de transformação do Brasil em potência, superando o subdesenvolvimento, com uma classe trabalhadora produtiva e ordeira, avessa a revoluções e a questionamentos da ordem. Do ponto de vista das relações internacionais, os nacionalistas defendiam um desenvolvimento autônomo, longe da influência do imperialismo norte-americano e do capital estrangeiro, ao passo que os liberais desejavam o alinhamento irrestrito com os EUA, inclusive para obter sua ajuda no combate ao comunismo. Enquanto os defensores desse projeto pregavam investimentos internacionais em todas as áreas, sem restrição, com o objetivo de desenvolver a economia brasileira, os nacionalistas advogavam o monopólio do Estado sobre setores considerados estratégicos para a soberania nacional, como o petróleo. Para eles, a industrialização ocupava um lugar central em sua política, enquanto para os liberais a indústria deveria estar subordinada à lógica do mercado, competindo livremente conforme suas próprias condições³⁸.

No enfrentamento entre os dois projetos, a mobilização popular constituiu um dos elementos principais no campo de forças próprio daquele período – do lado nacionalista, um exemplo marcante foi a campanha *O petróleo é nosso*, que levou à criação da Petrobras, em 1953. Os trabalhadores, particularmente os da zona urbana, que tinham cada vez mais importância na economia brasileira pelas razões já mencionadas, foram sendo progressivamente trazidos para o centro do debate político, fosse pelos governos chamados de *populistas*, em busca de legitimação política; fosse pelos partidos e movimentos de esquerda, tentando mobilizar as massas populares no caminho da mudança; fosse ainda pela simples

³⁷ D’ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 55.

³⁸ Como qualquer polarização, esta também não foi absoluta. Adotamos uma separação rígida entre os dois projetos apenas para ilustrar melhor as idéias que estiveram no centro dos debates sobre o desenvolvimento nacional no período anterior ao golpe, e que mobilizaram tanto os setores à direita como à esquerda na sociedade. Os militares que governaram o Brasil a partir de 1964, por exemplo, embora simpáticos ao projeto liberal-conservador, nem por isso deixaram de intervir em setores estratégicos da economia por meio da criação de empresas estatais, a exemplo do que fez o próprio Vargas nos anos 1950.

exigência da democracia, cuja construção “passava primeiro pela extensão da cidadania, que incluía o direito de voto para as classes trabalhadoras”³⁹. No campo, especialmente no Nordeste, onde as difíceis condições de vida e trabalho submetiam milhões de pessoas à miséria, como também revelam os números apresentados anteriormente, os trabalhadores rurais passaram a se mobilizar em busca de reformas que melhorassem seu cotidiano.

A agitação social e a radicalização política características daquela conjuntura não deixaram de influenciar também um setor fundamental da sociedade no período anterior e posterior ao golpe, sobretudo porque foi ele quem exerceu o poder depois de 1964: os militares. As Forças Armadas, que tinham apoiado Vargas durante o Estado Novo pela ênfase conferida por seu governo à integração nacional e à industrialização de base, o que atendia ao projeto profissionalizante das instituições militares, afastaram-se do presidente a partir de 1942, quando este começou a acenar para um “ator político que lhes era política e ideologicamente antagônico”⁴⁰, isso é, os trabalhadores. Embora as Forças Armadas não fossem homogêneas, como ficou claro nas crises institucionais do período⁴¹, a fração militar que, em geral, impôs suas idéias como sendo às da instituição militar era antagônica ao nacional-estatismo de Vargas, a quem identificavam com o comunismo, a *subversão* e a ameaça à ordem, numa visão conservadora que não aceitava que a ampliação da democracia permitisse o protagonismo crescente das massas populares.

Dentro desse contexto, trabalhadores rurais, operários, estudantes, setores da classe média e militares de baixa patente, além de partidos e movimentos de esquerda (não exclusivamente marxista), envolveram-se no debate das *reformas de base*. Em sua concepção, somente uma transformação radical das estruturas da sociedade permitiriam ao Brasil superar o subdesenvolvimento, integrando plenamente os que haviam sido alcançados pelo desenvolvimento da democracia, do capitalismo, da indústria e das cidades. Falava-se em *reforma agrária* para garantir o acesso à terra aos mais pobres; *reforma urbana* para equacionar o problema das habitações, sobretudo nas grandes cidades; *reforma fiscal e bancária* para aliviar os encargos financeiros que pesavam sobre os trabalhadores e as empresas nacionais; *reforma educacional* para ampliar o acesso à educação; e *reforma econômica* para controlar o fluxo de capitais estrangeiros e regular a participação de empresas internacionais em setores estratégicos.

³⁹ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 313.

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b, p. 111.

⁴¹ Tomemos, por exemplo, o caso dos sargentos, que tiveram um destacado protagonismo nesse período. Mesmo entre o oficialato havia divisões, como ficou evidente na postura de militares *legalistas* durante as crises de 1961 e 1964.

A não realização das reformas revelou a incapacidade de uma elite civil-militar, temerosa dos efeitos que isso poderia trazer, em concretizar as mudanças exigidas por amplos setores da sociedade, politicamente mobilizados em torno daqueles temas. Como Gláucio Soares observou, a experiência democrática brasileira entre 1945-64 não “contribuiu para a paz social nem para cimentar a unidade nacional”, constituindo, sim, uma fase de rápido desenvolvimento nacional que “separou, cada vez mais, os que tinham dos que não tinham. Os pobres dos ricos. Os universitários dos analfabetos. Os que viveriam mais dos que viveriam menos”⁴². O golpe de 1964 encerrou não apenas o debate sobre as reformas como também quase duas décadas de democracia, desmobilizando momentaneamente a sociedade. Para a esquerda revolucionária, a derrota das reformas de base e o desfecho da crise política revelou a impossibilidade de uma aliança com a burguesia nacional para realizar as mudanças necessárias para o desenvolvimento do país e reforçou a tese de que apenas através da luta armada seria possível fazer revolução.

⁴² SOARES, 2001, p. 329.

Segurança interna e combate ao inimigo armado

Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional

Na relação estabelecida entre a ditadura e a esquerda armada brasileira, devemos considerar um elemento bastante invocado para justificar o golpe e a repressão, que foi a Doutrina de Segurança Nacional, também chamada de Ideologia da Segurança Nacional. Frequentemente esse conjunto de idéias é apresentado como fundamento teórico da intervenção militar de 1964 e do modo como se estruturou a ditadura, com a organização de um tipo de Estado compatível com a DSN, ou seja, o Estado de Segurança Nacional. A doutrina, porém, não teve origem no Brasil, embora desde os anos 1930 a idéia de segurança nacional – e também de desenvolvimento nacional – já fosse encontrada em alguns discursos militares, como os do general Góis Monteiro, nome importante no período do Estado Novo. O projeto formulado pelo chefe do Estado-Maior do Exército de Vargas buscou substituir a política *no* Exército pela política *do* Exército, unificando a organização militar e eliminando os chamados *partidos militares*¹, a fim de apresentar as Forças Armadas como uma elite organizada capaz de promover um “intervencionismo tutelar”² e liderar a formulação e implementação de uma política de Estado de âmbito nacional.

A DSN, na realidade, foi originalmente formulada nos EUA no fim da Segunda Guerra Mundial, em meio ao antagonismo político-ideológico trazido pela Guerra Fria. Com base numa concepção de guerra *permanente e total* entre capitalismo e comunismo, a DSN

¹ ROUQUIÉ, Alain (Org.) *La politique de Mars: les processus politiques dans les partis militaires contemporains*. Paris: Le Sycomore, 1981.

² CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b, p. 108.

privilegiava o tema da *segurança coletiva* contra o perigo da *subversão*³. Disso resultou que o governo norte-americano, visando proteger-se da ameaça comunista, tenha promovido um intenso intercâmbio militar com outros países da região, ajudando a alimentar suas respectivas Forças Armadas das idéias produzidas nos EUA a respeito da segurança nacional. A DSN pressupunha não ser possível, num contexto de divisão bipolar do mundo, manter-se neutro diante das alternativas capitalista e comunista. Dessa perspectiva, anunciava também que o perigo comunista não tinha origem apenas no exterior, mas dentro de cada país (através das seções dos partidos comunistas, por exemplo), de modo que os antagonismos eram percebidos tanto dentro como fora dos territórios nacionais, eliminando a idéia de fronteira e a concepção tradicional de guerra. Tratava-se de um conflito total e permanente porque o inimigo poderia estar em todos os lugares e porque a tensão ideológica só poderia cessar quando um dos lados se impusesse política e militarmente sobre o adversário.

Vejam os a ilustrativa comparação feita por Maria Helena Moreira Alves entre o modelo convencional de guerra e a forma como os conflitos eram tratados pela DSN⁴. Segundo ela, a guerra tradicional, tal como era conhecida até meados dos anos 1940, era politicamente declarada, tinha uma natureza limitada e quase sempre envolvia duas nações (ou blocos de países) no conflito, uma agressora e outra agredida. Nessas circunstâncias, toda a capacidade produtiva dos países envolvidos era canalizada para o confronto. A indústria, a economia, a população, enfim, tudo era mobilizado para o combate ao inimigo. No caso da guerra total, da mesma forma, a nação também deveria se mobilizar inteiramente para o conflito, submetendo suas atividades à política de segurança. Contudo, a declaração de guerra, a fronteira demarcando a área de combate e a clara separação entre agressor e agredido desapareciam no modelo preconizado pela DSN. A guerra poderia assumir um caráter *subversivo e revolucionário*, com parcelas da sociedade organizando-se militarmente, com ou sem a ajuda do exterior, visando a derrubada do governo, ou se traduzir num conflito *psicológico e indireto*, com contestadores da ordem tentando ganhar as mentes da população até o momento de se rebelar contra o poder instituído, a fim de retardar ao máximo o confronto armado contra um adversário mais bem estruturado e aparelhado.

A DSN inseriu-se numa visão geopolítica que privilegiava a estruturação de um Estado militar absoluto. Segundo Nilson Borges, esse modelo de Estado tinha muitas semelhanças com a *teoria da ditadura soberana* de Karl Schmidt, para quem o governante deveria exercer soberanamente o poder sem limites estranhos a si mesmo nesses casos. “O Estado, portanto,

³ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 14-42.

⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru: EDUSC, 2005.

se identifica ao mesmo tempo à vontade de um líder individual (ditador) ou coletivo (Forças Armadas), dotado de um poder discricionário, e sem outros limites que sua própria automoderação”⁵. Em outras palavras, nada poderia legitimar a revolução a não ser ela mesma. Os limites do Estado de Segurança Nacional deveriam ser estabelecidos segundo o próprio governante, atribuindo-se a seu regime uma “vocação revolucionária” destinada a modificar a ordem vigente. Com base na DSN, a realidade era analisada segundo os aspectos reais ou potenciais de subversão, a partir dos quais se definiam as medidas *contra-revolucionárias* correspondentes a cada elemento. No Brasil, por exemplo, a concepção de segurança interna considerava os *antagonismos* e as *pressões* como fontes de perturbação da ordem, não importando qual fosse sua origem (interna, externa, interno-externa), sua natureza (política, econômica, psico-social, militar) e sua forma de manifestação (violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social, quebra de soberania)⁶.

Em síntese, a DSN tinha uma compreensão belicista do processo social, convertendo todos os cidadãos em possíveis inimigos, num conflito não declarado que entendia qualquer divergência política como sinônimo de guerra interna. Subordinando os ditames da política aos da segurança nacional, a DSN fez com que, nos países onde foi aplicada, a política deixasse de “ser uma *arte civil* para se transformar em *arte militar*”⁷. Para combater um inimigo desconhecido, porque se disfarçava de cidadão comum, e localização não definida, porque se espalhava em todos os lugares, tornou-se fundamental erigir uma estrutura de informação e repressão que permitisse alcançar os *objetivos nacionais* definidos por quem governava o Estado de Segurança Nacional. Era preciso identificar os focos de *subversão*, investigar a vida e as atividades dos inimigos da pátria, produzir informações a seu respeito e impedir, reprimindo-os, que tivessem êxito no objetivo de derrubar o poder instituído, subverter a ordem e implantar um modelo de governo e sociedade *estranhos* à tradição nacional. Conseqüentemente, nesse tipo de Estado, em que muitas atribuições importantes foram centralizadas no Executivo, quem de fato exercia o poder eram os integrantes do aparelho repressivo, pois eram eles, em última instância, quem definiam os *alvos* da investigação e repressão – em suma, as vítimas dos esforços envidados pelo governo em termos de segurança interna.

Analisando a história política latino-americana, Miguel Rojas Mix identificou três tipos de ditadura que existiram na região: a *positivista*, a *bananeira* e a *militar do ocidentalismo*

⁵ BORGES, 2007, p. 26.

⁶ ALVES, 2005.

⁷ BORGES, 2007, p. 28. Grifo do original.

*integrista*⁸. A ditadura positivista representou um tipo de regime autoritário oposto à anarquia, do mesmo modo que a razão se contrapõe à confusão, assinalando o desejo de manter a estrutura e a unidade sociais. Do ponto de vista econômico, esse modelo vinculava a ordem política que anunciava ao liberalismo, entendido como seu correlato econômico. Segundo Mix, a ditadura positivista existiu no Brasil, no México e, de modo geral, em quase todos os países da América Latina. O modelo bananeira, por sua vez, tinha a marca do ditador. Era um tipo de regime caracterizado pela mistificação da pessoa do governante, comum em países com um Exército pouco profissionalizado e com baixa institucionalização política. Sua base de sustentação era a polícia e a guarda palaciana, militares dependentes do “homem forte” e cuja razão de ser estava na figura do ditador. Foram exemplos desse tipo de ditadura os governos de Jorge Ubico (Guatemala), Tiburcio Carias (Honduras) e Rafael Trujillo (República Dominicana) – este, por exemplo, chegou a erguer duas mil estátuas em sua própria honra na capital Santo Domingo, rebatizada de *Ciudad Trujillo*, num país cujo lema, em seu governo, passou a ser *Dios y Trujillo*.

O terceiro modelo, a ditadura militar do ocidentalismo integrista, foi diferente do anterior pelo fato de serem as Forças Armadas, como instituição, os ocupantes do poder. No “Estado ditatorial”, o governante era as Forças Armadas, não a pessoa do ditador, sendo que ele, quase sempre, era o chefe do Exército ou da instituição militar como um todo. Assim, a alternância de governantes não eliminava o tipo de regime, uma vez que a ditadura estava plenamente institucionalizada na estrutura política do país. Ao fim do ciclo autoritário, porém, surgia um problema característico desse modelo, que era a questão da transição, porque não era o ditador quem se afastava do poder, mas, sim, uma instituição (as Forças Armadas) que continuaria integrando o aparelho de Estado mesmo fora do exercício do governo. Para Mix, o Estado ditatorial foi consequência do modelo de ditadura instalada em diversos países da América Latina nos anos 1960-70. Genericamente, elas surgiram da certeza nascida com o fim da Segunda Guerra Mundial de que os Exércitos teriam um papel politicamente importante no combate ao *perigo vermelho*, defendendo as nações dos supostos inimigos internos.

Além de se fundamentarem na Doutrina de Segurança Nacional, as ditaduras militares do ocidentalismo integrista tinham também como base o mito da *civilização cristã-ocidental*, que, segundo Mix, poderia ser decomposto em três outros mitos: o *hispanismo*, o *jingoísmo* e a *decadência*. O primeiro deles, ligado ao *franquismo* espanhol, voltava-se para o discurso do nacional-catolicismo, com uma concepção divina da ação militar. O nacional-catolicismo

⁸ MIX, Miguel Rojas. La dictadura militar en Chile e América Latina. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Orgs.) *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 11-25.

caracterizava-se por seu elitismo, pelo desejo em reatualizar uma teoria do poder fundada na vontade divina e no direito natural, pela crítica à concepção contratual de autoridade, pela confusão entre sociedade civil e religiosa, pela defesa da propriedade privada, pela aversão a qualquer forma de estatismo, pela exaltação da ditadura e da contra-revolução, pelo desejo em identificar os inimigos da nação e por sua visão hierárquica e orgânica do Estado, com base na família e oposta à democracia, aos partidos políticos e à luta de classes, todos vistos como elementos perturbadores da ordem, verdadeiros focos de dissensão. Tudo isso facilitou a união das direitas liberais e conservadores em torno das ditaduras, segundo uma concepção pela qual a defesa desses fundamentos – em última instância, da própria sociedade cristã-ocidental – justificava os ataques contra a democracia e o socialismo e legitimavam o golpe.

O mito do jingoísmo, por sua vez, refere-se ao nacionalismo bélico típico desse modelo de ditadura. A recuperação, a valorização e o desenvolvimento do nacionalismo estiveram entre os objetivos dos regimes autoritários instalados na América Latina naquele período. A alusão à pátria era associada à própria instituição militar, exaltando indiretamente as Forças Armadas. A história de cada país passava a ser entendida apenas como uma crônica militar, de forma que, identificando a nação com as Forças Armadas, as ditaduras opuseram o nacionalismo ao marxismo e ao socialismo. Conseqüentemente, qualquer tomada de posição considerada divergência, como a militância comunista, por exemplo, era vista como sinônimo de sentimento apátrida, transformando o cidadão em inimigo interno. O terceiro mito, da decadência, consistia na visão dos Estados ditatoriais de que o Ocidente estaria em decadência, enfraquecido demais para combater seus inimigos. Internamente, essa condição seria expressa pela crise das democracias. Pelo fato de suscitarem divergências políticas, os regimes democráticos impediam, desse ponto de vista, o efetivo controle da *subversão*. As ditaduras pressupunham não haver mecanismos *democráticos* capazes de defender a própria democracia da ameaça revolucionária de um governo popular, o que terminava legitimando o golpe de Estado, entendido pelas direitas como um *contra-golpe*, numa disputa conceitual de evidente conteúdo político-ideológico.

Voltando à questão da DSN, no Brasil, suas principais idéias se traduziram não apenas em termos de segurança interna mas também de desenvolvimento econômico. À segurança nacional eram associados fatores como o desenvolvimento e uso dos recursos produtivos, a industrialização, o aproveitamento dos recursos naturais, a comunicação, a criação de infraestrutura ligando as diversas regiões do país, a oferta de mão-de-obra qualificada, o investimento em ciência e tecnologia, entre outros. Como Maria Helena Moreira Alves bem sintetizou, em sua variante brasileira, a DSN constituiu um corpo teórico que incluía “uma teoria de guerra, um teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na

política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado”⁹. O principal aspecto desse desenvolvimento era sua subordinação à estratégia militar de segurança nacional, e não a qualquer tipo de política social. Assim, quando os governos militares falavam em ocupar a Amazônia, integrando-a ao restante do país por meio de grandes projetos, como a rodovia Transamazônica, o objetivo da ditadura não era elevar as condições materiais básicas da população local, visto como consequência residual, mas, sim, controlar as invasões estrangeiras e o deslocamento de *subversivos* pelo território nacional. Paralelamente, o desenvolvimento econômico poderia ser fator importante para obter o apoio político da população, constituindo uma das estratégias contra-ofensivas segundo os ditames da DSN.

Quando o caso brasileiro é pensado desse ângulo, a conclusão mais evidente é a de que tanto o caminho que levou ao golpe de 1964 como o modo pelo qual se estruturou a ditadura resultaram da Doutrina de Segurança Nacional. A esquerda armada, nesse caso, teria confirmado a tese do inimigo interno, dando ao debate teórico dos militares uma correspondência na realidade. Essa é a razão pela qual a DSN constitui um fator importante para compreendermos a relação estabelecida entre a ditadura e os que pegaram em armas para fazer a revolução. A idéia de uma guerra permanente e total, que diluía as fronteiras, convertia os cidadãos em potenciais inimigos e entendia quaisquer diferenças políticas como antagonismos ameaçadores à ordem e à paz social teriam sido decisivas para alimentar o pensamento e a ação militar antes e depois do golpe. Os comunistas, em geral, e a esquerda armada, em particular, logo passaram a ser vistos como elementos que, lutando por um sistema alternativo ao capitalismo, representavam uma ameaça à tradição cristã-ocidental que as Forças Armadas julgavam defender. Isso ajuda a explicar por que, após a deposição de Jango, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu uma declaração ressaltando a providência divina da intervenção militar: “ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação”¹⁰.

Há também outros aspectos que são igualmente reveladores do modo como a DSN teria fundamentado *racionalmente* a estruturação do Estado de Segurança Nacional. Vejamos, por exemplo, como a inexistência de uma automoderação ao poder discricionário da ditadura, a necessidade de montar um sistema de informação e repressão capaz de identificar e punir os inimigos internos, a recuperação e valorização do nacionalismo e o

⁹ ALVES, 2005, p. 31.

¹⁰ *Declaração da CNBB sobre a situação nacional*. Documento citado em MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 102.

diagnóstico de decadência da democracia liberal – todos eles, elementos derivado da DSN – puderam ser vistos antes do golpe e durante a ditadura. Em abril de 1964, poucos dias após a derrubada de João Goulart, os golpistas já davam mostras de que não concederiam a terceiros a prerrogativa de limitar a “vocação revolucionária” da insurgência militar. No primeiro Ato Institucional (AI) aprovado pelo novo regime, dizia-se expressamente que “a revolu o vitoriosa, como Poder Constituinte, *se legitima por si mesma* [...] Nela se cont m a força normativa inerente ao Poder Constituinte”¹¹. Dessa forma, lembrava o documento, não era o *Movimento de 1964* que “procura legitimar-se através do Congresso. Este   que recebe deste Ato Institucional [...] a sua legitima o”. As primeiras providências de caráter repressivo, por sua vez, foram tomadas quase que imediatamente após o golpe: a princípio, com as sucessivas listas de cassa es; depois, com a institui o dos Inquéritos Policiais Militares (IPM), responsáveis pela “apura o da responsabilidade” pelos “atos de Guerra Revolucionária”¹². Nos anos seguintes, a estrutura montada pelos militares seria ampliada de modo significativo, a ponto de o idealizador do Serviço Nacional de Informa es (SNI), um dos principais órgãos do aparato informativo-repressivo, t -lo chamado de “monstro”¹³ duas décadas mais tarde.

A questão do nacionalismo também ocupou um espaço importante no pensamento e na a o militar ao longo da ditadura, do qual os exemplos mais evidentes foram as grandes obras de infra-estrutura, como a constru o da usina de Itaipu e da ponte Rio-Niterói (que expressavam a grandeza e a pujança do Brasil sob o regime castrense), e o ufanismo do período do *milagre econômico*, com *slogans* de impacto que sintetizavam a idéia do amor e do pertencimento   pátria: *Brasil, ame-o ou deixe-o*; *Brasil, terra de oportunidades*; *Ninguém mais segura este país!*¹⁴. Por fim, o diagnóstico da decadência pode ser conferido num manifesto interno que circulou dentro das Forças Armadas às vésperas do golpe. Escrito pelo então ministro da Guerra de João Goulart, marechal Humberto Castello Branco, o documento sintetizou com clareza o diagnóstico da crise da democracia liberal e de sua incapacidade de defender-se dos “criptocomunistas”, o que exigia a pronta interven o do “militares de forma o e convic es rigorosamente democráticas”. O trecho reproduzido a seguir   longo, por m, útil para compreendermos a visão do alto oficialato das Forças Armadas antes do golpe:

A agita o dirigida das massas operárias dos centros urbanos e meios rurais com o propósito de arregiment -las, alici -las, excit -las e conduzi-las a seu bel-prazer; as

¹¹ *Ato Institucional n. 1*. Documento citado em FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a, pp. 339-342. Grifo nosso.

¹² *Ato do Comando Supremo da Revolu o n. 8*. Documento citado em FICO, 2004a, p. 237.

¹³ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a, p. 36.

¹⁴ Sobre as estratégias da ditadura para valorizar o nacionalismo nesse período, ver CERRI, Luis Fernando. Espaço e na o na propaganda política do “milagre brasileiro”. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, ano 5, vol. 2, 2000, pp. 113-135.

ameaças aos Poderes Legislativo e Judiciário, com o fim de torná-los dóceis aos seus desígnios, a pregação aberta de soluções revolucionárias, através da imprensa, do rádio e da televisão, por políticos de notórias vinculações extremistas, que chegam mesmo a prescrever minúcias de organização de forças sediciosas e recomendar as formas de luta a empreender; a omissão sistemática das autoridades responsáveis pela preservação da ordem social e do regime; a constante ameaça de intervenção em alguns Estados, cujos Executivos constituem entraves ao processo de bolchevização do país; a tentativa de denegrir e empenhar a força militar na execução de missões ilegais e criminosas; o estímulo à baderna e à rebelião de inferiores e o ulterior procedimento de certas autoridades visando a tolher a ação do Poder Judiciário; o premio imediato aos que tiveram a fraqueza de vencer as ultimas resistências morais e perpetrar ao atos que lhes foram propostos ou insinuados; a subversão dos valores profissionais e morais, que mais se evidencia por ocasião das promoções e classificações; o ambiente de terror e de pânico que se procura semear no país com o desencadeamento de ilegais e generalizadas greves políticas, associadas à sonegação de alimentos e à paralisação de serviços públicos essenciais; todos esses fatos estão bem vivos na consciência da Nação e dispensam digressões elucidativas¹⁵.

A racionalidade da DSN

Comparando os fundamentos da DSN com aquilo que, na prática, fizeram os militares brasileiros, muitos acabaram atribuindo à Doutrina de Segurança Nacional uma racionalidade que ela não teve, em nossa opinião. A análise dos militares a respeito da conjuntura, a maneira como compreenderam os problemas nacionais e a meticulosidade de sua ação, desde a preparação do golpe até a estruturação do regime, atestariam, portanto, a equivalência entre as idéias anunciadas pela DSN e o comportamento das Forças Armadas, principalmente no que diz respeito ao inimigo interno, que é o aspecto que mais nos interessa aqui. Por conseguinte, as mudanças no corpo teórico da DSN ao longo da ditadura, ao invés de serem vistas como uma contradição com seu fundamentos, teriam sido expressão de sua versatilidade e da capacidade dos militares em adaptá-la aos diferentes cenários que se foram desenhando ao longo das duas décadas de existência do Estado de Segurança Nacional. Uma parte importante dessa racionalidade teria se revelado justamente no combate à esquerda armada, o inimigo interno, subversivo, influenciado pelo comunismo internacional, presente em todos os lugares, contestador da ordem e disposto a se insurgir contra o poder instituído – tudo conforme preconizava a DSN – que mais longe chegou, em termos de ação, dentre os opositores da ditadura.

¹⁵ *Documento LEEEX (Lealdade ao Exército)*. Documento citado em FICO, 2004a, pp. 311-317

Em sua análise sobre a DSN, Nilson Borges considerou que conspiração militar em 1964 “foi uma ruptura com os golpes anteriores e, por isso mesmo, não manteve as mesmas características de intervenções passadas. Ao contrário, durante seu curso, *obediente aos ditames* da Doutrina de Segurança Nacional, vão-se detectar diversas transfigurações”¹⁶. Em outra passagem, ao tratar do papel político desempenhado pelos militares, Borges afirmou que, “*seguindo à risca* os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional [...] as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia”. Maria Helena Moreira Alves evidenciou essa mesma interpretação ao concluir, após definir a DSN como um “abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais” que “permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos”, que “as práticas do regime militar a partir de 1964 foram *razoavelmente coerentes*”¹⁷ com os seus fundamentos.

Também não é difícil encontrar trabalhos que apontam a origem da Doutrina de Segurança Nacional em períodos anteriores, muitas vezes bastante diferentes daquele em que ocorreu o golpe contra João Goulart. Para Edmundo Campos Coelho, por exemplo, “a fórmula Segurança/Desenvolvimento sobre a qual assenta a filosofia dos governos revolucionários pós-1964 é, em essência, uma *versão mais sofisticada, sistematizada e atualizada da idéia desenvolvida por Góes Monteiro*” nos anos 1930. “Descontadas as diferenças de circunstâncias”, suas idéias são, “no essencial, *idênticas* à doutrina de Segurança Nacional”, antecipando em “mais de vinte anos a doutrina militar do regime instaurado com a Revolução de 1964”¹⁸. A própria Maria Helena Moreira Alves iniciou sua análise da DSN mencionando uma autora que situara a formulação da doutrina ainda mais longe, identificando “as origens da ideologia de segurança nacional na América Latina já *no século 19, no Brasil*, e no início do século 20, na Argentina e no Chile”, embora mais tarde, ela ressalta, “elementos da teoria da guerra total e do confronto inevitável das duas superpotências”¹⁹ tenham sido incorporados à DSN, atualizando seu conteúdo.

Em resumo, o que essas interpretações defendem é que a DSN, além de ter sido um corpo teórico em que se fundamentou racionalmente o pensamento e ação dos militares brasileiros, definindo o modo como eles enxergaram sua época e estabelecendo as principais coordenadas para sua intervenção na realidade, também representou uma doutrina relativamente antiga, ou dos anos 1930 ou mesmo anterior. Nesse caso, contudo, devemos

¹⁶ BORGES, 2007, p. 21. Grifo nosso.

¹⁷ ALVES, 2005, pp. 41 e 60. Grifo nosso.

¹⁸ COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 124 e 116. Grifo nosso.

¹⁹ ALVES, 2005, p. 39. Grifo nosso.

questionar se teria sido possível que um conjunto de idéias tenha se mantido imune às influências do tempo, indo de um período a outro como se tal doutrina fosse autônoma em relação às mudanças na sociedade e nas próprias Forças Armadas. Consideramos difícil, como fez Edmundo Campos Coelho, traçar uma linha ligando Góis Monteiro a Golbery, o “feiticeiro”²⁰ da ditadura; ou ainda, a exemplo da autora citada por Maria Helena Moreira Alves, encontrar raízes da doutrina em que se fundamentaram os golpistas de 1964 no fim do século XIX. Acreditamos que essas observações já seriam suficientes para revelar a fragilidade desses pontos de vista, exigindo, por um lado, o abandono do que se poderia chamar de *mito de origem*, e, por outro, uma reavaliação do papel da DSN para a consumação do golpe e a estruturação da ditadura. Teria ela, realmente, orientado a deposição de Jango e a organização do Estado de Segurança Nacional?

Elio Gaspari é contundente ao dizer que a DSN “nada teve de doutrina, muito menos de ideologia”, e que “a expressão ‘segurança nacional’ embutiu um preconceito, talvez uma idéia”²¹. Para ele, em meio ao silêncio dos generais a respeito de sua própria participação no processo político brasileiro, “freqüentemente misturaram-se idéias brilhantes e preconceitos, dando-se força de dogma a algumas racionalizações que, no máximo, seriam bons instrumentos de especulação”. Nessa racionalização, em que se juntaram “tanto defensores como adversários do regime”, estariam reunidas, “arrumadas, as idéias do regime militar”. Gaspari citou o exemplo de militares da reserva ligados ao SNI envolvidos no projeto de desmatamento de uma floresta no Pará que deveria ser coberta pelo lago da hidrelétrica de Tucuruí. Caso tivesse dado certo, a história constaria na lista de ações de um regime que, fundamentado na DSN, racionalmente teria intervindo na região amazônica considerando a questão do desenvolvimento e da segurança nacional. Porém, como “deu errado e, em 1985, custara ao país cerca de 30 milhões de dólares”, soube-se que “tudo se resumia a uma negociata envolvendo meia dúzia de espertalhões ligados ao SNI”²².

Embora as críticas de Elio Gaspari nos pareçam acertadas, elas trazem consigo o inconveniente de, colocando-se do lado oposto aos trabalhos anteriores, reduzir a DSN a um elemento sem maior importância. Se os primeiros autores que apresentamos tentaram compreender a realidade pela ótica da Doutrina de Segurança Nacional, visto que ela teria fundamentado a ação dos militares, Gaspari separa a realidade do pensamento militar, como se este fosse, além de independente em relação à história, vazio de conteúdo. É verdade que seu ponto de vista é compatível com a tese que pretende sustentar, isso é, a de que Ernesto Geisel e Golbery desmontaram a ditadura “porque o regime militar, outorgando-se

²⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 16.

²¹ GASPARI, 2002a, p. 39.

²² GASPARI, 2002a, p. 40.

monopólio da ordem, era uma grande bagunça”²³. Aceitando-se a racionalidade da DSN, ficaria difícil explicar como e por que, à luz da Doutrina de Segurança Nacional, a ditadura chegou ao fim. Todavia, sua tese não nos permite compreender a *função* desempenhada pela guerrilha como *justificadora* do recrudescimento militar, uma vez que, para ele, como desdobramento mesmo de sua idéia principal, o sistema de informação e repressão não poderia ter sido nada mais do que uma estrutura sem qualquer organicidade – “gastou muito dinheiro, mas não adquiriu nenhuma sofisticação além do primitivo poder de polícia, da arbitrariedade e da corrupção”²⁴.

Contrário a essa opinião, Carlos Fico lembrou que o aparelho repressivo da ditadura não produziu um volume de informações desconexas e sem sentido. Na verdade, havia uma complexa estruturação e um intenso intercâmbio de dados que revelavam as convicções de seus produtores e geravam efetivos que iam muito além do simples texto escrito. “Tais informações não se constituíam em um amontoado caótico de folhas dispersas abordando temas fragmentados, por vezes de maneira ridícula e sempre mobilizando um certo jargão”²⁵. O autor assume uma posição alternativa que nos parece mais acertada, pois, sem perder de vista a importância da DSN, como os primeiros analistas, redefine o lugar ocupado pela Doutrina de Segurança Nacional durante o regime, afastando-se da negação absoluta de Gaspari. Por um lado, Fico reconhece certa versatilidade da DSN ao afirmar que “a doutrina ou ideologia de segurança nacional e desenvolvimento teve de se adaptar, ao longo do tempo, aos ditames dos mandantes do momento”. Por outro, ele lembra que não se deve exagerar a influência desse corpo teórico sobre o golpe a ditadura, citando dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, porque, durante o regime, houve uma “gradual decadência da ESG [Escola Superior de Guerra]”, instituição que funcionou como “pólo teorizador”²⁶ da DSN – isso indicaria a perda de importância da Doutrina de Segurança Nacional. Em segundo lugar, porque, face à diversidade dos militares, seria impossível que uma doutrina pudesse explicar o golpe e a ditadura – isso exigiria que as Forças Armadas fossem tomadas como um só corpo e que o pensamento e a ação de seus integrantes fossem homogêneos.

Montagem do aparelho informativo-repressivo

Sintetizando, vimos até aqui os principais fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional, as divergências em relação à sua importância para a conformação do pensamento e

²³ GASPARI, 2002a, p. 41.

²⁴ GASPARI, 2002a, p. 171.

²⁵ FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 41. Grifo nosso.

²⁶ ALVES, 2005, p. 42. Sobre a criação da ESG, ver *Capítulo 5*, p. 92.

da ação militar e as diferentes maneiras de situar sua origem. No contexto da Guerra Fria, a DSN anunciou ser impossível manter-se neutro diante da polarização político-ideológica. Um novo modelo de guerra, permanente e total, de caráter subversivo, revolucionário, psicológico e indireto, estaria em curso, elidindo a idéia de fronteira nacional, convertendo todos os cidadãos em potenciais inimigos e exigindo a montagem de uma eficiente estrutura de informação e repressão. Teorizada no Brasil pela Escola Superior de Guerra, criada no final dos anos 1940, a DSN tinha muitas semelhanças com doutrinas militares da década de 1930, conforme assinalaram certos autores. Outros encontraram traços de origem ainda mais longe, no fim do século XIX. Visto que a realidade histórica brasileira correspondeu, em grande medida, aos preceitos da DSN, muitos também atribuíram à doutrina uma grande importância como fundamento racional do golpe e da ditadura, enquanto outros, inversamente, trataram a DSN apenas como um conjunto de idéias sem maior importância, havendo ainda um terceiro grupo que, assumindo uma posição intermediária, buscou definir sua real dimensão, sem abandoná-la completamente nem absolutizar sua importância.

Passaremos, agora à observação de um dos elementos centrais DSN, que foi a montagem do aparelho repressivo da ditadura. Ao nos determos sobre seu processo de estruturação, cuja evolução, não linear, correspondeu a uma história paralela, a “da perda e reconquista do controle do poder pelos militares moderados”²⁷, desejamos sublinhar a relação estabelecida entre a ditadura e seu principal inimigo interno, a esquerda armada. Como dissemos antes, a organização de um aparato repressivo tornou-se uma das mais importantes tarefas do regime a fim de eliminar os focos de *subversão*. Entretanto, nem os sistemas de informação e segurança interna começaram a ser montados quando a luta armada já tinha sido deflagrada – eliminando, portanto, as interpretações que se baseiam numa análise de causa e efeito – nem tampouco a estruturação de um aparato repressivo nos níveis verificados no Brasil poderia ter constituído uma *resposta* à guerrilha, de dimensões pequenas, tanto nas cidades como no campo – exigindo, dessa forma, uma outra explicação para a relação estabelecida entre a ditadura e a esquerda armada, o que será visto no próximo capítulo.

A chamada *comunidade de informações* contemplava, na verdade, dois sistemas: um de informação e outro de repressão²⁸. O primeiro, denominado Sistema Nacional de Informações (SISNI), tinha como objetivo reunir informações a serem colocadas à disposição do general-presidente, como ocorre com os serviços de informação de qualquer país, e também monitorar as atividades particulares dos cidadãos (de suas preferências políticas à opção sexual), buscando dados importantes para neutralizar o inimigo interno, fosse

²⁷ FICO, 2001, p. 19.

²⁸ Os dados a seguir, salvo quando indicado, estão em FICO, 2001.

diretamente, pelo combate, fosse indiretamente, pela desmoralização. Era o equivalente a uma contra-ofensiva militar para fazer frente à guerra revolucionária e psicológica conduzida pelo inimigo. O segundo, denominado Sistema de Segurança Interna do País (SISSEGIN), completava as atribuições do SISNI, atuando no campo repressivo propriamente dito, com execuções de prisões e interrogatórios, embora órgãos como o SNI, pertencente à estrutura de informação, também realizassem ações repressivas. O SISSEGIN, criado a partir da pressão dos militares mais radicais da *Revolução de 1964*, a chamada *linha-dura*²⁹, era uma resposta a duas questões prementes: de um lado, o desejo da ditadura em exercer um maior controle policial e militar sobre a sociedade; de outro, a insatisfação dos duros com o aparato repressivo existente, as limitações impostas pela Justiça ao trabalho punitivo e a possível imagem de fragilidade que o regime poderia passar nessas circunstâncias. Pensados havia algum tempo, os dois sistemas se consolidaram plenamente apenas em 1969-70, o que acabou reforçando a percepção de que respondiam à *ameaça* representada pela esquerda armada, cujo apogeu ocorreu justamente nesse biênio.

O Serviço Nacional de Informação, organizado em junho de 1964, era o órgão central do SISNI. Desde a década de 1950, o general Golbery, idealizador do SNI, defendia a criação de um eficiente serviço secreto que incorporasse os órgãos e departamentos de informação e contra-informação existentes. Golbery começou a montar o SNI ainda nos primeiros dias de abril, logo após a deposição de Jango. A criação do órgão, portanto, nada teve de secreto, acontecendo abertamente, por meio de um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Castello Branco, onde foi aprovado em “relativa paz”, somente com “pequenas emendas”³⁰ – para o que foi decisivo, obviamente, as primeiras depurações, que *limparam* o Congresso dos opositores do novo regime. Outra prova de que a criação do SNI não aconteceu veladamente foi o debate suscitado na imprensa, onde o projeto do governo foi duramente criticado sob a acusação de pretender criar uma verdadeira polícia política. Embora isso tenha se comprovado correto tempos depois, o fato para o qual chamamos a atenção é que a maneira como o SNI foi organizado revelou que o governo não tinha, a princípio, nada a esconder. O Serviço Nacional de Informação não era, em 1964, o que mais tarde foi chamado de *porão da ditadura*. Essa distinção é importante, como lembra Carlos Fico, para que se tenha “um entendimento histórico mais refinado”³¹ a respeito do aparato informativo-repressivo da ditadura.

²⁹ A expressão surgiu em 1964 para designar os ultra-revolucionários e os militares radicais indisciplinados que tentavam concorrer com o poder presidencial por meio das prerrogativas que lhes tinham sido conferidas nos primeiros meses da ditadura (Cf. GASPARI, 2003).

³⁰ GASPARI, 2002a, p. 157.

³¹ FICO, 2001, p. 43.

Além do SNI, a ditadura dispunha das Divisões de Segurança e Informação (DSI), presentes nos ministérios civis, por meio dos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, e militares, através dos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares. Nas pastas civis, esse *subsistema* de informações incluía não apenas os ministérios mas também as autarquias, as fundações e as empresas estatais³². Na estrutura de cada ministério havia uma DSI, além de possíveis Assessorias de Segurança e Informações ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações, presentes nas áreas mais importantes da administração pública. Algumas pastas, como as de Relações Exteriores e do Interior, distinguiam-se dos demais ministérios por possuírem suas respectivas DSI e setores específicos de informações que não existiam em outros locais. Nos ministérios militares, a organização era bastante diferente. Ao invés das DSI, cada uma das forças armadas possuía sua própria estrutura, incluindo um centro de informação da Marinha (CENIMAR), outro do Exército (CIE) e um terceiro da Aeronáutica (CISA). Todas elas dispunham de uma subchefia de informações de seus Estados-Maiores, de órgãos de suas unidades regionais e de escritórios de adidos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Além disso, os militares contavam com um Subsistema de Informações Estratégicas Militares, responsável, especificamente, por tratar das informações relacionadas às operações militares. Nesse caso, a atividade de repressão das Forças Armadas não se confundia com o restante do SISSEGIN.

Ao contrário do SISNI, esse sistema foi estruturado por meio de diretrizes secretas preparadas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo presidente da República, e não por legislação pública de exceção, como os diversos atos institucionais aprovados ao longo da ditadura. Na montagem do SISSEGIN, definiu-se que cada comando militar teria um Conselho de Defesa Interna, um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos sob a supervisão de um comandante do Exército. O território nacional também foi dividido em seis Zonas de Defesa Interna, havendo a possibilidade de serem criadas Áreas de Defesa Interna e Subáreas de Defesa Interna nos locais que exigissem atenção especial do governo. Ao CODI cabia o planejamento, o controle e a execução de ações de defesa interna, articulando todos os escalões envolvidos em cada operação, enquanto os DOI ficavam com o “trabalho sujo”³³ da repressão. Essas duas estruturas formavam o sistema DOI-CODI, criado em 1970 a partir do exemplo bem sucedido, em termos de repressão, da Operação Bandeirante (Oban), um órgão extra-oficial de combate à *subversão* que funcionou em São Paulo com o envolvimento de

³² Era o caso, por exemplo, do Conselho de Segurança Nacional, de Itaipu Binacional e do Departamento de Administração do Serviço Público, onde havia órgãos setoriais de informação semelhantes às DSI.

³³ FICO, 2001, p. 123.

militares e policiais. Em 1974, todas as regiões militares do país já contavam com seus respectivos DOI em pleno funcionamento.

Como se pode ver, em uma década, a ditadura erigiu uma ampla e complexa estrutura de informação e repressão. Os dois sistemas, SISNIN e SISSEGIN, foram consolidados apenas 1969-70, conforme dissemos. Em 1968, reformas conduzidas por dois proeminentes militares da linha-dura – marechal Arthur da Costa e Silva, presidente da República, e general Jayme Portella, chefe do Gabinete Militar – redefiniram o papel do SNI, garantiram ao Conselho de Segurança Nacional (cujo secretário-geral era o próprio Portella) ascendência sobre as DSI, aperfeiçoaram a estrutura existente e criaram outros órgãos de informação. Com a montagem do sistema DOI-CODI, completou-se o aparato informativo-repressivo à disposição do regime.

Observemos, para efeito de comparação, as dimensões da estrutura que a esquerda armada precisou enfrentar. Entre 1969-74, durante a gestão do general Carlos Alberto de Fontoura à frente o SNI, cerca de dois mil funcionários trabalhavam no órgão³⁴. Em cada DSI, por sua vez, havia aproximadamente trinta funcionários, lembrando que seu pessoal não era o mesmo que o do SNI, que tinha profissionais específicos. Apenas no DOI do II Exército, em São Paulo, trabalhavam 250 pessoas em 1970, sendo 80 só das Forças Armadas. Nos cálculos de Carlos Fico, supondo o envolvimento de cem pessoas em cada um dos dez DOI espalhados pelo país, somente nesse nível do aparelho repressivo estiveram envolvidos cerca de mil funcionários. O número pode, inclusive, ter sido maior, já que documentos oficiais revelaram que, naquele momento, apenas o Exército fornecia 600 homens para o SISSEGIN. Na esquerda, diferentemente, os cálculos mais otimistas apontam que nos seis principais grupos armados militaram, no máximo, 1600 pessoas, sendo que a maioria tinha pouco ou nenhum

³⁴ Em 1964 eram apenas cem funcionários, enquanto em 1982 o SNI chegou a contar com seis mil pessoas, segundo Elio Gaspari (2002a). Saindo dos números, outro dado trazido pelo autor e que revela a dimensão da estrutura com a qual as organizações armadas se depararam são os contatos, a rede de intercâmbios, estabelecidos entre o SNI e os serviços de segurança de outros países. Ainda em 1964, a *Central Intelligence Agency* (CIA) dos EUA propôs mandar ao Brasil um funcionário encarregado de auxiliar na montagem do serviço secreto brasileiro. Para o MI5, do Reino Unido, seguiram, naquele ano, oficiais brasileiros para um intercâmbio com o serviço britânico. Portugal convidou o governo brasileiro a visitar a Escola de Comando de Luanda, onde eram treinadas as tropas antiguerrilheiras que combatiam os movimentos de libertação nacional em Angola e Moçambique. Em 1965, dois oficiais brasileiros foram estagiar em Buenos Aires durante algumas semanas. Nessa época, o SNI aproximou-se também do serviço secreto francês e italiano, em negociações disfarçadas “dentro do cerimonial das visitas oficiais dos presidentes Charles de Gaulle e Giuseppe Saragat” (p. 167). Em 1966, após acordo com o Mossad, de Israel, o segundo homem do SNI, o então coronel João Batista Figueiredo, foi convidado a visitar o serviço israelense em Tel Aviv. Tempos depois, o Brasil também enviou estagiários para a Alemanha. Não se pode comparar tais intercâmbios com a rede estabelecida entre a esquerda armada brasileira e países como Cuba, China e Albânia. Como se depreende do estudo de Denise Rollemberg, no treinamento em Cuba, a falta de infra-estrutura adequada e o primarismo teórico e político dos instrutores foram compensados com a boa intenção, o romantismo e o idealismo de ambos os lados (ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001).

treinamento militar³⁵. Balanços mais modestos, entretanto, indicam que, em 1969, no auge da luta armada urbana, a quantidade de guerrilheiros pode ainda menor, não passando de 800 pessoas³⁶. Por esses números, fica evidente que a chamada guerra revolucionária colocou em lados opostos forças absolutamente desproporcionais em efetivos, infra-estrutura, treinamento e armamentos, de modo que justificar o recrudescimento da repressão por causa da guerrilha pode ter sido politicamente eficaz, mas não correspondeu, de fato, ao potencial da esquerda armada em tomar o poder e fazer a revolução.

³⁵ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993. Para esse número, consideramos as seguintes organizações: ALN, PCBR, Comandos de Libertação Nacional (COLINA), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Adotamos como critério o fato de serem esses os grupos responsáveis pelo planejamento e execução, sozinhos ou em conjunto, das mais importantes ações de guerrilha urbana e rural ocorridas na ditadura – por sua publicidade e pela quantidade de armas, munições e dinheiro expropriados.

³⁶ GASPARI, 2002a.

Uma repressão em busca de justificativa

Organizações que aderiram à luta armada

Às diversas siglas do aparato informativo-repressivo da ditadura corresponderam outras tantas da esquerda armada. Das organizações mencionadas no final do capítulo anterior, tratamos apenas da ALN, quando foi destacada sua importância para a interpretação e adaptação da experiência revolucionária cubana para a realidade brasileira¹. Portanto, são necessárias algumas considerações sobre a trajetória dos principais grupos armados antes de passarmos à análise da guerrilha. Praticamente todas as organizações que aderiram à luta armada tiveram origem no PCB, em parte como consequência de rachas no *Partidão* ocorridos após a derrubada de João Goulart e em parte pelas cisões, também posteriores ao golpe, que aconteceram na Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop) e no PCdoB – ambos saíram do PCB antes de 1964 por discordar de sua linha política, a exemplo dos demais agrupamentos². De certo modo, as dissidências comunistas posteriores a 1964 repetiram as mesmas críticas da Polop e do PCdoB, acrescentando questões próprias de uma conjuntura que os militantes daquelas organizações não viveram como integrantes do PCB. Assim, por exemplo, as divergências com relação ao que realmente aconteceu em março

¹ Sobre a ALN, ver *Capítulo 1*, p. 34.

² As exceções foram a Ação Popular (AP), com origem na esquerda católica, e as Ligas Camponesas, ligadas ao movimento de trabalhadores rurais. A AP ofereceu alguns poucos quadros para a luta armada, chegando a executar ações de guerrilha urbana. As Ligas, por sua vez, embora tenham mantido relações com Cuba visando o lançamento da luta armada no campo, foram desmanteladas pela ditadura antes do lançamento da guerrilha.

de 1964, quando os dirigentes comunistas, a despeito de seu discurso belicoso e confiante³, foram pegos de surpresa pelo golpe, tiveram enorme reflexo para o futuro do partido.

A Polop foi criada em fevereiro de 1961 por militantes do PCB que discordavam da avaliação oficial do partido sobre a realidade brasileira. Para os comunistas, o latifúndio e o imperialismo eram fatores impeditivos ao pleno desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Tendo em vista que a formação da classe operária, considerada essencialmente revolucionária, dependia da expansão do sistema, era tarefa do partido apoiar a burguesia nacional em seu projeto de revolução democrática destinada a eliminar aqueles entraves. Imaginava-se, erroneamente, que a burguesia brasileira estava em contradição com o latifúndio e o imperialismo – esses, sim, na visão dos comunistas, articulados com o objetivo de manter a mesma estrutura econômica do país, favorecendo os latifundiários, internamente, e os países imperialistas, no exterior. Resumidamente, eram esses os fundamentos do modelo *etapista* de revolução defendido pelo PCB, contra o qual a Polop se posicionou. Para seus militantes, o capitalismo no Brasil já estava plenamente constituído no início dos anos 1960, de forma que a revolução deveria ocorrer numa só etapa, imediatamente socialista, sem ilusões quanto a possíveis alianças de classe entre trabalhadores e burguesia nacional⁴.

Em 1967, um racha na organização deu origem a dois importantes grupos armados. Havia divergências dentro da Polop sobre o peso a ser dado ao trabalho de massas, à deflagração da luta armada e ao papel da organização naquele momento. Seus militantes em Minas Gerais, na Guanabara e no Rio Grande Sul formaram os COLINA, enquanto o núcleo paulista criou a VPR, com remanescentes do MRN de Brizola. Quase 65% dos quadros do MNR eram de ex-militares de baixa patente processados ou expulsos das Forças Armadas logo após o golpe. Muitos tinham participado do movimento pelas reformas de base no governo Jango, sendo considerados pelo oficialato como elementos subversivos e contestadores da estrutura e da hierarquia militares, o que era até mais grave⁵. No final de 1966, com o apoio de Cuba, o MNR lançou seu projeto guerrilheiro na região do Caparaó,

³ Quatro dias antes do golpe, o secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, chegou a afirmar que não existiam condições propícias para um levante de direita, mas que se ele ocorresse “os golpistas teriam as cabeças cortadas” (Discurso de Luís Carlos Prestes citado em GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 64). Contudo, nem a previsão nem a promessa de Prestes se confirmaram.

⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*, vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, pp. 185-212.

⁵ Segundo Elio Gaspari (*A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a, p. 190), militavam no MNR cerca de quinze ex-marújos, seis dos quais tinham sido diretores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (incluindo o conhecido José Anselmo dos Santos, o *Cabo Anselmo*, presidente da entidade), envolvida num dos últimos e decisivos episódios para o golpe de 1964. A esse respeito, ver VILLA, Marco Antonio. *Jango, um perfil*. São Paulo: Globo, 2004, pp. 186-207.

entre Minas Gerais e Espírito Santo⁶. A *guerrilha* do Caparaó, como impropriamente passou a ser chamada, foi a primeira iniciativa concreta de desencadear a luta armada no Brasil após o golpe. O foco revolucionário do MNR, contudo, foi desmantelado pela polícia em apenas quatro meses, sem nem mesmo terem sido registrados combates ou tiroteios. Os remanescentes da organização, em sua maioria militares, naturalmente se aproximaram da Polop, onde também militavam muitos ex-sargentos, cabos e marinheiros. Dessa articulação surgiram a VPR e os COLINA⁷.

As duas organizações protagonizaram algumas das mais conhecidas ações armadas do período, como o justicamento do alçó de Che Guevara (que depois se descobriu não ser a pessoa correta), o roubo ao Hospital Militar do Cambuci, em São Paulo, o ataque à bomba no Quartel General do II Exército, também na capital paulista, e o justicamento de um capitão norte-americano a quem um *tribunal revolucionário* atribuiu a acusação de ser um agente da CIA e torturador de *vietcongs* na guerra do Vietnã. Todas essas ações aconteceram em 1968, ano marcado pela retomada das mobilizações de massa, mas encerrado sob a sombra do AI-5. Tanto a VPR como os COLINA sofreram com a onda repressiva desencadeada a partir de então. Em Minas, por exemplo, a polícia desmantelou vários *aparelhos* dos COLINA, o que resultou em muitas *quedas* na organização. Num dos esconderijos clandestinos ocorreu o primeiro confronto direto com baixas entre a esquerda armada e a ditadura. Chegando ao local, a polícia foi recebida com rajadas de submetralhadora que vitimaram dois militares⁸. “A morte dos dois tiras mineiros enraiveceu os torturadores, que se soltaram na prática de perversidades”⁹, desencadeando novas perseguições e prisões de militantes dos COLINA, sobretudo no estado da Guanabara.

No caso da VPR, além das baixas, um fator decisivo em sua trajetória foram os rachs provocados por divergências internas quanto aos rumos da luta revolucionária. Em 1968, a organização dividiu-se entre *massistas*, que defendiam um trabalho político combinado com as ações armadas, e *militaristas*, que sustentavam a idéia, próxima à da ALN, de que a ação predominava sobre o componente político, importando muito mais expandir a luta armada do que buscar qualquer tipo de conscientização das massas – na avaliação desse setor, uma aproximação das massas, naquele contexto, poderia levar a novas quedas¹⁰. Dessa cisão, uma

⁶ O MNR foi a segunda organização brasileira a receber apoio cubano como parte de seu projeto para “exportar a revolução” (ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 13). A primeira foi as Ligas Camponesas.

⁷ Outros remanescentes do MNR que não seguiram para essas organizações criaram o Movimento de Ação Revolucionário (MAR), a Resistência Armada Nacionalista (RAN), a Frente de Libertação Nacional (FLN), o Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21) e o Movimento Revolucionário 26 de Maio (MR-26).

⁸ GASPARI, 2002a.

⁹ GORENDER, 1987, p. 131.

¹⁰ CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta*

parte importante da VPR juntou-se com remanescentes dos COLINA, fundando a VAR-Palmares, em julho de 1969¹¹. Os militantes que seguiram para o novo agrupamento tinham muitas afinidades com o militarismo extremado, a começar pelo fato de que muitos eram militares. Essa característica foi decisiva para que a VAR, mesmo com o recrudescimento da repressão, mantivesse uma avaliação positiva acerca da necessidade e das possibilidades da luta armada. Ainda no mês de julho, o grupo executou com sucesso a maior ação expropriatória feita pela esquerda armada: o roubo do cofre da amante do governador paulista Adhemar de Barros, falecido poucos meses antes. O cofre do *Dr. Rui*, como a amante era conhecida no meio político, rendeu à VAR a impressionante quantia de quase U\$ 2,6 milhões.

O PCdoB, outra importante organização que aderiu à luta armada, surgiu em 1962 após um racha provocado no PCB pela revelação dos crimes cometidos sob o governo de Josef Stalin e pela nova orientação política adotada pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) de aproximação e coexistência pacífica com os EUA¹². A reação de militantes aos crimes de Stalin e à linha política assumida pelo PCB a partir de 1958, como desdobramento da inflexão do PCUS, levou à formação de grupos de oposição dentro do partido. Um deles, em particular, reuniu os principais nomes da futura direção do PCdoB. Esse núcleo divergia frontalmente da proposta pecebista de uma frente política nacionalista e democrática, antifeudal e antiimperialista, unindo os trabalhadores e a burguesia nacional na direção de uma revolução pacífica. No início da década de 1960, aproveitando-se do processo que levou à legalização do PCB, em 1961, o grupo, excluído internamente pela direção pecebista, fundou o PCdoB, alegando que as concessões de seu partido de origem para obter a legalização o haviam desviado completamente da perspectiva revolucionária. Desse modo, retomando o nome original da legenda criada em 1922, o PCdoB desejava sinalizar a continuação do único partido realmente revolucionário, o que não impediu que a organização tivesse dificuldades em se diferenciar de sua matriz.

O PCdoB foi responsável pela única guerrilha rural lançada pela esquerda brasileira, na região do Araguaia, localizada no Bico do Papagaio, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás (que na época ainda englobava o atual estado de Tocantins). Desde 1966, o PCdoB passou a enviar secretamente alguns quadros para a região com o objetivo de se misturarem à população local para, mais tarde, sob inspiração da teoria chinesa da *guerra popular prolongada*, lançar a guerrilha com o apoio dos camponeses.

armada no Brasil (1968-1972). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.

¹¹ Mais tarde, uma racha na VAR deu origem a dois grupos: um deles reconstruiu a antiga VPR e o outro criou a Dissidência da VAR-Palmares (DVP).

¹² SALES, Jean Rodrigues. O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica a atuação política. *Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth*, Campinas, vol. 8, n. 14-15, 2001, pp. 15-49.

Em 1967, já havia no Araguaia por volta de seis militantes do PCdoB; no ano seguinte, quinze, espalhados em três pontos da região¹³. O deslocamento de quadros para o Araguaia ocorreu sob tanto sigilo que nem mesmo a totalidade dos membros do Comitê Central do PCdoB sabia do projeto, muito menos as bases do partido¹⁴. Conseqüentemente, o PCdoB sofreu duas cisões de militantes que o acusavam de vacilar na adesão à luta armada. Em 1966, um grupo egresso do PCdoB formou, no Nordeste, o Partido Comunista Revolucionário (PCR). No ano seguinte, no Centro-Sul do país, militantes críticos da “inação aparente do PCdoB”¹⁵ criaram a Ala Vermelha¹⁶. Ambos acusavam o PCdoB de *imobilismo*, quando, na verdade, o partido já preparava seu projeto de guerrilha rural enviando pessoas para o Araguaia.

Das principais organizações mencionadas, ainda não falamos do MR-8 e do PCBR, que saíram das bases do PCB depois de 1964. A deposição de João Goulart foi um golpe não apenas contra a democracia brasileira, mas também contra o PCB. A linha política do partido, com sua proposta *frentista*, parecia confirmar-se no governo Jango, especialmente em seus últimos meses, quando, isolado, o presidente aderiu às bandeiras esquerdistas. Na visão do PCB, materializava-se a aliança entre trabalhadores e burguesia em favor de uma revolução que poderia, pacificamente, transformar a estrutura política, econômica e social do país. Por conseguinte, a derrota de João Goulart representou também a derrota do PCB, de modo que, após o golpe, uma intensa disputa interna foi estabelecida a fim de examinar as causas do fracasso e definir a tática do partido em meio à nova conjuntura. A maioria de seu Comitê Central, sem nenhuma autocrítica de seu próprio posicionamento antes do golpe, concluiu que teria havido um *desvio à esquerda*. O partido superestimara a correlação de forças da sociedade, avaliando mal as condições objetivas da revolução. Para outros setores, entretanto, teria ocorrido, na realidade, um *desvio à direita*. O PCB cometera um grave erro ao se deixar liderar pelo presidente, confiando em seu *dispositivo militar* sem preparar sua militância para o golpe.

Para não arriscar num novo desvio à esquerda, o partido decidiu não seguir pelo caminho armado, mantendo seu projeto *frentista*, porém, voltado para a militância no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura criado em 1966. Nessa época, surgiram as primeiras defecções na base estudantil do PCB – as chamadas Dissidências Universitárias (DI). O MR-8 surgiu a partir da DI da Guanabara, formada em 1964, inicialmente como corrente do PCB. Dois anos depois, quando o grupo deixou o partido para compor uma nova organização, parte dos estudantes defendia sua integração à Corrente

¹³ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

¹⁴ SALES, 2001.

¹⁵ GORENDER, 1987, p. 109.

¹⁶ A organização se dividiu mais tarde, dando origem ao Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em São Paulo, e ao Movimento Revolucionário Marxista (MRM), em Minas Gerais.

Revolucionária liderada por Marighella dentro do PCB (futuro Agrupamento Comunista de São Paulo e ALN¹⁷), outros desejavam integrar-se ao PCdoB e um terceiro grupo preferia fortalecer a nova organização¹⁸. Dividida, a DI se debateu em torno dessas três alternativas, até que em 1968, aproveitando-se da retomada das mobilizações estudantis, a organização ganhou um novo impulso, aderindo à luta armada após o *fechamento* da ditadura, em dezembro. Sua ação mais conhecida foi o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 1969. Foi então, no manifesto divulgado pelos seqüestradores, que a DI assumiu o nome de MR-8. Do ponto de vista da *guerra psicológica*, os guerrilheiros quiseram desmoralizar a ditadura, adotando o nome de outra organização que os militares afirmavam ter desmantelado.

Quanto ao PCBR, o novo partido foi criado no mesmo processo que levou à formação da ALN. Em resposta à intervenção do PCB em seu núcleo paulista e à expulsão de Marighella, no contexto da viagem não autorizada para participar da OLAS, em Cuba, militantes do partido que também pertenciam à Corrente Revolucionária se reuniram em Niterói (RJ) para avaliar as punições. Desse encontro saíram alguns quadros do PCB que fundariam o PCBR, em abril de 1968 – outros seguiram com Marighella na formação da ALN. O PCdoB, com algum senso de oportunismo, designou um de seus militantes para participar das reuniões de criação do PCBR e, em meio às discussões, tentar levar para o partido algum dissidente do PCB¹⁹. A nova organização, entretanto, diferente do grupo marighellista, tentou aliar a necessidade da estrutura partidária com a possibilidade de outra forma de luta que não apenas a de massas, o que logo se mostrou inviável por causa do AI-5. Em meio à tensão entre as novas exigências da conjuntura, que pareciam indicar a necessidade da luta armada, e o desejo de sobrepor o componente político ao militar, o PCBR iniciou sua participação em ações armadas urbanas. No primeiro semestre de 1970, porém, o partido já estava praticamente desmantelado, com muitos militantes mortos ou presos.

Escolha *versus* destino

A fragmentação da esquerda armada, com a formação de vários grupos, muitas vezes criados em razão de discordâncias relativamente pequenas, longe de tê-la fortalecido (pelo diagnóstico correto da conjuntura, pela tenacidade de suas posições, pela disposição em se opor ao reformismo, etc.), acabou facilitando o trabalho da repressão, que se organizava

¹⁷ O grupo Resistência Democrática (REDE) integrou-se à ALN em 1970. No ano seguinte, uma dissidência na organização de Marighella deu origem ao Movimento de Libertação Popular (Molipo).

¹⁸ CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS FILHO, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8): da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 131-148.

¹⁹ GONDER, 1987.

rapidamente no mesmo período, numa trajetória oposta à de seus adversários, cada vez mais divididos. De algum modo, os que pegaram em armas durante a ditadura partiram do pressuposto de que a guerrilha era inevitável, de que não havia outro caminho a não ser a luta armada. Para isso contribuíam as influências apontadas no primeiro capítulo mais o fracasso da revolução pacífica do PCB e a *docilidade* da oposição feita pelo MDB, segundo avaliação dos grupos armados²⁰. Na verdade, a própria conjuntura alimentou o diagnóstico da esquerda armada de que existiam condições para a tomada do poder e a formação de um governo popular ou revolucionário.

Apesar das diferentes interpretações sobre o caráter da revolução brasileira, no geral, predominou entre aqueles grupos a tese de que o capitalismo brasileiro já estava plenamente constituído e que o latifúndio e o imperialismo não se opunham à burguesia nacional. Influenciadas pela *teoria da dependência*, as organizações armadas acreditavam que a articulação entre esses setores impediam o desenvolvimento capitalista no Brasil ao provocarem a estagnação de suas forças produtivas²¹. Em países subdesenvolvidos e dependentes, como era o caso, o sistema só poderia ser mantido pela força das armas, de modo que, vivendo sob uma ditadura, a realidade brasileira parecia comprovar que as condições objetivas da revolução já estavam dadas – portanto, a tarefa dos revolucionários era forjar as condições subjetivas do processo revolucionário, na condição de vanguarda política.

Outro exemplo de como o desenrolar da conjuntura trouxe certezas para a esquerda armada aconteceu em 1968, com a aprovação do AI-5. O *golpe dentro do golpe* podia ser avaliado de duas formas. De um lado, poderia ser uma evidência de que a ditadura tinha se fortalecido, sendo necessário recuar, ainda que momentaneamente – essa posição, minoritária dentro da esquerda armada, foi defendida pelos *massistas* da VPR, por exemplo²². De outro lado, o AI-5 poderia indicar o isolamento dos militares, que ofereciam mais ditadura, enquanto a sociedade que saiu às ruas em 1968 exigia democracia. É interessante conferir a interpretação de duas importantes organizações, a ALN e o PCdoB, a respeito do AI-5 e seus efeitos. O que essas declarações revelam não é a inevitabilidade da luta armada, mas o fato de que a conjuntura era interpretada de modo a orientar a ação dos revolucionários para esse caminho. Fora da Nova Esquerda, nunca é demais lembrar que havia outras possibilidades de oposição, como bem mostraram os *autênticos* do MDB, que nem por isso deixaram de pagar

²⁰ Nas palavras do MR-8, “as massas exploradas [...] não se deixam mais levar pelas manobras dos meios politiquieiros burgueses. A oposição ‘tolerada’ – Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – não convence mais ninguém”. *Linha política e orientação para a prática*. Documento citado em REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.) *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 443.

²¹ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

²² CHAGAS, 2000.

um alto preço político pela ousadia de se opor a uma ditadura com poderes cada vez mais discricionários.

Recorrendo à técnica do golpe dentro do golpe, desfecharam um novo golpe fascista a 13 de dezembro de 1968 e decretaram o Ato Institucional nº 5 [...] Na tentativa de impedir os atos revolucionários com o auxílio de leis de extrema violência, o inimigo tornou-se mais cruel, desencadeando um terror policial que nada fica a dever aos nazis. A crueldade dos fascistas que detêm o poder *favoreceu o clima de guerra revolucionária, arrastando contra os militares brasileiros e a atual ditadura um número cada vez maior de inimigos*²³.

A ditadura isola-se cada vez mais e está cercada pelo ódio da esmagadora maioria da nação. Personifica o que há de pior e mais retrógrado na sociedade brasileira. As violências que cometem são sinal de fraqueza. Sua base política tornou-se demasiadamente estreita. Não terá forças para impedir *explosões populares que serão inevitáveis*, tanto nas cidades como no campo. *O governo ditatorial é forte na aparência, mas na realidade é um poder precário e bastante débil*. Intensificará a repressão, cometerá toda sorte de crimes, mas não poderá evitar que as grandes massas populares se levantem e lutem²⁴.

Sintetizando, a luta armada no Brasil foi uma *opção entre outras possíveis*. Embora seja evidente, esse aspecto foi *esquecido* no final dos anos 1970, quando, numa reconstrução do passado que mistificou a ação da esquerda revolucionária, a guerrilha apareceu como tendo sido um caminho inevitável. Para exemplificar, vejamos o caso Chile, por onde também circularam muitas das “idéias que fizeram a cabeça da esquerda”²⁵ brasileira nas décadas de 1960-70. A *experiência chilena* foi uma tentativa de construir o socialismo pelos meios legais e institucionais previstos por um Estado democrático e representativo. Dessa maneira, ela representou uma opção diferente, que visava a construção do socialismo pela via pacífica, contrapondo-se ao caminho das armas, tal como ocorreu no Brasil, e também ao modelo preconizado pelo PCB, de uma revolução conduzida em aliança com a burguesia nacional²⁶. No Chile, um governo declaradamente marxista – o que jamais ocorreu no caso brasileiro – tentou conduzir a mudança estrutural do Estado *por dentro*, a partir da transformação do próprio aparelho estatal e segundo as possibilidades que suas instituições ofereciam ao

²³ *O papel da ação revolucionária na organização*. Documento da ALN citado em REIS FILHO e SÁ, 2006, pp. 268-269. Grifo nosso.

²⁴ *Manifesto ao Povo*. Documento do PCdoB citado em SALES, 2001, pp. 44-45. Grifo nosso.

²⁵ GORENDER, 1987, p. 73.

²⁶ AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*, 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2002.

processo de mudança. Portanto, enquanto no Brasil uma parte da esquerda decidia pegar em armas como se a guerrilha, na verdade, fosse um destino, no Chile esses grupos buscaram uma opção alternativa, que terminou, como aqui, derrotada²⁷.

Conquanto a forma e o conteúdo da *via chilena para o socialismo* fossem pouco definidas, sabia-se que a proposta da Unidade Popular (UP), coalizão que elegeu Allende em 1970, não tinha em seu horizonte a construção de uma *ditadura do proletariado*, como no caso da esquerda armada brasileira. De qualquer forma, sua deposição, em 1973, indicou que as instituições chilenas não eram abertas e flexíveis o suficiente para admitir as transformações defendidas pela UP. As divisões dentro da esquerda, o isolamento do governo Allende e a perda de sua base parlamentar ajudaram a limitar ainda mais as possibilidades de mudança, num processo de radicalização que culminou no golpe. Porém, a via democrática para o socialismo (projeto) e a experiência chilena (processo) acabaram sendo compreendidas como uma só estratégia, que, derrotada, revelaria a impossibilidade de chegar-se ao socialismo por meios legais e pacíficos. Ainda que a via chilena não tenha conseguido mais do que “anunciar-se como uma via democrática”, o governo Allende, conforme destacou Alberto Aggio, “passou a ser visto e considerado mais como um exemplo de aplicação prática da via democrática ao socialismo [...] do que como o fracasso da experiência governamental da esquerda chilena”²⁸. O projeto e o processo foram vistos indissociavelmente, levando à conclusão de que o fracasso da experiência chilena eliminava, “em definitivo, qualquer possibilidade de proposição de uma via democrática ao socialismo”.

Voltando ao Brasil, o que a experiência chilena indicava era a existência de outras possibilidades de luta além da guerrilha, vista pela esquerda brasileira que pegou em armas não como uma *escolha*, mas como uma espécie de *destino*. Partindo da distinção estabelecida por Alberto Aggio entre via democrática para o socialismo e experiência chilena, podemos compreender o modo como a derrota do governo da UP, entendida como a derrota da alternativa pacífica e institucional para o socialismo (portanto, não dissociando projeto e processo), ajudou a fortalecer a certeza de parte da esquerda brasileira de que não seria possível fazer a revolução sem pegar em armas. Essa interpretação ficaria evidente nos depoimentos concedidos posteriormente por vários exilados que passaram pelo Chile.

²⁷ Nessa comparação, devem ser ponderadas algumas diferenças significativas entre os dois países. No Chile, havia uma longa estabilidade democrática, uma saudável alternância de partidos no poder e, nos anos 1970, um presidente marxista com possibilidades de modificar a estrutura política, econômica e social do país. Lembramos ainda que suas forças políticas de centro-direita foram um ator importante no jogo democrático, de maneira que os fatores que distinguiam o Brasil do Chile devem ser entendidos levando-se em conta também a participação política desse setor. A chegada de um presidente marxista ao poder, por exemplo, só foi possível porque a centro-direita chilena respeitou as regras do sistema político-partidário, não obstante alguns focos de contestação à vitória da esquerda. No Brasil, ao contrário, sempre que se sentiram ameaçados de alguma forma, os setores conservadores não hesitaram em assumir uma posição golpista.

²⁸ AGGIO, 2002, pp. 25-26.

Inicialmente, a maioria reconheceu as enormes diferenças que marcavam a realidade brasileira, governado por uma ditadura, e chilena, governado por uma coalizão de esquerda. Essas discrepâncias não passaram despercebidas para os exilados, que, em alguns casos, romperam com suas organizações armadas no Brasil por verificarem, a partir do caso chileno, que uma outra alternativa era possível. Contudo, como Denise Rollemberg assinalou,

a queda de Allende, desencadeando uma onda de terror, provocou uma ruptura de grande impacto. A vitória das forças reacionárias era uma realidade até mesmo no país que contava com uma ampla base social na luta pelo socialismo, *estimulando a reflexão sobre a viabilidade ou não da revolução institucional*²⁹.

Luta armada como pretexto para o aprofundamento da repressão

Ao citarmos há pouco algumas ações executadas pelos grupos armados, dissemos que era uma impropriedade chamar de guerrilha um episódio como o do Caparaó, que não produziu nenhum combate. Todos os quadros do MNR foram presos pela polícia sem nem mesmo dar um tiro. A mesma impropriedade se verifica quando chamamos a história da esquerda que pegou em armas de *luta armada*, expressão que Carlos Fico considerou equivocada para traduzir as “descontinuadas e incertas iniciativas militares da esquerda brasileira de então, pois, nas cidades, tais incursões mais se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crimes comuns [...] e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter absconso”³⁰. Fala-se em luta armada, talvez, porque essa expressão facilmente localize os acontecimentos que se deseja discutir. Porém, eles pouco tiveram de *luta*, apesar das ações espetaculares executadas por várias organizações. A tentativa da VPR em instalar um foco guerrilheiro no Vale do Ribeira (SP), em inícios de 1970, foi um exemplo da dinâmica freqüentemente assumida pela luta armada no Brasil, com a repressão no encaço de militantes em fuga, sem apoio popular, delatados por moradores locais, com uma estrutura precária e inadequada, feridos e famintos, muitas vezes³¹.

O maior e mais importante projeto da esquerda armada, a guerrilha do Araguaia, o único foco rural que efetivamente produziu resultados, também ficou marcado por esses mesmos aspectos. Quando o Exército chegou ao Bico do Papagaio pela primeira vez, em abril de 1972, cada um dos 71 guerrilheiros do PCdoB dispunha de um um revólver com 40 balas, quatro submetralhadoras (sendo duas de confecção doméstica), 25 fuzis e rifles. Havia

²⁹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 57. Grifo nosso.

³⁰ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n. 47, 2004b, p. 32.

³¹ Um relato detalhado do caso está em GASPARI, 2002b, pp. 196-201.

também trinta espingardas, quatro carabinas e 63 armas longas – menos de uma por combatente. Além de escasso, o armamento era velho e defeituoso, tornando-o pouco seguro e confiável. Pelos cálculos de Elio Gaspari, “seu poder de fogo era inferior ao de quatro grupos de combate do Exército, cada um deles com nove homens armados de oito fuzis FAL e uma submetralhadora”³². Em sua terceira e última expedição, no final de 1973, os militares estavam ainda mais bem aparelhados do que a guerrilha, cujos efetivos tinham sido reduzidos, entre prisões e mortes, a apenas $\frac{2}{3}$ de um ano e meio antes. As Forças Armadas chegaram à região com armamentos, aviões, helicópteros e fotos aéreas do local. Também foram abertas dezenas de clareiras para facilitar o pouso das aeronaves na mata. A tropa, embora menor, era mais qualificada, com efetivos recrutados em batalhões de guerra na selva e soldados da área de fronteira acostumados com o trabalho de patrulha na floresta.

Dois anos de guerrilha não produziram mais do que alguns poucos confrontos, sendo que a maioria deles, provocados pelo avanço da repressão, e não por um ataque do PCdoB, redundou em vitória dos militares. Nenhuma das baixas da guerrilha, por exemplo, ocorreu em ações ofensivas da esquerda. Nos estertores da luta armada no Araguaia, quando o foco revolucionário já estava seriamente debilitado, os militantes do PCdoB recrutaram até mesmo crianças. De acordo com Gaspari, em novembro de 1973, para cada três adultos da região que tinham sido integrados à guerrilha – lembremos que a estratégia da guerra popular prolongada previa um longo trabalho de politização das massas antes de deflagrar a guerrilha, para a qual se esperava contar com o apoio da população, o que praticamente inexistiu no Araguaia – havia um menor de idade lutando ao lado da esquerda. Em inícios de 1974, a guerrilha só continuava a existir como verdadeira *caçada*. O que restava eram guerrilheiros errantes pela mata, dispersos uns dos outros, sem comida nem mantimentos. Oito meses após a saída dos militares, em fevereiro de 1974, três militantes do PCdoB foram vistos no meio da floresta. Uma das testemunhas afirmou ter encontrado “uma mulher magra, meio amarelada. Mancava de uma perna e estava descalça. Vestia bermuda e camisa de homem, e trazia um revólver na mão. Desorientada, pedia fósforos. Fugiu quando lhe pediram a arma”³³.

³² GASPARI, 2002b, p. 416.

³³ GASPARI, 2002b, p. 460. O nome da guerrilheira era Walkíria Afonso Costa. Para uma versão diferente de sua morte, ver BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à verdade e à memória – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, pp. 263-264. Com relação ao Araguaia, são conhecidas as declarações do PCdoB exaltando a guerrilha quando esta já estava completamente derrotada. É interessante observar que também no exterior circularam documentos sobre o Araguaia com uma avaliação divergente dos dados que acabamos de apresentar: “A Resistência armada dos habitantes do sul do Pará começou em abril último; atacados pelas tropas da ditadura, *patriotas e camponeses se refugiaram na floresta* para lutar pela defesa de seus direitos. Pouco a pouco o movimento se organizou e consolidou na região, sustentado por um grande apoio popular” (Centre d’Information sur les luttes anti-imperialistes. *Brésil – Règlement militaire des forces partisans de l’Araguaia*. Fundo DIAL, Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FA1837(1)-025. Tradução livre do francês. Grifo nosso).

Nas cidades, a situação da esquerda armada não foi muito diferente. Entre 1968-70, seus grupos executaram as ações de maior impacto e repercussão, dando-lhes uma “sensação de poder”, um “parecer poder”, segundo Marcelo Ridenti³⁴. Aqueles anos representaram o auge da luta armada nas cidades. Contudo, como vimos no capítulo anterior, foi também o momento de consolidação do aparato informativo-repressivo da ditadura, que soube fazer uso da esquerda armada para justificar sua própria estruturação, consolidação e aperfeiçoamento. As divisões dentro da esquerda, o avanço da repressão, o refluxo dos movimentos de massa e o isolamento político da guerrilha foram fatores determinantes para sua derrota. No final do primeiro semestre de 1970, todas as organizações que um dia tiveram mais de cem militantes estavam desestruturadas³⁵. A ALN, por exemplo, passou por um acentuado processo de isolamento e diminuição de seus quadros entre 1970-74, de modo que suas ações passaram a ser feitas sem qualquer sentido político, “significando pura sobrevivência”³⁶. Entre meados de 1969 e 1970, as ações ofensivas da esquerda armada caíram à metade. Os assaltos a bancos, que chegaram a 36 entre março e abril de 1970, diminuíram para 11 entre junho e julho³⁷. O mesmo ocorreu com os ataques a carros-pagadores: doze entre janeiro e março de 1970 contra seis entre abril e julho. No fim, os guerrilheiros passaram a roubar lojas comerciais, postos telefônicos, boates, farmácias, depósitos de sorvete, casas lotéricas e supermercados. Entre 1970-71, dos doze assaltos praticados pela VAR-Palmares, dez foram em supermercados, sendo que, dos outros dois, um foi numa fábrica de parafusos.

Portanto, pela dimensão que teve no Brasil, a luta armada jamais chegou a ameaçar seriamente a ditadura. Ainda assim, prevaleceu na memória social construída posteriormente a teoria dos *dois demônios*, segundo a qual militares e guerrilheiros travaram, à revelia da sociedade, uma verdadeira *guerra*. Implicitamente, essa tese pressupunha dois outros mitos: o de que a esquerda era mais poderosa do que realmente era³⁸ e o de que os militares não

³⁴ RIDENTI, 1993, p. 51.

³⁵ Cf. GASPARI, 2002b. O autor recuperou o destino de 44 dos 46 guerrilheiros envolvidos no que ele considerou serem as cinco principais ações armadas no período. Dessa amostra, seis morreram, 21 foram presos e dez deixaram o país até junho de 1970. Dos sete restantes, dois morreram e um foi preso até o final daquele ano. Dois se afastaram da luta armada e um seguiu para o exílio em 1971. O único restante manteve a militância armada, viajou para Cuba, voltou ao Brasil e foi morto em 1972. Ou seja, em dois anos, todos estavam presos, mortos ou exilados.

³⁶ SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 74.

³⁷ GASPARI, 2002b.

³⁸ Acreditamos que o argumento de Hugo Vezzetti (*Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002) a respeito do caso argentino aplica-se ao Brasil. Para ele, os guerrilheiros tiveram um papel importante na consolidação do mito da guerra revolucionária, pois, ainda que praticamente derrotados em inícios de 1976, insistiram na tese de que tinham forças para enfrentar a ditadura, o que, do lado militar, contribuiu para fortalecer sua teoria da guerra contra a *subversão*. Prova de que essa guerra foi desigual também na Argentina são os números de mortos: em 1976, ano do golpe naquele país, 167 policiais e militares morreram em decorrência da guerrilha, enquanto 1187 militantes de grupos armados foram mortos pelas forças de segurança do regime (NOVARRO, Marcos, PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina*

poderiam oferecer democracia enquanto o *inimigo* não tivesse sido eliminado, idéias muito úteis politicamente para ambos os lados. Contudo, enquanto existiram, as organizações armadas nunca estiveram perto de derrubar os militares e tomar o poder. Pelo contrário, foi a ditadura quem se fortaleceu durante os *anos de chumbo*, usando precisamente a luta armada como justificativa para o recrudescimento da repressão. “A verdadeira ameaça ao governo não vinha da esquerda mas de dentro dos quartéis”³⁹. Nesse sentido, é bastante ilustrativo observar a trajetória dos militares da linha-dura no processo de estruturação do SISNI e SISSEGIN.

Como já foi visto, a criação dos IPM, entregues ao comando de coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães, representou uma das primeiras providências de caráter repressivo da ditadura. A condução desses inquéritos por parte dos militares duros, que se agruparam em torno dos IPM sob o estímulo e a liderança do ministro da Guerra, Costa e Silva, revelou um “*ethos* persecutório”⁴⁰ que caracterizou essa corrente e, por consequência, as medidas punitivas tomadas pelo regime. A “utopia autoritária”⁴¹ da linha-dura assentou-se num forte componente ético-moral que, oriundo de uma cultura política de direita marcadamente anticomunista, tendeu a identificar as razões da crise de 1964 na *subversão* e na crise moral presentes na sociedade brasileira. As punições defendidas pelos *coronéis dos IPM*, como ficaram conhecidos os responsáveis pelos inquéritos, não decorriam de ações político-administrativas racionais, cuidadosamente planejadas (com base na DSN, por exemplo), mas do simples desejo de eliminar os defensores de uma *república sindicalista* contrários aos valores da sociedade cristã e democrática, segundo o jargão da linha-dura⁴². Notemos, portanto, que nem a *racionalidade* da DSN fundamentou a ação dos duros nem a esquerda marxista, de onde saíam os grupos armados, foi seu alvo principal. Por meio dos IPM, os ultra-revolucionários também voltaram sua atenção para a suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos e demissão de servidores públicos, com base nesse *ethos* moralizante do qual falamos.

Para exemplificar o fato de que a linha-dura não se preocupou em usar os IPM apenas para combater a esquerda, vejamos o caso do tenente-coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello, comandante do 10º Batalhão de Caçadores em 1964 e responsável pelos inquéritos abertos em Goiânia. Três meses depois do golpe, o tenente-coronel, que saíra do gabinete do

(1976-1983): do golpe de Estado à restauração democrática. São Paulo: EDUSP, 2007).

³⁹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 203. Para a ameaça vinda dos quartéis, ver GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁴⁰ FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 37.

⁴¹ D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon (Intr. e org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 9.

⁴² FICO, 2001.

ministro Costa e Silva, líder dos ultra-revolucionários nas Forças Armadas, para chefiar os IPM de Goiânia, “começou a montar a rede do IPM no qual pretendia pescar [o governador] Mauro Borges”⁴³, um dos que mais abertamente se opusera à deposição de João Goulart. A indisciplina de Mello e Cunha ficou evidente quando, nas diligências, ele fez uso da violência para obter confissões, ultrapassando, simultaneamente, os limites impostos às punições pelo presidente da República e pela Justiça. Após prender o subchefe do Gabinete Civil de Mauro Borges, em meados de 1964, o tenente-coronel apresentou um “misterioso e complexo plano de subversão montado em Goiás”⁴⁴, com várias provas da atividade do MNR de Brizola na montagem de bases de treinamento guerrilheiro apoiadas por Cuba na cidade de Dianópolis.

Mello e Cunha desejava associar esse fato ao governador, a quem pretendia atingir politicamente. Portanto, não foi surpresa quando o tenente-coronel apresentou novas *provas* que envolviam Mauro Borges não com Havana, mas com Varsóvia, ligando espiões comunistas poloneses a assessores do governador. Na operação conduzida por ele, foram presas mais de uma dezena de pessoas, das quais pelo menos quatro assinaram confissões após serem torturadas. As denúncias contra ao tenente-coronel enviadas a Castello Branco por uma das vítimas provocou seu imediato afastamento. Mesmo assim, Mello e Cunha continuou no comando do Batalhão, de onde coordenou um movimento político visando derrubar o governador. O movimento consistiu em criticar o Supremo Tribunal Federal (STF) pelo *habeas corpus* concedido a Mauro Borges contra o IPM. O comandante da 11ª Região Militar defendeu a decisão do STF, o que foi criticado por Mello e Cunha. Como resposta, ele ordenou que o tenente-coronel fosse preso, mas a ordem não foi cumprida. A fim de que não parecesse ter havido uma indisciplina, o comandante decidiu conceder prisão relaxada para que Mello e Cunha o acompanhasse até Brasília, mas o tenente-coronel também recusou, recebendo o apoio de sua tropa. No fim, Castello Branco interveio, decretando a intervenção federal em Goiás, o que representou uma importante vitória da linha-dura. Misturando tortura com indisciplina, os duros não foram contidos nem punidos pelo governo⁴⁵.

A princípio, os duros surgiram tão somente como um *grupo de pressão*, lutando pelo que consideravam ser o verdadeiro significado da *Revolução de 1964*: uma ampla e profunda depuração da sociedade brasileira a ser conduzida pelos militares. Entretanto, rapidamente foram institucionalizados, transformando-se numa verdadeira *polícia política* autorizada a investigar, prender e interrogar suspeitos⁴⁶. Contribuíram para isso tanto as medidas tomadas

⁴³ GASPARI, 2002b, p. 187.

⁴⁴ GASPARI, 2002b, p. 187.

⁴⁵ Nas Forças Armadas, tal contenção e punição eram impensáveis, uma vez que o próprio ministro da Guerra era quem os incitava, projetando-se como líder da linha-dura – em parte como forma de consolidar seu nome junto a essa corrente para a sucessão de Castello Branco.

⁴⁶ FICO, 2001.

por presidentes afinados com seu discurso e propósitos, caso de Costa e Silva e Emílio Médici, como por militares considerados liberais (no limite, democratas), caso de Castello Branco. Seu governo incentivou a estruturação dos duros ao conceder-lhes vitórias políticas, como o afastamento de Mauro Borges, e institucionais, como a aprovação da Constituição de 1967, que incorporou parte das medidas arbitrárias anunciadas pelos primeiros atos institucionais. Legalizando a idéia de guerra interna, a nova Constituição permitiu que todos os cidadãos fossem considerados aprioristicamente suspeitos de praticarem atividades consideradas subversivas, o que ofereceu fundamento jurídico e conceitual para que os duros deixassem de ser apenas um grupo de pressão:

Bem se vê, portanto, que se ia constituindo não apenas um grupo de oficiais iguados na adesão aos procedimentos radicais no âmbito da grande política, isto é, desejosos de cassar mandatos, suspender direitos políticos e demitir funcionários públicos. Formava-se, além disso, um grupo de homens dispostos a agir por conta própria, sem maiores considerações pelas normas legais, tendentes a fazer valer suas idéias pela força. Era o embrião da comunidade de segurança, do caráter e modo de agir dos futuros membros dos órgãos de segurança⁴⁷.

Com base no que estamos sustentando, ou seja, a idéia de que a luta armada foi usada como justificativa para o aprofundamento da repressão, o ano de 1968 aparece como extremamente importante. Na seqüência de uma série de medidas de exceção, como atos institucionais, atos complementares, decretos-leis, a Lei de Segurança Nacional (LSN), a Lei de Imprensa e a própria Constituição, a ditadura encontrou, em 1968, os argumentos que desejava para aprovar o AI-5. Um dos mitos criados pela direita (civil e militar) foi atribuir o recrudescimento do regime à necessidade de combater o *terrorismo de esquerda*. Desde antes do golpe, como Thomas Skidmore assinalou, era de conhecimento geral que “os militares da linha dura estavam procurando um pretexto para silenciar maior número de políticos”⁴⁸. Segundo esse raciocínio, o AI-5 teria sido uma resposta, quase um reflexo, às ações da esquerda revolucionária visando a tomada do poder. Algo semelhante foi alegado pelos militares anos depois, quando afirmaram que a abertura do regime demorou mais do que o necessário em razão da guerrilha⁴⁹. Portanto, uma questão pertinente, apresentada por Carlos Fico, é a seguinte: “o AI-5 decorreu da opção extremada pelas armas, feita por boa parte da

⁴⁷ FICO, 2001, p. 55.

⁴⁸ SKIDMORE, 1988, p. 64.

⁴⁹ Ver depoimentos em COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

esquerda comunista revolucionária, ou, ao contrário, induziu tal escolha (já que, com o AI-5, a oposição legal tornou-se indefesa)?”⁵⁰.

Inicialmente, devemos lembrar que as primeiras ações armadas vieram a público antes de 1968, embora o auge da guerrilha tenha ocorrido entre 1969-70. Dois anos depois do golpe, por exemplo, militantes ligados à Ação Popular explodiram uma bomba no aeroporto dos Guararapes, em Recife, com o objetivo de atingir o ministro Costa e Silva, que na época fazia um giro pelo Nordeste na condição de candidato oficial à sucessão de Castello Branco. O atentado deixou duas vítimas fatais, mas não atingiu o ministro da Guerra, que teve sorte. Na escala anterior seu avião apresentou uma pane e ele decidiu seguir de viagem de carro até Recife⁵¹. Em 1966, como vimos, o PCdoB já havia começado a transferir alguns quadros para o Araguaia, mas a ditadura só tomou conhecimento do fato depois de decretado o AI-5. Outras organizações, com a ALN e a VAR, também tentaram instalar focos guerrilheiros na região do Bico do Papagaio, mas sua dispersão, feita facilmente pela simples chegada da polícia, aconteceu apenas em 1970-71⁵². Além disso, o próprio sistema DOI-CODI, ao contrário do que afirmam alguns militares em suas memórias, só foi implantado em julho de 1969, precedendo em dois meses a maior ação da esquerda armada, que foi o seqüestro do embaixador norte-americano.

Um fato que também enfraquece a versão militar sobre o AI-5 é a série de medidas tomadas pela ditadura logo após sua decretação. Em fevereiro de 1969, apenas dois meses depois do *golpe dentro do golpe*, o governo instituiu a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, responsável por apurar os crimes contra a segurança nacional e a ordem político-social, absorvendo todos os IPM abertos. Em maio, aprovou também o novo Código de Processo Penal Militar, com penas mais rigorosas que na versão anterior. Em julho, criou a Inspeção Geral das Polícias Militares, no âmbito do Estado-Maior do Exército, a fim de controlar as polícias militares, consideradas linhas-auxiliares das Forças Armadas. Paralelamente, definiu-se que apenas oficiais do Exército poderiam ocupar os cargos de secretário estadual de segurança pública e de comandante das polícias militares. O que essa cronologia indica é que tais medidas vinham sendo discutidas e formuladas há algum tempo, “ou não se explicaria a presteza de sua efetivação”⁵³. Em outras palavras, o endurecimento trazido por essas providências não guardavam, necessariamente, uma relação direta, de causa e efeito, com a luta armada, embora ações como a da AP tivessem ocorrido antes do *fechamento* do regime.

⁵⁰ FICO, 2001, p. 57.

⁵¹ GORENDER, 1987.

⁵² GASPARI, 2002b.

⁵³ FICO, 2001, p. 115.

Por outro lado, os termos do AI-5 vinham sendo discutidos desde julho de 1968, quando Médici, então chefe do SNI, pediu a Costa e Silva um instrumento repressivo semelhante. Numa das reuniões do Conselho de Segurança Nacional realizada naquele mês com o propósito de avaliar o impacto das mobilizações populares sobre a conjuntura, o ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, fez uma “síntese apocalíptica” do momento. Nessa ocasião, segundo Elio Gaspari, o general Jayme Portella, um dos militares linha-dura mais proeminentes, “tinha na pasta o decreto de suspensão das garantias constitucionais e a relação dos nomes dos futuros executores do interlúdio de exceção”⁵⁴. Analisando a reunião em que o AI-5 foi aprovado, poucos meses depois, o autor afirmou que não houve divisão no ministério com relação ao posicionamento do vice-presidente, Pedro Aleixo, que se declarou contra a medida. A divergência, de acordo com Gaspari, ficou limitada à “audácia de um pelotão de fuzilamento e a cautela dos liberais”⁵⁵. Evidência de que a decisão já tinha sido tomada previamente, de que jamais existiu uma discussão profunda a respeito do AI-5, foi a declaração do então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, que anos depois diria o seguinte sobre a reunião: “era um teatro para levar ao Ato. Aquela reunião foi pura encenação [...] O discurso do Marcito⁵⁶ não teve importância nenhum. *O que se preparava era uma ditadura mesmo. Tudo era feito para levar àquilo*”⁵⁷.

No próprio governo havia análises indicando que a luta armada não representava um perigo para a ditadura. Em setembro de 1964, Golbery, em documento oficial do SNI, informou a Castello Branco que o governo tinha à sua esquerda uma oposição formada pelo grupo brizolista-janguista afastado do poder e pelas organizações comunistas adeptas da violência revolucionária. No documento, porém, o general minimizou a importância dessa oposição, afirmando que ela poderia até mesmo atuar em bloco, mas que não cometeria mais do que “atos isolados de sabotagem”, podendo chegar, quando muito, a “atentados pessoais, golpes de mão em centros vitais (comunicações), energia elétrica, quartéis, etc., fracos surtos de insurreição localizada, inclusive guerrilhas e, até mesmo, incursões e correrias em faixas fronteiriças [...] com recursos financeiros e armamento contrabandeado”⁵⁸. Ou seja, apesar da propaganda anticorrupção e subversão, o principal órgão de informação da ditadura duvidava da capacidade de ação dos grupos esquerdistas, incluindo os que pegariam em armas mais tarde. É verdade que as organizações armadas superaram as expectativas de Golbery, mas, ainda assim, pelo que vimos anteriormente, elas não chegaram a ameaçar a ditadura, tal como

⁵⁴ GASPARI, 2002a, p. 311.

⁵⁵ GASPARI, 2002a, p. 339.

⁵⁶ Márcio Moreira Alves, deputado federal do MDB, cujo discurso proferido na Câmara em setembro de 1968, considerado ofensivo pelas Forças Armadas, foi a causa imediata da decretação do AI-5.

⁵⁷ Entrevista de Antônio Delfim Netto citada em GASPARI, 2002a, p. 339. Grifo nosso.

⁵⁸ *Estimativa n. 1*. Documento do SNI citado em GASPARI, 2002a, p. 176.

o SNI previra. Nesse sentido, o próprio golpe de 1964 não poderia ser justificado como uma *contra-revolução*, em resposta à *ameaça* vinda da esquerda.

No final de 1964, em exposição secreta feita ao ministério, Golbery concluiu que a ameaça subversiva não havia passado, apesar das medidas punitivas tomadas no primeiro ano do regime, mas que o governo tinha todas as condições de enfrentá-lo: “os perigos não passaram de todo [...] o governo federal precisa ainda continuar preparado e alerta para enfrentar, a qualquer momento, ações subversivas de porte médio, partidas, notadamente, de grupos brizolistas e elementos comunistas da chamada linha chinesa-fidelista”⁵⁹. De fato, foi justamente o que ocorreu, começando com a tentativa do MNR em instalar um foco revolucionário no Caparaó e, depois, com os grupos egressos da Polop, do PCdoB e do PCB pegando em armas. O chefe do SNI tinha razão em acreditar que o perigo da *subversão* continuava. Em inícios de 1965, por exemplo, o regime desbaratou uma operação envolvendo paraguaios ligados à esquerda católica em São Paulo e descobriu planos de atentados contra generais, incluindo o próprio Golbery. Nada disso, porém, justificava o *golpe dentro do golpe*. Logo após o AI-5, Golbery continuaria dizendo que a ditadura jamais estivera ameaçada e que os generais “estão vendo fantasmas”⁶⁰.

Retomando a pergunta de Carlos Fico, todos os indícios apontam para o fato de que o AI-5 não foi uma exigência imposta pela guerrilha, nem o aumento da repressão uma reação à luta armada. O *fechamento* da ditadura não representou uma *resposta*, mas o *ponto alto* do processo de maturação dos duros, “cada vez mais convencidos de que não bastava sua existência como simples grupo de pressão”⁶¹. O recrudescimento do regime foi consequência do anseio punitivo da linha-dura – ou seja, de sua utopia autoritária – e da decisão do presidente Costa e Silva em completar a *Operação Limpeza* iniciada no governo anterior. A questão apresentada por Fico não pode ser respondida em termos absolutos, de sim ou não, porque, como ele mesmo afirmou, durante a ditadura, “uma *inter-relação* estabeleceu-se entre repressão e luta armada”, numa espécie de “ação recíproca que não se explica pela noção de anterioridade”⁶². A ditadura e, principalmente, o AI-5 tiveram um lado *positivo*, do ponto de vista político, tanto para a esquerda armada como para os militares duros. Para os guerrilheiros, porque o golpe e seu recrudescimento, em 1968, indicaram o isolamento da ditadura, segundo a análise que fizeram da conjuntura. Para a linha-dura, porque a manipulação política de uma oposição armada que nunca ameaçou o regime lhes permitiu chegar ao poder, por meio do

⁵⁹ Discurso de Golbery do Couto e Silva citado em GASPARI, 2002a, p. 190.

⁶⁰ Citado em GASPARI, 2002a, p. 343.

⁶¹ FICO, 2001, p. 64.

⁶² FICO, 2001, pp. 63-64.

golpe, e institucionalizar-se dentro da *Revolução*, usando como justificativa a própria luta armada, o *inimigo* interno que precisava ser combatido.

Capítulo 4

A abertura política do regime

Democracia *relativa* ou *forte*

Passando à análise da memória social a respeito da ditadura e da luta armada, devemos nos voltar para o processo de abertura do regime, entre 1974-85. Foi esse o período em que se formou e consolidou um *campo de oposição* ao governo militar reunindo amplos setores da sociedade brasileira, incluindo aqueles que até pouco tempo antes apoiavam a ditadura. Do ponto de vista histórico, o marco da abertura foi a vitória de Geisel sobre a *anticandidatura* do MDB formada pelo deputado federal Ulysses Guimarães e pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho¹. Quando tomou posse com presidente, em março de 1974, Geisel já possuía um extenso currículo de destacados serviços militares e burocráticos. Tinha participado, na condição de apoiador ou combatente, dos principais episódios políticos vividos por sua geração, como Revolução de 1930, a Revolta Constitucionalista de 1932, a Intentona

¹ A transição do regime militar para a Nova República recebeu muitos nomes desde então: abertura, distensão, liberalização, democratização. Todos eles são diferentes em seu conteúdo e natureza, de modo que seu emprego não deve ser aleatório. De maneira ampla, usaremos a expressão *abertura* por sua fácil identificação com o período analisado. *Distensão*, como vemos, foi o termo utilizado por Geisel para se referir à descompressão da ditadura. Visto que esse processo não apontava, necessariamente, na direção de uma democracia liberal, não devemos empregá-lo como sinônimo de redemocratização. Aqui surge a distinção entre *projeto* e *processo* de abertura: se a distensão remetia ao projeto de Geisel e sua equipe, o que ocorreu de fato – o processo – foi a redemocratização do país, algo mais amplo do que o cenário imaginado pelos militares em 1974. Finalmente, devemos recordar que *liberalização* e *redemocratização* também não são sinônimos. De acordo com Guillermo O'Donnell e Philippe C. Schmitter (*Transiciones desde un gobierno autoritario*. Buenos Aires: Paidós, 1989), o primeiro termo está associado à idéia de garantias individuais ou coletivas, enquanto o segundo remete à transferência do poder político. Seria possível, dessa perspectiva, liberalizar o regime sem redemocratizar o país.

Comunista, a derrubada do presidente Vargas, a instituição negociada do regime parlamentarista e o golpe contra João Goulart².

Seguindo uma espécie de tradição recente na vida política nacional, Geisel assumiu a Presidência da República acenando com o retorno à democracia, tal como fizeram todos os militares que governaram o Brasil entre 1964 e 1985. Em seu discurso, curiosamente, fez elogios ao antecessor, a seu governo e ao *Movimento de 1964*, mas nada disse a respeito de democracia, assunto sobre o qual discorreu apenas na primeira reunião com o novo ministério, quatro dias depois da posse:

Quanto ao setor público interno, envidaremos sinceros esforços para o gradual mas seguro *aperfeiçoamento democrático*, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a *institucionalização acabada dos princípios da revolução de 64*³.

Ficaria claro a partir de então que se o regime pós-ditadura pensado pela *intelligentsia* militar poderia ser chamado de democracia, esta deveria ser vista como “relativa” ou “forte”, no dizer do próprio presidente⁴. Esse fato indicava que a transição projetada pelo Palácio do Planalto não apontava para uma democracia liberal clássica, com livre funcionamento das instituições representativas e ampla participação política (inclusive dos setores considerados subversivos), mas para um regime político que, institucionalizando os princípios que haviam guiado os golpistas de 1964, conferissem às Forças Armadas, fora do exercício do poder, a possibilidade de continuar, em outro nível do aparelho estatal, influenciando as mais variadas questões em discussão na política e na sociedade⁵. Apesar das seguidas declarações de Geisel a propósito do que ele mais tarde, em discurso dirigido a lideranças da Aliança Renovadora Nacional (Arena), chamaria de *distensão*, a abertura política dependia menos da vontade pessoal do presidente e de seus aliados e mais do apoio militar ao novo governo – sobretudo por parte da linha-dura – e do controle sobre as oposições legal e armada. A guerrilha, como vimos no capítulo anterior, já havia terminado nas cidades em 1971 e estava praticamente derrotada no campo no final de 1973, com a terceira expedição ao Araguaia, que coincidiu

² Verbete “Ernesto Geisel”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital].

³ Discurso de Ernesto Geisel citado em COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 138. Grifo nosso.

⁴ Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005.

⁵ CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 1, 2005a, pp. 115-147.

com o lançamento do nome de Geisel à sucessão presidencial⁶. A oposição legal, por sua vez, mantinha-se relativamente domesticada com as cassações de mandatos, a suspensão de direitos políticos e o funcionamento limitado do Congresso Nacional. Esse cenário mudaria parcialmente ao longo do governo Geisel e de seu sucessor com a atuação da ala *autêntica* do MDB em articulação com outros setores da oposição.

A transição para um regime pós-ditadura era um assunto bastante delicado entre os militares, sem cujo apoio o novo presidente não poderia levar adiante a abertura do regime. Isso porque, do lado da oposição, o projeto de distensão suscitava muitas expectativas, uma vez que os críticos da ditadura passaram a vislumbrar na proposta de Geisel uma real possibilidade de retorno à democracia, o que não era aceito por parte das Forças Armadas. Cada medida liberalizante redundava em mais expectativas da oposição, sendo que elas, quando frustradas pelas decisões do governo vistas como retrocesso, geravam novos focos de insatisfação, revelando, em última instância, uma aparente contradição entre a ditadura e seu próprio discurso. Aloysio Carvalho destacou essa dinâmica ao afirmar que “quanto mais [o regime] adotava as medidas de cunho liberal para ampliar sua base política e social, mais ilegítimo tornava-se aos olhos da população”⁷.

Do lado dos militares, a abertura também gerou grandes expectativas, mas de natureza inversa às do campo oposicionista. O que se discutia na caserna a respeito da distensão era sua consequência negativa para os militares. A princípio, porque o fim da ditadura inevitavelmente desalojaria do poder amplos setores que ocupavam o aparelho de Estado desde o golpe de 1964. Conforme vimos no *Capítulo 2*, cada ministério civil possuía uma DSI, sendo que algumas pastas tinham ainda uma estrutura complementar ligada à produção de informações e contra-informações. Sabendo-se que eram contados às dezenas o número de integrantes de cada um desses órgãos, e que no governo Geisel havia quinze ministérios civis, além das três pastas militares e de todo o organograma repressivo, podemos ter uma idéia do alto grau de participação dos militares no preenchimento de cargos públicos⁸. Em 1979, último ano do governo Geisel, quase 28% dos 360 cargos principais da administração federal

⁶ Quando Geisel assumiu a Presidência, a esquerda armada já estava completamente derrotada. Ainda assim, incluímos essa parcela da oposição à ditadura como um dos alvos do novo presidente porque a idéia de abertura política, quando pensada inicialmente, ainda tinha no horizonte a guerrilha.

⁷ CARVALHO, 2005a, p.130.

⁸ Para os dados sobre o ministério de Geisel, ver *Portal da Presidência da República Federativa do Brasil* [fonte digital]. Lembramos que das quinze pastas civis, duas – a das Comunicações e a dos Transportes – foram ocupadas por militares. Além disso, havia na estrutura da Presidência da República outros cargos também preenchidos por militares, como as chefias do Gabinete Militar, Gabinete Civil, SNI e Estado-Maior das Forças Armadas. Algo semelhante ao que se viu no final dos anos 1970 ocorreu no período 1889-94, quando, pela primeira vez, os militares exerceram diretamente o poder. Analisando seu envolvimento com a política institucional logo após a Proclamação da República, José Murilo de Carvalho (*Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b) destacou o aumento no número de ministérios dirigidos por militares na comparação com o Império e a grande quantidade de oficiais ocupando cargos públicos.

de nomeação tipicamente civil eram ocupados por militares da ativa e da reserva das três forças armadas⁹.

Além da possibilidade de serem obrigados a deixar o poder, os militares também recebiam que a distensão conduzisse a um regime em que fosse incentivada a apuração das ações repressivas cometidas durante a ditadura e o julgamento de seus responsáveis. Dessa forma, os “bolsões radicais mas sinceros”¹⁰, nome que Geisel atribuiu aos setores que dentro das Forças Armadas se opunham à abertura política, procuraram ostensivamente contrapor-se à distensão conduzida pelo presidente. “Foi essa combinação de decadência e medo que levou a comunidade de segurança a patrocinar alguns dos atos mais bárbaros do regime militar”¹¹, com freqüentes atos de *terrorismo de direita*. Grande parte das dificuldades enfrentadas por Geisel para controlar a relativa autonomia conquistada pelo aparelho repressivo decorreu da posição reativa assumida pela linha-dura a partir de 1974. No léxico militar, *revanchismo* era o sentimento que alimentava parte da oposição, vista como sequiosa por investigar os casos de tortura, morte e desaparecimento político ocorridos durante a ditadura, negados ou minimizados, quando classificados como *excessos*, pelos duros¹². O debate a respeito da apuração dos crimes cometidos entre 1964-85 e da responsabilização dos culpados esteve bastante presente na campanha por uma anistia *ampla, geral e irrestrita* e nas articulações que garantiram a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, chegando, mais recentemente, na provocação ao STF para que este se manifestasse a respeito do perdão que a lei de anistia aprovada em 1979 supostamente teria conferido aos agentes da repressão acusados de violação dos direitos humanos¹³.

Assim, além da manutenção do crescimento econômico conquistado com o *milagre brasileiro*, Geisel iniciou seu governo tendo como metas anular o que restava da oposição, impedindo que esta chegasse ao poder com as futuras concessões oferecidas pela abertura; conquistar a hegemonia política nas Forças Armadas, garantindo o apoio de sua parcela mais conservadora ao projeto de distensão; e conduzir o país para um regime a respeito do qual todos tinham muitas dúvidas¹⁴. O slogan de seu governo – “continuidade sem imobilidade” –

⁹ COUTO, 2003. A reforma do sistema de promoção do Exército realizada no governo Castelo Branco limitou em dois anos a participação de militares em cargos civis sem a obrigatoriedade de se desligarem das Forças Armadas (GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003).

¹⁰ Cf. COUTO, 2003.

¹¹ FICO, Carlos. *Como eles agiam - os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 212.

¹² Ver depoimentos em SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Intr. e org.) *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹³ Sobre a decisão do STF, ver *Folha de S. Paulo*, 30 de abril de 2010. Para sua repercussão no governo, nas Forças Armadas e na sociedade, ver edições de 01, 02, 04 e 05 de maio de 2010. Poucas semanas após a sessão do STF, uma pesquisa do Datafolha indicou que 45% dos brasileiros eram contrários à condenação de agentes do aparelho repressivo da ditadura, enquanto 40% se declararam a favor (*Folha de S. Paulo*, 07 de junho de 2010).

¹⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

expressava justamente a disposição do novo presidente em manter o modelo econômico herdado de seus antecessores e os postulados da DSN (continuidade), articulando-os com uma liberalização progressiva da ditadura que apontava para o retorno à democracia (sem imobilidade), mesmo que limitada¹⁵.

A busca pelo sucessor

Todas as iniciativas tomadas no governo Geisel poderiam ser frustradas caso seu sucessor não compartilhasse do projeto de uma *lenta, gradual e segura distensão* – “as cinco palavras mais importantes de sua vida”, como anotou Elio Gaspari¹⁶. Por isso, um dos primeiros temas de que Geisel e seus assessores mais próximos se ocuparam foi a sucessão presidencial de 1978. No momento de sua investidura no cargo, discutiam o assunto apenas o presidente, Golbery, que fora nomeado chefe de seu Gabinete Civil, e Heitor de Aquino Ferreira, secretário particular do ministro entre 1964-67 (período em que Golbery chefiou o SNI) e de Geisel entre 1971-79. Três meses antes da posse, em conversa com seu secretário, Geisel já confidenciara que o general João Baptista Figueiredo era “uma das hipóteses de ser o futuro presidente”¹⁷. Em outro diálogo, ocorrido poucas horas antes da posse, Geisel compartilhou com ele sua preocupação com a carreira militar de Figueiredo, que em 1978, segundo cálculos, não chegaria a general-de-exército¹⁸, patente considerada pré-requisito para credenciá-lo à disputa presidencial¹⁹.

Figueiredo vinha de uma família de militares, assim como Geisel, cujo irmão mais velho, Orlando, ocupara cargos importantes até chegar ao ministério do Exército, no governo Médici, quando desempenhou um decisivo papel na eleição de Ernesto²⁰. Filho de militar, irmão de dois generais, Figueiredo tinha construído uma sólida carreira no Exército, mas, diferentemente de seu antecessor, nunca havia ocupado funções normalmente preenchidas por civis antes de chegar à Presidência²¹. Depois de passar pelo curso de formação da ESG, em

¹⁵ ALVES, 2005.

¹⁶ GASPARI, 2003, p. 457.

¹⁷ Declaração de Ernesto Geisel citada em GASPARI, 2003, p. 333.

¹⁸ Existem três patentes de general na carreira de oficiais da ativa. Em ordem crescente, são elas: general-de-brigada (duas estrelas), general-de-divisão (três estrelas) e general-de-Exército (quatro estrelas).

¹⁹ Essa exigência remontava ao ano de 1969, quando o afastamento de Costa e Silva por motivos de saúde precipitou o debate sucessório. Em setembro daquele ano, o general Afonso de Albuquerque Lima, ex-ministro do Interior de Costa e Silva, aparecia como um dos nomes mais fortes dentro do Exército para assumir a Presidência da República, sobretudo entre os oficiais mais jovens. Na cúpula militar, porém, seu nome não era bem visto. Como Albuquerque Lima era o único general entre os postulantes ao cargo que possuía apenas três estrelas, em vez de quatro, esse foi o argumento utilizado para vetar sua candidatura. Sobre as razões que levaram a cúpula militar a criticar seu nome, ver SKIDMORE, 1988, p. 199.

²⁰ Verbetes “Orlando Geisel”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital].

²¹ Na década de 1930, Geisel chefiou a Secretaria da Fazenda e Obras Públicas da Paraíba. Nos anos 1960, assumiu a presidência da Petrobrás.

1960, Figueiredo trabalhou como subordinado de Golbery no Conselho de Segurança Nacional, no curto governo de Jânio Quadros. Em meados de 1964, já sob a ditadura, voltou a trabalhar com Golbery, que na época chefiava o SNI. Durante quase dois anos, Figueiredo esteve à frente do escritório do órgão no Rio de Janeiro.

Em virtude de seus conhecimentos na área de informações, Médici, que assumira em 1969 o comando do III Exército, em Porto Alegre, convidou-o para ocupar a chefia do Estado-Maior daquela região militar. A *expertise* de Figueiredo foi fundamental para a missão do general Médici, que tinha sido designado para o cargo a fim de controlar as atividades políticas de exilados na fronteira com o Uruguai e a Argentina²². Em outubro daquele ano, ao assumir a Presidência da República, Médici nomeou Figueiredo para a chefia do Gabinete Militar, onde ele permaneceu até a posse de Geisel, quando passou a ser chefe do SNI, substituindo Golbery²³. Figueiredo consolidou-se como um nome estratégico para o projeto de abertura iniciado por Geisel. De um lado, era próximo de Orlando, irmão do presidente, com quem trabalhara no governo Médici, e Golbery, colega de Geisel desde o governo Castello Branco. De outro, mantinha contatos com os militares mais radicais, cujas atividades se expandiram consideravelmente durante o governo Médici, no qual Figueiredo ocupou um cargo importante. Conseqüentemente, logo ele se firmou como uma espécie de *ponte* entre as duas principais tendências militares.

Com a consolidação do nome de Figueiredo como provável sucessor de Geisel, coube ao governo agir em duas frentes: na primeira, garantir sua progressão funcional, pois no início de 1978 Figueiredo ainda era um general-de-divisão; na segunda, contornar as resistências dentro das Forças Armadas à sua candidatura, especialmente dos setores contrários à distensão do regime. Durante o governo Geisel, o general Sylvio Frota tinha se tornado o novo porta-voz da linha-dura, assumindo o *posto* que havia sido de Costa e Silva no início da ditadura. Na composição da equipe de governo, Geisel o nomeou para a chefia do Estado-Maior do Exército. Porém, a morte prematura do ministro do Exército, general Vicente de Paulo Dale Coutinho (nome associado aos militares duros), com apenas 70 dias no cargo, fez de Frota o novo titular da pasta – na ditadura, o ministério do Exército se transformara no “segundo cargo da República”²⁴. Frota, um notório opositor da abertura, considerava-se virtual candidato à sucessão de 1978. Tinha o apoio de parte das Forças Armadas que também discordava da distensão proposta por Geisel e manipulava o Centro de Informações do Exército para estabelecer contatos com as bases militares.

²² SKIDMORE, 1988.

²³ Verbete “João Batista Figueiredo”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital].

²⁴ GASPARI, 2003, p. 286.

Porém, o comando do SNI, principal órgão de inteligência do regime, continuava a cargo de Figueiredo, que mantinha o presidente atualizado das articulações políticas de seu ministro. Diálogos telefônicos grampeados pelo órgão indicavam que assessores de Frota tentavam aproximá-lo da comunidade de informações e de políticos com o objetivo de projetar sua imagem como a de um competente administrador. Para ampliar os apoios nos círculos militares e civis, sugeriam a Frota participar da inauguração de obras e receber títulos honoríficos²⁵. Sua chegada ao ministério coincidiu com uma determinação de Geisel que seguia na contramão do que desejava o novo titular da pasta. Ao invés de manter o mesmo nível de repressão, como queria Frota ao jogar politicamente com uma suposta ameaça *subversiva* (isso quando já não existia mais luta armada), Geisel determinara ao CIE, subordinado ao ministério do Exército, que lhe enviasse relatórios mensais com a contabilidade das prisões e libertações efetuadas pelo aparelho repressivo²⁶.

Apesar da determinação do presidente para que o tema da sucessão fosse discutido somente a partir de janeiro de 1978, Frota se adiantou em mais de seis meses à ordem de Geisel e deu início às articulações visando consolidar seu nome junto ao Congresso Nacional. Estima-se que, no segundo semestre de 1977, ao menos 90 parlamentares já estivessem comprometidos com sua candidatura²⁷. Em julho, para marcar posição, Frota concedeu declarações públicas criticando o projeto de abertura. Dois meses depois, recebeu o apoio do general Jayme Portella, ex-chefe do Gabinete Civil de Costa e Silva e conhecido linha-dura. Com a incessante atuação política do ministro, Geisel decidiu demiti-lo. Avisou os comandantes militares a respeito e informou-os de que Frota seria substituído pelo general Fernand Belford Bethlem. Naquele momento, Figueiredo já tinha sido lançado publicamente como sucessor de Geisel. No início de julho, em conversa casual com jornalistas ocorrida após uma missa em memória da cunhada de Geisel, Figueiredo admitiu sua candidatura caso “houvesse um movimento de militares em torno dela”²⁸. Na manhã seguinte, um jornal de Brasília estampou em sua capa a manchete *Figueiredo admite candidatura se Geisel e políticos concordarem*²⁹, desmentida em seguida pelo assessor de imprensa do presidente, que acusou o diário de ter deturpado a declaração do chefe do SNI: “Ele disse justamente o oposto do que saiu no jornal”³⁰.

²⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

²⁶ COUTO, 2003.

²⁷ SKIDMORE, 1988.

²⁸ *Veja*, edição 462, 13 de julho de 1977. Na edição seguinte, a revista trouxe uma longa reportagem de capa em que se lia *Quem é o general Figueiredo*, contendo dados pessoais, fotos e escritos do chefe do SNI. O conteúdo foi enviado pelo secretário de Geisel à revista e a outros três veículos da mídia impressa (Cf. GASPARI, 2004).

²⁹ Citado em GASPARI, 2004, p. 433.

³⁰ *Veja*, edição 462, 13 de julho de 1977.

De qualquer modo, tendo trazido a público um tema até então tratado em círculos muito restritos, a reportagem incentivou o presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Barreto, a aumentar as especulações ao dizer que “assim que o presidente abrir a temporada, eu estarei ao lado da candidatura do Figueiredo”. A informação era ainda mais importante pelo fato de Barreto ser o melhor amigo de Geisel e um de seus colaboradores mais próximos³¹, o que, para a opinião pública, transformava sua declaração na posição do próprio presidente. No dia 12 de outubro, feriado nacional, Geisel chamou Frota ao Palácio do Planalto, onde travaram o seguinte diálogo:

– Frota, nós não estamos mais nos entendendo. A sua administração no ministério não está seguindo o que combinamos. Além disso você é candidato a presidente e está em campanha. Eu não acho isso certo. Por isso quero que você peça demissão.

– Eu não peço demissão – respondeu Frota.

– Bem, então vou demiti-lo. O cargo de ministro é meu, e não deposito mais em você a confiança necessária para mantê-lo. Se você não vai pedir demissão, vou exonerá-lo³².

A decisão de demiti-lo naquela data seguia uma rigorosa estratégia de Geisel, que há vários meses já podia ter destituído Frota de seu cargo pelos mesmos motivos alegados na ocasião. Ocorre que, sendo feriado nacional, parte da cúpula militar que poderia ensaiar alguma resistência estava desmobilizada. Ao fim da reunião, Frota chegou a convocar os integrantes do Alto-Comando do Exército³³, mas alguns deles estavam bem longe de Brasília – o chefe do Estado-Maior, por exemplo, estava em viagem ao Piauí. As providências tomadas por Geisel antes de sua decisão também ajudaram a desarticular a reação de Frota. Um duro manifesto atacando o governo e seu projeto de abertura foi lançado pelo ministro, que ordenou sua divulgação a todos os quartéis do país. Os comandantes militares, todavia, sabendo antecipadamente de sua demissão, não deram prosseguimento à mobilização.

Linha-dura militar na berlinda

De certa maneira, Frota tentou repetir com Geisel o mesmo que Costa e Silva fizera com Castello em 1965. Projetando-se como líder dos militares duros, o ministro buscou impor sua candidatura, tomando do presidente o controle sobre o processo sucessório. Contudo,

³¹ GASPARI, 2004.

³² Diálogo entre Ernesto Geisel e Sylvio Frota citado em GASPARI, 2004, pp. 475-476.

³³ O Alto-Comando era constituído por quatro generais-de-Exército que dirigiam os grandes comandos militares sediados no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife, outros quatro que chefiavam departamentos administrativos, mais o chefe do Estado-Maior.

apesar do apoio militar e civil, não havia um fato dramático que unificasse os duros, como em 1966, quando, na seqüência de uma importante vitória eleitoral da oposição, Costa e Silva conseguiu se precipitar às articulações do próprio Castello Branco e, vocalizando os desejos dos militares ultra-revolucionários, obter a indicação da Arena³⁴. Reduzidos numericamente durante o governo Geisel e isolados da sociedade, cada vez mais hostil a seu radicalismo, os duros acataram a decisão do presidente, talvez por temerem que um enfrentamento, em caso de derrota, tivesse um alto custo naquele contexto de crescente liberalização política. O apoio recebido por Frota de renomados linhas-duras fora da ativa, por sua vez, mostrou-se absolutamente inócuo, em virtude de sua incapacidade para mobilizar as tropas.

Encerrada a oposição militar à sucessão de Geisel, restou ao governo resolver o segundo problema da candidatura de Figueiredo. Como Thomas Skidmore destacou, o novo ministro do Exército, general Bethlem, “fez a encenação necessária para colocar nas platinas de Figueiredo a quarta estrela”³⁵. Em março de 1978, o Alto-Comando abriria uma vaga para general-de-Exército. Dias antes da escolha do novo ocupante da função, Geisel fez saber aos integrantes da cúpula do Exército que a promoção de Figueiredo seria vista com extrema simpatia pelo governo e que tal decisão em nada prejudicaria a carreira de outros oficiais³⁶. Reunido no final daquele mês para elaborar a lista de candidatos a ser submetida ao presidente, o Alto-Comando tomou uma rara decisão, colocando Figueiredo em primeiro lugar na lista, apesar de outros nomes aparecerem à sua frente no Almanaque do Exército.

Indicado pela Arena em convenção realizada poucos dias depois, Figueiredo disputou a eleição no Colégio Eleitoral com a chapa composta pelo general Euler Bentes Monteiro e pelo jurista Paulo Brossard, ambos do MDB. Bentes, assim como Geisel e Figueiredo, vinha de uma família de militares, mas, ao contrário dos colegas de farda, não ocupara nenhum cargo de prestígio na hierarquia do Exército, como um ministério, uma chefia de um Estado-Maior ou o comando de alguma região³⁷. Em março de 1964, quando o golpe já seguia seu curso, o general, então à frente da Escola de Comunicações do Exército, em Deodoro (RJ), negou-se a fornecer equipamentos de comunicação para uso dos conspiradores, o que seria lembrado mais tarde pelos militares que, a exemplo de Geisel, tinham apoiado a derrubada de Jango. No governo Costa e Silva, o ministro do Interior, Albuquerque Lima, um conhecido militar nacionalista, nomeou Euler Bentes – que também se associaria à bandeira do nacionalismo – para a chefia da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

³⁴ A indicação de Costa e Silva ocorreu em maio de 1966. No final do ano anterior, a oposição tinha conquistado os governos de Minas Gerais, com Israel Pinheiro, e da Guanabara, com Negrão de Lima.

³⁵ SKIDMORE, 1988, p. 389.

³⁶ *Veja*, edição 500, 05 de abril de 1978.

³⁷ Verbete “Euler Bentes Monteiro”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital].

Embora disputasse a sucessão contra a chapa oficial, o nome do general desde cedo circulou entre os assessores de Geisel como um possível candidato. Em 1972, quando ainda nem tinha sido eleito, Geisel chegou a considerar o nome de Bentes à sua sucessão. Depois, na montagem do ministério, pensou em lhe entregar alguma pasta. Cogitou o Gabinete Militar, o ministério dos Transportes, do Trabalho, da Previdência e a chefia do Estado-Maior do Exército até lhe deixar de fora da lista, o que valeu ao general um maldoso comentário de Golbery: para ele, Euler Bentes tornara-se “o mais ex-quase”³⁸. Sempre esteve entre as opções de Geisel, mas, no fim, não assumiu nenhum ministério nem foi indicado à sua sucessão. No governo Geisel, o general ocupou um cargo secundário no organograma do Exército.

Não obstante fosse admirado por seu profissionalismo, o fato é que Euler não se alinhava aos grupos que mais fortemente disputavam os rumos da ditadura. Não fazia parte da *entourage* de Geisel nem era visto como um representante da linha-dura. Em 1978, o regime se encontrava bastante desgastado politicamente, embora não em fase terminal, como a cronologia poderia levar a crer³⁹. No campo oposicionista, uma série de mudanças que serão abordadas mais à frente conduziram ao fortalecimento do MDB. Para a sucessão de Geisel, o partido decidiu apresentar uma alternativa de oposição, mas militar, à chapa oficial. Dentro das Forças Armadas, o principal apoio recebido pela candidatura do MDB veio do ex-chefe do Gabinete Militar de Geisel, general Hugo de Andrade Abreu, que renunciara ao cargo em janeiro de 1978 em protesto pela escolha de Figueiredo. Entre os civis, o mais ativo articulador da chapa encabeçada pelo general Euler Bentes foi Severo Gomes, ex-ministro da Indústria e Comércio de Geisel. Crítico do modelo econômico brasileiro, Severo se fortaleceu junto ao empresariado pela defesa de uma política econômica nacionalista que protegesse as empresas brasileiras e pela bandeira da redemocratização, com críticas à linha-dura, que trabalhava em sentido oposto. Suas posições o desgastaram dentro do governo, fazendo com que Geisel pedisse sua renúncia. Ao apoiar o candidato do MDB, também um nacionalista, o ex-ministro trouxe consigo outros civis, inclusive dissidentes da Arena.

Como Maria Helena Moreira Alves bem notou a propósito das articulações envolvendo as candidaturas de Frota, Figueiredo e Euler, “pela primeira vez, os conflitos entre as principais correntes militares transformaram-se em batalha declarada, e alguns setores da caserna buscaram o apoio oficial dos setores-chaves da elite oposicionista”⁴⁰. Nos anos anteriores ao golpe, ao contrário daquela conjuntura, eram os civis quem buscavam o apoio do

³⁸ GASPARI, 2004, p. 249.

³⁹ Nesse aspecto, compartilhamos da mesma visão de Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D’Araujo e Celso Castro (*A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995). O fim da ditadura, em 1985, embora determinado pela pressão da sociedade, foi, antes de tudo, uma decisão que partiu de dentro do regime, cujos líderes concluíram o alto custo de manter um Estado de exceção.

⁴⁰ ALVES, 2005, p. 269.

Exército, sobretudo em períodos eleitorais, tentando instrumentalizá-lo por meio da *política laudatória*. De acordo com Edmundo Campo Coelho, essa política se caracterizava por ser essencialmente verbal e belicosa, por exaltar as virtudes reais e imaginadas do Exército, por utilizar clichês e fórmulas empregadas com frequência (como a idéia do *poder moderador*, segundo a qual, em resumo, os militares desempenhariam o papel de árbitros nos conflitos políticos) e por expressar o oportunismo político dos civis⁴¹.

Em outubro de 1978, em votação indireta, Figueiredo foi eleito o quinto general-presidente da ditadura, com 355 votos a favor e 266 contra⁴². Sua vitória era vista como uma espécie de crônica anunciada, dadas as modificações no sistema político-eleitoral visando garantir ao governo o controle sobre o processo de distensão. A indicação de Figueiredo foi também uma importante conquista de Geisel, que desde antes de sua própria investidura no cargo trabalhava para fazer o sucessor. Do ponto de vista da abertura, podemos dizer que o governo Figueiredo representou a continuidade da política iniciada por Geisel. O que nos interessa aqui, porém, é sublinhar que foi em seu governo que ocorreram as duas principais mobilizações sociais do período: a luta pela anistia e a campanha das *Diretas Já!*. Nesses dois episódios, a antiga esquerda armada, em contato com outros setores da sociedade brasileira, ajudou a construir uma versão histórica sobre a relação entre a ditadura e a guerrilha que ela, a sociedade, terminou incorporando como sendo sua, inclusive porque elementos dessa reconstrução do passado eram de seu próprio interesse.

⁴¹ COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁴² SKIDMORE, 1988.

Capítulo 5

Raízes da distensão

Projeto versus processo

Na condição de *projeto*, a abertura política não chegou a ser um dado completamente novo na história da ditadura militar¹. Desde a derrubada de João Goulart e a tomada do poder, as Forças Armadas sempre trabalharam com a possibilidade de retorno à democracia. Apesar do esquematismo dessa divisão, já que ela não contempla a multiplicidade de posições dentro do Exército, da Marinha e da Aeronáutica nem sua variação ao longo do tempo, podemos dizer que os militares sustentavam duas posições bem definidas desde os primeiros anos do regime. De um lado, estavam os militares simpáticos a uma intervenção pontual, rápida, semelhante às ações anteriores das Forças Armadas, que restabelecesse a ordem político-econômica que se imaginava estar comprometida e, em seguida, transferisse o poder aos civis. Do outro, estavam os ultra-revolucionários, do qual já falamos no *Capítulo 3* ao relacionarmos a montagem do aparato informativo-repressivo com o avanço da luta armada. Eram militares que defendiam mudanças mais profundas na economia, na política e na sociedade, o que passava pela institucionalização das medidas de exceção e pela permanência das Forças Armadas no poder enquanto as reformas não fossem completadas².

¹ Empregamos a palavra *projeto* para que seja possível, mais à frente, contrastá-la com a idéia de *processo* da abertura. Concordamos com Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (*A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 39) quando eles, negando uma racionalidade absoluta contemplada pelo projeto de abertura, afirmaram que a distensão de Geisel “se baseou numa intenção liberalizante que produziu passos concretos, uns pensados previamente e outros como resposta a eventos posteriores”.

² Numa discussão mais detalhada a respeito das correntes que se formaram dentro das Forças Armadas nos primeiros anos da ditadura, João Roberto Martins Filho (*O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EdUFSCar, 1995) identificou quatro grupos principais: a linha-

O primeiro grupo, chamado de *castellista* (ou *Sorbonne*), orbitava em torno da figura de Castello Branco, primeiro general-presidente³ do regime militar e líder dos conspiradores. Seus principais nomes – dentre os quais se destacavam os generais Geisel e Golbery, “o sacerdote e o feiticeiro” da ditadura, como foram chamados por Elio Gaspari⁴ – eram ligados à Escola Superior de Guerra. Criada em outubro de 1948, nos moldes dos *war colleges* norte-americanos, a ESG, também conhecida como Sorbonne, em alusão à qualidade de seu ensino, foi organizada como uma espécie de espaço acadêmico de socialização das elites civis e militares do país⁵. A partir de 1956, a instituição reuniu vários oficiais que tiveram destacado papel no golpe contra João Goulart e no governo Castello Branco, ocupando ministérios e preenchendo cargos do segundo escalão⁶. O mesmo protagonismo da ESG, entretanto, não se verificou nos governos Costa e Silva e Médici, militares que não haviam participado de seus cursos⁷.

Os castellistas pensavam que a tomada do poder seria o primeiro passo do que se chamou à época de “intervenção cirúrgica”, como ficou evidente no discurso de posse de Castello Branco:

Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil, inclusive o *Ato Institucional* que a integra. Cumprirei e defenderei ambos com determinação, pois serei escravo das leis do país e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. *Meu governo será o das leis*, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira [...] Meu procedimento será o de um chefe de

dura, da qual já falamos; os *castellistas*, ligados ao primeiro general-presidente; os *albuquerqueistas*, corrente liderada pelo general Albuquerque Lima, defensora de um nacionalismo militar e crítica do modelo de desenvolvimento econômico aplicado por Castello Branco; e o *grupo palaciano* no governo Costa e Silva, formado pelo chefe do Gabinete Militar, pelos ministros dos Transportes e do Trabalho e pelo chefe do SNI. Para o que nos interessa nesse ponto do trabalho, julgamos válida a divisão entre castellistas e duros com o objetivo de discutir a relação entre *duração da intervenção militar e abrangência da repressão*.

³ *General-presidente* é uma expressão já consagrada na historiografia do período. Entretanto, no caso de Castello Branco e também de Costa e Silva, trata-se de uma imprecisão, pois ambos eram marechais, patente superior à de general.

⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a, p. 13.

⁵ Verbete “Escola Superior de Guerra (ESG)”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital].

⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru: EDUSC, 2005. Analisando a composição do ministério de Costa e Silva e comparando-o aos nomes do governo Castello Branco, Thomas Skidmore destacou que oficiais nomeados ministros no segundo governo militar “não eram da ‘Sorbonne’ nem jamais foram influenciados por ela, não participaram da FEB [Força Expedicionária Brasileira] e poucos tinham vínculos estreitos com os Estados Unidos”, duas outras características dos castellistas (SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 140).

⁷ Dessa forma, a eleição de Geisel – e depois de Figueiredo – teria representado não apenas o retorno dos castellistas ao poder como também o encerramento de uma intervenção militar que, em 1964, esse grupo de oficiais imaginava breve. Um dos problemas dessa concepção está em sua análise histórica centrada nos grandes personagens, de tal modo que o processo político, ou pelo menos seus fatos mais relevantes, teria sido conduzido pelos oficiais superiores. Para uma crítica a essa visão, presente no trabalho de Elio Gaspari, ver CODATO, Adriano Nervo. ‘O sacerdote e o feiticeiro’: uma análise da história política e militar do Brasil pós-1964. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.) *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, pp. 183-200.

Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966⁸.

Em que pese o fato de ter participado de um movimento para tirar do poder um presidente constitucionalmente eleito, podemos notar no discurso feito por Castello Branco em 15 de abril de 1964 um eloqüente apego ao ordenamento jurídico, além da firme disposição em devolver o poder aos civis tão logo completasse o quinquênio para o qual o ex-presidente Jânio Quadros tinha sido eleito. Porém, como observou com certa ironia José Murilo de Carvalho, em 1964, ao contrário do que esperavam seus apoiadores civis, os militares “vieram, viram, venceram e ficaram”⁹. Se quem assumiu o poder foram as Forças Armadas, o golpe, em si, foi produto de uma ampla e heterogênea aliança que colocou os militares ao lado de amplos setores da sociedade. A Igreja Católica, por meio da CNBB, temerosa que a desordem social, a instabilidade política e o comunismo ameaçassem o país, apoiou a derrubada de Jango, assim como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que, garantindo observar o ordenamento jurídico e a Constituição de 1946, comemorou a vitória dos conspiradores em paz com a consciência¹⁰. Nas ruas, as famosas *Marchas pela Família com Deus pela Liberdade*, chamadas de marchas da vitória após golpe, trouxeram à cena pública mulheres, mães e donas-de-casa defensoras da democracia e da fé cristã¹¹.

Em Brasília, parlamentares também garantiram seu apoio ao participar da encenação legalista que marcou a deposição de João Goulart e os primeiros atos do novo regime. Conhecidas lideranças políticas, como o ex-presidente Juscelino Kubitschek e o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, defenderam o afastamento de Jango, provavelmente porque uma intervenção militar breve, ao livrá-los da ameaça de um golpe à esquerda que poderia comprometer seus planos políticos, manteria aberto o caminho para a disputa presidencial de 1965. Em pesquisa de opinião pública feita cinco dias antes do golpe em várias capitais do país, os nomes de JK e Lacerda apareciam consolidados em primeiro e segundo lugares, tanto na pergunta livre (28% e 22%, respectivamente) como na estimulada (37% e 25%, respectivamente)¹².

⁸ Discurso de Humberto Castello Branco citado em FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a, pp. 342-344. Grifo nosso.

⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b, p. 8.

¹⁰ Para a posição da Igreja, ver MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Para a da OAB, ver ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.) *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 57-96.

¹¹ Ver PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

¹² Para os dados completos da pesquisa, ver LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1999, pp. 172-180. JK, inclusive, já tinha sido indicado por seu partido como candidato a presidente em sessão ocorrida poucos dias antes do

Os empresários, por sua vez, mobilizaram-se intensamente nos dois anos que antecederam o golpe com o propósito de derrubar o governo. Por intermédio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), eles promoveram uma intensa campanha de oposição a João Goulart, em articulação com intelectuais, burocratas, políticos e militares. Ex-alunos da ESG, por exemplo, eram freqüentemente recrutados para integrar os grupos de trabalho do IPES, de tal forma que, com o início do governo Castello, não causou estranheza que os principais cargos fossem preenchidos pelos oficiais com passagem pela Escola Superior de Guerra, como dissemos, e também por integrantes do complexo IPES/IBAD¹³.

Da mesma forma, a imprensa também garantiu seu apoio ao golpe de 1964. Todos os grandes jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, em maior ou menor grau, defenderam o afastamento de Jango, à exceção do *Último Hora*, dirigido por Samuel Weiner – “único jornal de expressão que apoiava o governo”¹⁴. Enquanto suas manchetes eram sempre favoráveis ao presidente e a seu governo, outros, como o *Correio da Manhã*, tornaram-se conhecidos pelos ataques ao presidente¹⁵. São emblemáticos, nesse sentido, os títulos dos editoriais publicados por este jornal, respectivamente, em 31 de março, 01 e 02 de abril de 1964, com contundentes palavras-de-ordem dirigidas a Jango: “Basta!”, “Fora!”, “Basta! E fora!”.

O governo já sofreu demasiadamente com o governo atual, agora basta!

Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia!

Está terminado o episódio mais inglório da história republicana do Brasil. Basta! Mas não só basta disso, também basta de aproveitamento reacionário do episódio. Basta! E fora!¹⁶

Defecções na base de apoio ao regime

Portanto, como está claro, o golpe, embora *feito* por militares, foi abertamente *apoiado* por civis, de modo que já não podemos falar num movimento *apenas* das Forças Armadas,

golpe. Para seu discurso na ocasião, ver FICO, 2004a, pp. 292-298.

¹³ Verbetes “Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)” e “Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital]. Sobre o envolvimento do empresariado com o golpe, ver DREIFUSS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Para os cargos no governo Castello Branco, ver ALVES, 2005.

¹⁴ VILLA, Marco Antonio. *Jango, um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004, p. 153.

¹⁵ Para as caricaturas de João Goulart publicadas por este e outros jornais favoráveis ao golpe, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Nesse ponto, o destaque ficou por conta do *Tribuna da Imprensa*, dirigido por Carlos Lacerda, que publicou as charges mais virulentas contra o presidente.

¹⁶ Citado em FICO, 2004a, pp. 322-326.

mas de um golpe *civil e militar*. É interessante observar que, anos depois, na memória social que foi construída a respeito do período militar, as relações entre a ditadura e a sociedade terminaram sendo redesenhadas, fazendo desaparecer “as pontes e as cumplicidades tecidas” entre ambos desde 1964, como Daniel Aarão Reis Filho destacou¹⁷. Apesar dos apoios, tão logo as expectativas foram frustradas pelos rumos tomados pelo novo regime, começaram as defecções dos setores que pouco antes ativamente participaram do movimento golpista. Se no meio militar as discordâncias não levaram a deserções¹⁸, as diferenças na condução do regime se converteram numa de suas principais fontes de clivagem. No meio civil, um importante núcleo crítico ao regime formou-se em setembro de 1966, com a articulação de políticos atuantes na fase anterior ao golpe e marginalizados pela crescente militarização da ditadura. A *Frente Ampla*, como foi chamada, reuniu adversários históricos, como Lacerda, seu idealizador, JK e Jango¹⁹.

O presidente Castello Branco, cujo mandato foi estendido até março de 1967, deparou-se com muitas dificuldades na economia. As medidas tomadas nessa área, que só mais tarde seriam vistas como determinantes para a viabilização do *milagre*, foram mal recebidas pelos apoiadores do golpe. Ainda em 1964, um programa de estabilização econômica definiu os três principais problemas a serem atacados pelo governo: déficit no setor público, excesso de crédito para a iniciativa privada e aumentos de salários²⁰. A dívida pública de U\$ 3 bilhões, a escassez de crédito no exterior, o déficit público de 4,2% do PIB e a inflação em alta, heranças do governo Jango, exigiram de Castello medidas impopulares para estabilizar a economia. De um lado, o corte nos financiamentos ao setor privado e a crescente participação de multinacionais nas atividades econômicas desagradaram o empresariado. De outro, a diminuição do valor real do salário-mínimo – 25% entre 1964 e 1967 – afetou enormemente a classe trabalhadora. Por seu elevado custo político, um plano ortodoxo como o de Castello Branco só pôde ser implementado graças ao fortalecimento do Executivo e aos expurgos na oposição. Os resultados esperados, porém, não vieram em seu governo: enquanto em 1966 e 1967 o crescimento do PIB foi de 5,4% e 4,7%, em 1968 e 1969 esses números subiram para 11% e 10,2%, respectivamente, com média de 10,9% nos governos Costa e Silva e Médici.

¹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 71.

¹⁸ Não consideramos, aqui, as centenas de subalternos expulsos das Forças Armadas logo depois do golpe. Parte deles, como vimos no *Capítulo 3*, participou das primeiras tentativas de oposição armada à ditadura. Sobre a punição de militares no período, ver FIGUEIREDO, Marcus. *Política de coerção no sistema político brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da UCAM/Comissão Nacional de Justiça e Paz, 1978.

¹⁹ DAVALLE, Regina Aparecida. *A Frente Ampla: um fenômeno de crise e deslocamento de representação (1966-1968)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

²⁰ Os dados a seguir estão em SKIDMORE, 1988.

Nesse contexto, a Frente Ampla foi uma tentativa de catalisar os descontentes com o regime. Aos problemas econômicos devemos somar várias decisões políticas que indicaram um cenário diferente daquele imaginado em 1964 pelos conspiradores civis²¹. Para se contrapor ao presidente, a Frente Ampla buscou recuperar os apoios perdidos pelo regime ao sustentar a bandeira *nacionalista*, mirando o empresariado nacional insatisfeito com o corte nos créditos e a orientação internacionalista da política econômica²², e *antiditatorial*, tentando atrair os que defendiam a imediata volta à democracia. Porém, a eleição de Costa e Silva sepultou as expectativas da Frente Ampla, que também perdeu o apoio da linha-dura quando Lacerda aliou-se a Jango, uma espécie de *bête noire* entre os militares²³. Excetuando-se a Frente Ampla,

²¹ Ao menos cinco medidas são dignas de registro: 1) suspensão dos direitos políticos de JK, no primeiro semestre de 1964: candidato à sucessão de Castello Branco, Juscelino, um popular ex-presidente, foi impedido de disputar o cargo novamente; 2) prorrogação do mandato presidencial, em julho de 1964: medida que atendia aos apelos dos militares duros, desejosos de mais tempo para realizar expurgos; 3) aprovação da *lei de inelegibilidade*, em julho de 1965: ao impedir a candidatura de ex-ministros de Jango aos governos estaduais em disputa naquele ano, a medida visava proteger o regime de uma vitória oposicionista; 4) decretação do AI-2, em outubro de 1965: a despeito da lei anterior, a oposição ganhou em estados importantes, pressionando o governo a manipular o sistema político-partidário com medidas duras reunidas nesse novo Ato Institucional; 5) fechamento do Congresso, em novembro de 1966: diante dos protestos do presidente da Câmara dos Deputados, que se negou a aceitar a cassação de seis deputados federais no mês anterior, Castello colocou a Casa em recesso até uma semana após as eleições estaduais de 15 de novembro.

²² O internacionalismo (ou antinacionalismo) era uma das características dos castelistas. Fizemos menção a esse aspecto na *Nota 6* deste capítulo ao tratar da ESG. O principal interlocutor do grupo no plano internacional eram os Estados Unidos, com quem mantinham vínculos desde a Segunda Guerra Mundial. Como se sabe, o Brasil participou diretamente do conflito por meio da FEB. Durante sua fase de estruturação, muitos oficiais brasileiros freqüentaram os cursos militares no *Army Command and General Staff College*, em Fort Leavenworth, nos EUA. A partir de 1944, já no campo de batalha, a divisão brasileira se integrou ao V Exército norte-americano, comandado pelo general Mark Clark. Depois da guerra, como vimos, os EUA também ofereceram o modelo para organização da ESG. Nomes importantes do castellismo no regime militar, como o marechal Oswaldo Cordeiro de Farias e o próprio Castello Branco, fizeram parte da FEB, realizaram o curso nos EUA e integraram a ESG. Geisel também realizou o curso em Fort Leavenworth, mas somente depois de encerrada a guerra. Além do intercâmbio militar, a proximidade com os norte-americanos durante o conflito traduziu-se numa assimilação ideológica por parte dos castelistas, especialmente na ênfase dada ao liberalismo e à democracia. Em contradição com o que ocorria no Brasil no início da década de 1940, onde havia uma ditadura, nos campos de batalha a FEB lutava pela libertação dos territórios ocupados. O liberalismo e antinacionalismo forjados nesse período pelo grupo foram acentuados pelo desgaste político-econômico do projeto nacional-desenvolvimentista do Estado Novo. Em 1964, por ocasião do golpe, novamente os EUA mantiveram um ativo intercâmbio com os castelistas. No afastamento de João Goulart, contaram os laços de amizade estabelecidos no campo de batalha durante a Segunda Guerra entre Castello e o oficial norte-americano Vernon Waters, que em 1964 servia como adido militar na embaixada norte-americana no Rio de Janeiro e foi o responsável por informar o governo daquele país sobre as articulações golpistas em curso nas Forças Armadas. Em termos de política econômica e internacional, naturalmente, as decisões de Castello Branco não fugiram do histórico da *Sorbonne*. Em seu governo, a ênfase recaiu sobre os investimentos estrangeiros, com incentivos às empresas multinacionais, e ao abandono da política externa independente, com o alinhamento automático com os EUA. Para as informações a respeito da FEB, ver “Força Expedicionária Brasileira (FEB)”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Fundação Getúlio Vargas* [fonte online]. Sobre a participação de Geisel no curso militar em Fort Leavenworth, ver GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Para a tese da assimilação ideológica da FEB, ver ROUQUIÉ, Alain. *L'État militaire en Amérique latine*. Paris: Seuil, 1982. Sobre a participação do adido militar da embaixada norte-americana no golpe de 1964, ver FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Para a política econômica, ver SKIDMORE, 1988. A respeito das relações internacionais, ver VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O regime militar brasileiro e sua política externa. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.) *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, pp. 143-159.

²³ MARTINS FILHO, 1995.

cujas atividades foram proibidas em 1968, muitos dos antigos apoiadores da ditadura que passaram para o *outro lado* integrariam, no governo Geisel, o que chamamos de *vozes de oposição à ditadura*. Em meados dos anos 1970, juntaram-se à Igreja, à classe média, às entidades de representação profissional, aos empresários e à mídia outros grupos e movimentos sociais que no Brasil e no exterior com eles passaram a combater o regime militar.

Com base no que discutimos até aqui, torna-se evidente que o caminho seguido pelo governo Castello Branco, com a crescente militarização do regime, representou o fracasso da abertura defendida pelo presidente. O retorno à democracia, dessa forma, passou a ser uma meta cada vez mais distante, para o que foi decisiva a atuação da linha-dura naquele primeiro momento. Essa aparente contradição é típica do modelo de Estado que se estabeleceu no Brasil em 1964, cuja natureza, em nosso entender, deve estar associada ao regime de exceção implantado pelos militares. Giorgio Agamben define o Estado de exceção como uma espécie de *zona cinzenta*, de incerteza, localizada entre a democracia e o absolutismo, entre o político e o jurídico²⁴. Tendo a *necessidade* como princípio justificador da exceção, essa forma de Estado, em geral, é uma resposta imediata a intensos conflitos internos que se supõe ameaçar a ordem político-jurídica. Justamente nesse ponto reside sua contradição fundamental: ser uma figura jurídica disforme que suspende a ordem constitucional sob o pretexto de defendê-la. O que se viu durante a ditadura foi um círculo vicioso em que o golpe de 1964, feito em nome da democracia, converteu-se num regime contrário a seu próprio restabelecimento. Para salvá-la dos que a ameaçavam, o país cada vez mais se distanciou de seu pleno retorno.

Voltando às correntes militares, o segundo grupo que existia dentro das Forças Armadas, formado pelos duros linhas-duras, pensava numa intervenção duradoura e numa repressão mais profunda, que não ficasse limitada aos expurgos *naturais* típicos de qualquer golpe de Estado. Sua atuação foi um fator constante desde o início da ditadura e acabou determinando o fracasso da transição defendida por Castello Branco. Inicialmente, porém, as expectativas dos dois grupos se convergiram, seja no apoio à derrubada de João Goulart, seja na roupagem legal que buscaram conferir ao golpe (escapando de sua identificação com um Estado de exceção, nome que o próprio Geisel empregaria mais tarde), ou ainda pelas primeiras medidas de conteúdo repressivo tomadas pelos *revolucionários*. A idéia de que o golpe foi uma ação *legal* pode ser conferida no discurso de posse de Castello Branco. Embora tenha representado um flagrante desrespeito às leis do país, tanto os conspiradores civis quanto os militares tentaram contornar essa situação ao envolver o Congresso Nacional na urdidura do *Movimento de 1964*:

²⁴ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: homo sacer*, vol. II. São Paulo: Boitempo, 2004.

Foi uma revolução a assegurar o progresso sem renegar o passado. Vimos, assim, a Nação, de pé, a reivindicar a sua liberdade e a sua vontade, que afinal, e *nos termos previstos pela Constituição, se afirmou através do Congresso, legítimo representante dos ideais e aspirações do nosso povo*²⁵.

O próprio ato institucional a que Castello se referiu no primeiro trecho de seu discurso, como vimos há pouco, foi produto de uma “tática diferente” do Comando Supremo da Revolução, que “não tentou observar as regras da política democrática, como fizeram seus antecessores, mas unilateralmente mudou as regras”²⁶. O triunvirato formado algumas horas depois do golpe foi organizado pelo marechal Costa e Silva. Na madrugada do dia 02 de abril de 1964, após divulgar nota à imprensa informando que, na condição de membro mais antigo do Alto-Comando do Exército, assumia o ministério da Guerra, o marechal instituiu o Comando Supremo da Revolução, integrado por ele (Exército), pelo brigadeiro Francisco Corrêa de Melo (Aeronáutica) e pelo vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha). Em seguida, o presidente da República em exercício indicou os membros do Comando como ministros de suas respectivas forças armadas. Os novos ministros exigiram que o Congresso aprovasse uma legislação de emergência garantindo ao Comando Supremo da Revolução a prerrogativa legal para cassar mandatos, suspender direitos políticos e aposentar servidores públicos. Contudo, a liderança parlamentar negou-se a transferir para os *revolucionários* tais atribuições, oferecendo, como alternativa, um ato constitucional que lhes conferisse poderes limitados para, com a aprovação de $\frac{2}{3}$ do Congresso, realizar expurgos no poder Legislativo e na administração pública federal.

Em 09 de abril, ignorando a proposta do Congresso, os ministros emitiram seu próprio Ato Institucional – “abreviatura dos dezessete atos institucionais baixados pela desordem legiferante nascida com a noção segundo a qual ‘a Revolução legitima a si própria’”²⁷. Em poucas páginas contendo um longo preâmbulo dirigido “à Nação” e onze artigos, o Comando discorria sobre várias questões do interesse dos golpistas:

²⁵ Discurso de Humberto Castello Branco citado em FICO, 2004a, pp. 342-344. Grifo nosso. Do lado civil, o discurso parlamentar também tentou conferir ao movimento uma roupagem legal em razão da presença do Congresso Nacional no desenrolar do golpe. Na sessão conjunta realizada na noite de 01 para 02 de abril de 1964, quando Jango ainda estava em território brasileiro, o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso, declarou: “O Sr. Presidente da República abandonou o governo [...] Há necessidade de que o Congresso Nacional, como poder civil, imediatamente tome a atitude que lhe cabe, nos termos da Constituição [...], para o fim de restaurar, na pátria conturbada, a autoridade do governo, a existência do governo [...] Assim sendo declaro vaga a Presidência da República [...] e investido no cargo o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Ranieri Mazzilli” (Discurso de Auro de Moura Andrade citado em FICO, 2004a, pp. 329-330). Para um relato detalhado da sessão, ver VILLA, 2004, pp. 223-224.

²⁶ SKIDMORE, 1988, p. 49.

²⁷ GASPARI, 2002a, p. 141.

Art. 1º – São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, *com as modificações constantes deste Ato*.

Art. 2º – As eleições do Presidente e Vice-Presidente da República, cujos *mandatos terminarão em 31 (trinta e um) de janeiro de 1966*, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de 2 (dois) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal [...]

Art. 7º – Ficam *suspensas*, por 6 (seis) meses, as *garantias constitucionais* ou legais de vitaliciedade e estabilidade [...]

Art. 10º – No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão *suspender os direitos políticos* pelos prazo de 10 (dez) anos e *cassar mandatos* legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Parágrafo único – Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de *60 (sessenta) dias*, poderá praticar os atos previstos neste artigo²⁸.

Além do golpe propriamente dito, com o artigo 2º do AI-1 o Comando Supremo da Revolução ignorava o Congresso Nacional e, unilateralmente, modificava a Constituição de 1946, que definia o prazo de 30 dias após a vacância do cargo para a eleição do novo presidente da República. Os 23 dias ainda restantes foram diminuídos para exíguas 48 horas. Durante a semana que separou a decretação do AI-1 e a posse de Castello Branco, o Comando Supremo da Revolução, com base em seu artigo 10º, editou sete atos suspendendo direitos políticos de ex-presidentes, parlamentares, ministros, militares e cidadãos sem mandato eletivo, além de transferir para a reserva dezenas de oficiais das Forças Armadas. Para evitar surpresas na eleição de Castello, o nome de consenso entre os golpistas, o Ato do Comando Supremo da Revolução n. 2 cassou 40 congressistas, sendo a maioria da legenda do ex-presidente João Goulart, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A promessa de Castello Branco em ser “escravo das leis do país” não resistiu à pressão dos militares duros para que o presidente prorrogasse seu mandato. As divisões dentro das Forças Armadas esteve presente desde os primeiros tempos da ditadura, ganhando novos contornos com a tomada do poder pelos militares, o que levou a disputas em torno da sucessão presidencial e da institucionalização do aparato repressivo²⁹. A deposição de Jango deu início a uma *Operação Limpeza*, que, desencadeada pelo Comando Supremo da Revolução, deveria prosseguir por mais 60 dias contados da posse de Castello, de acordo com

²⁸ *Ato Institucional n. 1*. Documento citado em FICO, 2004a, pp. 339-342. Grifo nosso.

²⁹ Sobre a crise política nos primeiros anos do regime, ver MARTINS FILHO, 1995.

o AI-1. O Ato do Comando Supremo da Revolução n. 8 e a Portaria n. 1, editados pelos ministros militares em 14 de abril, definiram a sistemática de investigação dos suspeitos de terem cometido “crime contra o Estado ou seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, ou de atos de Guerra Revolucionária”³⁰. Os responsáveis pelos IPM, porém, logo encontraram limites para a aplicação das punições, fosse no presidente da República ou no Judiciário:

Os condutores desses inquéritos, oficiais superiores (coronéis em sua maioria), frustrar-se-iam, porém, com a morosidade com que as punições seriam aplicadas por Castelo. Ele tentaria aplicá-las parcimoniosamente. Ademais, na Justiça, a conquista de *habeas corpus* por parte de algumas vítimas acabaria limitando a ânsia punitiva³¹.

O fracasso da “ditadura temporária”

As tensões entre castelistas e duros deflagradas a partir de então persistiram por todo o primeiro governo militar, com uma visível perda de espaço dos primeiros. “A cronologia, nesse caso”, como sublinhou Carlos Fico, “é muito importante”, pois é preciso observar que a ação da linha-dura começou *antes* da posse de Castello Branco, com a decretação do AI-1, de oito atos revolucionários e uma portaria. Naquele momento, a despeito de qualquer discordância maior entre as duas principais tendências militares, o fato é que os expurgos provavelmente foram vistos como uma medida inevitável, até mesmo para os mais legalistas, que se mantiveram fiéis à ordem constitucional até às vésperas do golpe. Porém, como Fico também destacou, “há uma grande diferença entre acontecimentos fortuitos, imprevisíveis, que não obedecem a nenhuma lógica, e outros que, independentemente das circunstâncias, se vinculam a intenções, propósitos ou vontades dos sujeitos históricos em pauta”³². Dito de outro modo, medidas que poderiam ser vistas como isoladas, representaram, para os duros, uma *trajetória* de pensamento e ação que prosseguiu por todo o governo Castello. Primeiro, com a pressão para que o prazo de 60 dias para expurgos fosse ampliado, no que foram derrotados pelos castelistas. “A linha dura opunha-se ao desejo do presidente Castello Branco de limitar os poderes excepcionais de que dispunha, para normalizar a vida política

³⁰ *Ato do Comando Supremo da Revolução n. 8 e Portaria n. 1*. Documentos citados em FICO, 2004a, pp. 337-338.

³¹ FICO, 2004a, p. 73. Sobre a concessão de *habeas corpus* no período, ver LEMOS, Renato (Org.) *Justiça fardada: o general Peri Belivaqua no Supremo Tribunal Militar (1965-1969)*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004. Belivaqua, que apoiou o golpe dentro da perspectiva castelista de uma intervenção cirúrgica, logo se colocou contra as características assumidas pelo regime. Nomeado para o Supremo Tribunal Militar (STM) em março de 1965, notabilizou-se por conceder *habeas corpus* às vítimas da repressão. Por seu posicionamento, foi compulsoriamente aposentado em janeiro de 1969, com base no AI-5.

³² FICO, 2004a, pp. 72 e 75.

nacional”³³. Depois, na defesa da extensão do mandato presidencial, vitória que obtiveram sobre o governo, embora Castello afirmasse que a medida seria “a essência da ilegalidade”, segundo Thomas Skidmore³⁴. Em seguida, com a lei de inelegibilidade, cujos efeitos, ao não se concretizarem, geraram mais indisciplina nas Forças Armadas, que em parte não aceitou a posse dos governadores opositoristas eleitos em 1965.

A disputa de poder entre as correntes militares culminou na aprovação do AI-2, em outubro de 1965, logo após as eleições estaduais. “Compromisso entre as exigências dos linhas-duras e dos moderados”³⁵ com o objetivo de conservar a base de sustentação militar do governo, o novo ato institucional impôs uma série de mudanças no sistema político-partidário, como a extinção dos partidos políticos, o fortalecimento das prerrogativas presidenciais e a definição de eleições indiretas para o sucessor de Castello Branco:

Art. 9º – A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal [...]

Art. 13º – O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio ou prorrogá-lo pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, para prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna [...]

Art. 15º – No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais [...]

Art. 18º – Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros [...]

Art. 26º – A primeira eleição para Presidente e Vice-Presidente da República será realizada em data a ser fixada pelo Presidente da República e comunicada ao Congresso Nacional, a qual não poderá ultrapassar o dia 3 de outubro de 1966 [...]

Art. 30º – O Presidente da República poderá baixar atos complementares do presente, bem como decretos-leis sobre matéria de segurança nacional.

³³ GASPARI, 2002a, p. 136.

³⁴ SKIDMORE, 1988, p. 90. Precisamos lembrar que a medida não foi uma derrota completa dos castelistas, dentre os quais alguns, como Golbery, viam com simpatia a proposta. Em sua opinião, a extensão do mandato de Castello Branco seria uma forma de neutralizar os movimentos políticos de Lacerda visando a eleição presidencial de 1965 (Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003). O ex-governador da Guanabara renunciou à sua candidatura após a decretação do AI-2.

³⁵ SKIDMORE, 1988, p. 99.

Art. 31º – A decretação do recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores pode ser objeto de ato complementar do Presidente da República, em estado de sítio ou fora dele.

Parágrafo único – Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar mediante decretos-leis em todas as matérias previstas na Constituição e na Lei Orgânica³⁶.

Com o AI-2, tornou-se evidente que o regime deveria durar muito mais do que os castelistas imaginavam e que sua tese de uma “ditadura temporária”³⁷ perdia força. A repressão, por sua vez, também se institucionalizara de forma não prevista a princípio. Lembremos da trajetória ascendente formada pelos primeiros expurgos cometidos ainda em 1964; pela criação do SNI; pela transferência do comando das polícias militares para o Exército, como forma de prevenir seu uso político por parte de governadores da oposição³⁸; até chegar às medidas instituídas pelo AI-2. Nesse processo, e sobretudo na conjuntura aberta pelas eleições de 1965, o nome de Costa e Silva consolidou-se como porta-voz da linha-dura, com uma campanha que galvanizou os militares insatisfeitos com o governo Castello Branco.

O que se viu a partir do governo Médici, que sucedeu Costa e Silva em 1969, foi uma tentativa de ampliar a legitimidade da ditadura para além do amplo e sistemático emprego da força como forma privilegiada de garantir a obediência às normas políticas³⁹. Uma tese oposta, que põe em relevo a instituição militar, foi apresentada por Elio Gaspari, para quem a distensão iniciada por Geisel constituiu, na verdade, uma tentativa de impor a ordem dentro das Forças Armadas após anos de conflito interno decorrente das lutas pelo exercício do poder político⁴⁰. Partindo do pressuposto de que essas duas abordagens não são completamente excludentes, o fato é que após a derrota dos castelistas, ainda no início do regime, a transição da ditadura para a democracia – mesmo que limitada – foi uma bandeira retomada por parte das Forças Armadas somente no início dos anos 1970, com Médici. No debate travado a esse respeito,

³⁶ *Ato Institucional n. 2*. Documento citado em FICO, 2004a, pp. 355-362.

³⁷ GASPARI, 2002a, p. 141.

³⁸ Cf. ALVES, 2005.

³⁹ CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 1, 2005a, pp. 115-147. Ao tratar da DSN, Maria Helena Moreira Alves afirmou que tal ideologia não pressupunha o apoio das massas para legitimação do poder nem a busca por essa base política, assim como não constituía, como o fascismo, uma teoria de supremacia racial ou uma vertente imperial. Desse ponto de vista, a legitimidade decorria de dois fatores, segundo ela: desenvolvimento econômico e defesa do país contra o *inimigo* interno. Sabendo-se que apenas Costa e Silva e Médici contaram com esses dois fatores em sua plenitude (pela combinação do *milagre* com a luta armada, pois o governo Castello não teve expressivo crescimento econômico e Geisel encontrou uma guerrilha já em seus estertores), torna-se muito difícil explicar por que a idéia de abertura foi pensada ainda no governo Médici (Cf. CARVALHO, 2005a). Talvez, uma crítica, já apresentada no *Capítulo 2*, possa estar justamente nos fundamentos dessa interpretação, isso é, na DSN como uma teoria norteadora de uma ação militar racional.

⁴⁰ GASPARI, 2003.

ganharam destaque temas como a duração da intervenção militar, a retomada do aspecto profissional das Forças Armadas e modelo político a ser adotado no regime pós-ditadura.

Apesar das iniciativas do presidente, das declarações de seus assessores e dos debates ocorridos no âmbito da ESG, a abertura de Médici, na prática, não logrou sucesso, de modo que a escolha de Geisel como seu sucessor ganharia especial importância. Duas questões se mostraram fundamentais a partir de então: de um lado, a elaboração de um cuidadoso *projeto* de distensão que evitasse os reveses vividos nas tentativas anteriores; de outro, a escolha prematura do sucessor de Geisel, que assumiria a condição de continuador da abertura iniciada em 1974. Em ambos os casos, emergiram dois personagens de grande importância nos anos seguintes. No primeiro, o general Golbery, do grupo castalista, “principal conselheiro político de Geisel”⁴¹; no segundo, o general Figueiredo, nomeado chefe do SNI e posteriormente escolhido para disputar a sucessão presidencial.

Golbery, que participara do governo Castello Branco como chefe do principal órgão de inteligência da ditadura, viu de perto a derrota da primeira tentativa de abertura e a vitória dos duros sobre os castelistas. Com a posse de Costa e Silva, Golbery passou pelo Tribunal de Contas da União, quando se aposentou, e pela iniciativa privada, para voltar ao Palácio do Planalto apenas em 1974. Entre setembro de 1973 e janeiro do ano seguinte, o general fez uma série de sugestões de conteúdo programático a Geisel. Seus apontamentos, segundo Elio Gaspari, “partiam da certeza de que o regime tinha que mudar”⁴², o que se confirma ao observarmos algumas idéias que ele ofereceu para os discursos de Geisel em dois episódios importantes: sua indicação como candidato da Arena à sucessão de Médici e sua vitória no Colégio Eleitoral. “Audacioso em suas sugestões”, nem sempre o que Golbery escreveu foi aceito por Geisel, que apesar das diferenças sobre o encaminhamento do tema compartilhava com o general a mesma visão a respeito da abertura:

Governo aberto, como os que mais o foram, almejo que venha a ser o meu, no sentido de aceitar e ponderar críticas e acatar sugestões;

Governo aberto, almejo assim, venha a ser o meu, no sentido de abrir e manter arejado sempre, múltiplos canais de comunicação com as elites políticas e técnicas, a intelligentsia sempre trepidante das mais nobres insatisfações, a mocidade incontida

⁴¹ GASPARI, 2003, p. 111. Um indicativo da importância de Golbery na abertura é a longa reportagem, de onze páginas, dedicada a ele em *Veja*, edição 602, 19 de março de 1980. Golbery foi tema da reportagem de capa, intitulada *Exclusivo: revelações do general Golbery – o mago da abertura*.

⁴² GASPARI, 2003, p. 255.

[...], todas as minorias autenticamente representativas e responsáveis do país e [...] a voz individual de qualquer cidadão ferido em seus direitos ou clamando por justiça⁴³.

Assim como outros militares, Golbery concluiu que o aprofundamento da repressão, da forma como tinha ocorrido nos governos Costa e Silva e Médici, se havia eliminado os focos oposicionistas, também tivera um elevado custo político e social no longo prazo. A esse propósito, Maria Helena Moreira Alves enumerou algumas contradições do Estado de Segurança Nacional. Seriam aspectos importantes no seu processo de construção a tendência em perder o controle sobre o aparato burocrático, especialmente sobre o aparelho repressivo; a incapacidade de eliminar completamente a oposição; a secundarização das injustiças reais que motivavam parte dos conflitos político-sociais, ignoradas na estratégia maior de eliminar a oposição pela força; e sua natureza instável, com tendência ao isolamento. Observando tais contradições, Golbery apresentou a Geisel uma proposta de abertura que constatava, como já tinha ficado claro nas sugestões para os discursos do presidente, que “a repressão ilimitada, na busca de uma segurança absoluta, levaria em última análise à debilitação da segurança nacional pretendida”⁴⁴. Em conferência secreta proferida a alunos da ESG em julho de 1980, Golbery retomou vários pontos de seu projeto⁴⁵. Analisando a conjuntura política do país, o general separou, num cenário chamado por ele de “bipolar”, o pólo revolucionário (o governo), do contra-revolucionário (a oposição). Esta, por sua vez, era subdividida entre direita e esquerda, com os primeiros representando os militares radicais (“os eternos ‘puros’, ‘falcões’, ou ‘jacobinos’, a ‘linha dura’”) e os segundos, mais heterogêneo, os favoráveis ao fim da ditadura (“subversivos, contestadores, insatisfeitos e saudosistas”). Uma abertura eficiente, em sua concepção, deveria conferir ao governo uma posição de centro, entre as oposições, por meio de ações intercaladas de “contenção, senão de contra-ataque, entre um e outro”.

Portanto, a transição para um regime pós-ditadura precisaria alternar medidas que ora mirassem a oposição à direita, ora à esquerda, com movimentos lentos, porém, contínuos, de “sístoles e diástoles”, numa analogia ao funcionamento do coração. Para Golbery, “o cuidado quase científico na condução da distensão”⁴⁶ foi uma estratégia para levar a bom termo o projeto castelista, dialogando com os dois principais focos de oposição a Geisel – a linha-dura, de um lado, e a oposição legal e armada, de outro. Anos mais tarde, o ex-presidente voltaria ao assunto ao lembrar as duas frentes que precisou enfrentar durante a abertura:

⁴³ Sugestões de Golbery do Couto e Silva para discursos de Ernesto Geisel citadas em GASPARI, 2003, pp. 240 e 254.

⁴⁴ ALVES, 2005, p. 225.

⁴⁵ *Veja*, edição 627, 10 de setembro de 1980.

⁴⁶ COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 155.

Vamos dizer: de um lado, era a oposição, representada principalmente por elementos dos MDB. Oposição que, à medida que sentia que eu pretendia ir para uma abertura, para uma normalização, se tornava mais agressiva, mais exigente, o que lhe era prejudicial. E, de outro, tinha a área militar, parte da área militar, alguns grupos, que eram contrários à abertura. Quer dizer: que gostariam de permanecer na situação revolucionária em que vivíamos⁴⁷.

A análise de Maria Helena Moreira Alves sobre a institucionalização do Estado de Segurança Nacional aproxima-se da tese de Aloysio Carvalho no que diz respeito à tentativa da ditadura em ampliar sua legitimidade. A realização de eleições abertas, como ela mesma lembrou, converteu-se no principal meio para alcançar esse objetivo. A busca por legitimidade no processo eleitoral, ao lado de outras medidas, seria uma das principais características da abertura em sua fase inicial. Nesse ponto, Geisel foi favorecido pelo Estado de exceção *sui generis* criado pelos militares, que “não eliminou as tradicionais formas de expressão política”⁴⁸. Contudo, o avanço eleitoral da oposição a partir de 1974 trouxe novos problemas para a ditadura, que num processo de avanços e recuos, de sístoles e diástoles, teve que seguir lidando também com o reflexo dos resultados das urnas sobre sua oposição à direita.

⁴⁷ Entrevista de Ernesto Geisel citada em COUTO, 2003, pp. 144-145.

⁴⁸ CARVALHO, 2005a. Sem desconsiderar todas as limitações impostas pela ditadura, recordemos que durante o regime o Congresso Nacional não foi permanentemente fechado, os partidos não deixaram de existir, nem tampouco os generais-presidentes escaparam do cumprimento de mandatos. A preocupação em garantir uma roupagem legal para a exceção era evidente. Sobre o papel do Congresso nesse quadro que se desejava apresentar como legal, ver REGO, Antonio Carlos Pojo do. *O Congresso brasileiro e o Regime Militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

Capítulo 6

Engenharia política a serviço da ditadura

Entre a liberalização e o autoritarismo

Embora discordemos das análises que tendem a supervalorizar as ações individuais como determinantes para a efetiva abertura do regime, é inegável que, durante seu governo, Geisel teve muita habilidade para contornar os focos de oposição à direita e à esquerda. As dificuldades para implementar o projeto de distensão estiveram presentes desde o primeiro dia de seu mandato. Em 14 de março de 1974, véspera da posse de Geisel, o deputado emedebista Francisco Pinto protestou contra a presença do general Augusto Pinochet no país. Pinochet, que desde 1973 presidia a Junta Militar que governava o Chile, viera ao Brasil para a cerimônia de investidura do novo presidente. Além dele, outros três ditadores assistiriam à posse: Stroessner (Paraguai), Bánzer (Bolívia) e Bordaberry (Uruguai). Chico Pinto, que meses antes tinha boicotado uma cerimônia da Câmara dos Deputados em homenagem a Stroessner, decidiu fazer um discurso sobre “os três ditadores festejados em Brasília”¹. Da tribuna, chamou Pinochet de assassino, mentiroso e fascista².

O discurso provocou o primeiro teste de fogo do governo Geisel, pressionado para que usasse as prerrogativas do AI-5 para punir o parlamentar. O quinto Ato Institucional da ditadura conferia ao presidente da República amplos poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos. Em dois de seus artigos, autorizava duras punições para os que buscassem impedir a realização dos “ideais superiores da Revolução”:

¹ Entrevista de Francisco Pinto citada em NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB – semeadores da democracia: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 178.

² GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Art. 4º – No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e *sem as limitações previstas na Constituição*, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais [...]

Art. 5º – A suspensão de direitos políticos, com base neste Ato, importa, *simultaneamente*, em:

- I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II – suspensão do direito de votar ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- III – proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV – aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de freqüentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado³.

Censurando a imprensa para que ela não repercutisse o episódio, o governo acionou a Procuradoria-Geral da República a fim de que o caso fosse remetido ao STF. Habilmente, Geisel se furtava de usar as prerrogativas do AI-5 e, prevendo a condenação de Chico Pinto, acenava para a linha-dura. Era uma forma de atender os militares sem indispor-se abertamente com a oposição. O presidente seguiu o que Golbery, mais tarde, na conferência ministrada na ESG, chamaria de “plano-mestre”, com o governo caminhando lenta, segura e gradualmente entre suas oposições. Em outubro de 1974, o STF condenou Chico Pinto a seis meses de prisão, enquadrando-o no Código Penal, ao invés da Lei de Segurança Nacional, cuja pena máxima era superior, de dois anos⁴. Em seguida, a Câmara dos Deputados cassou o mandato do parlamentar, que dessa forma se viu “atingido de uma só vez pelos três Poderes da República”⁵.

Como vimos no capítulo anterior, o projeto de distensão foi uma tentativa de institucionalizar a ditadura, fazendo a transição do regime militar para uma democracia “relativa” ou “forte”. Nesse processo, as medidas liberalizantes formuladas pela “imaginação criadora”, conforme expressão do próprio Geisel⁶, serviram para ampliar a legitimidade da

³ *Ato Institucional n. 5*. Documento citado em FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a, pp. 382-385. Grifo nosso.

⁴ *Lei de Segurança Nacional*, art. 19. Documento citado em FICO, 2004a, pp. 363-371.

⁵ Entrevista de Francisco Pinto citada em NADER, 1988, p. 181.

⁶ Cf. CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). *Dados* –

ditadura para além do uso indiscriminado da repressão. Ao mesmo tempo, o governo buscou aproveitar os efeitos positivos trazidos pelos indicadores econômicos desde 1968. Se a repressão tinha garantido o controle político sobre as oposições legal e armada, o expressivo crescimento da economia brasileira nos governos Costa e Silva e Médici ampliara as bases de apoio à ditadura, tendo como pano de fundo uma ampla campanha propagandística que apelava ao nacionalismo e à figura do *Brasil potência*. Apesar da desigualdade social produzida pelo modelo econômico adotado pelo regime, para o qual foi decisivo o emprego da repressão, o fato é que mesmo a classe trabalhadora acabou sendo favorecida pelo expressivo crescimento da economia⁷. Entre 1968-73, a economia brasileira passou a apresentar indicadores bastante positivos. O crescimento do PIB ficou acima dos dois dígitos, a inflação recuou para 20% em média (menor índice até a implantação do Plano Real, em 1994) e as exportações subiram de US\$ 1,9 bilhão para 6,2 bilhões. As mudanças no sistema tributário e financeiro tiveram impacto positivo, embora crescentemente desigual, para os ganhos em quase todas as atividades econômicas e segmentos sociais.

A formação de importantes conglomerados financeiros, com a redução no número de instituições bancárias, favoreceu os empresários desse setor. Apenas entre 1967-70, o número de bancos comerciais no Brasil caiu de 313 para 195. O setor agrícola também se beneficiou do *boom* econômico com a ampliação do crédito e as isenções fiscais à produção. A construção civil, que empregava um grande número de trabalhadores com baixa qualificação, foi impulsionada pela política de financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH) e pela demanda estatal em grandes obras de infra-estrutura, como portos, estradas, pontes e usinas. O setor industrial, apresentando crescimento superior ao PIB em todo o período, reduziu sua capacidade ociosa de 24% para 7% entre 1967-71. Numericamente ampliada pelas mudanças na estrutura social, a classe média foi beneficiada pela geração de postos de trabalho e pelo crédito para a compra de bens de consumo durável de alto valor, como automóveis e eletrodomésticos. Assim, enquanto realizava suas expectativas de ascensão social, os setores médios da sociedade distanciavam-se da base da pirâmide, onde estava a maioria dos brasileiros. Estes, duramente atingidos pela política econômica conservadora dos generais-presidentes, também usufruíram do *milagre*. O aumento da demanda por trabalho elevou a média salarial de mercado e reduziu a quantidade de pessoas que recebiam apenas o salário-mínimo. Durante o governo Médici, o mercado de trabalho registrou uma média de crescimento de 4% ao ano, aproximadamente, ao passo que a população não chegou a crescer 3%.

Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 1, 2005a, pp. 115-147.

⁷ Os dados a seguir estão em PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1961-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 207-241.

Ampliando a legitimidade da ditadura

Nesse contexto, o novo governo considerou que poderia buscar uma fonte alternativa de legitimação política no processo eleitoral, invertendo o caminho percorrido até então (caracterizado pelo progressivo fechamento do sistema político), com a adoção de eleições indiretas para presidente, governadores e prefeitos⁸. De acordo com o calendário eleitoral, em 1974 seriam escolhidos 22 governadores, renovadas as assembleias estaduais, a Câmara dos Deputados e 1/3 do Senado. Três meses antes das eleições, em documento reservado, o SNI assegurara ao presidente Geisel que o governo teria uma vitória tranquila no Senado, conquistando 13 das 21 cadeiras em disputa⁹. Como os indícios apontavam para o êxito eleitoral da ditadura, o governo deu amplas garantias de que as eleições transcorreriam livremente, sem expurgos nem interferências – um aceno para sua oposição à esquerda. Nas eleições anteriores, em 1970, os militares tinham promovido uma série de mudanças no sistema eleitoral¹⁰. Com a Emenda Constitucional (EC) n. 1, de 1969, o número de deputados federais de cada estado foi modificado, passando o cálculo a ter como referência o número de eleitores, ao invés do tamanho da população. Assim, a ditadura esperava fortalecer a organização partidária em nível municipal, o que exigiria a formação de diretórios locais e o registro de novos eleitores¹¹. Estabeleceu-se ainda uma defasagem de dois anos – prorrogando-se os mandatos de prefeitos e vereadores – entre as futuras eleições municipais, de um lado, e estaduais e federais, de outro. O objetivo era separar a política local das demais esferas, de forma que as discussões e tensões num nível não influenciassem o resultado em outro.

A terceira mudança foi a introdução do voto vinculado entre deputado federal e estadual para evitar as combinações ocorridas em 1966, quando eleitores votaram na Arena, no nível estadual, e no MDB, no federal, e vice-versa – *dobradinhas* consideradas “imorais”¹² pelos *engenheiros políticos* da ditadura. Para fortalecer a fidelidade partidária, com o objetivo de combater o comportamento da Arena, visto com vacilante, o governo decidiu punir o parlamentar que, com seu voto ou atitudes, divergisse da orientação do partido ao qual estava filiado. Outra novidade foi a fixação de eleições indiretas para escolha dos prefeitos de capitais e municípios considerados áreas de segurança nacional, a fim de conter o foco

⁸ A eleição indireta para presidente da República foi instituída pelo AI-2. Com o AI-3, assinado por Castello Branco em fevereiro de 1966, o regime também tornou indireta a escolha dos governadores e dos prefeitos. Estes, depois de aprovados pela Assembleia Legislativa de seus respectivos estados, eram nomeados pelo chefe do Executivo estadual.

⁹ GASPARI, 2003.

¹⁰ Os dados a seguir estão em FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se volta contra o feiticeiro. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, pp. 154-197.

¹¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹² FLEISCHER, 1994, p. 173.

oposicionista nos grandes centros urbanos. Pouco antes das eleições, o governo ainda lançou a chamada *Operação Gaiola*, que nas principais cidades prendeu ou deteve pelo menos 5 mil pessoas, entre políticos, ativistas e suspeitos de subversão¹³.

Conseqüentemente, a Arena obteve resultados tão expressivos em 1970 que as maiorias conquistadas foram até “incômodas”¹⁴. No Senado, renovado em 2/3, o partido passou a ter 89% das cadeiras. Na Câmara, a porcentagem foi mais baixa, 72%, mas ainda assim significativa. Somadas às demais cadeiras, a Arena ficou 59 senadores, contra 7 do MDB. No nível municipal, onde predominavam as relações clientelísticas, a vitória dos arenistas foi ainda mais contundente. Por outro lado, a campanha pelo *voto nulo*, incentivada por setores da oposição, surgiu o efeito esperado, diminuindo parcialmente a vitória da ditadura. Em 1970, a soma de votos brancos e nulos nas eleições proporcionais totalizou 30,3%, contra 21,1% em 1966. Em 1974, portanto, o governo imaginou que poderia repetir o êxito de quatro anos antes. Tanto foi assim que o regime liberou a propaganda eleitoral gratuita na televisão para todos os candidatos à eleição de novembro. Em outubro, a ditadura conquistou um resultado já previsto: dominando as assembleias legislativas, renovadas em 1970, a Arena obteve uma ampla vitória na eleição dos 22 governadores. Novos deputados estaduais, assim como os deputados federais e senadores, seriam escolhidos apenas em novembro. Nos dois meses de campanha na televisão, os candidatos oposicionistas aproveitaram o espaço para projetar uma imagem combativa do MDB, com críticas ao modelo econômico e denúncias de violação dos direitos humanos¹⁵. Pesquisas de opinião passaram a indicar uma curva ascendente de seus candidatos ao Senado, com chances reais de vitória em estados importantes.

Nem as previsões mais otimistas, porém, apontavam um resultado tão favorável à oposição¹⁶. Das 22 cadeiras em disputa no Senado, o MDB conquistou 16. Na Câmara dos Deputados, sua bancada aumentou de 87 parlamentares para 165 (ultrapassando em muito as 132 cadeiras conquistadas em 1966)¹⁷, enquanto a Arena caiu de 223 para 199. Na comparação com 1970, a diferença de votos para deputados federais recebidos pelos dois partidos diminuiu drasticamente, passando de 6,1 milhões para menos de um milhão em favor da Arena. Nas assembleias, o resultado para o MDB foi igualmente positivo. O partido conquistou a maioria das cadeiras em seis estados, contra apenas um em 1970, incluindo São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Seu desempenho eleitoral em 1974, associado a

¹³ SKIDMORE, 1988.

¹⁴ FLEISCHER, 1994, p. 173.

¹⁵ KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

¹⁶ Os dados a seguir estão em SKIDMORE, 1988.

¹⁷ Devemos observar que os números apresentados para a Câmara dos Deputados são absolutos. Percentualmente, variaram de modo significativo entre 1966 e 1974, tendo em vista que o número de parlamentares foi alterado duas vezes no período: em 1966, eram 409 cadeiras; em 1970, 310; em 1974, 364.

outras transformações internas e externas, atraiu setores da oposição outrora críticos do partido, que começaram a ver no MDB um espaço viável para fazer oposição à ditadura¹⁸.

Obviamente, o resultado eleitoral, além de contrariar as expectativas do governo, deixou o presidente numa delicada situação. Diante da nova composição do Congresso Nacional, a ditadura perdera os $\frac{2}{3}$ exigidos por lei para a aprovação de emendas constitucionais, de tal forma que restava a Geisel apenas o AI-5 como saída no caso de uma eventual proposta do governo encaminhada ao Congresso ser rejeitada pelo MDB. Sob o ponto de vista da abertura, o resultado ensejou uma reflexão mais atenta por parte dos estrategistas do regime, que não deixaram de notar a possibilidade de o governo perder o controle sobre o processo de distensão. Assim, nos meses seguintes, Geisel não se absteve de utilizar os poderes conferidos pelo AI-5 contra sua oposição à esquerda, cassando mandatos, suspendendo direitos políticos e fechando o Congresso para impor mudanças desejadas pelo governo.

Os casuísmos da Lei Falcão e do Pacote de Abril

Ainda no domínio eleitoral, a ditadura instituiu novas mudanças buscando corrigir eventuais erros de cálculo cometidos em 1974. Passadas as eleições, o SNI elaborou um estudo detalhado com mapas de votação, informações sobre os estados e números obtidos pelo MDB e pela Arena¹⁹. O relatório, que incluía até mesmo dossiês a respeito de candidatos da oposição, foi produzido com o propósito de orientar políticos arenistas sobre as perspectivas eleitorais para os anos seguintes. O estudo do SNI indicou que o acesso ao rádio e à televisão havia contribuído decisivamente para a vitória do MDB em 1974, e que se nada fosse feito para manter a oposição sob controle o partido sairia vitorioso nas disputas de 1976, ano em que seriam renovadas as câmaras municipais e eleitos os novos prefeitos, e 1978, quando o partido poderia conquistar a maioria em outras assembleias estaduais.

Seis meses antes das eleições de 1976, o governo encaminhou uma mensagem ao Congresso propondo alterações no Código Eleitoral, a fim de limitar o alcance da campanha. A comissão mista responsável por discutir os termos da proposta foi composta por dez parlamentares da Arena e oito do MDB, ficando sua relatoria com o senador Jarbas Passarinho, ex-ministro da Educação no governo Médici. A lei, apelidada de *Lei Falcão*, em referência ao ministro da Justiça de Geisel, foi aprovada em agosto com amplo apoio da Arena, provavelmente como resposta ao relatório do SNI. A Lei Falcão estabelecia que os futuros candidatos não poderiam mais utilizar o rádio e a televisão para fazer pronunciamentos, sendo permitido a eles apenas “mencionar a legenda, o currículo e o

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Outro Preto: Editora da UFOP, 1997.

¹⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru: EDUSC, 2005.

número do registro [...] na Justiça Eleitoral, bem como a divulgar, pela televisão, suas fotografias, podendo, ainda, anunciar o horário local dos comícios”²⁰.

Dessa forma, segundo observou Maria Helena Moreira Alves, “a propaganda eleitoral transformou-se em monótona sucessão de nomes, números, currículos e fotografias de centenas de candidatos dos dois partidos”²¹. Campanha aberta como a de 1974 os candidatos só poderiam fazer nos jornais, cuja tiragem diária, inferior a 300 mil exemplares, atingia por volta de 20 milhões de pessoas apenas. O rádio, com um público de cerca de 85 milhões, e a televisão, com aproximadamente 45 milhões de espectadores, ficaram sob o rígido controle da nova lei eleitoral. Seu impacto foi significativo principalmente para o MDB, que durante a campanha de 1974 havia conseguido chegar às áreas mais distantes do país, onde a Arena era mais forte, por meio do rádio e da televisão. Dispondo somente dos jornais, tradicionalmente consumidos por um público mais escolarizado, o partido ficou limitado a uma base eleitoral da qual já dispunha, se levarmos em conta a expressiva quantidade de votos recebida pela legenda nos principais centros urbanos em 1974.

O resultado das eleições, a princípio, indicou uma incontestável vitória da Arena, que conquistou mais prefeituras que o MDB em todos os estados do país. Nas regiões Norte e Nordeste, em particular, a diferença entre os dois partidos foi significativa. No Piauí, por exemplo, dos 94 municípios, o MDB venceu em apenas um, mesmo resultado que obteve no Amazonas e no Pará²². Em todo o Brasil, a Arena ganhou em 2457 cidades, contra 491 da oposição. Quando observamos a quantidade de votos, porém, o cenário muda sensivelmente. Enquanto a Arena recebeu cerca de 14,5 milhões de votos, o MDB ficou com quase 12 milhões, revelando a polarização na distribuição geral. Além disso, o resultado das prefeituras não se repetiu nas câmaras municipais, sobretudo em grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. Se analisarmos esses resultados tendo em vista uma campanha limitada pela lei Falcão, na seqüência de eleições favoráveis à oposição, como a de 1974, e com perspectivas de se repetir em 1978, segundo o próprio SNI, é possível compreender melhor a dimensão do problema enfrentado pelo governo.

Com o processo de abertura novamente ameaçando fugir do ritmo imaginado, Geisel decidiu tomar medidas adicionais para evitar mais uma derrota em 1978. O governo poderia coagir os eleitores com operações como aquela realizada em 1970, mas isso mancharia a imagem de um presidente em busca de legitimação no processo eleitoral. Uma segunda possibilidade era tornar indireta a escolha dos futuros governadores. Para isso, entretanto, o

²⁰ *Lei n. 6.339/1976 (Lei Falcão)*. Documento citado em DUARTE, Celina Rabello. *A Lei Falcão: antecedentes e impacto*. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.) *Voto de desconfiança – eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis: Vozes-Cebrap, 1980, p. 184.

²¹ ALVES, 2005, p. 230.

²² *Veja*, edição 429, 24 de novembro de 1976.

governo precisaria alterar a Constituição de 1967, para o que não dispunha dos $\frac{2}{3}$ necessários para aprovar emendas. Geisel poderia ainda, numa medida mais drástica, fazer uso do AI-5, mas para isso o Congresso deveria ser fechado. Resumindo, as opções do presidente não lhe eram favoráveis nem numerosas. Independente da saída escolhida, muito provavelmente o governo desagradaria sua oposição à esquerda ou à direita – ou mesmo ambas.

Como o custo político de alguma dessas medidas era menor que os problemas trazidos pela perda do controle sobre o processo de abertura, Geisel decidiu fechar o Congresso Nacional em abril de 1977, usando os poderes que o AI-5 lhe conferia. No final do mês anterior, o governo tinha encaminhado uma proposta de reforma do Judiciário. O projeto era uma contrapartida da ditadura às medidas liberalizantes e atendia ao apelo da linha-dura militar a respeito do controle sobre o Judiciário. A reforma introduzia basicamente duas mudanças: criava o Conselho da Magistratura, com poderes para disciplinar juízes, e transferia os julgamentos de policiais militares dos tribunais civis para cortes militares especiais integradas por oficiais da própria polícia. Além da OAB, que se opôs contundentemente à proposta, também o MDB criticou o projeto do governo, afirmando que uma reforma do Judiciário deveria ser precedida pela revogação da Lei de Segurança Nacional e do próprio AI-5, que interferiam diretamente na autonomia daquele poder.

Levado à votação, o projeto foi derrotado por 241 votos a 156, sem alcançar, portanto, a maioria de $\frac{2}{3}$ do Congresso, o que provocou a revolta da linha-dura. Usando o posicionamento do MDB como pretexto, Geisel determinou o fechamento do Congresso, colocado em recesso por duas semanas. Nesse intervalo, o governo instituiu uma série de modificações no sistema político-eleitoral, conhecidas como *Pacote de Abril*, além de aprovar a reforma do Judiciário tal qual ela havia sido proposta em março. Em 1978, quando seriam escolhidos novos governadores pelo voto indireto, a ditadura sabia que eram praticamente certas as chances de vitória da oposição em estados importantes, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde o MDB conquistara a maioria parlamentar em 1974. Ao mesmo tempo, se o partido repetisse o desempenho daquele ano, provavelmente aumentaria sua bancada no Senado, onde, em 1978, estariam em disputa $\frac{2}{3}$ das cadeiras, o dobro da eleição anterior. Havia, portanto, a possibilidade de o MDB passar a ter maioria na no Senado e, assim, poder derrubar vetos presidenciais.

Com o Pacote de Abril, o governo Geisel buscou impedir que mais resultados negativos fossem colhidos pela Arena e pela ditadura²³. A composição do colégio eleitoral que indicaria os novos governadores foi alterada, passando a incluir, além dos deputados estaduais, também representantes das câmaras municipais. Como vimos antes, em 1976, a

²³ Os dados a seguir estão em FLEISCHER, 1994.

Arena obtivera um expressivo resultado nas eleições municipais, o que, segundo a nova fórmula instituída pelo governo, poderia compensar a maioria do MDB em algumas assembleias. O mesmo colégio eleitoral que escolheria os governadores passaria também a indicar o nome para preencher uma das duas vagas em disputa no Senado, restando apenas uma cadeira para eleição direta. Os futuros senadores escolhidos pela via indireta ficaram conhecidos como *biônicos*, “designação pejorativa [...] criada por humoristas de oposição para sintetizar a idéia de que eram, na realidade, ‘invencíveis e artificialmente fabricados’”²⁴.

Além disso, o governo alterou o cálculo para definição do número de deputados federais a que cada estado tinha direito. Ao invés do número de eleitores, a referência para a composição das bancadas voltou a ser o tamanho da população, o que favorecia os estados mais pobres do país, onde a Arena era mais forte. No cálculo anterior, as regiões Norte e Nordeste eram prejudicadas pelo fato de analfabetos não poderem votar, diminuindo a base de cálculo para a distribuição das cadeiras na Câmara. Adicionalmente, o governo aumentou o número de parlamentares para 420 (eram 364) e alterou o número mínimo e máximo de deputados para cada estado, a fim subrepresentar os estados do Centro-Sul do país, onde o MDB mostrava estar em crescimento. A exigência mínima de $\frac{2}{3}$ para aprovação de emendas constitucionais foi reduzida para $\frac{1}{3}$, para evitar novas derrotas do governo no Congresso. A sucessão de Geisel também foi objeto do Pacote de Abril, que alterou a composição do colégio eleitoral que indicaria o novo presidente. O governo modificou o número de representantes das assembleias estaduais, definindo a quantidade de delegados para a proporção de 1/1 milhão de habitantes, ao invés de 1/500 mil, o que prejudicou os estados mais populosos. Também foi desmembrado o estado de Mato Grosso, com a criação do Mato Grosso do Sul, que teve direito a mais três senadores e quatro deputados indicados pela Arena. O Pacote de Abril ainda incorporou as regras da Lei Falcão relativas ao acesso dos candidatos ao rádio e à televisão durante a campanha eleitoral.

Três meses após a aprovação dessas medidas, o MDB tomou a primeira iniciativa com vistas à eleição de 1978. Naquele mês, em programa de rádio e televisão, quatro integrantes do partido fizeram duras críticas ao regime, abordando temas como o modelo de desenvolvimento do país, as condições de vida da população, o retrocesso representado pelo Pacote de Abril, os limites da distensão e a política econômica e salarial da ditadura. Segundo pesquisas de opinião pública, o programa do MDB teve ampla repercussão, com mais de 20 milhões de espectadores, dos quais praticamente 70% se declararam favoráveis às idéias apresentadas pelo presidente do partido, Ulysses Guimarães, por seu líder na Câmara dos

²⁴ ALVES, 2005, p. 235.

Deputados, Alencar Furtado, e pelos deputados estaduais Franco Montoro e Alceu Collares²⁵. A realização do programa só foi possível porque o MDB aproveitou-se de uma brecha no Pacote de Abril, cujas regras se aplicavam apenas ao período eleitoral.

O governo respondeu com a edição do Ato Complementar (AC) n. 104, que proibiu o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão mesmo fora do período de campanha. Dessa forma, para contornar as limitações impostas pela ditadura, a direção do MDB buscou ampliar sua base de apoio em 1978, estabelecendo contatos com organizações de luta pelos direitos humanos, associações de bairro, sindicatos e o movimento estudantil. Paralelamente, setores da oposição antes reativos à militância no MDB começaram a se aproximar da legenda. Até 1974, o partido era visto por críticos da ditadura como uma oposição pouco combativa. A partir de então, o MDB começou a ocupar um lugar de destaque no campo oposicionista. Em parte, porque, internamente, um jovem grupo de ativos parlamentares, chamados de *autênticos*, assumiu um comportamento mais incisivo, com críticas à ditadura. Em parte, também, porque a antiga esquerda armada, derrotada pelos militares, passou a buscar novas formas de atuação política²⁶.

Seguindo com sua estratégia de avanços e recuos, numa abertura ao estilo “*stop-and-go*”, como Francisco Carlos Teixeira da Silva caracterizou a distensão²⁷, o governo Geisel deu continuidade a uma série de reuniões com a oposição visando um entendimento em torno das reformas político-institucionais, por intermédio do presidente do Senado, o arenista Petrônio Portella. Durante a chamada *Missão Portella*, os principais críticos da ditadura, como o MDB, as entidades de representação profissional e a Igreja Católica, somados também à imprensa, cuja censura havia sido parcialmente suspensa, exerceram uma enorme pressão sobre o regime. A ditadura, por sua vez, ao mesmo tempo em que parecia querer dialogar com a oposição, conhecendo suas principais reivindicações, buscava uma saída negociada, ganhando tempo e mantendo a distensão no ritmo planejado e sob seu estrito controle. No final de junho, através da Emenda Constitucional n. 11, o governo submeteu ao Congresso um pacote de reformas liberalizantes que marcariam o final do quinquênio de Geisel na Presidência da República.

A proposta incluía algumas modificações importantes. Em primeiro lugar, o AI-5 e todos os atos institucionais posteriores eram extintos, o que representava a volta do *habeas*

²⁵ COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

²⁶ MOTTA, 1997.

²⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 263.

corpus e dos princípios da vitaliciedade, inamobibilidade e estabilidade dos magistrados. A emenda também acabava com a prerrogativa presidencial de fechar o Congresso e as assembleias estaduais, restabelecia a imunidade parlamentar – salvo para os casos de crime contra a segurança nacional – e extinguiu as penas de prisão perpétua e banimento, em vigor desde 1969. Por outro lado, a introdução de *salvaguardas* permitia ao governo decretar Estado de emergência por 90 dias, prorrogável pelo mesmo prazo. Nesse período, a ditadura poderia, entre outras coisas, nomear governadores e administradores na área em que foi declarada a emergência, decretar medidas adicionais para manutenção da ordem pública, suspender as garantias legais, autorizar operações de busca e detenção, suspender a liberdade de associação e reunião e censurar a imprensa²⁸.

Visto que, com o Pacote de Abril, a Constituição poderia ser alterada com apenas $\frac{1}{3}$ dos votos, o governo não teve problemas para ver sua emenda aprovada no Congresso. Os setores da oposição, porém, protestaram contra a suposta liberalização, afirmando que a EC-11, ao instituir salvaguardas de emergência, compensava a perda de prerrogativas resultantes da suspensão do AI-5. Se considerarmos o nível de desenvolvimento do aparato informativo-repressivo da ditadura e a possibilidade de o governo, unilateralmente, manter o país por até seis meses sob Estado de emergência, com todos os poderes que a emenda lhe conferia, podemos afirmar que o projeto tinha muito mais um sentido simbólico, acenando para a oposição, do que efetivo. Percebendo a manobra do governo, cuja abertura, dessa forma, mantinha-se no rigoroso limite da consolidação de seu projeto inicial, o MDB boicotou a votação no Congresso, alegando que aprovar a EC-11 seria o mesmo que legitimar o que o partido considerava um retrocesso da distensão.

Pluripartidarismo como estratégia para dividir a oposição

As eleições de novembro de 1978 foram realizadas dentro desse contexto. No mês anterior, conforme dissemos, o Colégio Eleitoral já havia indicado o sucessor de Geisel, que assumiria o cargo em março de 1979, dando continuidade ao projeto de transição para um regime pós-ditadura. Descontadas as mudanças na legislação eleitoral, podemos dizer que os resultados até foram positivos para oposição, que continuou avançando nos grandes centros urbanos do país, embora não tivesse repetido o mesmo desempenho de 1974. A Arena conservou a maioria nas assembleias estaduais e na Câmara dos Deputados, porém, sob uma diferença bem menor do que na legislatura anterior. Na Câmara, por exemplo, o partido conquistou 220 cadeiras, contra 200 do MDB²⁹, numa disputa apertada. No Senado, ao

²⁸ ALVES, 2005.

²⁹ *Veja*, edição 533, 22 de novembro de 1978.

contrário, o Pacote de Abril pesou a favor da Arena. A oposição venceu em todos os estados do Centro-Sul do país, mas, no cálculo geral, conquistou apenas oito das 24 vagas diretas em disputa no Senado e fez um senador biônico³⁰.

A mudança de governo, em inícios de 1979, não conduziu a nenhuma mudança no que diz respeito aos casuísmos político-eleitorais. Dois personagens importantes no governo Geisel foram mantidos pelo presidente Figueiredo: Portella, que desempenhara um relevante papel no diálogo com a oposição no final do período anterior, foi nomeado ministro da Justiça; e Golbery, mentor intelectual da abertura, permaneceu no Gabinete Civil, de onde sairia apenas em 1981 em meio a uma crise militar. Além da anistia, da qual falaremos no *Capítulo 9*, o retorno ao pluripartidarismo foi a principal iniciativa tomada por Figueiredo nos quadros do projeto de distensão. Em ambos os casos, o governo tomou para si bandeiras defendidas pela oposição, adiantando-se a ela para conservar o controle sobre a abertura.

Mesmo limitado pela engenharia política da ditadura, o rápido e constante crescimento eleitoral do MDB assinalou o enfraquecimento do partido do governo. Assim, ou o regime apelava para novos casuísmos ou tomava alguma medida no sentido de recompor sua base parlamentar. Desde 1974, mas principalmente em 1978, as eleições haviam se transformado em verdadeiros plebiscitos, em que o voto na Arena ou no MDB significava uma manifestação pública do eleitor a respeito da ditadura. Como Rogério Schmitt destacou, “a concentração das forças de oposição numa única legenda estimulava o aludido caráter plebiscitário do processo eleitoral, aumentando o risco de derrotas inesperadas da Arena”³¹. Pelos resultados, ficou evidente que a Arena, e não a oposição, é quem recebia os votos de protesto. Esse fato não passou despercebido aos estrategistas da abertura, que ainda no governo Geisel lançaram o primeiro *balão-de-ensaio* com relação ao pluripartidarismo.

Em meados de 1978, a ditadura tomou a primeira medida concreta para afrouxar as regras que regulamentavam a formação de novos partidos políticos. Com a EC-11, da qual falamos há pouco, o governo também tinha fixado duas exigências para o funcionamento de partidos nacionais. Para serem criadas, as legendas deveriam ter ao menos 10% dos deputados federais e dos senadores entre seus filiados. Precisavam ainda ter o apoio de, no mínimo, 5% do eleitorado que tivesse votado na eleição mais recente para a Câmara, sendo 3% deles em nove estados diferentes³². As novas regras eram bem mais flexíveis que as legislações anteriores. Por exemplo, o AC-4, de 1965, exigia no mínimo 30% de deputados federais e senadores para a formação de novos partidos. Com a Constituição de 1967, passou-se a exigir que os votos de uma legenda estivessem distribuídos em $\frac{2}{3}$ dos estados, sendo pelo menos 7%

³⁰ FLEISCHER, 1994.

³¹ SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 47.

³² SCHMITT, 2005.

em cada um. Em 1969, uma emenda constitucional alterou a cláusula de desempenho para, no mínimo, 5% do eleitorado votante na eleição mais recente à Câmara dos Deputados, sendo ao menos 7% em sete estados.

Apesar dessa flexibilização e do desejo das bancadas da Arena e do MDB em organizar novas legendas, a EC-11 não surtiu o efeito esperado. Dessa forma, coube ao governo Figueiredo apresentar uma reforma completa no sistema partidário que extinguisse as legendas então existentes. A intenção da ditadura era tentar dividir o MDB sem fragmentar a Arena, o que se tornara praticamente impossível, como assinalou Maria D’Alva Gil Kinzo, visto que o partido do governo, tal como a oposição, “estava longe de ser uma organização unida e coesa”³³. A estratégia formulada por Golbery e Portella pressupunha a criação de um terceiro partido, além dos herdeiros do MDB e da Arena – seus sucedâneos foram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Democrático Social (PDS), respectivamente. Essa outra legenda abrigaria os emedebistas moderados e os arenistas liberais, podendo funcionar como um partido auxiliar da ditadura, no nível federal, e concorrer com a oposição nas eleições de 1982, no nível estadual³⁴.

A nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), aprovada pelo Congresso no final de 1979, dissolveu os partidos e incorporou as duas cláusulas de desempenho fixadas pela Emenda Constitucional n. 11, conduzindo, obrigatoriamente, à formação de novas legendas. Entre janeiro e maio de 1980, seis novos partidos foram registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além do PMDB e do PDS, foi criado um terceiro partido, como previam os estrategistas do governo. O problema é que o Partido Popular (PP), como foi chamado, acabou atraindo mais parlamentares do que o previsto pelo governo. “O PP pretendia ser uma legenda equidistante da situação pedessista e da oposição peemedebista”³⁵. Ao deixar o PDS apenas com maioria simples na Câmara, o PP passou de *partido auxiliar* para *fiel da balança*. No campo oposicionista, a reorganização partidária também extrapolou a previsão inicial, com a criação de três legendas, ao invés de duas: PT, PTB e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), dissidência do grupo histórico petebista.

Cumprida uma etapa importante do projeto de abertura, o governo Figueiredo voltou a usar dos casuísmos em benefício da ditadura. Inicialmente, cancelando a eleição municipal de 1980, sob a justificativa de que os partidos recém-organizados ainda não tinham condições de disputá-la. Em setembro de 1980, apenas dois meses antes do pleito, o Congresso aprovou a

³³ KINZO, 1988, p. 205.

³⁴ Golbery e Portella previam ainda o reaparecimento do PTB e de uma legenda concorrente formada a partir dos sindicatos *autênticos* que despontavam no Centro-Sul do país, especialmente no ABC paulista (Cf. FLEISCHER, 1994). A previsão, como sabemos, concretizou-se com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Sobre o sindicalismo autêntico, ver *Capítulo 8*, p. 150.

³⁵ SCHMITT, 2005, p. 49.

EC-14 prorrogando os mandatos de prefeitos e vereadores eleitos em 1976 por mais dois anos, de modo que, em 1982, haveria coincidência com a disputa pelas vagas de deputado estadual, federal, senador e prefeito. Sob protestos da oposição, que novamente considerou a medida um retrocesso, o governo conseguiu aprovar facilmente sua proposta, haja vista a exigência de apenas $\frac{1}{3}$ do Congresso para mudanças na Constituição. No ano seguinte, as negociações entre governo e oposição prosseguiram, tendo como horizonte as eleições de 1982. Do lado da ditadura, o objetivo era garantir a vitória de sua base parlamentar naquela que seria a mais importante eleição da história brasileira, com 55 milhões de pessoas escolhendo os novos ocupantes de praticamente todos os cargos eletivos³⁶. Do lado da oposição, o esforço era para obter garantias de que as eleições transcorreriam sem manipulações. A princípio, os estrategistas da abertura imaginavam estabelecer alianças entre PDS, PP e, eventualmente, PTB ou PDT, fortalecendo a ditadura em alguns estados na expectativa de que a oposição se dividisse em outros. Supunha-se que o PDS seria o principal favorecido pela coincidência das eleições municipais e gerais, uma vez que haviam migrado para o partido quase todos os prefeitos eleitos pela Arena em 1976. A aplicação da fórmula da *sublegenda*³⁷ na eleição dos governadores, por sua vez, também poderia determinar uma vitória do PDS.

Porém, dois fatos importantes modificaram rapidamente a conjuntura política. Primeiro, a saída de Golbery do governo, em agosto de 1981, sendo substituído no Gabinete Civil por João Leitão de Abreu, que ocupara o mesmo cargo durante o mandato de Médici³⁸. Segundo, a derrota no Congresso Nacional da proposta que estendia a fórmula da *sublegenda* para as eleições de 1982. A vitória da oposição, ocorrida na ausência de Figueiredo, que se afastara da Presidência por motivos de saúde, contou com a infidelidade de dez parlamentares da base governista, que votaram contra o projeto. Paralelamente, um novo estudo do SNI projetava um cenário catastrófico para o governo em termos eleitorais, com o PDS conquistando apenas quatro estados em 1982: Alagoas, Sergipe, Bahia e Maranhão.

³⁶ ALVES, 2005. A eleição para presidente da República ocorreria apenas em 1985, mas ainda por votação indireta. Em novembro de 1980, por meio da EC-15, o governo avançou na liberalização do regime ao restabelecer eleições diretas para governadores e senadores em 1982, mantendo-se, contudo, o mandato dos parlamentares biônicos eleitos em 1978.

³⁷ Utilizada nas eleições para prefeito em 1966, 1970, 1972, 1976 e 1982, e para senador em 1966, 1978, 1982 e 1986, a *sublegenda* permitida aos partidos lançar mais de um candidato para o mesmo cargo. Na contagem final, os votos recebidos pelos candidatos da *sublegenda* eram somados. Se o total fosse maior que o desempenho do partido adversário, a *legenda* vencida a eleição. O candidato da *sublegenda* mais votada era o eleito (Cf. NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004).

³⁸ Devemos lembrar que o ministro Petrônio Portella, que com Golbery formou a dupla de estrategistas da distensão no governo Figueiredo, faleceu em 1980. A saída de Golbery, que de certa maneira representava a continuidade com o governo Geisel, deixou um vazio na coordenação da abertura, o que, sob o ponto de vista dos militares duros, foi visto como algo positivo.

Por isso, em novembro de 1981, Figueiredo encaminhou ao Congresso, em regime de urgência, um pacote de reformas no sistema político-eleitoral, aprovado dois meses depois. A “imaginação criadora” encabeçada por Leitão de Abreu era uma tentativa de controlar o processo de distensão. Entre as várias inovações introduzidas pelo *Pacote de Novembro*, destacamos o adiamento da aplicação das cláusulas de desempenho presentes na LOPP (o que, favorecendo os partidos menores, manteve a oposição fracionada), o aumento do número de cadeiras na Câmara dos Deputados de 420 para 479 e a proibição das coligações (obrigando os partidos a lançarem chapas completas). Além disso, passou-se a exigir que o eleitor escrevesse o nome ou o número de seus candidatos na cédula (seis, no total), o que poderia criar alguma confusão e assim invalidar uma grande quantidade de votos.

As mudanças de maior impacto, porém, foram o voto vinculado e a exigência de $\frac{2}{3}$ do Congresso para aprovação de emendas constitucionais. A primeira medida, adotada parcialmente na eleição de 1970, exigia que o eleitor votasse em candidatos do mesmo partido para todos os cargos. Com isso, o governo pretendia evitar que, no nível municipal, onde o PDS herdara a força eleitoral da Arena, os candidatos do partido fossem indicados, e no nível estadual e federal o eleitor escolhesse candidatos da oposição. A escolha de partidos diferentes anulava o voto por completo, impedindo que tais combinações ocorressem. Para se resguardar em caso de vitória da oposição em 1982, o governo passou a exigir novamente maioria de $\frac{2}{3}$ do Congresso Nacional para alterar a Constituição. Assim, a ditadura voltava ao modelo anterior ao Pacote de Abril, que tinha diminuído o quórum mínimo para $\frac{1}{3}$, evitando que a oposição, em caso de vitória, pudesse propor e aprovar emendas constitucionais.

Levando-se em conta todos os casuísmos utilizados pela ditadura, o resultado das eleições foi interpretado como um avanço pela oposição. O PDS perdeu nas regiões mais industrializadas e populosas do país, não conseguindo fazer a maioria na Câmara dos Deputados. A legenda obteve menos da metade dos votos válidos, elegendo apenas 234 (em 479) deputados federais³⁹. Por outro lado, como previsto pelo governo, o PDS conquistou a maioria das cadeiras em disputa no Senado (45 das 69). Nos 22 estados em que houve eleição para governador, os partidos de oposição venceram em dez, incluindo Minas Gerais e São Paulo, com o PMDB, e Rio de Janeiro, com o PDT. Esse resultado contrariou os estrategistas da abertura, que previam uma vitória do governo em 15 ou 16 estados⁴⁰. O partido também conquistou a maioria das cadeiras nas assembleias de seis estados, aumentando sua bancada em praticamente todos os outros onde não conseguiu mais de 50% dos votos. Na disputa municipal, o PDMB saiu vitorioso, conquistando a maior parte das prefeituras de quatro

³⁹ *Veja*, edição 743, 01 de dezembro de 1982.

⁴⁰ FLEISCHER, 1994.

estados (incluindo Minas Gerais e Paraná, onde ganhou em metade dos municípios) e crescendo em quase todos os demais⁴¹.

Em síntese, o que podemos perceber com base no que foi dito até aqui é que as mudanças no sistema político-eleitoral constituíram uma das principais características da distensão lenta, gradual e segura conduzida por Geisel e Figueiredo entre 1974-85. As sístoles e diástoles, segundo a fórmula pensada por Golbery, em grande medida tiveram como parâmetro os avanços e recuos relativos à legislação e à participação política. Todavia, embora predominante, a dinâmica do processo de abertura não se limitou a esse domínio. Paralelamente, o regime fez uso da legislação de exceção tanto para fechar o Congresso Nacional, como no episódio que terminou com a aprovação do Pacote de Abril, em 1977, como para cassar parlamentares oposicionistas. Esse aspecto é tão mais fundamental quando sabemos que o papel do MDB na resistência à ditadura terminou ocupando um lugar secundário na memória social construída durante o processo de abertura, que tendeu a supervalorizar aqueles que pela via armada fizeram oposição aos militares.

⁴¹ *Veja*, edição 742, 24 de novembro de 1982.

Capítulo 7

Os expurgos no campo oposicionista

A instituição do bipartidarismo e o surgimento do MDB

Para responder à crise nas Forças Armadas provocada pela vitória da oposição em 1965, Castello Branco decidiu decretar o AI-2, que representou, como já vimos, uma espécie de compromisso entre a linha-dura e os castelistas. Uma das mudanças instituídas por essa medida foi a extinção de todos os partidos políticos, cujas legendas remetiam ao período anterior ao golpe. A derrubada de Jango, portanto, não tinha significado, até então, uma ruptura para os treze partidos existentes, o que ocorreu apenas em outubro de 1965 com o segundo Ato Institucional. Do ponto de vista do projeto de abertura defendido por Castello, e logo derrotado pela ascendência dos duros, a proscrição das legendas foi uma tentativa de “reiniciar a atividade política abertamente, porém em termos ‘mais responsáveis’”¹. Todavia, ao invés de eliminá-las completamente, como seria previsível na maioria dos regimes ditatoriais, o governo optou por instituir um sistema bipartidário. Com o AC-4, foram definidas as regras para a formação de novos partidos políticos, cuja iniciativa caberia a deputados federais e senadores em exercício do mandato. Numericamente, era possível que fossem organizados até três partidos, mas os cálculos políticos do governo e do Congresso certamente pesaram para que surgissem apenas dois – Arena e MDB.

Na opinião de Maria D’Alva Gil Kinzo, o fim do pluripartidarismo e a adoção de um sistema bipartidário, em vez da completa eliminação das legendas, foi produto de “tentativas fracassadas do regime militar-autoritário brasileiro de se institucionalizar como sistema

¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 103.

híbrido”². Não obstante todas as limitações impostas pelos militares, a ditadura preocupou-se em criar partidos políticos nacionais, manter o funcionamento do Legislativo e do Judiciário, estabelecer um sistema jurídico a partir do qual se estruturou o próprio regime (incluindo uma Constituição, em 1967), instituir mandatos para os generais-presidentes e realizar eleições periódicas. Para Kinzo, ao menos três fatores podem explicar essa preocupação da ditadura: o desejo dos militares em projetar uma imagem do Brasil como um país democrático, em se diferenciar de outras ditaduras da região e em acomodar as forças políticas que tinham apoiado a deposição de João Goulart. Na visão de Antonio Carlos Pojo do Rego, manter o Congresso Nacional em funcionamento, com a atuação de parlamentares da Arena e do MDB, serviu não somente como meio de legitimar a ditadura, dentro e fora do país, como Kinzo sugeriu, mas também de conciliar as elites políticas brasileiras³.

Deixando em segundo plano a Arena, observemos em maiores detalhes a trajetória do MDB, que constituiu um dos focos principais da repressão ao longo da ditadura. Uma das maiores dificuldades do bipartidarismo foi equacionar a participação de grupos heterogêneos, de abrangência nacional e regional, dentro de um mesmo partido. O modelo adotado no Brasil, diferentemente de outros países, não foi produto de um longo processo de debate político visando unificar as múltiplas correntes da opinião pública⁴. Portanto, dado o seu artificialismo, as novas legendas acabaram sendo, na realidade, uma espécie de frente partidária reunindo os políticos e as tendências do período anterior que tinham sobrevivido aos expurgos. No caso do MDB, suas correntes internas atuavam em torno de um objetivo comum, que era o combate à ditadura e a luta pela redemocratização. Dentro do partido, entretanto, a maior divergência era sobre como fazer oposição ao governo.

Em linhas gerais, o MDB dividiu-se em dois grandes blocos a respeito dessa questão. O dos *moderados*, formado por políticos mais experientes que já tinham exercido algum mandato eletivo antes de 1964, defendia a tese de que os emedebistas deveriam se aproximar dos militares ou agir com moderação, fazendo uma oposição responsável, sem atacar diretamente o regime. Foi sua hegemonia dentro do partido que ajudou a consolidar a imagem do MDB como uma oposição consentida e pouco combativa. O outro bloco, ao contrário, era composto majoritariamente por parlamentares novatos que tinham sido eleitos para sua primeira legislatura, apoiados por estudantes, sindicalistas e movimentos sociais em geral. Sua postura era considerada radical pelos moderados, já que eles defendiam uma atuação mais agressiva por parte do MDB, inclusive com denúncias contra a ditadura. Ao longo do período

² KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

³ REGO, Antonio Carlos Pojo do. *O Congresso brasileiro e o Regime Militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

⁴ SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

militar, foram chamados pela imprensa de *imaturos, autênticos, neo-autênticos e tendência popular*⁵. Portanto, existiam no MDB várias correntes disputando a hegemonia de seu projeto político ou de suas posições imediatas diante de problemas suscitados em cada conjuntura. Quando Geisel apresentou seu projeto de distensão, em 1974, as forças políticas que integravam a legenda logo começaram a discutir os possíveis alinhamentos num cenário de pluripartidário que se avizinhava. Para os estrategistas da abertura, incentivar os debates no MDB, alimentando suas expectativas, servia para enfraquecer a unidade do partido como oposição cada vez mais qualificada⁶.

Durante o governo *liberalizante* de Geisel, vários parlamentares do MDB tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos. Mencionamos no capítulo anterior o caso do deputado Francisco Pinto, condenado a seis meses de prisão por *ofender* o general Pinochet. O tratamento dispensado ao parlamentar, cujo caso foi encaminhado com muita habilidade pelo presidente da República, não se repetiu nos anos seguintes, quando o governo fez uso do AI-5 para realizar outros expurgos no MDB. No final de 1975, em inquérito produzido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo a respeito das atividades do PCB, então na ilegalidade, o MDB foi acusado de manter entre seus quadros parlamentares daquele partido, numa “infiltração [...] política nacional” que visava a “ocupação de posições de destaque nos diversos setores da atividade humana”⁷. O MDB, de fato, abrigava várias correntes e organizações políticas em sua estrutura, incluindo o Partido Comunista Brasileiro, organização que, não tendo aderido à luta armada, como foi visto, sempre apoiou a legenda de oposição à ditadura, pela qual lançava seus candidatos⁸. Derrotados, alguns grupos que tinham feito a autocrítica da luta armada, como a Ação Popular-Marxista Leninista (AP-ML) – herdeira da antiga AP – e o MR-8, também passaram a lançar seus candidatos pelo MDB, considerado um espaço viável para a militância política no contexto da abertura proposta por Geisel⁹.

Chamado a prestar esclarecimentos no DOPS, o deputado federal Marcelo Gato, um dos parlamentares mencionados no inquérito, recusou o convite, exigindo que o órgão

⁵ Para a caracterização detalhada de cada um desses grupos, ver KINZO, 1988, pp. 57-79.

⁶ Em março de 1979, por exemplo, uma pesquisa indicou que 92% dos parlamentares emedebistas apoiavam o fim do bipartidarismo (FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se volta contra o feiticeiro. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, pp. 154-197).

⁷ Relatório do DOPS citado em *O Estado de S. Paulo*, 23 de dezembro de 1975.

⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Outro Preto: Editora da UFOP, 1997.

⁹ Em 1976, as duas organizações, conjuntamente, lançaram o nome de Antônio Carlos Carvalho (MR-8) para o cargo de vereador no Rio de Janeiro. Dois anos depois, a AP-ML e o MR-8 novamente apoiaram um mesmo nome, José Eudes (AP-ML), candidato a deputado estadual. Em 1982, Liszt Vieira (ex-VPR) e Lúcia Arruda (AP-ML) foram lançados para o mesmo cargo, já pelo PMDB (Cf. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 323-353).

requisitasse formalmente sua convocação à Câmara, no que foi apoiado por Ulysses Guimarães. Ao longo da abertura, a fim de evitar que o partido fosse vítima de mais expurgos, o presidente do MDB centralizou as críticas endereçadas à ditadura com o propósito de proteger a bancada emedebista, para que seus integrantes, “respondendo isoladamente aos atos do poder, [não] se tornassem objeto de cassações políticas”¹⁰. Gato ainda classificou a investigação como um “pseudo-inquérito” com o objetivo de “comprometer o MDB e isolá-lo do povo brasileiro”¹¹. Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, o deputado teve seu mandato cassado em janeiro de 1976 pelo presidente Geisel, que, embasado no AI-5, ainda suspendeu seus direitos políticos pelo prazo de dez anos.

O expurgo, que também atingiu o deputado estadual Néelson Fabiano Sobrinho, outro parlamentar cujo nome fora arrolado no inquérito, foi lembrado posteriormente por Marcelo Gato de um ponto de vista diferente. Segundo ele, o verdadeiro motivo para sua cassação teria sido as críticas feitas ao regime a respeito da política salarial do governo e da violação dos direitos humanos cometidas durante a ditadura:

É bom registrar isso, a cassação foi por natureza política, a cassação do AI-5, não tem nada a ver com outras histórias, cassação política por perseguição política. O que detonou a minha cassação e de outras pessoas, na época, foram as denúncias que fizemos das torturas a presos políticos, das perseguições políticas, do arrocho salarial, enfim, toda aquela caretece da ditadura que atingia principalmente a classe trabalhadora¹².

Poucos dias depois, em sua prestigiosa coluna diária, o jornalista Carlos Castello Branco voltou ao assunto para sublinhar esse aspecto, ainda mais evidente quando os nomes dos dois deputados foram suprimidos do inquérito¹³. Além de Gato e Fabiano Sobrinho, um terceiro deputado do MDB paulista, Alberto Goldman, também foi incluído na lista do DOPS. Estranhamente, apenas os dois primeiros acabaram punidos pelo governo Geisel, o que indicaria, na realidade, que a acusação de que pertenceriam ao PCB era tão somente um pretexto para afastar da vida pública parlamentares dispostos a enfrentar a ditadura. Lembremos que, no plano nacional, a oposição se articulava para criar uma Comissão

¹⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 268.

¹¹ Verbete “Marcelo Gato”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital].

¹² Entrevista de Alberto Marcelo Gato, *Projeto Memória DIEESE* [fonte digital].

¹³ *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1975.

Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de investigar os casos de tortura, desaparecimento e morte ocorridos desde 1964, além de defender a reformulação do Conselho de Defesa da Pessoa Humana¹⁴. No plano estadual, por sua vez, o relatório que apontou a *causa mortis* do jornalista Vladimir Herzog, que supostamente havia cometido suicídio nas dependências do II Exército, em outubro de 1975, foi motivo de questionamento dos deputados cassados. Por isso, Carlos Castello Branco sugeriu em sua coluna que

o aparelho paulista parece suscetibilizado pelas dúvidas suscitadas em torno das conclusões do inquérito sobre a morte do jornalista Herzog e isso terá justificado a reação extrema que levou o Presidente [Geisel] a decretar a pena política capital contra os dois deputados que contestaram a idoneidade das denúncias que os envolviam¹⁵.

Em março de 1976, mais dois parlamentares do MDB tiveram seus mandatos cassados por fazerem pesadas críticas à ditadura. Com a proximidade das eleições municipais, o partido decidiu promover um evento em Palmeira das Missões (RS), quando dois deputados fizeram discursos contundentes contra os militares. Um deles, Amaury Müller, chegou a dizer que o país “não era governado pelo povo, e sim por uma aristocracia armada”. O deputado ainda solicitou aos presentes que fizessem uma homenagem a todos os brasileiros banidos pela ditadura, incluindo Leonel Brizola, um dos principais adversários políticos do regime¹⁶. Em outro momento do discurso, Müller aproveitou para atacar as Forças Armadas e o *Movimento de 1964*:

Estamos num regime de golpe, não de revolução, dominados pela aristocracia fardada [...] O que houve em primeiro de abril [de 1964] foi uma quartelada com fuzis e metralhadoras compradas com dinheiro de quem paga impostos [...] Chegou a hora de pôr um fim à ditadura¹⁷.

Conseqüências da militância política na vida cotidiana

Apesar dos limites ao exercício da oposição legal, sobretudo durante o governo Médici, parte da esquerda brasileira acreditou que a efetiva resistência à ditadura não passava pela luta armada, mas, sim, pelo Congresso Nacional, denunciando a “tragédia do cotidiano

¹⁴ *Jornal do Brasil*, 22 de dezembro de 1975.

¹⁵ *Jornal do Brasil*, 06 de janeiro de 1976.

¹⁶ Verbete “Amaury Müller”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital].

¹⁷ Discurso de Amaury Müller citado em GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 262.

de ser brasileiro sob uma ditadura que, gradativamente, se mostrava incompatível com os desejos políticos gerais”¹⁸. Para os autênticos do MDB, como Amaury Müller, a luta armada “oferecia forte pretexto para o regime prender, torturar e assassinar, encurralando cada vez mais os direitos humanos no país”¹⁹ – o que realmente ocorreu, como vimos no *Capítulo 3*. Portanto, ao invés do caminho das armas, esses parlamentares preferiram seguir defendendo o restabelecimento da democracia pelos canais legais, embora limitados pelos expurgos e pela legislação de exceção, adotando uma postura combativa que incluía freqüentes discursos em que relatavam os casos de violência, tortura e assassinatos cometidos pelos órgãos de repressão. Ainda que tal posicionamento fosse visto como politicamente ineficaz por setores da esquerda, o fato é que, com sua combatividade, os autênticos se indispuseram fortemente com os militares, de um lado, e com os moderados e *adesistas*²⁰ do MDB, de outro.

Em processo sumário sem direito à defesa, Müller teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por uma década, assim como seu colega de partido, Nadyr Rossetti, que também fizera um inflamado discurso em Palmeira das Missões. Na ocasião, chegou a dizer que “a queda do regime é coisa certa. Se não for por podre, pela corrupção”²¹. Condenados pela ditadura, os parlamentares cassados eram vitimados uma segunda vez pela exclusão a que eram submetidos por amigos e pela sociedade, talvez receosos de que o contato pessoal com um parlamentar objeto de expurgo pudesse atrair a repressão. Assim, como se depreende de seus depoimentos, os expurgos, muito além da simples perda do mandato, tiveram conseqüências significativas em seu cotidiano:

Foi sem dúvida, o episódio mais traumático da minha vida! [...] Como sempre fui um homem de pouco recursos, que jamais se preocupou com coisas materiais, a cassação se transformou em um pesadelo [...] Foi uma espécie de inferno terrestre. Com o tempo, porém, a violência da cassação acabou sendo assimilada, *não obstante meu impedimento de trabalhar no mercado formal*.

O cassado político era uma espécie de hanseniano, do qual *muitas pessoas fugiam ou guardavam prudente distância*²².

¹⁸ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB – semeadores da democracia: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

¹⁹ Entrevista de Amaury Müller citada em NADER, 1998, p. 71.

²⁰ Os parlamentares *adesistas* (ou *fisiologistas*) do MDB eram assim chamados por causa das práticas clientelísticas de que dependiam seus mandatos e também pela extrema cautela com que se relacionavam com o governo. Até a extinção do AI-5, em dezembro de 1978, muitos deles tinham ter os mandatos cassados pela ditadura, o que ajuda a explicar parcialmente o comportamento do grupo.

²¹ Discurso de Nadyr Rossetti citado em GASPARI, 2004, p. 262.

²² Entrevista de Amaury Müller citada em NADER, 1998, pp. 73-74. Grifo nosso.

Depois de cassado voltei com Amaury Müller para o Rio Grande e chegando em Caxias, minha cidade, dois ou três *amigos trocaram de calçada quando me viram*²³.

Embora o líder do MDB na Câmara dos Deputados tivesse sugerido aos parlamentares que fizessem um discurso se retratando com o regime²⁴, o grupo dos autênticos, com Lysâneas Maciel à frente, saiu em defesa de Müller e Rossetti. No dia 31 de março, Lysâneas, em discurso proferido na tribuna da Câmara, intitulado *Basta!*, defendeu os deputados cassados na antevéspera, condenando o uso do AI-5 para intimidar a oposição²⁵. Ao final do discurso, parcialmente censurado nas notas taquigráficas, após dizer que o país estava se “acostumando com o desaparecimento de brasileiros (sua tortura, sua morte presumida)”, o deputado concluiu sua fala apontando os crimes cometidos pela ditadura:

Estamos quase inermes diante desses grupos que manipulam o poder. E sabemos que estes grupos podem cassar! Podem torturar!, podem até matar, mas não podem afastar dois elementos inarredáveis da história de qualquer povo: o Tempo e a História²⁶.

Três dias depois, o emedebista também teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Assim como os demais parlamentares autênticos, Lysâneas tinha se notabilizado pelas duras críticas endereçadas à ditadura. De acordo com Elio Gaspari, Lysâneas era um deputado que apontava os torturadores pelo nome e chamava agentes da repressão de assassinos, malucos e energúmenos²⁷. Desde meados de 1975, o governo Geisel já tinha a intenção de cassá-lo. Durante aquele ano, Lysâneas envolvera-se ativamente na articulação política visando a instalação da CPI dos direitos humanos, proposta abandonada pela cúpula do MDB, mas abraçada pelos autênticos. Na época, chegou, inclusive, a ser acusado pela Justiça Militar de facilitar a entrada de comunistas no partido²⁸, embora nada tivesse ficado provado.

Em 1977, o governo prosseguiu com os expurgos no MDB cassando mais quatro parlamentares. Em fevereiro, Geisel usou novamente o AI-5 para afastar da atividade política o líder da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Glênio Peres. Na abertura dos trabalhos legislativos, Glênio defendeu em seu discurso que os vereadores não se limitassem a cuidar dos problemas urbanos, como educação e saneamento básico, mas se ocupassem também de

²³ Entrevista de Nadyr Rossetti citada em NADER, 1998, p. 333. Grifo nosso.

²⁴ GASPARI, 2004.

²⁵ NADER, 1998.

²⁶ Discurso de Lysâneas Maciel citado em GASPARI, 2004, p. 264.

²⁷ GASPARI, 2004.

²⁸ Verbetes “Lisâneas Maciel”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital].

temas mais amplos, como a liberdade dos cidadãos. Embora o discurso não fizesse nenhuma acusação mais séria contra a ditadura, o governo aproveitou-se da situação para cassá-lo, eliminando uma cadeira do MDB na Câmara de Porto Alegre, onde o partido tinha maioria²⁹. No mesmo mês, outro vereador da capital gaúcha, o emedebista Marcos Klassmann, também foi cassado pelo governo. Para tomar o mandato do vereador, a ditadura alegou que Klassmann afirmara em discurso na Câmara Municipal possuir documentos a respeito de crimes cometidos pelos órgãos de repressão, incluindo uma carta do ex-presidente do MDB Jovem de Santa Catarina em que ele revelava as violências sofridas durante sua prisão em Florianópolis e Curitiba, em 1976³⁰. O terceiro parlamentar cassado em 1977 foi o deputado federal autêntico Marcos Tito. Seu expurgo, assim como o de outros emedebistas, foi motivado por um fato relativamente banal. Em maio, após discursar na Câmara dos Deputados, Tito foi acusado de fundamentar seu pronunciamento num artigo do jornal comunista *Voz Operária*, o que se julgou suficiente para cassá-lo, em junho³¹.

Em meados daquele ano, como vimos no capítulo anterior, o MDB promoveu um programa de rádio e televisão em que membros do partido fizeram duras críticas à ditadura e a seu projeto de abertura. Desse episódio participou o líder do partido na Câmara dos Deputados, Alencar Furtado, que teve seu mandato cassado e direitos políticos suspensos por uma década apenas três dias depois do programa. Na ocasião, em atitude considerada provocativa pelo governo, Furtado rendeu homenagem a parlamentares cassados, presos, exilados e outras vítimas da repressão. O governo ainda tentou punir o presidente do MDB, acusado de desobediência à legislação eleitoral. Meses depois, entretanto, o STF julgou improcedente a ação contra Ulysses Guimarães.

Durante a ditadura, o MDB, em geral, e seus parlamentares mais combativos, em particular, foram vítimas freqüentes da repressão. Mesmo num governo que acenava com medidas liberalizantes, como o de Geisel, o uso do AI-5 para expurgar políticos opositores tornou-se uma prática relativamente comum, sobretudo em 1976-77. Por um lado, isso indica que o diálogo proposto pelo regime, em meio ao processo de distensão política, foi combinado com uma ação coordenada que visou manter a oposição legal dentro dos limites considerados ideais pelos estrategistas da abertura, de tal modo que ela não apenas se mantivesse sob o controle do governo mas também que os expurgos no campo opositor servissem de resposta aos militares da linha-dura, que utilizavam a combatividade de setores do MDB como pretexto para dificultar a transição para um regime pós-ditadura. Por outro

²⁹ *Veja*, edição 440, 09 de fevereiro de 1977.

³⁰ *Veja*, edição 442, 23 de fevereiro de 1977.

³¹ Verbete “Marcos Tito”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital].

lado, a repressão ocorrida no governo Geisel demonstrou que havia, sim, riscos para a vida política e pessoal dos que, não aderindo à luta armada, decidiram travar uma importante batalha no Congresso Nacional contra os militares.

Capítulo 8

Outras vozes de oposição à ditadura

A articulação política das oposições

Durante a maior parte do período militar, o MDB foi o único partido de oposição legalmente reconhecido pela ditadura. Contudo, isso não impediu que o regime fosse objeto de críticas e resistência vindas de fora da legenda, uma vez que a oposição jamais esteve limitada apenas aos canais legais de participação política. Como vimos no *Capítulo 5*, na medida em que as expectativas dos apoiadores civis do golpe de 1964 foram sendo frustradas pelos rumos do novo regime, com a predominância dos militares duros sobre os castelistas, começaram a haver defecções na base de sustentação da ditadura. Dessa forma, ainda bem cedo, o campo oposicionista foi ampliado por setores anteriormente entusiastas da intervenção militar contra o governo Jango. A partir de 1974, as medidas liberalizantes de Geisel ajudaram a aprofundar esse quadro, tendo em vista que as vozes de oposição à ditadura passaram a ter, comparativamente, mais liberdade em seu governo do que em momentos anteriores.

Do lado das oposições, vários fatores contribuíram para ampliar o movimento contestatório em favor da democracia, que surgia como uma bandeira comum, conferindo-lhe uma inédita articulação política. Fizemos menção à antiga esquerda armada, cuja derrota exigiu de seus militantes a definição de novas estratégias políticas de oposição à ditadura. Também citamos o MDB, dizendo que o partido havia se transformado numa opção politicamente viável para a oposição depois da vitória eleitoral de 1974, quando 16 dos 22 senadores eleitos vieram da legenda; e que parte de seus integrantes, conhecidos como autênticos, adotaram uma postura mais combativa em relação à ditadura, modificando a imagem de um partido dócil. Além disso, devemos lembrar que várias mudanças internas, na

estrutura do partido, foram realizadas com o intuito de atrair novos integrantes para o MDB, num momento em que a legenda se fortalecia politicamente. Nos anos 1970, por iniciativa de sua liderança, interessada em ampliar a base eleitoral do partido, alcançando os setores que “relutavam em aceitar o MDB como partido de oposição”¹, a legenda foi aberta à filiação de organizações e militantes de esquerda. A única exigência imposta aos que aderissem ao partido era o compromisso com sua linha política básica, a luta pela redemocratização do país.

Assim, o MDB rapidamente atraiu algumas organizações que tinham feito a autocrítica da luta armada, como PCdoB e MR-8. Seus militantes juntaram-se ao PCB, que desde a instituição do bipartidarismo apoiava o MDB; a outros grupos que, mais tarde, também aderiram organicamente ao partido, como a AP-ML; e aos demais setores da oposição que, mesmo fora da institucionalidade, também apoiavam a bandeira da redemocratização, não obstante as diferenças políticas com o MDB. Durante o governo Geisel, essa união tática da esquerda brasileira deu origem a um “amplo campo de oposição política à ditadura militar”² dentro e fora do Congresso Nacional. A constituição dessa frente política de esquerda em favor da democracia desempenhou um decisivo papel no processo de distensão iniciado em 1974. As vozes de oposição à ditadura se destacaram por tentar ampliar os limites do projeto de abertura, questionando o alcance da liberalização e criticando os casuísmos político-eleitorais e os expurgos. O que se viu nos dois últimos governos militares foi uma constante tensão entre o *projeto* e o *processo* de abertura. Embora o “plano-mestre” de Golbery carecesse de uma racionalidade absoluta, o fato é que qualquer que tenha sido seu planejamento, o ritmo da distensão foi acelerado pela atuação dessa frente política.

O regime foi exitoso na condução do projeto de abertura, extinguindo parte da legislação de exceção, introduzindo salvaguardas de emergência, suspendendo a censura, fazendo o sucessor de Geisel e aprovando a anistia. A lei n. 6.683, de julho de 1979, foi um exemplo de como os militares conseguiram impor os pontos mais sensíveis de seu modelo de transição. Ao anistiar os que haviam cometido “crimes políticos ou conexos” (sendo os conexos entendidos como “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”³), a lei terminou sendo interpretada como um *perdão* aos torturadores. A abertura respondeu positivamente ao que, talvez, fosse o principal temor de sua oposição à direita, representada pelos duros: a possibilidade de serem julgados pela de

¹ KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988, pp. 56-57.

² ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 161.

³ *Lei n. 6.683/1979 (Lei de Anistia)*. Documento citado em MEZAROBBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro: a Anistia e suas conseqüências – um estudo do caso brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 190.

violação dos direitos humanos, como ocorreu na Argentina a partir de 1982, quando o governo de Raul Alfonsín decidiu levar adiante um processo de investigação contra os chefes militares daquele país⁴. Por outro lado, Geisel e Figueiredo se depararam com fatores não previstos inicialmente, como o fortalecimento político-eleitoral do MDB e o reaparecimento das grandes mobilizações, o que obrigou os estrategistas da ditadura a manobrar “entre os bolsões de resistência à mudança no interior dos quartéis [...] e a oposição, desejosa de imprimir um ritmo mais acelerado e uma maior amplitude ao processo de abertura”⁵.

Igreja Católica e a Comissão de Justiça e Paz

Uma das vozes que mais se destacou no campo de oposição à ditadura, sobretudo na investigação e denúncia dos casos de tortura, desaparecimento e morte provocados pelos agentes da repressão, foi a Igreja Católica, instituição que, uma década antes, tinha apoiado o golpe contra João Goulart. Porém, o aprofundamento da ditadura começou a afastar o apoio irrestrito da Igreja aos generais-presidentes. Com o avanço da repressão, o combate às atividades *subversivas* alcançou até mesmo o prelado, cujas relações com o regime se tornaram cada vez mais conflituosas⁶. Em meados dos anos 1960, D. Hélder Câmara, então arcebispo de Olinda e Recife, chegou a ser acusado por autoridades militares de Pernambuco de manter ligações com o comunismo e ameaçado de prisão. Também no Nordeste, casos freqüentes de repressão a religiosos comprometeram a relação entre a Igreja e os militares. Em janeiro de 1969, um sacerdote de Fortaleza foi condenado a um ano de prisão sob a acusação de que seus sermões eram subversivos. Meses depois, agentes da repressão participaram do assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto, assistente de D. Hélder na arquidiocese de Recife, o que foi entendido como uma espécie de aviso ao arcebispo. Em 1970, no Maranhão, dois padres foram presos e torturados até se declararem subversivos, crime pelo qual foram julgados em seguida.

Com o aumento da repressão, uma importante iniciativa para conter os atritos entre a ditadura e a Igreja foi a criação da *Bipartite*, um fórum extra-oficial reunindo militares e clérigos visando estabelecer um diálogo entre eles a respeito de temas como a guerra revolucionária, a segurança nacional, os casos de violação direitos humanos, a *subversão* dentro da Igreja, o comportamento e os pronunciamentos de religiosos, a injustiça social e a

⁴ Sobre a punição aos militares argentinos e uma comparação com o que ocorreu no Brasil, ver FAUSTO, Boris, DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004, pp. 453-465.

⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 263.

⁶ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

censura⁷. Embora as conversações com os militares fossem criticadas por algumas lideranças católicas, parte do prelado brasileiro entendeu que a Bipartite constituía um canal de negociação importante pelo qual poderiam apresentar suas demandas à ditadura. De certo modo, a Bipartite, que realizou 24 encontros durante o governo Médici e o início do mandato de Geisel, representou uma oportunidade para que clérigos conservadores criticassem o avanço da repressão, as injustiças sociais e os limites do modelo econômico, e os bispos moderados buscassem respostas para suas principais reivindicações.

A partir de 1974, mudanças dentro da Igreja levaram sua ala progressista, que tinha perdido os cargos mais importantes na estrutura da CNBB depois do golpe, a reassumir o controle do órgão, fazendo com que a instituição assumisse posições cada vez mais à esquerda, juntando-se à frente de oposição à ditadura que se formava na época. A Igreja Popular, consolidada nesse período, incorporou vários elementos do reformismo católico, vinculando-os radicalmente à luta pela justiça social e ao compromisso com a população mais pobre⁸. Nesse sentido, em suas críticas à ditadura, o prelado progressista passou a sustentar a idéia de que uma verdadeira justiça social dependia de uma transformação política profunda; que os leigos deveriam ter uma participação efetiva e significativa nas cerimônias religiosas e nas tomadas de decisão das dioceses; que a Igreja era o “povo de Deus” e também o sacramento da salvação do mundo; e que a opção preferencial pelos pobres exigia a criação de estruturas eclesiais que dessem suporte aos movimentos sociais. Além de seu evidente impacto eclesial, as posições assumidas pela Igreja Católica nesse momento tiveram um desdobramento político bastante significativo. Com base nessa nova orientação, a Igreja atribuiu a si mesma um papel político e social que, em pleno processo de distensão, ajudou a fortalecer o campo oposicionista:

Todos devemos trabalhar para que o povo possa passar de situações menos humanas para situações mais humanas [...] A Igreja falharia no exercício histórico desta missão profética se não apontasse o pecado, a iniquidade social de nosso tempo, configurado na exploração do homem, que divide a humanidade em *oprimidos e opressores* [...]; se não denunciasse os *abusos de um poder que se julga colocado além do bem e do mal*, quando persegue seus objetivos⁹.

Um dos clérigos progressistas de maior destaque foi D. Hélder Câmara, embora, apenas no Nordeste, a repressão tivesse classificado ao menos quinze bispos como

⁷ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁸ MAINWARING, 2004.

⁹ *A Pastoral Social*. Documento da CNBB citado em MAINWARING, 2004, p. 174. Grifo nosso.

*subversivos*¹⁰. À frente de uma das mais importantes arquidioceses do país, D. Hélder se notabilizou por denunciar a injustiça social e a violação dos direitos humanos no Brasil. Sua combatividade o indispôs de tal forma com os apoiadores do regime que, ainda nos primeiros anos da ditadura, um movimento de oposição tentou removê-lo da arquidiocese¹¹. Em 1970, o governo chegou a proibir o arcebispo de discursar em território nacional, censurando a imprensa para que esta nem mesmo citasse seu nome. Àquela altura, D. Hélder já havia se transformado num dos principais críticos das injustiças sociais e da repressão, o que lhe valeu a indicação ao Prêmio Nobel da Paz, em 1973, mas também a acusação de patrocinar uma campanha difamatória contra o Brasil no exterior.

Fora do país, o arcebispo também era conhecido por suas denúncias contra a ditadura. Em 1968, durante viagem à Europa, D. Hélder mostrou por que havia se tornado anátema para os militares. Numa de suas palestras, ele afirmou que os países subdesenvolvidos necessitavam de revoluções, fez citação a Karl Marx, falou das reformas de base – tema que remetia diretamente ao governo Jango – e disse respeitar “aquêles que, em consciência, se sentiram obrigados a optar pela violência [...], que provaram sinceridade pelo sacrifício da vida”¹², embora não pregasse o uso da força. Na véspera, D. Hélder já tinha classificado Che Guevara como “um homem sincero” e declarado que “se não formos suficientemente corajosos para ajudar as massas a se tornarem um povo libertado dos detentores do poder [...] então tudo estará perdido”¹³, antecipando uma posição que só mais tarde seria adotada pela Igreja Católica brasileira.

Outra liderança católica que se destacou como voz de oposição à ditadura foi D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo. Apesar de seu dinamismo e renovação, a Igreja paulistana não se envolveu abertamente na defesa dos direitos humanos e no combate à pobreza nos primeiros anos do regime¹⁴. Seu arcebispo, D. Agnelo Rossi, considerado um conservador, ao apoiar a ditadura terminou esvaziando o trabalho realizado pelos progressistas antes de ele assumir a arquidiocese. Embora defendesse as vítimas da repressão ligadas à Igreja Católica, durante seu episcopado D. Agnelo sempre evitou contrapor-se ao regime, desqualificando as críticas feitas à ditadura no exterior e participando da celebração anual ao golpe de 1964, diferentemente de D. Hélder, que já em 1966 tinha se recusado a conduzir a cerimônia comemorativa ao segunda aniversário da *Revolução*¹⁵.

¹⁰ Cf. MAINWARING, 2004.

¹¹ *Folha de S. Paulo*, 28 de julho de 1967.

¹² *Única opção, a violência?* Conferência de D. Hélder Câmara, Paris, 24 de abril de 1968. Fundo DIAL, Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FA1837(1)-005.

¹³ *Estado de S. Paulo*, 25 de abril de 1968.

¹⁴ MAINWARING, 2004.

¹⁵ Verbete “Hélder Câmara”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital].

Esse cenário mudou radicalmente a partir de 1970 com a nomeação de D. Paulo. Com base no trabalho progressista desenvolvido por sacerdotes e agentes pastorais de sua arquidiocese, o novo arcebispo elegeu como uma das prioridades da Igreja paulistana a luta em favor dos direitos humanos, contemplando não apenas o combate à repressão política mas também à pobreza, numa região marcada pela exclusão social. Na década de 1980, D. Paulo coordenou um dos trabalhos mais notáveis de denúncia contra a ditadura, intitulado *Brasil: nunca mais*. O livro foi resultado de um projeto de pesquisa homônimo realizado entre 1979-85 com o objetivo de “revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, um realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964”¹⁶. Visto que a lei de anistia sempre foi estendida aos torturadores, impedindo a acusação, investigação e condenação dos responsáveis pela violação dos direitos humanos ocorrida durante a ditadura, a arquidiocese de São Paulo juntou-se a setores da sociedade que buscaram, como alternativa à lei 6.683, esquadrinhar a montagem e o funcionamento do aparelho repressivo a fim de denunciar publicamente o regime militar.

Parte das informações apresentadas pela pesquisa foi obtida através de relatos produzidos por entidades de defesa dos direitos humanos, como a Comissão Justiça e Paz de São Paulo (CJSP). Uma das principais iniciativas da arquidiocese paulistana durante o episcopado de D. Paulo, a criação da CJSP, em 1972, seguiu o exemplo da Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Brasil (CPJ-Br), fundada três anos antes no Rio de Janeiro¹⁷. A princípio, esta comissão nacional tinha sido organizada com a finalidade de promover a justiça social no país, seguindo uma orientação do Vaticano para as nações subdesenvolvidas. Porém, tendo em vista a conjuntura política brasileira, em pouco tempo a CPJ-Br deixou de ser uma organização essencialmente católica, sem objetivos políticos, como se apresentava até então, passando a investigar e denunciar os casos de prisão, tortura, desaparecimento e morte que chegavam ao conhecimento de seus membros. A CJSP, portanto, foi criada dentro dessa nova perspectiva, de modo que, no período inicial da abertura, suas atividades estiveram relacionadas principalmente à defesa dos direitos humanos, embora outros temas também fossem objeto de seu interesse, como a assistência a refugiados políticos no Brasil, o apoio a exilados brasileiros no exterior, a defesa da anistia e o apoio às greves operárias, por exemplo.

Assim como na comissão nacional, em São Paulo os advogados tiveram uma ativa participação nas atividades da Comissão Justiça e Paz. Considerando que o Brasil vivia sob um Estado de exceção em vigor na época, os profissionais do direito, como advogados e

¹⁶ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais* – um relato para a história, 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 26.

¹⁷ CANCIAN, Renato. *Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política (1972-1985)*. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

juristas, ofereciam um valioso suporte técnico aos membros da CJSP para assuntos específicos e de alto nível de especialização com os quais a arquidiocese se envolvia em suas atividades de investigação e denúncia. O trabalho desses consultores era orientado para o auxílio, dentro do quadro jurídico (i)legal, às vítimas da ditadura, o que tornava obrigatório o conhecimento aprofundado da Lei de Segurança Nacional e de toda a complexa ordem jurídica de exceção. Não por acaso, dos onze membros do primeiro Conselho Curador da CJSP, seis eram advogados ou juristas.

Alguns foram convidados por D. Paulo por seu renome e prestígio profissional, como Dalmo Dallari, Fábio Konder Comparato e Hélio Bicudo, conhecido por suas investigações acerca do *Esquadrão da morte*. Outros, pela experiência como advogados criminalistas, a exemplo de José Carlos Dias e Mário Simas, que já havia trabalhado para a arquidiocese defendendo religiosos presos por motivos políticos. Também fizeram parte do conselho o líder estudantil Luiz Antonio Alves de Souza, o líder operário Waldemar Rossi, a socióloga Margarida Genevois, a agente pastoral Iris Aire e o próprio arcebispo de São Paulo¹⁸. Assim, ao estabelecer contatos com diferentes setores da sociedade, a CJSP contribuiu para aproximar a Igreja de outras vozes da oposição à ditadura, fortalecendo os vínculos da instituição com o movimento estudantil, o operariado, a intelectualidade, os advogados e os juristas, o que freqüentemente levou ao envolvimento do prelado com questões específicas de cada um desses segmentos, como veremos adiante.

Entidades de representação profissional

Além da Igreja Católica, é preciso destacar a atuação de duas entidades profissionais como importantes vozes de oposição à ditadura, particularmente durante a distensão. A primeira delas, da qual já falamos anteriormente, é a OAB, que assim como a Igreja também apoiou o golpe de 1964. A entidade, segundo Denise Rollemberg, nunca teve um posicionamento ambivalente a respeito da intervenção militar, apoiando integralmente a deposição de Jango para só mais tarde passar para o campo oposicionista, quando integrou o que a autora chamou de “pilares da resistência”¹⁹. Nesse percurso, foi sintomático que as primeiras críticas da OAB à ditadura tenham sido à direita, revelando a insatisfação da entidade com o alcance *limitado* dos expurgos. Passado um ano desde o golpe, o vice-presidente da OAB, Alberto Barreto de Melo, fez duras considerações a respeito do que ele entendia ser uma limitação do *Movimento de 1964*. Para ele, a cassação de mandatos e a suspensão de

¹⁸ Para a lista completa de membros e diretores da CJSP entre 1972-85, ver CANCIAN, 2005, pp. 167-168.

¹⁹ ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.) *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 59.

direitos políticos não avançara do modo como que se imaginava para que pudesse combater a subversão e a corrupção, bandeiras que tinham galvanizado o apoio de setores da sociedade em 1964:

Não há idealista, por mais desprendido, capaz de sentir-se feliz ao ver o sacrifício não só de sua vida, mas da sua e de outras gerações, malbaratado por esses mesmos artistas, hábeis no fugirem do fragor das batalhas e prestos em se fazerem porta-bandeiras e beneficiários de todas as vitórias. Não adiantaram os exemplos de 45 e 54. A Nação assiste, estarecida, a *desintegração do movimento de 64 [...] sem, ao menos, desmontar a máquina política de corruptores e subversivos*. Chefes políticos que deram a vitória e sustentaram o Presidente deposto o ano passado dão lastro político ao governo da Revolução; e seus agentes, pelo Brasil afora, detêm os mais altos cargos da República. *Revolução sem reformulação das Instituições e substituição dos homens que as encarnam é pilhéria e pilhéria, até, de mau gosto*²⁰.

No início do governo Costa e Silva, a OAB começou a retirar seu apoio irrestrito aos militares, embora, individualmente, já existissem posições críticas à ditadura desde a edição do AI-2, em outubro de 1965. Até então, a entidade estivera preocupada basicamente em defender o direito dos advogados impedidos de exercerem sua profissão e dos que foram presos no exercício de seu trabalho. Com a posse da nova diretoria, a OAB ampliou seus objetivos, passando a ocupar-se também da defesa da ordem jurídica e do efetivo funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, instalado em 1964. Até 1968, quando foram escolhidos os novos diretores da instituição, a Ordem passou a denunciar com frequência cada vez maior a violência policial, as arbitrariedades das forças de segurança e a repressão a advogados e estudantes. Porém, com a decretação do AI-5, que aprofundou ainda mais a ditadura, a OAB, ao invés de elevar as críticas ao regime, recuou.

A partir de 1972, a despeito de todas as ambigüidades em sua atuação antes e depois dessa data, a OAB passou, definitivamente, a fazer parte do campo oposicionista. Em maio daquele ano, realizou-se em Curitiba o VI Encontro da Diretoria do Conselho Federal, quando foi assinada uma declaração que inscrevia formalmente a Ordem na luta em favor da democracia. O documento, igualmente ambíguo, uma vez que fazia menção ao *milagre econômico* – principal bandeira do governo Médici – e não dissociava os crimes políticos dos comuns, defendia a autonomia do Judiciário, o restabelecimento do *habeas corpus*, o livre exercício da advocacia e o respeito à pessoa humana e aos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Nos anos seguintes, a OAB manteve seu posicionamento crítico em

²⁰ Discurso de Alberto Barreto de Melo citado em ROLLEMBERG, 2008, p. 62. Grifo nosso.

relação à ditadura, tendo como seus principais eixos de atuação o estabelecimento dos limites entre o que ela considerava como sistemas jurídicos legítimo e ilegítimo, a luta pela revogação da legislação de exceção, a defesa dos direitos humanos e o esclarecimento da sociedade a respeito de questões legais²¹. De certa forma, o livre exercício da profissão de advogado voltou a ser uma das principais preocupações da entidade, que passou a criticar a construção da ordem legal paralela erigida durante a ditadura, considerada ilegítima pela OAB: “A ordem imposta, vinda de cima para baixo, é ordem ilegítima. Ela é ilegítima porque, antes de mais nada, ilegítima é a sua origem. Somente é legítima a ordem que nasce, que tem raízes, que brota, da própria vida, no seio do povo”²².

Dentro da perspectiva assumida pela instituição a partir de 1972, a existência de uma dupla estrutura jurídica passou a ser vista como contrária à própria democracia. No que dizia respeito ao exercício da advocacia, a convivência de uma ordem legal legítima com uma ordem paralela, ilegítima, tornara-se um problema para os profissionais do direito, obrigados a manejar com duas estruturas distintas e simultâneas. Além disso, os advogados que decidiram defender presos políticos quase sempre se transformaram, eles mesmos, em alvos da repressão. Por isso, cada vez mais freqüentemente eles começaram a usar de sua entidade profissional para defender o restabelecimento do Estado de direito e, assim, eliminar a ordem jurídica paralela. No final do governo Geisel, com a posse de Raymundo Faoro como presidente da OAB, a instituição voltou-se especialmente para questões como a revogação do AI-5 e o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos, dois dos principais elementos da estrutura legal ilegítima erigida no período militar.

A segunda instituição que destacamos é a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), freqüentemente apresentada como uma espécie de “trincheira da liberdade”²³ no período militar. Todavia, da mesma forma que a OAB, uma das principais preocupações da ABI na fase inicial da ditadura foi defender seus membros da repressão, e não lutar pelo retorno à democracia. Naquele momento, os jornais, as revistas e as emissoras de rádio e televisão ainda não estavam sob uma política de censura tão ampla e sistemática como nos anos posteriores ao AI-5, apesar de terem ocorrido casos emblemáticos de censura entre 1964-68, a exemplo do que levou ao fechamento do jornal *Correio da Manhã*²⁴. Em que pese a relativa liberdade existente para o exercício do jornalismo nos primeiros anos da ditadura, a Lei de

²¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru: EDUSC, 2005.

²² *Carta aos Brasileiros*. Documento citado em ALVES, 2005, p. 255.

²³ LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura militar (1964-1977)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 13. Os dados a seguir, salvo quando indicado, estão nesse trabalho. *Trincheira da liberdade* é o nome do livro do jornalista Edmar Morel sobre as memórias da ABI.

²⁴ KUSCHNIR, Beatriz. *Cães de guarda – jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

Imprensa, aprovada em inícios de 1967, impôs sérias dificuldades para seus profissionais. Quem fizesse propaganda de guerra e de articulações visando subverter a ordem política e social, ou divulgasse segredos de Estado, informações referentes à preparação de projetos e ações de defesa do país, ou mesmo publicasse notícias sigilosas de interesse da segurança nacional, estaria sujeito à pena de um a quatro anos de detenção²⁵. A própria LSN definia uma pena de seis meses a dois anos de detenção para quem divulgasse, “por qualquer meio de publicidade, notícias falsas, tendenciosas ou deturpadas, de modo a pôr em perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil”²⁶. Essas tipificações, além de extremamente subjetivas, davam margem a juízos que se opunham fortemente à dinâmica da atividade jornalística, marcada pela investigação, pela crítica e pelo *furo* de reportagem.

As atenções da ABI nos anos iniciais da ditadura, portanto, ficaram restritas à proteção dos jornalistas prejudicados pela repressão e pela censura, ainda não sistemática. Nesse período, a entidade também se dedicou à promoção de debates educativos, conferências e reuniões de estudos. Anos mais tarde, já no período da abertura, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, o mesmo que em 1974 candidatou-se a vice-presidente da República na chapa encabeçada por Ulysses Guimarães, recordou esse aspecto da seguinte maneira: “Tenho para mim que *uma das mais importantes iniciativas da ABI neste período [1964-68]* foi a impressão e distribuição da Declaração dos Direitos do Homem, das Nações Unidas. Preparamos várias edições, pois era fundamental que todos a conhecessem”²⁷. Notemos, então, que a imagem de uma instituição combativa, uma “trincheira da liberdade” desde os primeiros tempos da ditadura, não é verdadeira para todo o período. Tal como a OAB, a imprensa foi uma ativa conspiradora civil na queda de João Goulart, como fica claro ao observarmos a atuação da *Rede da Democracia*, formada a partir da união dos *Diários Associados*, de *O Globo* e do *Jornal do Brasil* contra o governo Jango²⁸.

Mesmo no caso da censura, a atuação da ABI não se pautou pela intransigência de suas posições. Ao invés de defender sua completa eliminação, em diversas oportunidades a ABI manteve contatos com os sucessivos ministros da Justiça da ditadura a fim de negociar os limites da repressão, sem questionar, dessa forma, o cerceamento da liberdade para o exercício do jornalismo. Embora não existam documentos atestando explicitamente o apoio

²⁵ *Lei n. 5.250/1967 (Lei de Imprensa)*. Documento citado em FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a. Em abril de 2009, quase três décadas após ser editada, a Lei de Imprensa foi declarada inconstitucional pelo STF. Para a decisão do Supremo Tribunal Federal e sua repercussão, ver *Folha de S.Paulo*, 01 de maio de 2009.

²⁶ *Lei de Segurança Nacional*, art. 14. Documento citado em FICO, 2004a, p. 365.

²⁷ Entrevista de Barbosa Lima Sobrinho citada em ALVES, 2005, p. 261. Grifo nosso.

²⁸ CARVALHO, Aloysio. *Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2010.

da instituição ao golpe de 1964²⁹, naquele ano, com a deposição de João Goulart, o então presidente da ABI, Celso Kelly, justificou a intervenção alegando que o novo regime era reconhecido por quase todos os países com os quais o Brasil mantinha relação, o que seria prova de sua legitimidade. Em 1968, meses antes da assinatura do AI-5, um almoço oferecido pela ABI em comemoração aos seus 60 anos de fundação contou com a presença ilustre do presidente Costa e Silva, que participou da reunião na companhia de vários ministros e autoridades. O fato de a ditadura ter imposto uma Constituição e uma Lei de Imprensa extremamente repressivas, conforme observado por Cristina Monteiro Luna, não impediu que os presentes, incluindo o próprio presidente da ABI, Danton Jobim, aplaudissem o marechal “quando este encerrou seu falaz discurso sobre a *importância da liberdade*, em especial a dos veículos de comunicação”³⁰.

Em agosto de 1969, quase nove meses depois de decretado o AI-5, que tantos prejuízos trouxe para a atividade de imprensa, a ABI tomou a iniciativa de propor ao ministro Lyra Tavares que a primeira exibição de um filme sobre o Exército lançado na época ocorresse na sede da entidade, como parte das comemorações da *Semana de Caxias*³¹. A idéia era que a *première*, destinada a jornalistas, também tivesse a participação de integrantes do governo e das Forças Armadas. Acreditando na eficácia do diálogo, o convite da ABI decorria do otimismo da imprensa a respeito do projeto de Constituição que estava sendo elaborado pelo vice-presidente Pedro Aleixo, cuja proposta era criticada por amplos setores das Forças Armadas, que acreditavam na necessidade de manter o Congresso Nacional fechado, situação em que se encontrava desde o *golpe dentro do golpe*. Lembremos que o AI-5 tinha representado uma vitória dos duros sobre os castelistas, de modo que o otimismo da ABI não tinha qualquer fundamento. Isso ficou claro alguns dias depois, quando Costa e Silva afastou-se do cargo por motivos de saúde, o vice Pedro Aleixo foi impedido de tomar posse e uma Junta formada pelos ministros militares assumiu as funções do presidente. Com o seqüestro do embaixador norte-americano, em setembro, o discurso da linha-dura contrário à imediata redemocratização do país ganhou ainda mais força, frustrando as expectativas de um entendimento entre civis e militares na condução da abertura, como pensava a ABI.

²⁹ Cristina Monteiro Luna (2007) lembra que o silêncio da ABI quase sempre é justificado pela idéia de que à entidade não competia envolver-se em questões políticas. Contudo, se examinarmos sua trajetória durante a ditadura, veremos que em diversos momentos – na luta pela anistia e no movimento das *Diretas Já!*, por exemplo – a ABI tomou claras posições políticas. Tendo esse dado como referência, podemos imaginar, como Luna sugere, que o silêncio da ABI em relação ao golpe foi uma tentativa de não macular a imagem da instituição, diferente da OAB, que, sem preocupar-se com esse aspecto, providenciou uma justificativa legal para uma intervenção inconstitucional em 1964. Outra evidência nesse sentido é o envolvimento de vários membros da ABI com o IPES, do complexo IPES/IBAD, do qual já tratamos no *Capítulo 5*.

³⁰ LUNA, 2007, p. 24. Grifo nosso.

³¹ Sobre a importância da data para o Exército brasileiro, ver CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, pp. 13-37.

A partir de 1975, numa conjuntura política bem diferente, determinada pelo projeto de distensão lançado por Geisel no ano anterior, a entidade assumiu uma postura mais contundente e menos conciliatória. Contudo, mesmo a moderação da ABI nos anos anteriores não foi *institucional*, no sentido de que não houve, em nenhum momento, uma relação orgânica de apoio à ditadura. Em diversos momentos surgiram divergências entre membros da instituição acerca do posicionamento da ABI em relação à ditadura. Em 1964, por exemplo, Edmar Morel, malquisto pela Marinha desde que publicara o livro *A Revolta da Chibata*, uma rebelião ocorrida no Rio de Janeiro contra os castigos físicos a que eram submetidos os marinheiros na época, teve seus direitos políticos suspensos por uma década pelo Comando Supremo da Revolução³². A maioria dos integrantes do Conselho Administrativo da ABI recusou veementemente a proposta feita por um membro da entidade para que fossem anulados os mandatos de conselheiros cassados pela ditadura, como era o caso de Morel. Em 1968, o almoço oferecido ao presidente Costa e Silva também gerou divergências dentro da ABI. Antonio Callado, membro da direção da entidade na época, renunciou ao cargo. Em seguida, enviou uma carta a Danton Jobim dizendo que “não se almoça com quem se prepara para almoçar-nos”³³.

Mesmo nessa nova fase não deixaram de existir algumas contradições na atuação da ABI, começando pelo fato de que seu novo presidente, Prudente de Moraes Neto, era um dos que, no passado, havia mantido ligações com o IPES, trabalhando ativamente em favor do golpe de 1964. Porém, considerando que a entidade não estava limitada à figura de seu presidente, o fato é que a ABI passou a atuar em consonância com o novo contexto político-social, tal como a OAB, lutando ao lado de outros movimentos e organizações da sociedade a favor da democracia. A morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI paulista, um mês depois da posse de Moraes Neto, foi decisivo para a inflexão da ABI. A indignação com o caso, as suspeitas de que se tratava de mais um suicídio forjado pelos militares e a comoção provocada pela morte do então diretor de telejornalismo da TV Cultura logo colocaram a ABI em contato com outras forças do campo de oposição à ditadura, como a OAB, que pediu a Geisel seu empenho na investigação do caso; a Igreja, que celebrou, em São Paulo, uma cerimônia ecumênica em memória de Herzog; e os sindicatos de jornalistas, que realizaram outra missa, dessa vez no Rio de Janeiro, para homenageá-lo – o deputado emedebista Lysâneas Maciel, outra voz de oposição à ditadura, como vimos, também participou da celebração³⁴.

³² *Ato do Comando Supremo da Revolução n. 5*. Documento citado em FICO, 2004a, p. 335.

³³ Carta de Antonio Callado citada em LUNA, 2007, p. 88.

³⁴ LUNA, 2007.

A nova postura assumida pela ABI não excluiu por completo a moderação que a tinha caracterizado no período anterior. Em 1977, por exemplo, a entidade foi convidada pelo governo a participar da Missão Portella, quando seus representantes fizeram uma intransigente defesa da liberdade de imprensa, mas sem questionar a continuação da ditadura, a LSN ou mesmo os eventuais crimes cometidos por agentes da repressão. Foi precisamente a aversão da ABI a qualquer tipo de radicalismo político, ao contrário do que já começava a surgir com as mobilizações populares, que motivou o convite do governo para que a entidade colaborasse com as conversações entre a ditadura e a oposição. Até o final do regime, a ABI participou de duas importantes mobilizações, que foram a luta pela anistia e a campanha das *Diretas Já!*. Apesar de sua postura conciliatória, que se manteve até mesmo nesse momento, o importante a destacar é que a atuação da ABI em conjunto com outros setores críticos à ditadura, como o (P)MDB, a Igreja e a OAB, por exemplo, foram de extrema importância para o fortalecimento do campo de oposição à ditadura e a articulação política e social dos diversos segmentos da sociedade que se opunham ao regime.

Movimentos sociais, sindicatos e jornais alternativos

Sintetizando, vimos até aqui alguns setores da sociedade que se articularam durante o período de abertura num campo de oposição ao regime que visou ampliar os limites do projeto de distensão de Geisel e Figueiredo. Além do MDB, da Igreja e de entidades de representação profissional como a OAB e a ABI, examinaremos também movimentos sociais importantes, como o estudantil e o sindical, e a atuação, a partir de 1974, de uma parcela da esquerda brasileira que não tinha aderido à luta armada e que passou a fazer uso da imprensa alternativa para combater a ditadura. Do ponto de vista político, como já dissemos, a formação desse campo de oposição foi importante para questionar as contradições da abertura, com críticas às medidas liberalizantes tomadas pelo governo compensadas por decisões arbitrárias, vistas como um retrocesso. Para a idéia que estamos sustentando, isso é, a de que a antiga esquerda armada passou ocupar um lugar privilegiado na memória social a respeito da ditadura, a formação desse campo tornou-se essencial para que os ex-guerrilheiros estivessem em contato com amplos setores da sociedade que, naquele momento, lutavam, assim como eles, pelo retorno à democracia. Compreendemos que, numa outra conjuntura, onde esse campo não estivesse tão fortalecido nem articulado internamente, a releitura do passado, nos termos em que ocorreu, não teria sido possível – ou, ao menos, teria sido mais improvável de acontecer.

Depois do AI-5, o movimento estudantil, que tinha sido bastante ativo politicamente nos anos anteriores, acabou se desmobilizando diante da intensa repressão imposta pelo *fechamento* da ditadura, que resultou em prisões e mortes de seus principais dirigentes, além

de medidas autoritárias de controle nas universidades. Embora não tenha desaparecido por completo, o movimento afastou-se do trabalho de massas que havia marcado sua atuação até 1968 para fazer ações de “microrresistências”³⁵ à ditadura, combatendo o regime no interior das universidades em assuntos limitados a questões educacionais e culturais. A partir de meados dos anos 1950, o movimento estudantil passou a ter uma atuação cada vez mais ativa nas discussões políticas do país, como foi visto no primeiro capítulo. Recordemos o envolvimento do estudantado em movimentos de caráter fortemente nacionalista, como a campanha *O petróleo é nosso*; a criação dos Centros Populares de Cultura, ligados à UNE, que tiveram um papel importante para a politização da cultura até os primeiros anos da década de 1960, quando muitos estudantes aderiram à luta armada alimentados também pela idéia do homem novo e da busca romântica por uma sociedade regenerada; e sua participação nos debates sobre as reformas de base, ao lado de vários segmentos da sociedade que seriam derrotados pelo golpe.

No que diz respeito aos universitários, em sua maioria proveniente das camadas médias da sociedade, seu envolvimento com questões políticas expressou as expectativas desse estrato com os desafios impostos pelo acelerado processo de crescimento e mudança do país³⁶. Tanto nas universidades como nas escolas secundárias, o estudantado começou a manter contatos com ativistas católicos, por meio da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC), e militantes do PCB – em São Paulo, conforme dissemos, jovens comunistas da União Paulista de Estudantes Secundaristas criaram, em 1955, o Teatro Paulista do Estudante, com o objetivo de politizar o estudantado secundarista através da cultura. No início dos anos 1960, essa esquerda católica assumiu o controle da UNE, em parceria com o PCB. Cada vez mais radicalizados, seus ativistas passariam do catolicismo ao marxismo-leninismo, rompendo com a orientação oficial da Igreja, numa cisão que deu origem à Ação Popular.

O golpe de 1964, porém, interrompeu momentaneamente a mobilização política dos estudantes, cujo movimento foi duramente atingido pela repressão que se seguiu à queda de Jango. No dia seguinte à intervenção militar, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi destruída por um incêndio criminoso. Além disso, o governo Castello Branco fez aprovar várias medidas que buscavam limitar a capacidade de ação dos estudantes, como, por exemplo, a chamada *Lei Suplicy*, que reorganizou o sistema de representação estudantil nas universidades. Contudo, ao se recusarem a votar nas eleições das novas entidades criadas pela

³⁵ MÜLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo/Université Paris I-Panthéon Sorbonne, São Paulo/Paris, 2010, p. 31.

³⁶ Os dados a seguir, salvo quando indicado, estão em MARTINS FILHO, João Roberto. *Os estudantes e a política no Brasil, 1962-1992. Teoria & Pesquisa*, São Carlos, n. 10, 1994, pp. 1-25.

ditadura, os estudantes inviabilizaram a aplicação da lei. Paralelamente, a diminuição das verbas destinadas ao ensino superior a partir de 1964, o que agravou a insatisfação do movimento, e a questão dos excedentes, com estudantes aprovados em vestibulares que não ingressavam nas universidades por falta de vagas, serviu para mobilizar novamente o estudantado.

Articulados em torno das mesmas bandeiras, os estudantes direitistas, que tinham escapado da repressão, juntaram-se aos colegas de esquerda a fim de combater as medidas impostas pelo governo. O desgaste da ditadura, que logo começou a perder seus apoios civis, pelas razões já apontadas anteriormente, conduziu os setores mais radicais do movimento de volta ao controle das entidades de representação estudantil. À AP, cada vez mais inclinada para o maoísmo chinês, somaram-se as dissidências comunistas. O movimento estudantil tornou-se uma das principais vítimas da violência e do autoritarismo do novo regime. Em 1966, uma passeata estudantil em Belo Horizonte foi duramente reprimida pela polícia, motivando novos protestos e mais violência policial. No início de 1968, a repressão a passeatas estudantis provocou a morte do secundarista Edson Luís, no Rio de Janeiro, desencadeando uma sucessão de protestos contra a violência da ditadura em várias cidades do país. Em meados daquele ano, na *Passeata dos 100 mil*, os estudantes novamente protestaram contra as arbitrariedades do regime. Algumas semanas depois, tropas da polícia invadiram a Universidade de Brasília, agredindo alunos e professores. Em outubro, um choque violento entre universitários em São Paulo – a *guerra da Maria Antônia* entre estudantes da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie³⁷ – marcou a história do movimento, que foi atingido novamente pela repressão dias depois com a prisão de vários estudantes no congresso clandestino da UNE, em Ibiúna (SP).

Com o *golpe dentro do golpe*, os estudantes mais radicalizados e aqueles cooptados pela esquerda revolucionária, cujas organizações participaram ativamente das mobilizações de 1968, aderiram à luta armada. A maioria, contudo, terminou sendo desmobilizada pelas medidas tomadas pelo governo Costa e Silva, como o decreto-lei n. 477, uma espécie de “AI-5 da educação”³⁸, que definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários de instituições de ensino públicas e privadas. Em 1977, já no contexto da abertura e favorecido pela relativa liberalização oferecida pelo governo Geisel, o movimento estudantil novamente voltou a fazer protestos contra a ditadura, adiantando-se a outros movimentos sociais que, da mesma forma, passariam a criticar abertamente o regime militar. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os estudantes voltaram pela primeira vez às ruas desde o

³⁷ Ver CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 95-119.

³⁸ MÜLLER, 2010, p. 22.

AI-5 para protestar contra a violência da ditadura. O auge das mobilizações aconteceu em meados de 1977, quando estudantes de todo o país definiram um Dia Nacional de Luta, na seqüência de várias manifestações reunindo milhares de estudantes para denunciar “as prisões políticas, o regime de incomunicabilidade a que os presos eram submetidos e a tortura, ganhando grande adesão e simpatia da opinião pública”³⁹, o que pressupunha o contato direto entre o estudantado e o restante do campo de oposição à ditadura.

Da mesma forma, o AI-5 também levou à desmobilização dos trabalhadores e do movimento sindical, duramente atingidos pela repressão desde os primeiros tempos da ditadura, quando o governo deu início a uma política de controle e depreciação dos salários, até então definidos segundo negociações coletivas entre sindicatos e empresas, o que freqüentemente levava a piquetes e paralisações em caso de descontentamento. Como informamos no primeiro capítulo, apenas no triênio 1961-63, ocorreram 163 greves, sendo que na maior delas, em 1963, quase 700 mil trabalhadores interromperam suas atividades, exigindo aumento salarial de 80%⁴⁰. A criação da Central Geral dos Trabalhadores, no ano anterior, e a influência política do PTB e do PCB nos sindicatos eram vistas pelos militares como uma ameaça à ordem e ao próprio desenvolvimento econômico do país, na medida em que a organização e radicalização dos trabalhadores, cada vez mais articulados a outros movimentos sociais, poderiam comprometer o modelo conservador de crescimento implementado pela ditadura.

Por isso, além da nova política salarial, o governo estendeu a *Operação Limpeza* também aos sindicatos⁴¹. O Ministério do Trabalho destituiu antigos dirigentes, nomeou novas pessoas em seu lugar, anulou eleições, vetou candidaturas e passou a não reconhecer mais alguns sindicatos. Quando os militares derrubaram o presidente João Goulart, havia no Brasil sete confederações, 107 federações e 1948 sindicatos de trabalhadores urbanos. Somente no primeiro ano da ditadura, 452 dirigentes sindicais foram afastados de seus cargos, além de 43 membros de federações e três de confederações. Três sindicatos sofreram intervenções *brancas*, com o afastamento de seus dirigentes sem a devida publicação do decreto oficial, conforme previa a lei – que era anterior a 1964, embora só durante a ditadura ela tivesse sido usada sistematicamente. O governo ainda anulou uma eleição e fechou um sindicato antes de a *Revolução* completar seu primeiro aniversário. Nos anos seguintes, seriam organizados também inúmeros sindicatos, muitas vezes com uma centena de membros

³⁹ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 338.

⁴⁰ AGGIO, Alberto, BARBOSA, Agnaldo, COELHO, Hercília (Orgs.) *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

⁴¹ Os dados a seguir, salvo quando indicado, estão em ALVES, 2005.

(motivo pelo qual eram chamados de *sindicatos fantasmas*), com o objetivo de facilitar o controle da ditadura sobre as federações.

Apesar de todas essas medidas, os trabalhadores voltaram a se mobilizar novamente, agora, para criticar a estrutura oficial dos sindicatos. Em alguns deles foram criadas *oposições sindicais* aos dirigentes eleitos ou designados pelo governo desde o golpe, cujos militantes ajudaram a organizar comissões de fábrica para discutir as condições de renda e de trabalho do operariado. Em certos casos, como em Osasco (SP) e Contagem (MG), o movimento estabeleceu contatos políticos com os estudantes, a Igreja e até mesmo com organizações de esquerda que se preparavam para a luta armada e pretendiam recrutar novos quadros entre os trabalhadores. Em 1968, como parte da onda de protestos que surgiu por todo o país, o movimento sindical deu prova de sua combatividade ao realizar duas conhecidas greves do período. Em meados de abril, 15 mil trabalhadores entraram em greve em Contagem, exigindo 25% de aumento nos salários, número bem superior aos 10% oferecidos pelo governo, que decidiu negociar, com sucesso. De qualquer forma, o importante a ser destacado é que “o Ministério do Trabalho foi apanhado de surpresa”⁴² pelo movimento em Minas Gerais.

Dois meses depois, dessa vez em Osasco, trabalhadores organizados em comissões de base decidiram paralisar suas atividades. Todavia, ao contrário do que ocorrera em Contagem, a ditadura interveio violentamente para reprimir o movimento. No segundo dia de greve, a fábrica em que ocorreu a paralisação foi invadida pela polícia, que deteve mais de cem trabalhadores. A sede do sindicato também foi ocupada pelas tropas e, mais tarde, a própria igreja que tinha abrigado os trabalhadores após a tomada do sindicato foi invadida. Com o AI-5, decretado no final do ano, o movimento sindical, assim como as outras oposições à ditadura, acabaram sendo forçosamente desmobilizadas pela intensa repressão que marcou os *anos de chumbo*. Do golpe de 1964 até meados do governo Geisel, uma característica constante do regime militar no que diz respeito aos trabalhadores foi a exclusão dos sindicatos da cena política, através da repressão às greves, do combate às lideranças sindicais, das intervenções nos sindicatos e do controle dos reajustes salariais e das negociações coletivas. Segundo Eduardo Noronha, entre 1968-78 “a fórmula populista ‘controle-incorporação’ foi substituída pela ‘repressão-exclusão’”⁴³.

Em 1978, a greve dos metalúrgicos do ABC paulista significou a retomada das mobilizações e a volta do movimento sindical ao debate político, um ano depois dos estudantes, que também haviam se mantido completamente afastados das manifestações de

⁴² ALVES, 2005, p. 151.

⁴³ NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves na transição brasileira*, vol. 1. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992, p. 81.

massa desde o fechamento da ditadura. À frente das mobilizações estava um grupo de sindicalistas conhecido como *combativos* ou *autênticos*, expressão utilizada pela imprensa a partir de meados daquele ano para se referir aos jovens sindicalistas com propostas à esquerda dos dirigentes tradicionais, por eles chamados de *reformistas* ou *pelegos*. Entre outras coisas, os autênticos defendiam a autonomia, a liberdade e o pluralismo sindicais; a democratização e utilização mais agressiva da estrutura dos sindicatos; a aproximação entre os dirigentes e as bases, por intermédio das comissões de fábrica, que deveriam funcionar sob o controle dos sindicatos; o direito à greve; e a negociação direta com o patronato, sem intermediação do Estado⁴⁴. Para concretizar suas propostas, os sindicalistas autênticos optaram pelo enfrentamento com o governo, por meio das greves, e pela politização do cotidiano fabril e de vida dos trabalhadores, com as comissões de fábrica. Suas práticas e propostas passaram a ser designadas como *novo sindicalismo*, que buscava se opor, como o próprio nome indica, ao modelo sindical predominante até meados da década de 1970, embora muitas práticas do novo sindicalismo tenham se assemelhado ao padrão anterior.

O novo sindicalismo, como Iram Jácome Rodrigues lembrou, não pode ser dissociado da luta democrática que então passava a ganhar cada vez mais adeptos, alargando o campo de oposição à ditadura. Tendo surgido no período de declínio do autoritarismo, os sindicalistas autênticos se consolidaram no enfrentamento com o regime na luta pela redemocratização do país e na defesa de mudanças políticas, sociais e econômicas que associavam questões mais gerais às necessidades dos próprios trabalhadores. “A entrada em cena dos trabalhadores na política brasileira, no final da década de 1970, representou a demanda mais ampla por direitos – em muitos aspectos elementares – de moradia, de melhorias salariais e de justiça social”⁴⁵. Tudo isso interferia “com alguma eficácia no processo de transição política do país, ao mesmo tempo que foi fundamental para a ampliação das conquistas democráticas”. Nesse processo, o movimento sindical estabeleceu contatos com a Igreja, que passou a apoiar os trabalhadores, sobretudo nos momentos mais tensos das greves; com o MDB, cujos setores mais à esquerda buscaram aproximar-se do movimento; e com outros segmentos da sociedade que com eles integraram o campo de oposição à ditadura.

Devemos lembrar ainda a mistura de questões trabalhistas e político-partidárias ocorrida nesse momento, quando a retomada das mobilizações coincidiu com a discussão a respeito da reforma partidária. Do ponto de vista político, os sindicalistas autênticos eram bastante diversos. Havia no grupo dirigentes independentes, sem vínculos partidários, e

⁴⁴ BLASS, Leila Maria da Silva. Novo sindicalismo: persistência e continuidade. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.) *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 33-50.

⁴⁵ RODRIGUES, Iram Jácome. A trajetória do Novo Sindicalismo. RODRIGUES, Iram Jácome (Org.) *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 78.

também pessoas ligadas ao PCB, ao MR-8 e a grupos trotskistas que surgiram nesse período. Contudo, parte dos dirigentes sindicais acabaram assumindo uma postura mais agressiva diante do governo, o que era combatido pelo PCB e os sindicalistas ligados ao partido, que pregavam mais moderação, a fim de não comprometer o projeto de abertura. As divergências em torno do apoio ao MDB em 1978 serviram apenas para aumentar as divisões dentro do movimento sindical provocadas por fatores político-partidários. Desse grupo mais à esquerda sairia a proposta de criação de uma legenda exclusivamente dos trabalhadores, sem o aspecto *frentista* que caracterizava o MDB. Tal como o governo previa, a reforma serviu para dividir politicamente a oposição. A criação do PT terminou afastando os grupos que defendiam o apoio ao MDB como frente ampla de oposição à ditadura, além de provocar um debate sobre qual seria, realmente, o partido da classe trabalhadora, função que o PCB atribuía a si mesmo, o que levou os comunistas a criticarem a criação do PT e, no plano sindical, fez com que os dirigentes ligados ao partido se afastassem do restante dos autênticos. Na visão do PCB,

Os trabalhadores, como classe, necessitam lutar politicamente para a conquista das transformações políticas e sociais que os liberte da exploração capitalista. *Por sermos o partido da classe operária* empenhamo-nos a fundo na defesa dos interesses dos trabalhadores⁴⁶.

O PT, como veremos no próximo capítulo contou com o apoio e o envolvimento não apenas de importantes dirigentes do novo sindicalismo mas também de militantes católicos, de parlamentares egressos do MDB, de ex-guerrilheiros que haviam retornado do exílio e de várias organizações de esquerda – especialmente as trotskistas, que não tinham aderido à luta armada. Essas organizações, assim como outros grupos que haviam optado pela guerrilha e conseguido manter alguma estrutura mesmo depois de derrotadas pela repressão, envolveram-se, durante a abertura, com a publicação de jornais alternativos, visando “subsidiar a organização dos trabalhadores”⁴⁷. Os jornais alternativos, publicados em formato tablóide ou mini-tablóide, com tiragem irregular e circulação restrita, ocuparam um espaço importante nas denúncias contra a ditadura, na mobilização popular e na divulgação das opiniões dos próprios grupos de esquerda da época. Além disso, contribuíram para a rearticulação política dos que tinham sido derrotados na luta armada, para a formação de um público anti-ditadura

⁴⁶ *Declaração do Partido Comunista Brasileiro*. Documento citado em SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UNIRIO/Boitempo, 2001, p. 187. Grifo nosso.

⁴⁷ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 167.

cada vez mais favorável à redemocratização e para a difusão de uma espécie de “cultura de esquerda”⁴⁸.

Foram exemplos marcantes da imprensa alternativa os jornais *Versus*, *Repórter*, *O Pasquim*, *Bondinho*, *Coojornal*, *Opinião*, *Mutirão*, *Contestado*, *Invasão*, *Amanhã*, *Jornal do Povo*, *Desafio*, *Em Tempo*, *Convergência Socialista*, *Causa Operária*, *O Trabalho*, entre outros⁴⁹. Quase sempre, as organizações que cuidavam da publicação desses jornais também mantinham correntes universitárias, com o objetivo de mobilizar o estudantado, que também voltava a protestar contra a ditadura nesse momento. As organizações trotskistas, por exemplo, animavam as tendências *Libelu*, *Centelha*, *Nova Proposta*, *Manifesto*, *Peleia* e *Ponteio*. Em São Paulo, a APML, o MR-8 e remanescentes da ALN dirigiam a corrente *Refazendo*, enquanto o PCdoB controlava a *Caminhando*, chamada de *Viração* na Bahia. O PCB também lançou sua tendência estudantil, a *Unidade*, assim a Polop e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), com as correntes *Alternativa* e *Organizar a Luta*, respectivamente⁵⁰.

Notemos, portanto, o envolvimento dos jornais alternativos, editados por organizações de esquerda (com ou sem participação na luta armada) com o movimento estudantil, que, por sua vez, tinha contatos com o movimento sindical, cujas relações político-partidárias com a esquerda (fosse o PT ou não) fechavam o círculo que formava o campo de oposições à ditadura. A ele se acrescentava a Igreja, a OAB, a ABI e o próprio MDB, que apoiavam essas formas de protesto contra a ditadura tendo no horizonte o pleno restabelecimento da democracia, através da ampliação do projeto de abertura do governo. Esse contexto, que colocou em contato os ex-guerrilheiros com amplos setores da sociedade que agora lutavam pela democracia (embora parte deles tivesse apoiado o golpe em 1964), viabilizou a construção de uma memória social a respeito da ditadura que acabou conferindo à antiga esquerda armada um papel diferente do que ela teve nos anos anteriores.

⁴⁸ ARAÚJO, 2004, p.170.

⁴⁹ KUCINSKI, 2003.

⁵⁰ Para detalhes sobre as tendências estudantis nesse período, ver MÜLLER, 2010, pp. 110-128.

Mobilizações nacionais e de massa pela democracia

Anistia ampla, geral e irrestrita

É impossível recordarmos os dois últimos governos militares sem lembrar os episódios que ajudaram a imprimir o ritmo do processo de abertura. Podemos citar, por exemplo, as mortes do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em 1976; as mobilizações estudantis que surgiram a partir de 1977; as greves dos metalúrgicos da região do ABC paulista, no final daquela década; as disputas internas em torno da sucessão presidencial de Geisel e Figueiredo; o envolvimento das forças de segurança em atos de terrorismo; e as vitórias eleitorais do MDB. Apesar de sua inegável importância, todos esses acontecimentos mobilizaram apenas uma parte da sociedade, mesmo quando numerosa. Sua principal consequência, talvez, tenha sido alimentar o somatório de insatisfações que já vinham sendo acumuladas ao longo do tempo pelas vozes de oposição à ditadura. Do nosso ponto de vista, as efetivas mobilizações *nacionais* e de *massa* ocorridas durante a distensão foram a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e a campanha das *Diretas Já!*, ambas derrotadas pela ditadura, que conseguiu aprovar uma lei *perdoando* os agentes da repressão, em 1979, e eleger o sucessor de Figueiredo pelo Colégio Eleitoral, em 1985.

Excluimos as quatro eleições das quais o (P)MDB participou no período (1974, 1976, 1978 e 1982) por avaliarmos que as campanhas do partido, embora tivessem contado com um inédito apoio político, não unificaram o conjunto das oposições da mesma forma como fizeram as mobilizações pela anistia e pelo voto direto para presidente da República, inclusive porque, após 1979, o quadro político-partidário estava bem mais fragmentado do que nos anos anteriores, quando havia apenas duas legendas. O caráter nacional e massivo da luta pela

anistia e da campanha pelas diretas permitiu o estabelecimento de uma aliança tática de amplos setores da sociedade que, constituindo um campo político de oposição à ditadura, passaram a defender a volta ao regime democrático. Nesse processo, um aspecto importante a ser destacado é a participação *em bloco* de ex-guerrilheiros e organizações que haviam aderido à luta armada na década de 1960 naquelas mobilizações.

Embora alguns grupos, como o PCdoB e o MR-8, tiveram decidido apoiar o MDB ainda em meados dos anos 1970, participando de momentos importantes da vida política nacional, como as campanhas eleitorais do partido, o fato é que somente nos movimentos pela anistia e pelo retorno das eleições diretas a antiga esquerda armada, como um todo, engajou-se na luta pelo restabelecimento da democracia. Retomando a questão da memória social sobre a ditadura, um dos principais problemas dos ex-guerrilheiros nesse momento de mobilização nacional em favor da democracia foi como transmitir uma experiência social e, sobretudo, política, que foi a vida clandestina, a luta subterrânea, o fato de terem pegado em armas para lutar contra o regime militar. Acreditamos que a participação em bloco da antiga esquerda armada em duas mobilizações nacionais e de massa envolvendo amplos setores de oposição à ditadura permitiu a formulação de uma certa versão histórica – alimentada não apenas pelos ex-guerrilheiros, obviamente – que conferiu um lugar privilegiado para os que haviam seguido pelo caminho armado com o objetivo de tirar os militares do poder e fazer a revolução.

A luta pela anistia teve início em 1975, com a organização do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), liderado pela advogada Terezinha Zerbini. Presa em 1969 por envolvimento com o aluguel do sítio onde foi realizado o famoso congresso da UNE de 1968, em Ibiúna, Zerbini era casada com o general Euryale de Jesus Zerbini, ele também uma vítima das punições *revolucionárias* dentro das Forças Armadas¹. Em setembro de 1975, o MFPA encaminhou ao general Golbery um documento subscrito por mais de 16 mil assinaturas em que defendia a aprovação da anistia, afirmando que se tratava de uma “idéia imperiosa, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação”². Para o MFPA, a anistia deveria ser um instrumento para conciliar a sociedade, perdoadando os que haviam aderido à luta armada e os agentes da repressão. Dessa forma, sem parecer “tão ameaçador à ditadura”³, como

¹ Zerbini, um general legalista, foi transferido para a reserva uma semana após o golpe pelo Ato n. 3 do Comando Supremo da Revolução. Para a lista completa dos militares atingidos pela medida, ver FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a, p. 332.

² *Veja*, edição 436, 01 de março de 1978.

³ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Elas se revelam na cena pública e privada: as mulheres na luta pela anistia*. In: SILVA, Haike R. Kleber da (Org.) *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa Oficial, 2009, p. 115.

Rosalina de Santa Cruz Leite destacou, o MFPA pôde crescer em meio às medidas liberalizantes do governo Geisel.

Em 1977, o movimento estudantil passou a promover manifestações em que, pela primeira vez, discutiu-se a questão da anistia. Em maio daquele ano, universitários ligados ao MEP foram presos em São Paulo durante as comemorações do Dia do Trabalho. Em resposta, tanto no Rio de Janeiro como na capital paulista milhares de estudante saíram às ruas, na primeira passeata desde o *fechamento* de 1968, para exigir a libertação dos colegas. O debate a respeito das prisões políticas acabou abrindo espaço para que o movimento estudantil discutisse a pertinência da anistia⁴. Ainda em 1977, foram organizados Dias Nacionais de protesto e luta pela anistia com o objetivo de atrair novos apoios, ao mesmo tempo em que surgiam os Comitês Primeiro de Maio pela Anistia e várias organizações ligadas à defesa dos direitos humanos, envolvendo diferentes segmentos da sociedade, como políticos, intelectuais, advogados, juristas, religiosos e profissionais liberais⁵.

No ano seguinte, foram criados os primeiros Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), organizações que desempenharam um papel decisivo na mobilização política e social em defesa da anistia. Constituídos inicialmente nos principais centros urbanos do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, os CBA rapidamente chegaram a outras capitais e cidades médias⁶. No início de 1979, um processo de interiorização do movimento permitiu a formação de comitês também em cidades menores do interior. Os CBA eram organizações sem fins lucrativos mantidas exclusivamente por contribuições de seus membros e campanhas para arrecadação de fundos. Para manter suas atividades, os núcleos espalhados pelo país vendiam rifas, adesivos, jornais, boletins, promoviam pedágios para comercializar artesanatos produzidos por presos políticos, obras de artistas que apoiavam o movimento e shows. O envolvimento de artistas, visto também na campanha das *Diretas Já!*, foi um dado constante na luta pela anistia.

Examinaremos com mais atenção o núcleo paulista do Comitê Brasileiro pela Anistia, organizado em maio de 1978, a fim de sublinhar alguns aspectos importantes que fundamentam nosso argumento. O CBA de São Paulo foi estruturado a partir de representantes de categorias profissionais, em vez de filiações individuais, reunindo nomes conhecidos em suas respectivas áreas de atuação e familiares de vítimas da ditadura. Se observarmos a lista de seus dirigentes

⁴ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 323-353.

⁵ MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a Anistia e suas conseqüências – um estudo do caso brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

⁶ GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela Anistia*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

entre 1978-79, veremos que amplos setores da sociedade estavam representados no CBA paulista, repetindo, parcialmente, o que já ocorria na Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Entre seus dirigentes, destacavam-se nomes como o do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, do jornalista Perseu Abramo, da teatróloga Ruth Escobar, além de representantes da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, da Associação de Docentes da USP, da Comissão de Presos Políticos e da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos⁷.

A análise das atas das reuniões do CBA paulista feita por Maria Auxiliadora Arantes revelou quais foram os nomes e entidades mais assíduos nos encontros do núcleo. A autora destacou a ABI, com Alípio Freire; o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), com Clara Ant; o Sindicatos dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, com Audálio Dantas, David de Moraes e Gabriel Romeiro; a oposição metalúrgica, com Clóves de Castro; e o movimento estudantil, representado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) livre da USP e da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e de Campinas. Também estavam representadas nas reuniões a Comissão de Presos Políticos, com Celeste Fon; a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, com Zilah Abramo; a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, com Raquel Pomar e Laura Petit; bem como ex-presos políticos (com Ivan Seixas e José Genoíno), professores (com o sociólogo Otávio Ianni), parlamentares (com os deputados emedebistas Aurélio Perez, Irma Passoni e Marco Aurélio Ribeiro), artistas (com Lélia Abramo, Eva Wilma, Carlos Zara, Beth Mendes e Henfil) e militantes de esquerda (com Manoel Cyrillo de Oliveira, Rioco Kayano, Claudia Constin Fuser, Igor Fuser e Regina Lopes).

Duas observações devem ser feitas acerca dos nomes que mais frequentemente aparecem nas atas. Em primeiro lugar, podemos notar a presença de algumas vozes de oposição apresentadas no capítulo anterior – caso da ABI e do movimento estudantil, por exemplo – ao lado de intelectuais, artistas e jornalistas que participavam ativamente dos encontros do CBA, mesmo sem pertencer à sua diretoria⁸. Em São Paulo, a luta pela anistia viabilizou a formação de uma ampla rede de relações políticas, sociais e profissionais em que se articularam diversos segmentos da sociedade. Perseu Abramo, por exemplo, participava do movimento de oposição sindical no Sindicato de Jornalistas Profissionais, aproximando-o de Clóves de Castro, que representava a oposição à diretoria *pelega* do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A oposição metalúrgica, por sua vez, também mantinha ligações com a Igreja por intermédio de Waldemar Rossi, membro da CJSP. Portanto, não seria

⁷ ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. O Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA-SP): memória e fragmentos. In: SILVA, Haike R. Kleber da (Org.) *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa Oficial, 2009, pp. 83-99.

⁸ Destacamos ainda o apoio institucional formal oferecido ao núcleo paulista pela CNBB, por meio de D. Paulo Evaristo Arns; pela OAB, por intermédio de seus presidentes Raymundo Faoro e Eduardo Seabra Fagundes; e pela ABI, através de seu presidente Barbosa Lima Sobrinho (ARANTES, 2009).

exagero dizermos que o núcleo paulista representou uma escala menor do campo político de oposição à ditadura que se formou em todo o país durante o processo de distensão.

A segunda observação que desejamos fazer diz respeito à presença, direta ou indireta, da antiga esquerda armada nas reuniões. Alguns nomes listados nas atas tinham participado de assaltos, seqüestros e confrontos diretos com as forças de segurança da ditadura ou sido presos sob a acusação de praticarem atividades *subversivas*. Outros eram familiares de ex-militantes de grupos armados, tendo, portanto, alguma proximidade com aquela forma de luta e a vida clandestina dos parentes guerrilheiros. Enquadram-se no primeiro caso José Genoíno, do PCdoB, preso pelo Exército na primeira expedição no Araguaia; Manoel Cyrillo de Oliveira, da ALN, preso após participar do seqüestro do embaixador norte-americano; Alípio Freire, da Ala Vermelha, organização que promoveu assaltos a bancos e ações armadas em parceria com outros grupos; e Ivan Seixas, do Movimento Revolucionário Tiradentes, que participou do seqüestro do embaixador da Alemanha Ocidental, em meados de 1970⁹.

No caso de familiares de ex-integrantes da esquerda armada, destacavam-se os nomes de Rioco Kayano, companheira de José Genoíno; Raquel Pomar, esposa de Vladimir Pomar, preso no episódio conhecido como *Massacre da Lapa*, quando parte do Comitê Central do PCdoB foi morto por agentes da repressão, incluindo seu sogro, Pedro Pomar; Laura Petit, irmã de Maria Lúcia, Jaime e Lúcia Petit da Silva, militantes do PCdoB mortos pelo Exército na guerrilha do Araguaia; e Celeste Fon, irmã de Aton Fon Filho, militante da ALN que participou de algumas ações armadas antes de ser preso, em 1970, e Antonio Carlos Fon, integrante do mesmo grupo e preso no ano anterior ao irmão. Antonio Carlos, que era jornalista, publicou um importante livro-reportagem a respeito da repressão ocorrida durante a ditadura militar, editado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia¹⁰. Cláudia Constin, esposa de Igor Fuser, embora não fosse familiar de nenhum ex-guerrilheiros, era militante do PCdoB, partido que havia se notabilizado na luta armada contra a ditadura¹¹.

⁹ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b e GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

¹⁰ Ver FON, Antonio Carlos. *Tortura – a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Comitê Brasileiro pela Anistia/Global, 1979. Durante 19 semanas, o livro figurou na lista de obras de não-ficção mais vendidos no país publicada em *Veja* (*Veja*, edição 570, 08 de agosto de 1979 à edição 589, 19 de dezembro de 1979). É interessante observar alguns títulos que, nesse período, apareceram na lista semanal de *Veja* junto à obra de Antonio Carlos Fon, todos relacionados à ditadura: *Guerra de guerrilhas no Brasil*, de Fernando Portella; *O outro lado do poder*, do general Hugo Abreu; *Dossiê Herzog*, de Fernando Jordão; *Memórias*, do general Olympio Mourão Filho; *Que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira; *Tempo de Arraes*, de Antônio Callado; e *Tinha que ser Minas*, do general Carlos Luís Guedes.

¹¹ Verbetes “Pedro Pomar” e “Cláudia Constin”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital]; Depoimento de Celeste Fon, *Portal da Fundação Perseu Abramo* [fonte digital]; Ato relembra massacre da ditadura contra líderes do PCdoB, *Portal Carta Maior* [fonte digital]; GASPARI, 2002b e BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à verdade e à memória – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

As características observadas no CBA de São Paulo não foram exclusivas daquele núcleo, repetindo-se, em maior ou menor grau, em outras comissões, principalmente nas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. O exemplo do CBA paulista revela que, durante o processo de abertura, amplos setores da sociedade se articularam em defesa da redemocratização do país. No caso da anistia, a antiga esquerda armada esteve presente nas mobilizações em favor de sua aprovação tanto pela participação de ex-guerrilheiros como de familiares seus. Tivemos, dessa forma, as condições ideais para que, numa releitura do passado, a esquerda armada ocupasse um lugar de destaque na memória social a respeito da ditadura que ia sendo construída naqueles anos. Sabendo-se que a anistia, tal como as *Diretas Já!*, foram as únicas mobilizações nacionais e de massa do período, podemos compreender melhor de que modo uma memória favorável à esquerda armada foi difundida e incorporada por amplos setores da sociedade, até mesmo porque alguns elementos dessa história lhes interessavam.

É emblemático, nesse sentido, um cartaz produzido pelo Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos (seção do CBA no Paraná), intitulado *Anistia para todos*. No documento, a luta armada é apresentada como uma estratégia política que deveria ser aceita como válida e importante para a *resistência* à ditadura, independente dos resultados e propósitos da guerrilha. De certa forma, trata-se de um discurso que, defendendo uma anistia ampla, geral e irrestrita, inocentando os que pegaram em armas para derrubar a ditadura, despolitizava a questão ao integrar, historicamente, a esquerda armada no conjunto dos movimentos de resistência aos governos militares:

Há brasileiros presos e banidos por terem lutado armados contra um Estado de Exceção. Há 10 anos, quando eles optaram pela política armada, o Congresso estava fechado, os sindicatos sob intervenção, as escolas ocupadas pela polícia. Portanto, *nós não podemos julgá-los, não devemos e não queremos*¹².

Ainda em 1978, o MFPA e os CBA realizaram o I Encontro Nacional pela Anistia, em Salvador. O evento permitiu aos dois movimentos unificarem os esforços e definirem uma plataforma mínima de reivindicações orientada para uma anistia ampla, geral e irrestrita. Dessa forma, como Maria Paula Nascimento Araújo ressaltou, o encontro “foi um passo decisivo na configuração de um amplo movimento nacional”¹³. Por outro lado, a proposta do

¹² Cartaz reproduzido em SILVA, Haiké R. Kleber da (Org.) *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa Oficial, 2009, p. 58. Grifo nosso.

¹³ ARAÚJO, 2007, p. 344.

MFGPA de uma anistia “de parte a parte”¹⁴, como a líder do movimento no Rio Grande do Sul, Mila Cauduro, defendia, foi perdendo espaço com a chegada de novos apoiadores, contrários ao *perdão* extensivo aos agentes da repressão. Em parte, como argumentou a presidente do CBA do Rio de Janeiro, isso ocorreu porque não se podia “falar em anistia para os acusados da prática de torturas porque tais crimes nunca foram punidos e não se pode anistiar quem não chegou a ser punido”¹⁵. Entretanto, segundo nossa interpretação, não é possível ignorar a influência exercida pelos ex-guerrilheiros e familiares de pessoas que aderiram à luta armada nessa nova posição assumida pelo movimento.

Dois meses depois, foi realizado em São Paulo, no auditório da PUC, o I Congresso Nacional pela Anistia. Aqui, mais uma vez, notamos a participação da Igreja Católica em movimentos de oposição à ditadura, com o “apoio estratégico”¹⁶ de D. Paulo, que cedeu o espaço onde ocorreu o evento. A realização do I Congresso pela Anistia foi decidida no encontro de Salvador, quando também ficou definido que o movimento deveria ser ampliado, visando transformá-lo numa mobilização de massa. Conforme explicação de Glenda Mezarobba,

a orientação dos movimentos de anistia era que a bandeira fosse estendida à prática dos sindicatos, das associações de bairro, das entidades profissionais e nos meios estudantis. A idéia era que a luta saísse do âmbito de seus movimentos e, cada vez mais, atingisse amplos setores da sociedade¹⁷.

Em virtude disso, o MFGPA perdeu ainda mais espaço, somando-se às diferenças com o modelo de anistia defendido pelos CBA o fato de aquele movimento continuar centralizado na figura de Terezinha Zerbini, sem possuir um caráter massivo, como era desejado¹⁸. Examinando os nomes e as entidades que participaram do I Congresso, verificamos que o movimento pela anistia realmente conquistou novos apoios desde o encontro de Salvador, caracterizando-se cada vez mais como uma mobilização nacional e de massa envolvendo amplos setores da sociedade, incluindo pessoas ligadas direta ou indiretamente à antiga esquerda armada. Além dos representantes dos vários núcleos do CBA e do MFGPA, o I Congresso também contou com a participação, seja presencial ou pelo envio de declarações, dos mesmos nomes e entidades que integravam o campo político de oposição à ditadura,

¹⁴ *Veja*, edição 436, 01 de março de 1978.

¹⁵ *Veja*, edição 436, 01 de março de 1978.

¹⁶ CANCIAN, Renato. *Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política (1972-1985)*. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 127.

¹⁷ MEZAROBBA, 2003, p. 22.

¹⁸ LEITE, 2009.

como a OAB, ABI, CNBB e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), representando a comunidade científica, além de políticos do MDB, como Mário Covas, Ulysses Guimarães, Freitas Nobre, Lysâneas Maciel, Francisco Pinto e Gastone Righi¹⁹.

O dado novo a ser destacado nesse evento foi a *internacionalização* da luta pela anistia, um aspecto tão mais importante quando consideramos os laços mantidos entre as organizações estrangeiras participantes do evento e os exilados brasileiros, muitos deles integrantes de grupos armados das décadas de 1960-70. Na composição da mesa de abertura do congresso, por exemplo, estavam presentes o italiano Lelio Basso, da Liga Internacional pelos Direitos e pela Liberdade dos Povos; os franceses Louis Joinet, da Comissão Internacional de Juristas Católicos, André Jacques, do *Comité Inter-Mouvements Auprès des Evacués* e Etienne Bloch, do Comitê de Solidariedade França-Brasil; e os suíços Paul Gully Hart, representando a Associação Suíça pela Anistia Geral dos Prisioneiros Políticos no Brasil e a Associação dos Juristas Progressistas de Genebra, e Jean Bernard Weber, em nome de diversas organizações suíças de direitos humanos²⁰.

Outras entidades chegaram a enviar delegações para participar do I Congresso, como o Comitê França-América Latina, a Liga Suíça dos Direitos Humanos, a Comissão para o Terceiro Mundo da Igreja Católica (Genebra), a Comissão América Latina da Associação *Que Fazer?* e o Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai. Algumas organizações estrangeiras, mesmo sem representação no evento, manifestaram seu apoio através de moções e telegramas, a exemplo do Movimento Internacional de Juristas Católicos, da Ordem dos Advogados de Paris, da Coletividade Terceiro Mundo de Versailles, da seção francesa da Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade, do Centro de Informações para o Desenvolvimento dos Povos de Rennes, do Comitê de Solidariedade ao Povo Brasileiro de Genebra, do Comitê de Defesa dos Presos Políticos do Chile, do Centro de Informação e Solidariedade ao Paraguai de Genebra, o Comitê de Apoio ao Povo Chileno de Genebra, da Casa Latino-Americana de Genebra, da Associação de Solidariedade ao Povo Brasileiro de Lausanne, da Casa Argentina de Lausanne, do Sindicato Nacional de Ensino Superior da França, da Associação de Auxílio Médicos e Pessoal de Saúde da França, da Associação Suíça para um Desenvolvimento Solidário, do Comitê América Latina de Evreux e da seção alemã da Anistia Internacional.

Em resumo, o MFPA perdeu progressivamente o espaço ocupado entre 1975-78, quando foi o principal defensor da anistia, enquanto os CBA ampliaram sua força. Uma das causas dessa dinâmica foi a definição de seus integrantes por uma anistia ampla, geral e

¹⁹ ARANTES, 2009.

²⁰ GRECO, 2003.

irrestrita, que contemplasse a antiga esquerda armada e excluísse os agentes da repressão. Paralelamente, o movimento, que já contava com a participação de amplos setores da sociedade, conseguiu internacionalizar-se, conquistando o apoio de inúmeras organizações. A partir de então, a luta pela anistia deixou de ser tolerada pelos militares, já que seus defensores também passaram a exigir o esclarecimento dos casos de tortura, desaparecimento e morte ocorridos durante o regime. O movimento pela anistia buscava ampliar os limites do projeto de abertura, indo além do que o governo desejava. Por isso, em 1978, numa tentativa de vincular a radicalidade da anistia com um possível retrocesso na distensão, Figueiredo declarou que a proposta, “nos termos em que vem sendo colocada” pelo CBA, representava “um prejuízo para o próprio andamento das reformas políticas”²¹.

Tribunal Russell e o papel atribuído aos ex-guerrilheiros

A internacionalização do movimento pela anistia não se limitou à presença de lideranças e entidades estrangeiras nos congressos realizados no Brasil. No exterior também foram promovidos eventos importantes em favor de sua aprovação, repercutindo as propostas que, internamente, vinham sendo defendidas pelo CBA. Durante o I Congresso pela Anistia, o senador Lelio Basso propôs a realização de uma conferência internacional para debater a questão da anistia e das liberdades democráticas no Brasil. Em meados de 1979, quando o evento foi realizado, em Roma, existiam onze comitês pela anistia no Brasil em vários países da Europa, dos quais os mais ativos eram o Comitê Pró-Anistia Geral no Brasil, sediado em Lisboa, e o CBA de Paris²². Depois de fazer os primeiros contatos com as delegações estrangeiras presentes no I Congresso, Lelio Basso retornou à Itália, onde lançou oficialmente sua proposta.

O senador, que morreria no final de 1978, sem participar, portanto, da conferência que idealizara, era um nome conhecido dentro da esquerda, tanto por sua militância em movimentos antifascistas na Itália como pela defesa dos direitos humanos. No início dos anos 1970, esteve à frente da organização de um tribunal para julgar os crimes cometidos pelas ditaduras latino-americanas – o chamado Tribunal Russell. Sua proposta era inspirada na iniciativa do filósofo Bertrand Russell, que em 1966 montou um tribunal a fim de examinar e julgar, ainda que simbolicamente apenas, a participação dos Estados Unidos na guerra do Vietnã. Na época, as sessões do chamado de Tribunal Internacional para os Crimes de Guerra

²¹ *Veja*, edição 436, 01 de março de 1978.

²² GRECO, 2003.

foram presididas pelo filósofo Jean-Paul Sartre e tiveram como relator o próprio Lelio Basso²³.

O Tribunal Russell II, ao contrário, voltou-se para os crimes ligados à repressão das ditaduras no Brasil, na Argentina, no Chile, no Paraguai, na Colômbia, na Bolívia e em países da América Central. Com essa iniciativa, Basso tentou “chamar a atenção da opinião pública internacional para o que vinha acontecendo na América Latina, dominada por militares”²⁴. Os trabalhos do Tribunal Russel II dividiram-se em três sessões, realizadas num período de dois anos: a primeira em Roma, entre março e abril de 1974; a segunda em Bruxelas, em janeiro do ano seguinte e a última novamente na capital italiana, no início de 1976. Coube a Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco exilado na Argélia desde 1965, fazer a denúncia do governo brasileiro²⁵. Os exilados brasileiros na Europa participaram ativamente da primeira sessão do Tribunal. Onze deles foram arrolados como testemunhas de acusação, sendo que todos, direta ou indiretamente, tinham alguma ligação com a esquerda armada dos anos 1960-70 – casos de Wellington Diniz, que participara do assalto ao cofre do *Dr. Rui*, e René de Carvalho, filho de Apolônio de Carvalho, fundador do PCBR²⁶.

Devemos lembrar, com base no trabalho de Denise Rollemberg, que os testemunhos dos exilados brasileiros não deixaram explícita a forma de luta pela qual eles tinham sido condenados ou perseguidos pela ditadura. Talvez, argumenta a autora, pelo fato de os exilados não quererem se expor diante dos países que os acolheram no exterior ou da opinião pública internacional, que poderia não ser “capaz de estender sua indignação quanto à violação dos direitos humanos à aceitação das ações de guerrilha”²⁷. O relato de Fernando Gabeira é significativo para exemplificar esse aspecto. Perguntado pelo Tribunal se sua prisão tivera relação com o fato de ser jornalista, Gabeira, que participou do seqüestro do embaixador norte-americano, afirmou que sim, destacando em sua resposta a resistência ao regime: “eu fui preso como *jornalista que fazia um jornal clandestino*, mas também como *resistente* contra a ditadura brasileira”²⁸. Entretanto, nenhuma menção explícita à guerrilha foi feita pelo depoente.

De qualquer forma, os encaminhamentos seguintes levam a crer que, mesmo não deixando clara sua vinculação com a luta armada, as testemunhas foram vistas pelo Tribunal e

²³ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

²⁴ ROLLEMBERG, 1999, p. 233.

²⁵ Verbete “Miguel Arrais”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas* [fonte digital].

²⁶ *Le Tribunal Bertrand Russell II sur la répression au Brésil, au Chili et en Amérique Latine*. Fundo Amnistie et droits de l’homme au Brésil, Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FΔ1119(2)-Tribunal Bertrand Russel II. Para a ligação das testemunhas com a esquerda armada, ver GASPARI, 2002b e GORENDER, 1987.

²⁷ ROLLEMBERG, 1999, pp. 237-238.

²⁸ Testemunho de Fernando Gabeira citado em ROLLEMBERG, 1999, p. 238. Grifo nosso.

pela opinião pública como parte integrante do movimento de resistência à ditadura, integrando-os, portanto, ao campo político de oposição que naquele momento se formava no Brasil. Após declarar a ditadura culpada pela “graves, sistemáticas e repetidas violações dos direitos humanos”²⁹, o Tribunal Russell II fez um chamado internacional dirigido a cidadãos, governos e empresas, pedindo sua colaboração “com as forças democráticas do mundo” para combater “crimes que representam a negação de toda civilização, que são a expressão da barbárie”:

A raiva dos regimes de opressão, de seus agentes internacionais e locais é resultado da resistência crescente das pessoas que recusam continuar na escravidão e não cessam de lutar por sua *libération*. Nosso Tribunal recebeu uma lição indubitável: o homem não pode ser derrotado pela exploração, o sadismo e o terror. Os crimes atuais anunciam a derrota dos carrascos e a vitória das vítimas: tudo ainda é possível, tudo se transformará amanhã. O futuro pertence aos que recusam a resignação³⁰.

Sem fazer referência às estratégias políticas da oposição, o chamado do Tribunal apresentou os que lutaram contra a ditadura como parte de um mesmo esforço de resistência contra a opressão. Não ficava claro, dessa forma, quais tinham sido os reais interesses dos grupos que se opuseram à ditadura, o que, no caso da esquerda armada, contribuiu para apagar sua ofensividade revolucionária e colocá-la no mesmo patamar de outras vozes de oposição, que, mesmo combatendo a ditadura, não compartilhavam a estratégia das organizações armadas – por exemplo, os autênticos do MDB, como vimos no *Capítulo 7*. Num texto escrito em língua francesa e difundido pelo *Comité française de soutien au Tribunal Russel II*, o uso da palavra *libération* é bastante significativo nesse caso, haja vista seu profundo apelo histórico, que remetia à vitória dos Aliados sobre as tropas nazistas durante a Segunda Guerra Mundial e à libertação da França da ocupação alemã. Como Henry Rousso mostrou, também nesse episódio os diferentes posicionamentos políticos assumidos ao longo da ocupação e do governo de Vichy foram secundarizados, integrando todos os franceses à *Résistance*³¹.

²⁹ *Sentence*. Fundo DIAL, Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FΔ1837(1)-027. Tradução livre do francês.

³⁰ *Appel*, 06 de abril de 1974. Fundo DIAL, Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FΔ1837(1)-027. Tradução livre do francês.

³¹ Ver ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy: de 1944 à nous jours*. Paris: Seuil, 1990. Um exemplo interessante dessa associação entre luta armada e resistência a partir do caso da *Résistance* francesa pode ser visto numa entrevista concedida recentemente por João Quartim de Moraes, ex-militante da VPR. Ao falar sobre o uso da expressão *terrorista* para qualificar os que pegaram em armas contra a ditadura, Quartim lembrou que o termo foi empregado para designar os que, em geral, levantaram-se contra invasores – o que, por si só, não se aplica ao Brasil, que não foi invadido por nenhuma força estrangeira, como a França durante a Segunda Guerra Mundial. Para confirmar sua idéia, ele comparou o caso brasileiro à Resistência: “Nós nos chamávamos de ‘terroristas’, como, ao longo de todo o século XX e mesmo antes, o foram aqueles que se colocaram contra uma

Todos esses aspectos devem ser pensados num cenário de grande interesse da mídia internacional pelo julgamento. Em março de 1974, o *Comité française de soutien au Tribunal Russel II* promoveu uma conferência de imprensa em Paris, onde estava sediado, para fornecer as principais informações sobre o evento. No convite à imprensa, um dos porta-vozes do comitê responsável por divulgar os objetivos e o modo de funcionamento do Tribunal Russell era o jurista Louis Joinet, que, como vimos, estaria presente no I Congresso pela Anistia tempos depois³². Os principais jornais franceses noticiaram amplamente a realização do evento e seu veredito final. Ainda em março, o diário *Le Monde* informou que a idéia de julgar a ditadura tinha surgido em 1971, quando exilados brasileiros solicitaram ao senador Lelio Basso que organizasse o Tribunal³³. Em Roma, dez emissoras de televisão e 180 jornalistas acompanharam os trabalhos das comissões formadas para analisar e julgar as denúncias. Após o evento, o diário *La Croix* publicou uma longa entrevista com o relator do julgamento, François Rigaux, diretor do Centro Internacional de Direito da Bélgica³⁴.

Fica evidente, portanto, a rede de relações políticas que passou a ligar o campo de oposição à ditadura no Brasil a movimentos internacionais. Nos dois casos, a presença da antiga esquerda armada foi um fator permanente, o que, em nosso entender, permitiu a consolidação de uma certa releitura do período militar. Os ex-integrantes das organizações armadas, mesmo sem explicitar sua estratégia política, passaram a ser vistos como pessoas que haviam lutado pela libertação do país de um governo opressor acusado de violação dos direitos humanos – tomado apenas nesses termos, isso não era propriamente uma inverdade. O interesse da imprensa internacional, reforçada pela progressiva suspensão da censura no Brasil, ajudou a atrair a atenção da opinião pública para o assunto, ao mesmo tempo em que eram difundidos determinados mitos a respeito luta armada, sobre os quais falaremos no próximo capítulo. Aos poucos, como bem expressou uma reportagem sobre o Tribunal Russell II publicada na Europa, os ex-guerrilheiros passaram a ser vistos como “mártires do tempo moderno”, cuja “coragem e vontade de viver preparam o futuro de uma humanidade mais livre e fraternal”³⁵.

ocupação, contra uma ditadura, contra o terrorismo de Estado. Essa terrível dialética foi admitida um pouco em todos os lugares, mas não é aos franceses que é preciso lembrar que todos os militantes, todos os que resistiram à ocupação nazi, eram terroristas e que eles eram tratados como tal pela Gestapo e pela polícia francesa de Vichy” (Entrevista de João Quartim de Moraes citada em SANTOS, Idelete Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. *Le Brésil des gouvernements militaires et l'exil 1964-1985 – violence politique, exil et accueil des brésiliens en France: témoignages et documents*. Paris: L'Harmattan, 2008, pp. 71-72).

³² *Conférence de presse du Comité française de soutien au Tribunal Russel II*, 12 de março de 1974. Fundo DIAL, Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FΔ1837(1)-027.

³³ *Le Monde*, 14 de março de 1974. A reportagem informava que o julgamento tinha sido estendido ao Chile e Uruguai, países que, nesse intervalo (1971 a 1974), também passaram a ser governados por ditaduras.

³⁴ *La Croix*, 14 de abril de 1974.

³⁵ *Les bureaux des peuples en accusation*, 25 de abril de 1974 [periódico não identificado]. Fundo DIAL, Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FΔ1837(1)-027. Tradução livre do francês.

O resgate e a transmissão dessa memória a respeito da luta armada teve nos CBA de Lisboa e Paris uma importante contribuição. Mencionamos há pouco que os dois comitês pró-anistia mais ativos da Europa estavam sediados nessas cidades, onde era possível encontrar vários elementos destacados até aqui, como a presença de ex-guerrilheiros, a mistificação da esquerda revolucionária e a tentativa de transmissão de uma experiência radical como a luta armada – tudo isso em meio aos esforços de articulação dos exilados brasileiros no exterior e de sua luta, junto com variados organismos internacionais, em favor de uma anistia ampla, geral e irrestrita no Brasil. Uma iniciativa importante do CBA de Lisboa nesse sentido aconteceu em 1976, quando o núcleo português editou o livro *Dos presos políticos brasileiros: acerca da repressão fascista no Brasil*³⁶. O trabalho analisava o processo de estruturação e funcionamento do aparelho repressivo da ditadura e trazia uma lista circunstanciada de mais de 400 torturadores e vinte métodos diferentes de tortura usados no Brasil durante o regime militar³⁷. As informações apresentadas no livro logo repercutiram em outros CBA da Europa (principalmente em Paris), sendo publicadas no Brasil, alguns anos depois, pelo *Em Tempo*, um dos principais jornais alternativos do período.

Se o livro editado pelo comitê pró-anistia de Lisboa evidenciava as freqüentes violações dos direitos humanos no Brasil, outro título publicado em Portugal no mesmo ano complementou a análise anterior ao apresentar, por assim dizer, o *outro lado* da ação repressiva, isso é, suas vítimas. *A esquerda armada no Brasil*, de Antonio Caso, publicado originalmente em espanhol e laureado com prêmio *Casa de las Americas* de 1973, em Cuba, foi reeditado na Europa em língua portuguesa, permitindo que as informações sobre a antiga esquerda armada chegassem a um público mais amplo. Obviamente, não só os que pegaram em armas foram vítimas da repressão. Porém, tendo sido o inimigo interno que mais longe chegou em sua ofensividade, como dissemos anteriormente, os guerrilheiros foram os principais alvos da ditadura – com o fim da luta armada, a atenção dos militares se voltou para o apoio do PCB ao MDB, que se transformou na “bola da vez”³⁸. Como Helena Grecco destacou, o trabalho de Antonio Casso era extremamente ufanista e elogioso à luta armada, vista pelo autor como “um conjunto de ações heróicas praticadas contra o inimigo poderoso”³⁹. Ao tratar do projeto guerrilheiro da VPR no Vale do Ribeira, por exemplo, o

³⁶ VENTURA, Maria Isabel Pinto (Ed.) *Dos presos políticos brasileiros: acerca da repressão fascista no Brasil*. Lisboa: Edições Maria da Fonte/Comitê Geral Pró-Anistia no Brasil, 1976.

³⁷ GRECCO, 2003.

³⁸ FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 134.

³⁹ GRECCO, 2003, p. 198.

autor fez uma análise absolutamente distinta do que realmente ocorreu na região⁴⁰, apresentando a guerrilha como um projeto vitorioso e apoiado pela população local:

A acção do Vale da Ribeira demonstrou as possibilidades de desenvolvimento da luta armada no imenso Brasil, nos seus infinitos campos e florestas. Foi uma espécie de salto na evolução dessa luta e dela se desprende uma rica experiência guerrilheira. Poderíamos dizer que essa acção confirmou os conceitos, a orientação e as perspectivas da esquerda armada, ao demonstrar na prática as possibilidades da guerrilha rural [...] ficou em evidencia a verdade que o governo pretendia dissimular: a guerrilha urbana evoluía para a guerrilha rural. Daí em diante, as operações guerrilheiras no Brasil não mais se limitaram ao âmbito urbano⁴¹.

Na França, por sua vez, também havia muitos exilados brasileiros, boa parte deles fugida do Chile após o golpe de 1973. Com a derrubada do governo da Unidade Popular, “Paris se tornou a nova capital do exílio”, como observou Denise Rollemberg⁴². Sabendo-se que havia vários ex-guerrilheiros em Paris, que também por isso o CBA sediado na capital francesa era uma dos mais ativos da Europa e que várias organizações internacionais localizadas na França envolveram-se na luta pela anistia no Brasil, podemos ter uma dimensão do contexto, formado no exílio, favorável à construção de uma memória em que a antiga esquerda armada passou a ocupar um lugar destacado, numa reconstrução do passado que, aos poucos, misturava-se à memória dos próprios setores que formavam as vozes de oposição à ditadura. Ainda com relação ao exílio francês, devemos destacar que os ex-guerrilheiros, em geral, não assumiram a direção das mobilizações contra a ditadura, o que fica evidente, por exemplo, na lista de organizações presentes nos eventos pró-anistia no Brasil. Do nosso ponto de vista, foi determinante para esse fato a delicada situação vivida pelos exilados num país que, se os acolhia, por um lado, também exercia seu próprio controle sobre possíveis focos de perturbação interna e conflitos, em termos de relação internacional, com um país amigo⁴³. Não obstante o fato de alimentarem a rede de mobilização contra a ditadura com informações e denúncias, tais movimentos quase sempre estiveram a cargo de intelectuais, religiosos e juristas estrangeiros⁴⁴.

⁴⁰ Sobre a guerrilha do Vale do Ribeira, ver *Capítulo 3*, p. 68.

⁴¹ CASO, Antonio. *A esquerda armada no Brasil – 1967/1971*. Lisboa: Moraes Editores, 1976, pp. 237-238.

⁴² ROLLEMBERG, 1999, p. 114.

⁴³ CHIRIO, Maud. Les exilés brésiliens et la policie française: un exemple de contrôle politique dans un pays d'accueil. In: SANTOS, Idelete Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. *L'exil brésilien em France: histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008, pp. 145-158.

⁴⁴ Lembramos que o mesmo ocorreu nos Estados Unidos, onde também surgiram várias formas de mobilização contra a ditadura militar brasileira. A maioria delas, porém, foi encabeçada por professores, jornalistas e religiosos com alguma relação com o Brasil (ver GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura*

Voltando à proposta feita por Lelio Basso no final de 1978, vemos alguns aspectos importantes acerca da conferência internacional organizada no exterior para discutir a questão da anistia e das liberdades políticas no Brasil. Após o chamado do senador italiano, os comitês pró-anistia espalhados pela Europa prontamente se envolveram na preparação da Conferência de Roma, realizada em junho de 1979. A exemplo do I Congresso Nacional pela Anistia, o evento conseguiu reunir organizações ligadas aos direitos humanos, políticos, exilados e militantes que lutavam pela anistia. Aqui, novamente, percebemos o caráter massivo do movimento, expresso na origem sócio-política dos conferencistas; sua dimensão nacional e internacional, já que se tratava de uma conferência realizada no exterior; e a presença expressiva da antiga esquerda armada, seja pelo envio de ex-guerrilheiros ou pela participação dos comitês pela anistia existentes fora do país, que reuniam centenas de exilados políticos brasileiros, muitos dos quais tinham pegado nos anos 1960-70.

Analisando o informativo da sessão de abertura, podemos identificar a presença de alguns nomes conhecidos por sua participação nos CBA, nos eventos pró-anistia realizados no Brasil e no Tribunal Russell II, além de representantes das vozes de oposição à ditadura que, internamente, compunham o campo político em favor da democracia⁴⁵. Helena Greco, do núcleo de Minas Gerais, discursou em nome dos CBA. Ruth Escobar, do núcleo paulista, rendeu homenagem a Lelio Basso, cuja esposa, Lisli, ocupou a presidência de honra do evento. Miguel Arraes, que participara do Tribunal Russel II, e Louis Joinet, do congresso pela anistia em São Paulo, enviaram mensagens de apoio. A conferência reuniu ainda Etienne Bloch, presidente da Comissão França-Brasil, que também participara do I Congresso Nacional pela Anistia; Luís Eduardo Greenhalgh, do CBA paulista; Francisca Brizola, do MFPA gaúcho; Maria Augusta Capistrano, do Centro Mulher Brasileira e assídua freqüentadora das reuniões do CBA de São Paulo; além de 17 parlamentares do MDB de oito estados brasileiros⁴⁶. Representantes da diretoria provisória da UNE e das oposições sindicais do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e de Osasco também estiveram presentes.

Com relação à antiga esquerda armada, conhecidos militantes, como Diógenes Arruda, do PCdoB, e Apolônio de Carvalho, do PCBR, também participaram do evento na condição de “personalidades brasileiras no exílio”⁴⁷. A opinião a respeito da luta armada evidenciada

brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009).

⁴⁵ *Lunedì, 28 de giugno de 1979 – Seduta de apertura*. Fond Amnistie et droits de l’homme au Brésil, Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FΔ1119(1)-Conferenza Internazionale per l’Amnistia e la Libertà Democratiche in Brasile.

⁴⁶ *Deputati brasiliani presenti alla Conferenza Internazionale per l’Amnistia ampia, generale e senza restrizioni e per le libertà democratiche dei prigionieri brasiliani*. Fond Amnistie et droits de l’homme au Brésil, Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FΔ1119(1)-Conferenza Internazionale per l’Amnistia e la Libertà Democratiche in Brasile.

⁴⁷ *Lunedì, 28 de giugno de 1979 – Seduta de apertura*. Fond Amnistie et droits de l’homme au Brésil,

pelos relatórios e pronunciamentos feitos na Conferência de Roma se assemelharam bastante aos do Tribunal Russell II. Apresentando a ação da esquerda armada como parte da resistência à ditadura, os conferencistas evitaram questionar a validade da guerrilha como uma estratégia política de combate à ditadura, como fica evidente no relatório final de uma das comissões formadas durante o evento, quando foi defendida uma anistia ampla, geral e irrestrita que alcançasse também os que tinham pegado em armas:

A oposição contra a ditadura implantada em 1964, *quaisquer que tenham sido as formas de luta*, não pode ser considerada crime, mas sim, o *direito de todo o povo na defesa de seus interesses* por melhores condições de vida e por liberdades políticas⁴⁸.

O discurso de um dos conferencistas também é esclarecedor a esse respeito, ao tentar apresentar a luta armada como uma resposta radical ao *fechamento* dos canais legais de participação durante o regime – um dos principais mitos a seu respeito, como veremos mais à frente. “Longe de mim a idéia de aprovar essa forma de ação política”⁴⁹, afirmou o palestrante, para quem era preciso distinguir a violência militante da violência do Estado (de exceção, no caso). Aquela forma de luta seria prevista no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando é afirmada a necessidade de o Estado de Direito proteger os direitos humanos, a fim de que “o homem não seja compelido, como *último recurso*, à rebelião contra a tirania e a opressão”⁵⁰. Em virtude disso, o conferencista, depois de lembrar que “vários relatórios mostraram a injustiça das instituições brasileiras, esse ‘monstro jurídico’ que foram os atos institucionais, a tirania dos esquadrões da morte, ainda ativos”, concluiu pedindo aos participantes do evento que compreendessem a violência militante “à luz da situação brasileira e da Declaração Universal dos Direitos do Homem”⁵¹.

Em síntese, a mobilização em favor da anistia, tanto no Brasil como no exterior, envolveu inúmeros militantes de esquerda, entidades profissionais, partidos, parlamentares,

Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FA1119(1)-Conferenza Internazionale per l'Amnistia e la Libertà Democratiche in Brasile. Tradução livre do italiano. Também esteve presente Francisco Julião, das antigas Ligas Camponesas.

⁴⁸ *Relatório da Comissão 1: Anistia e Repressão*, 30 de junho de 1979. Fond Amnistie et droits de l'homme au Brésil, Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FA1119(1)-Conferenza Internazionale per l'Amnistia e la Libertà Democratiche in Brasile. Grifo nosso.

⁴⁹ *Amnistie et violence* [autoría desconhecida]. Fond Amnistie et droits de l'homme au Brésil, Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FA1119(1)-Conferenza Internazionale per l'Amnistia e la Libertà Democratiche in Brasile. Tradução livre do francês. Pelas indicações fornecidas pelo documento, sabemos que o autor era militante do Movimento Internacional de Juristas Católicos, organização que manifestara seu apoio ao I Congresso Nacional pela Anistia.

⁵⁰ Declaração Universal dos Direitos Humanos, *Portal do Ministério da Justiça do Brasil* [fonte digital].

⁵¹ *Amnistie et violence* [autoría desconhecida]. Fond Amnistie et droits de l'homme au Brésil, Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine, pasta FA1119(1)-Conferenza Internazionale per l'Amnistia e la Libertà Democratiche in Brasile. Tradução livre do francês.

movimentos sociais e instituições dos mais variados tipos. Ao defenderem uma lei ampla, geral e irrestrita, como se consolidou a bandeira da anistia a partir de 1978, foi preciso indicar a posição do movimento a respeito dos ex-guerrilheiros. O envolvimento direto e indireto da antiga esquerda armada – no Brasil, através dos familiares; no exterior, dos exilados – foi decisivo, a nosso ver, para que, misturando a luta armada às outras formas de oposição à ditadura, fosse construído um discurso em que os ex-guerrilheiros puderam ser vistos como parte da resistência *democrática*. Julgá-los, dessa forma, tornou-se uma atitude mal vista pelo movimento, seja por que dividia a mobilização pela anistia, seja porque a luta armada, levando ao enfraquecimento da ditadura (outro mito a respeito da guerrilha), havia permitido chegar àquela conjuntura específica.

O envolvimento do PT na campanha das *Diretas Já!*

Além da anistia, outra mobilização nacional e de massa – a campanha das *Diretas Já!* – também marcou o processo de abertura do regime, desempenhando um papel fundamental na construção da memória social a respeito da ditadura. Chamamos a atenção para o fato de que, ao contrário da primeira, a campanha se desenrolou com o envolvimento *direto* de ex-guerrilheiros. Com a aprovação da anistia, em agosto de 1979, praticamente todos os exilados políticos retornaram ao país, de maneira que, na campanha pelas diretas, o envolvimento dos ex-guerrilheiros sem intermediações. Nesse ponto, acreditamos que o PT teve um papel muito importante para o envolvimento dos militantes da antiga esquerda armada com o restante do campo de oposição à ditadura. Desde a sua fundação, o partido abrigou uma parcela significativa dos que aderiram à luta armada. Visto que o PT envolveu-se ativamente nas *Diretas Já!*, entendemos que a legenda funcionou como uma espécie de *ponte* que aproximou e integrou os ex-guerrilheiros ao restante da oposição.

A proposta de criar um partido dos trabalhadores independente, com uma estrutura interna democrática e aberta à classe trabalhadora, em aliança com setores considerados populares, foi oficialmente lançada em janeiro de 1979, durante o Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins (SP)⁵². Alguns meses antes, o presidente Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio Lula da Silva, já tinha dito, informalmente, ser favorável à organização de um partido de massas que pudesse representar as demandas dos trabalhadores do ponto de vista institucional. As articulações que culminaram na fundação do PT, ocorrida em fevereiro de 1980, aconteceram no contexto mais amplo da distensão e da reforma partidária, marcado pelos realinhamentos político-

⁵² KECK, Margaret E. *PT – a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

partidários, pela retomada das grandes mobilizações de massas e pela volta dos exilados. Lançado em 1979, o *Movimento pró-PT* contou com o apoio de dirigentes católicos, intelectuais, militantes da esquerda organizada, líderes de movimentos sociais e alguns parlamentares que, em meio às outras propostas em discussão, optaram por apoiar o novo partido. Na prática, esses blocos não seguiram uma divisão tão rígida assim, já que existiam, por exemplo, intelectuais católicos, lideranças sociais ligadas a organizações de esquerda e parlamentares próximos à Igreja⁵³.

Em seu estudo a respeito do PT, Margaret Keck lembrou que “à parte o efeito óbvio da mudança na legislação que permitia a criação de novos partidos” ter facilitado sua organização, “alguns fatores agregaram-se para tornar possível a formação do Partido dos Trabalhadores”⁵⁴. Dentre eles, destacamos a “preparação do terreno para o seu lançamento pela esquerda organizada, cuja visibilidade crescente no plano público no final dos anos 70 ajudou a ampliar a possibilidade de que um espaço à esquerda do espectro político viesse a ser ocupado”. Foi extremamente importante, nesse aspecto, o apoio das organizações trotskistas, tanto pelos jornais alternativos que controlavam como por suas correntes universitárias, que tinham cada vez mais influência no meio estudantil com a retomada das mobilizações no final dos anos 1970⁵⁵. Analisando a organização do PT em São Paulo, Rachel Meneguello também destacou que o envolvimento de organizações de esquerda no Movimento pró-PT foi um dos fatores que contribuiu para seu rápido crescimento no estado⁵⁶, o que não ocorreu em outras regiões do país.

No caso do PCB, dois fatores pesaram para que os comunistas, então no MDB, não apoiassem a criação do novo partido. De um lado, porque o Movimento pró-PT, encabeçado predominantemente por dirigentes sindicais, levaria à organização de um segundo partido da classe trabalhadora, função que o PCB só atribuía a si mesmo, como já foi dito. De outro, porque o radicalismo de suas propostas, na visão dos comunistas, poderia levar a um retrocesso na abertura política, ameaçando a transição negociada para a democracia. Outras organizações, como o PCdoB, o MR-8 e uma parte da AL-ML divergiam do Movimento pró-PT por acreditarem que ele provocaria divisões no meio sindical e no conjunto das oposições, precisamente o que a ditadura esperava com a reforma partidária. Entretanto, muitos de seus

⁵³ Sobre os blocos partidários do PT, ver AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, pp. 171-214.

⁵⁴ KECK, 1991, pp. 89-90.

⁵⁵ Para a participação dos trotskistas com o PT, ver ANGELO, Vitor Amorim de. O PT visto de dentro: as correntes trotskistas. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio (Orgs.) *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2009, pp. 87-106.

⁵⁶ MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

militantes decidiram apoiar a fundação do PT, que parecia articular melhor sua experiência política anterior com as exigências da nova conjuntura. Esse foi o caso, por exemplo, de José Genoíno (ex-PCdoB), preso no Araguaia em 1973. O PT possuía uma plataforma democrática e popular – no limite, socialista – cuja fluidez conceitual permitiu acomodar todas as forças políticas envolvidas em sua fundação, desde os mais moderados aos mais radicais. Assim, embora diferente, o PT não constituiu uma completa novidade no quadro político-partidário. Na verdade, o novo partido teve que dialogar constantemente com a tradição de que era herdeiro, incluindo a história da esquerda revolucionária brasileira que havia pegado em armas para combater a ditadura⁵⁷.

Entre os grupos que aderiram à luta armada, a Ala Vermelha, a ALN, o PCBR, o MEP e uma parte da AP-ML apoiaram o PT. A vitória da ditadura ensejou, em diferentes momentos, a autocrítica da guerrilha por parte dessas organizações. A Ala Vermelha foi a primeira a reconhecer, já em 1969, que as ações armadas, face ao avanço da repressão, não compensavam os custos da guerrilha, fossem eles políticos, materiais ou humanos⁵⁸. A autocrítica da luta armada, feita basicamente no exílio, quando os ex-guerrilheiros se puseram a repensar suas estratégias de enfrentamento à ditadura, acabou incorporando ao debate a questão da democracia, que então despontava no Brasil como uma bandeira unificadora das vozes de oposição ao regime – essa correspondência entre o que ocorria internamente e o que era discutido no exílio permitiu que a antiga esquerda armada se integrasse ao campo de oposição em favor da democracia que se formava no país. Dessa forma, a democracia passou a ser valorizada por essas organizações, ainda que de uma perspectiva instrumental da via institucional. Segundo Denise Rollemberg, “a idéia de revolução foi ampliada, na medida em que repensada”⁵⁹. Daniel Aarão Reis Filho lembrou que

para toda essa gente, a fundação de um partido de trabalhadores pelos próprios trabalhadores representava a atualização de uma antiga utopia revolucionária, enunciada, e anunciada, desde o Manifesto Comunista de Karl Marx, de 1848: a emancipação do proletariado haveria de acontecer por obra e graça dos próprios proletários. Um partido *independente* do jogo e das instituições legais, livre da tutela do Estado e das lideranças *burguesas*, que sempre haviam dominado o jogo político nacional, distinto também das

⁵⁷ BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

⁵⁸ GORENDER, 1987.

⁵⁹ ROLLEMBERG, Denis. A idéia de revolução: a luta armada ao fim do exílio. In: ROLLEMBERG, Denise (Org.) *Que História é essa?: novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 127.

principais tradições que haviam animado as lutas sociais e políticas dos trabalhadores brasileiros: o trabalhismo e o comunismo⁶⁰.

Em resumo, com a anistia, muitos ex-militantes da esquerda armada retornaram ao Brasil na mesma época em que era discutida a criação de um partido dos trabalhadores. Enquanto parte deles apoiou individualmente o Movimento pró-PT, outros participaram das discussões sobre a formação do novo partido por intermédio das organizações das quais faziam parte – em alguns casos, desde os tempos do exílio. A partir de 1974, pelos motivos já destacados anteriormente, o MDB havia se transformado numa opção política viável de combate à ditadura para esses militantes. Todavia, as contradições dentro do partido, que mais era uma frente política juntando setores às vezes antagônicos em suas propostas, não permitiram a sobrevivência de sua unidade. Com a volta do pluripartidarismo, as oposições se dividiram entre o PMDB e os demais partidos. Nesse processo, o PT atraiu uma parte considerável da antiga esquerda armada, já que o PMDB era visto com alguma desconfiança e o PDT e PTB remetiam ao *trabalhismo*, de quem os ex-guerrilheiros também eram críticos. Diretamente, portanto, esse foi o caminho percorrido pela antiga esquerda armada. Indiretamente, devemos considerar ainda que vários nomes apresentados até aqui, que se envolveram com a experiência política dos ex-guerrilheiros, também se filiaram ao PT.

Voltando às *Diretas Já!*, lembremos que, para as vozes de oposição à ditadura, a campanha foi mais uma tentativa de ampliar os limites do projeto de distensão, que não previa eleições para a sucessão de Figueiredo fora do Colégio Eleitoral. Em 1981, com a reforma eleitoral, o governo já tinha realizado algumas modificações na composição do colegiado que elegeria o novo presidente. Adiado para janeiro de 1985, o escrutínio teria a participação dos 479 deputados federais e 69 senadores, incluindo os biônicos eleitos em 1978, além dos delegados estaduais, cujo método de escolha tinha sido alterado. Ao invés do cálculo proporcional à população de cada estado, como na eleição de Figueiredo, o número de delegados seria fixo, sendo seis para cada estado, recrutados na bancada do partido que tivesse a maioria em cada assembleia. Dessa forma, o governo buscou antecipar-se a uma possível derrota em 1982, a fim de que, mesmo perdendo a maioria na Câmara dos Deputados, o PDS pudesse, com base nessa fórmula, compensar a derrota com suas bancadas estaduais, nível em que se imaginava que o partido venceria. Em 1982, o PDS, de fato, perdeu a maioria na Câmara (por cinco votos) e, como previsto, compensou a derrota com a

⁶⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 507. Grifo do original.

participação de seus delegados estaduais no Colégio Eleitoral, ainda que pela pequena margem de 17 votos⁶¹.

Em 1983, quando surgiram as primeiras manifestações em defesa de eleições diretas para presidente da República, o debate sucessório estava claramente definido entre três possibilidades: continuidade, negociação e ruptura⁶². Seguindo pelo primeiro caminho, o processo permaneceria sob o controle de Figueiredo, a quem caberia definir o candidato oficial, submetendo seu nome ao Colégio, onde a maioria governista garantiria a vitória do governo. A negociação, por sua vez, implicava em fazer concessões pontuais aos partidos de oposição, uma espécie de medida adicional de liberalização, sem, no entanto, eliminar do horizonte a figura do Colégio Eleitoral. A terceira alternativa representava um rompimento com os dois modelos anteriores, estabelecendo eleições diretas para a escolha do futuro presidente em 1985, alternativa radical que tentava, mais do que ampliar os limites da distensão, eliminar seus próprios pressupostos – dentre os quais o principal era garantir ao governo o controle sobre a transição para um regime pós-ditadura, o que passava por fazer o sucessor de Figueiredo.

Ao buscar tomar do governo o controle sobre o processo de abertura de modo tão explícito, as oposições tentavam transformar a distensão no que Geisel chamaria de “arrombamento”⁶³, acelerando seu ritmo lento, gradual e seguro. Em virtude dessas possibilidades, tanto a ditadura como as oposições estavam igualmente divididos entre as diferentes alternativas em jogo. Do lado do governo, por exemplo, setores ligados ao ministro do Exército, Waldir Pires, ao presidente do SNI, general Octávio Medeiros, e ao ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, mostraram-se contrários ao diálogo com a oposição. Segundo eles, a escolha do candidato oficial até poderia ficar sob a responsabilidade do PDS, mas sem concessões aos demais partidos. Leitão de Abreu, com o apoio eventual dos ministros da Marinha e Aeronáutica, juntamente com lideranças do PDS no Congresso, aceitava ir além, negociando com as legendas de oposição, mas sem eliminar as regras estabelecidas em 1981. Uma variação dessa posição era representada pelo senador José Sarney, que defendia a idéia de que o PDS, do qual era presidente, deveria ser um ator político ativo naquele processo. Do lado da oposição, seu principal representante no plano institucional, o PMDB, estava dividido. Havia dentro do partido militantes que defendiam uma composição com o PDS enquanto tentavam assumir o controle da legenda – caso de Tancredo Neves – e outros que lutavam

⁶¹ FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se volta contra o feiticeiro. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAUJO, Maria Celina (Orgs.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, pp. 154-197.

⁶² RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

⁶³ Cf. COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

pelo retorno do voto direto para presidente já em 1985, com a mudança na legislação eleitoral – caso de Ulysses Guimarães, com o apoio do PT e PDT.

Analisando a evolução da conjuntura política no final de 1983, Alberto Tosi Rodrigues apresentou as possibilidades de cada alternativa se concretizar:

Os quatro últimos meses do ano assistiram à conformação de um quadro que tendia a esvaziar a primeira possibilidade de desfecho (restringir a sucessão ao PDS) e que parecia apontar para a viabilidade da segunda alternativa (negociação entre governo e oposição). No entanto, a terceira possibilidade – a proposta de eleições diretas –, ao ampliar o leque de potencialidade do conflito político e incorporar a dimensão societal ao jogo de forças, logrou, no início de 1984, suspender a dominância das duas primeiras alternativas⁶⁴.

A intensa participação da sociedade na campanha das *Diretas Já!* foi um aspecto central para o que Rodrigues chamou de “ampliação da arena política”⁶⁵. Assim como na luta pela anistia, o movimento pelas diretas também envolveu diversos movimentos e entidades sociais. Porém, uma das principais diferenças entre as duas mobilizações foi a participação de vários partidos políticos na campanha pelas diretas, ao contrário da anistia, que, precedendo a reforma partidária de 1979, contou apenas com o apoio do então MDB. A articulação entre partidos e movimentos sociais na formação de um campo de oposição à ditadura, portanto, foi uma característica própria das *Diretas Já!*. Nesse processo, a antiga esquerda armada envolveu-se fortemente com a campanha, em grande medida por meio de sua militância no PT, uma das legendas mais ativas naquele movimento. Conseqüentemente, os ex-guerrilheiros puderam integrar-se à mobilização que logrou defender uma das principais bandeiras da democracia, que era o direito ao voto direto. Edison Bertoncelo enfatizou essa articulação entre vários setores da sociedade orientada para o restabelecimento de certos direitos democráticos ao afirmar que

a campanha das diretas foi, ela própria, produto dos esforços de construção de uma *unidade entre diversas jogadas intersetoriais* partindo de atores sociais e políticos que, *orientando-se por ideais democráticos*, buscavam liquidar o regime militar superando os limites impostos à sucessão presidencial⁶⁶.

⁶⁴ RODRIGUES, 2003, p. 22.

⁶⁵ RODRIGUES, 2003, p. 23.

⁶⁶ BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “Eu quero votar para presidente”: uma análise sobre a campanhas das diretas. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 76, 2009, p. 177. Grifo nosso.

As primeiras iniciativas em defesa de eleições diretas para presidente ocorreram em junho de 1983, em dois atos públicos promovidos em Goiânia e Teresina. O primeiro, realizado pelo PMDB, que desejava aferir o apoio popular à proposta, reuniu cerca de cinco mil pessoas num ginásio de esportes da capital goiana. No final daquele mês, as legendas de oposição começaram a se mobilizar para constituir uma frente suprapartidária em favor das diretas. Enquanto isso, os presidentes do PT e PMDB buscaram o apoio de entidades representativas, como a OAB, CNBB e UNE, para organizar os comitês pró-Diretas em todo o país, lembrando o modelo adotado na luta pela anistia, com os CBA. Na época, uma pesquisa de opinião pública divulgada pelo jornal *Folha de S.Paulo* revelou que a proposta contava com um amplo apoio popular. Questionados se “o governo e a oposição deveriam iniciar entendimentos para negociar uma saída para a crise [sucessória]”, 76,2% dos entrevistados disseram que sim. Desse universo, 40,8% afirmaram que as eleições diretas eram a principal saída para o entendimento, enquanto 12,7% se declararam favoráveis à escolha de um nome de consenso pelo Colégio Eleitoral. Outra pesquisa, do Instituto Gallup, também apontou na mesma direção. Em 1981, 63% dos brasileiros apoiavam a volta das eleições diretas para presidente da República. No ano seguinte, esse percentual aumentou para 68%, chegando a 80% em meados de 1983, quando os partidos políticos, movimentos e entidades sociais se articulavam para organizar a campanha⁶⁷.

Em novembro de 1983, a União Brasileira de Teatro promoveu um ato público em favor das diretas na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, pedindo apoios para um abaixo-assinado que a entidade pretendia encaminhar ao presidente Figueiredo. O evento contou com a presença de artistas populares, como Juca de Oliveira, Raul Cortez e Regina Duarte, que declararam seu apoio à proposta⁶⁸. Quatro dias depois, um comício em defesa das diretas, considerado o primeiro da campanha, foi realizado em frente ao estádio do Pacaembu, na capital paulista. Cerca de dez mil pessoas compareceram ao evento, promovido pelo PT, PMDB e PDT em parceria com a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, a UNE, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat)⁶⁹.

Até então, a mobilização pelas diretas tinha permanecido difusa, com a realização de atos públicos isolados, sem uma articulação política que lhes desse sustentação, não obstante os contatos iniciais estabelecidos entre os partidos, os movimentos e as entidades sociais, retomando a rede de relações formada na luta pela anistia e integrando ao movimento os novos atores políticos que surgiram naquele íterim. A partir do comício no Pacaembu, a campanha ganhou certa unidade, com o apoio de amplos setores da sociedade civil e política,

⁶⁷ Os dados das pesquisas estão em RODRIGUES, 2003.

⁶⁸ *Veja*, edição 795, 30 de novembro de 1983.

⁶⁹ *Veja*, edição 796, 07 de dezembro de 1983.

passando a concentrar as pressões na aprovação da emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira, do PMDB do Mato Grosso. Se aprovada, a proposta do parlamentar, em tramitação no Congresso Nacional desde o início de 1983, tornaria direta a eleição já para o sucessor de Figueiredo, fixando também um mandato de cinco anos para o novo presidente da República:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes confere o art. 49 da Constituição, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º – Os artigos 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

Art. 74 – O presidente e o vice-presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de 30 anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Parágrafo único – A eleição do presidente e do vice-presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao término do mandato presidencial.

Art. 148 – O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

Art. 2º – Ficam revogados o art. 75 e seus respectivos parágrafos, bem como o § 1º do art. 77 da Constituição Federal, passando seu § 2º a constituir-se parágrafo único⁷⁰.

De conteúdo simples e direto, a emenda acabou prevalecendo sobre as outras propostas que também estavam em tramitação no Congresso. Dessa forma, a campanha das *Diretas Já!*, tendo como bandeira o texto apresentado pelo deputado mato-grossense, fez de sua aprovação o objetivo principal do movimento, embora alguns de seus integrantes já trabalhassem, paralelamente, com a perspectiva de negociação com a ditadura. A campanha, portanto, desenvolveu-se dentro desse cenário, com a realização de atos públicos em várias cidades do país, alcançando todas as regiões brasileiras. O caráter nacional e de massa da mobilização em favor das diretas tornou-se evidente, reforçada pela formação de inúmeros comitês responsáveis por difundir a proposta do movimento. De novembro de 1983 a abril de 1984, quando a emenda foi votada no Congresso, os organizadores das *Diretas Já!*

⁷⁰ *Proposta de Emenda Constitucional n. 5/1983 (Emenda Dante de Oliveira)*. Documento citado em RODRIGUES, 2003, p. 41.

promoveram quase 50 comícios, reunindo mais de 4,5 milhões de pessoas⁷¹. Com a ampliação das mobilizações, tornou-se inevitável para a principal emissora de televisão do país, que mantinha estreitos vínculos com os militares, dar cobertura à campanha, ensaiando, dessa maneira, seu próprio afastamento em relação ao regime. O resultado do fim do bloqueio da imprensa foi ampliar ainda mais o alcance do movimento, reforçando seu caráter nacional e de massa: “através da TV, na reta final da campanha, milhões de brasileiros puderam participar *emocionalmente* na luta por eleições diretas”⁷².

Dentre os comícios realizados ao longo da campanha, alguns tiveram grande destaque, seja pela repercussão na mídia⁷³, pelo número de pessoas presentes ou mesmo pelo impacto sobre a conjuntura política. Até janeiro de 1984, os atos públicos não tinham conseguido reunir senão alguns poucos milhares de pessoas. Assim, o comício realizado em Curitiba, em 12 de janeiro, ao atrair 30 mil espectadores, mostrou a viabilidade do movimento pelas diretas. No final daquele mês, um comício organizado em São Paulo, na praça da Sé, teve um público estimado de 250 mil pessoas. Esse número seria superado em fevereiro, com a presença de 300 mil pessoas no ato público pelas diretas em Belo Horizonte. No intervalo entre os dois eventos, comícios promovidos em todo o país conseguiram reunir um público igual ou superior ao de Curitiba. Os eventos mais marcantes, porém, foram os chamados *comícios-monstro*, que atraíram mais de um milhão de pessoas, como ocorreu no Rio de Janeiro, em 10 de abril, e São Paulo, no dia 16, onde 1,5 milhão de pessoas participaram de um grande ato público às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira.

Durante aqueles meses, a campanha ajudou a articular amplos setores da sociedade. O envolvimento da Igreja, do movimento estudantil, do operariado, das entidades profissionais (como a OAB e a ABI), de empresários, parlamentares e artistas foi uma constante. Os atos públicos eram animados por cantores conhecidos, como Fafá de Belém, Chico Buarque, Elba Ramalho e Milton Nascimento, e tinham a efetiva participação de atores, atrizes, apresentadores de televisão e jogadores de futebol. O locutor Osmar Santos, “então extraordinariamente popular no país”⁷⁴, tornou-se uma espécie de mestre-de-cerimônias dos comícios. Do mesmo modo como a luta pela anistia, as *Diretas Já!* ultrapassaram, em muito, a simples defesa da emenda Dante de Oliveira, constituindo uma mobilização que, atacando

⁷¹ A lista completa dos comícios e os respectivos públicos estão em RODRIGUES, 2003, pp. 105-107.

⁷² BERTONCELO, 2009, p. 185. Grifo do original.

⁷³ Os jornais de grande circulação também apoiaram abertamente a campanha. Às vésperas da votação da emenda, o diário *Folha de S.Paulo* publicou uma lista com o nome de todos os deputados e seus respectivos telefones, pedindo aos leitores que ligassem para os parlamentares a fim de pressioná-los a votar em favor da mudança constitucional. No dia anterior à sessão do Congresso que discutiria a emenda Dante de Oliveira, o jornal publicou um editorial criticando a postura conciliatória assumida por Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, antes mesmo da rejeição da proposta.

⁷⁴ COUTO, 2003, p. 326.

um dos pilares da ditadura, o Colégio Eleitoral, fez do retorno à democracia seu objetivo mais amplo:

A construção simbólica da campanha como um movimento que buscava superar o regime militar-autoritário e instaurar uma sociedade democrática mais aberta à participação popular permitiu que a luta pelo voto direto penetrasse profundamente na sociedade (como nos revelam as festas carnavalescas que fizeram da eleição presidencial seu principal tema, as iniciativas das duas maiores torcidas de futebol do país, Corinthians e Flamengo, em constituir alas pró-diretas, levando faixas e bandeiras das diretas aos estádios⁷⁵).

No início de 1984, parte desses apoiadores, sob a coordenação da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, organizou o Tribunal Tiradentes II, com o objetivo de julgar a legitimidade do Colégio Eleitoral⁷⁶. O primeiro Tribunal Tiradentes, inspirado no Tribunal Russell, tinha sido realizado em São Paulo, em maio do ano anterior, para examinar e condenar a Lei de Segurança Nacional. Observando os nomes que compuseram o Tribunal, verificamos sua ligação com o campo de opositorista – especificamente com o PT, e, via partido, com os antigos militantes de organizações armadas. Presidido pelo jurista e professor da USP Godofredo Telles, membro da CJP-SP, o Tribunal Tiradentes II teve como jurados Ulysses Guimarães, deputado federal e presidente do PMDB; Rogê Ferreira, presidente do PDT; Lula, presidente do PT, Wolfgang Leo Maar, presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior; Frei Betto, representando a Igreja Católica; Vicente Paulo da Silva, diretor cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo; Gabriel Monteiro, jornalista da ABI; Sepúlveda Pertence, do Conselho Federal da OAB; Flávio Patrício, da UNE; e Hélio Bicudo e Dalmo Dallari, juristas. Notemos que alguns nomes e entidades presentes no Tribunal também haviam participado dos eventos realizados no final da década de 1970 para discutir a lei de anistia.

As testemunhas de acusação arroladas pelo Tribunal Tiradentes II foram Eduardo Suplicy, deputado federal pelo PT de São Paulo; José Francisco da Silva, representando os trabalhadores e desempregados; José Carlos Assis, jornalista da *Folha de S.Paulo*; Paulo Azevedo, da CUT; Roberto Themundo Lessa, pastor presbiteriano; e Teresa Braga, advogada. Como advogado de defesa, o indicado foi Samuel MacDowell de Figueiredo, da Associação Brasileira dos Juristas Democratas. Para a acusação, Paulo Brossard, ex-senador emedebista. No encerramento do Tribunal, o Colégio Eleitoral foi considerado ilegítimo pelas testemunhas

⁷⁵ BERTONCELO, 2009, p. 184.

⁷⁶ CANCIAN, 2005.

e jurados. O presidente do Tribunal proferiu a sentença condenando o Colégio e contestando sua legitimidade para escolher o novo presidente da República.

Algumas semanas depois, a emenda Dante de Oliveira foi à votação no Congresso Nacional, onde terminou derrotada por 298 votos a favor, 65 contra e três abstenções, sendo que 113 deputados não compareceram à sessão. Depois de abril, outros comícios ainda seriam realizados, animados principalmente pelo PT. Porém, àquela altura, as articulações visando a eleição no Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, já caminhavam para a união das oposições em torno do nome de Tancredo Neves, que, por sua moderação, conquistara a confiança dos militares⁷⁷ – sobretudo no que dizia respeito à possibilidade de levar militares a julgamento num eventual governo seu, como ocorria na Argentina naquele momento – e também das legendas críticas à ditadura. As *Diretas Já!* foram derrotadas em seu objetivo principal, que era restabelecer o voto direto em 1985, com a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Porém, tal como a luta pela anistia, que também foi derrotada do ponto de vista de seus efeitos esperados, a campanha pelas diretas produziu uma vitória parcial em razão do processo político que engendrou⁷⁸. Para o que discutimos aqui, ela foi decisiva para que, invocando símbolos coletivos (a exemplo do hino nacional, cantado durante os comícios) e valores comuns associados à democracia (direto à escolha dos representantes políticos), conseguisse reunir amplos setores da sociedade ao lado da antiga esquerda armada, por intermédio do PT, numa campanha nacional e de massa orientada para a defesa de um elemento visto como essencial para a transição imediata para o regime pós-autoritário – isso ajudou, como veremos no próximo capítulo, a associar os ex-guerrilheiros à luta pela democracia, bandeira principal do movimento pelas diretas.

Com base no que apresentamos até aqui, portanto, fica claro o modo como a luta pela anistia e a campanha das *Diretas Já!*, ao constituírem as únicas mobilizações nacionais e de massa ocorridas durante a distensão, contribuíram para criar um contexto favorável à construção (e reprodução, enquanto continuou a existir tal contexto) da memória social sobre a ditadura. Dadas essas características, os dois episódios colocaram lado a lado, num mesmo campo, ex-militantes de organizações de esquerda armada e as vozes de oposição ao regime. No caso da anistia, os contatos foram estabelecidos por meio da participação de familiares nas discussões a respeito da lei e no envolvimento de ex-guerrilheiros nas atividades internacionais em defesa de uma anistia ampla, geral e irrestrita. No caso das *Diretas Já!*, pela participação, através do PT, dos atos em favor da democracia que marcaram a campanha.

⁷⁷ STEPAN, Alfred. *Os militares: a abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁷⁸ Para uma visão não derrotista da luta pela anistia, ver DEL PORTO, Fabiola Brigante. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

Aquelas mobilizações, assim, constituíram o pano de fundo sobre o qual a antiga esquerda armada e os mais diversos setores da sociedade que então se opunham à ditadura procederam uma releitura histórica de seu passado recente.

Capítulo 10

Esquerda armada e memória social

Releitura do passado pela ótica da democracia

O retorno ao regime democrático, após duas décadas de ditadura, foi combinado com a construção da memória social a respeito daquele período. Conforme assinalado por Denise Rollemberg, “a memória recente do país ia sendo construída ao mesmo tempo em que o país vivia o desafio de construir a democracia”¹. Tendo como referência o novo momento político, esse processo conduziu a uma redefinição dos papéis efetivamente desempenhados pelos que chamamos anteriormente de vozes de oposição à ditadura. Dessa forma, a construção da memória sobre o regime militar se caracterizou pelo uso político do passado, a fim de legitimar as posições assumidas a partir de 1974 pelos diferentes setores da sociedade, sublinhando um aspecto interessante do *trabalho de memória*, que é a ênfase na “verdade do presente, o aprofundamento de uma identidade partilhada”, e não “o conhecimento, a realidade e a inteligibilidade do passado”².

No caso da antiga esquerda armada, a releitura do passado secundarizou certos aspectos de sua experiência política e destacou, distorcendo, outros elementos, a fim de integrar os ex-guerrilheiros naquele novo quadro político-institucional animado pelas mobilizações sociais. De acordo com Rollemberg, “a construção da memória deste passado” foi feita, na época, “menos à luz dos valores que nortearam as lutas de então e mais em função

¹ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimento sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 45.

² LAVABRE, Marie-Claire. Usages du passé, usages de la mémoire. *Revue Française de Science Politique*, Paris, année 44, n. 3, 1994, p. 487.

do presente, dos anos 1980, quando a referência era a democracia – e não mais a revolução”³. Nesse contexto, tanto os que apoiaram a ditadura como os que contra ela lutaram passaram a representar os anos anteriores em outros termos, visando apagar, muitas vezes, aspectos que pudessem afastá-los da ordem política que então se constituía no Brasil.

O processo de construção da memória, entendida como a “presença do passado”⁴ (uma presença móvel, já que está constantemente em disputa), constitui uma operação intelectual e social, em sua dimensão individual e coletiva, respectivamente, que implica na formulação de uma representação do passado a que se refere a memória. Contudo, a imagem do passado produzida no presente nunca é igual aos fatos tal como eles aconteceram. Na verdade, a representação acerca dos acontecimentos anteriores diz respeito a um sujeito inserido num contexto social, familiar ou social, e tem como função permitir a continuidade do tempo, resistindo à alteridade, e não reproduzir de maneira fidedigna a totalidade do passado, o que, aliás, é impossível. No caso brasileiro, especificamente, a construção da memória social a respeito da ditadura ocorreu num momento de ruptura político-institucional, de forma que esse *continuun* entre passado e presente precisou levar em consideração a fissura entre ditadura e democracia. No caso dos ex-guerrilheiros, o que estava em jogo era a “busca de legitimação, dando sentido ao passado e ao presente”⁵ – em outras palavras, a seu envolvimento na luta armada e, mais tarde, na luta democrática.

A releitura do período militar feita durante o processo de abertura implicou na reconstrução do passado tendo como referência o novo momento político, democrático, que se avizinhava, com todas as suas possibilidades e oportunidades. Algo semelhante ocorreu na Argentina na mesma época, onde o julgamento das Juntas Militares que governaram o país entre 1976-83 impôs à sociedade a tarefa de examinar aquele passado do ponto de vista do tempo presente que se abria, levando a uma “modulação”⁶ do passado que serviu para utilizar politicamente a história a fim de legitimar seu novo posicionamento face à ditadura:

Porque se ali [no momento do julgamento das Juntas] se vinculavam a implantação de uma memória da ditadura com as promessas da democracia, é preciso dizer que nessa

³ ROLLEMBERG, 2003, p. 48.

⁴ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) *Usos & abusos da história oral*, 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 94.

⁵ ROLLEMBERG, 2003, p. 48.

⁶ HARTOG, François; REVEL, Jacques (Dir.) *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001, p. 14. Os autores lembram que a história nacional é um dos exemplos mais visível do uso passado com propósito político. Para o que discutimos aqui, é interessante perceber que estamos analisando justamente o processo de reelaboração do passado *nacional*, da história da ditadura militar – especificamente, da memória a respeito da relação que a sociedade estabeleceu com o regime e do papel desempenhado pelas oposições, principalmente pela esquerda armada.

nova origem, a recuperação da experiência passada se abria em direção a um contexto presente, móvel e conflitivo⁷.

Com relação à antiga esquerda armada no Brasil, a interpretação que os ex-guerrilheiros passaram a fazer de sua experiência confundiu-se com a memória da própria sociedade, que acabou incorporando alguns elementos dessa releitura em sua visão sobre o período militar. Como vimos no capítulo anterior, tal processo ocorreu nas duas lutas nacionais e de massa que colocaram os ex-militares de grupos armados em contato com os setores que se opunham ao regime e que, naquele momento também, buscavam legitimar suas posições presentes por meio da releitura e do esquecimento das ações anteriores, a exemplo da Igreja, da OAB e da ABI, que apoiaram a intervenção militar contra o governo Jango em 1964. A luta pela anistia e a campanha das *Diretas Já!* permitiram que a memória dos ex-guerrilheiros fosse incorporada pela sociedade ao mesmo tempo em que esta também atribuía determinadas características à experiência da esquerda armada.

A anistia foi importante porque o debate a respeito do perdão mútuo exigiu uma definição sobre o papel dos que pegaram em armas durante a ditadura. Se para a antiga esquerda armada seus militantes haviam executado ações revolucionárias, como expropriações e justiçamentos, à luz do Estado de direito que então se consolidava os ex-guerrilheiros tinham cometido crimes, como assaltos, seqüestros e homicídios, assim como os agentes da repressão, que em escala muito maior infringiram até mesmo as próprias leis de exceção às quais deveriam se submeter. Portanto, o que se discutia naquele momento era se ambos representavam lados opostos de uma mesma dinâmica (a da guerra revolucionária), se suas ações haviam tido correspondência ou não. Analisando essas questões, a sociedade atribuiu determinado valor à antiga esquerda armada, isso é, o de que ela teria sido vítima da brutalidade repressiva (motivando a defesa de uma anistia que não contemplasse os envolvidos na violação dos direitos humanos) e o de que ela havia tido um papel fundamental na luta contra a ditadura, com ex-guerrilheiros destemidos, arriscando suas vidas, resistindo ao Estado de exceção.

As *Diretas Já!* também foram importantes nesse sentido porque a luta por eleições diretas era também uma mobilização fundamental para o restabelecimento da democracia. Como sabemos, a escolha de representantes políticos é uma das características principais dos regimes democráticos, ao lado do direito de expressão e do pleno funcionamento das instituições representativas – tudo isso inexistente durante da ditadura. Uma das primeiras

⁷ VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002, p. 15. Tradução livre do espanhol.

medidas tomada pelo regime militar foi justamente tornar indiretas as eleições para presidente da República, governadores e prefeitos. Dessa forma, junto com a luta pela anistia, as *Diretas Já!* envolveram a antiga esquerda armada numa campanha que defendeu um aspecto central da democracia que se desejava restabelecer no país (o retorno do voto direto), de modo que seu envolvimento com aquela mobilização, em nosso entender, também ajudou a consolidar uma imagem dos ex-guerrilheiros como defensores do Estado de direito, nos moldes daquele existente antes do golpe – Estado que foi retomado, em outro nível, pela Nova República.

Natureza e significado da luta armada

No que diz respeito à antiga esquerda armada, a memória constituída na época ocupou-se fundamentalmente de duas questões: sua *natureza* e seu *significado*. Na releitura que se fez do passado, foi necessário, tanto para a sociedade como para os ex-guerrilheiros, responder os motivos que levaram parte da esquerda brasileira a pegar em armas para combater a ditadura e quais teriam sido as conseqüências desse fato para a aquele período histórico. Ao longo desse processo foram sendo construídos os principais mitos a respeito da luta armada. Embora seja difícil precisar sua origem, vimos que uma parte considerável da mistificação daquela experiência foi resultado, no plano societal, das articulações políticas em torno da anistia e das *Diretas Já!*⁸. Não menos importante, entretanto, foram as versões contadas por ex-guerrilheiros que tinham vivido a luta armada em biografias e autobiografias.

Nesse segmento, um dos primeiros e mais importantes relatos sobre aquela experiência foi *Que é isso, companheiro?*, livro de Fernando Gabeira lançado em 1979⁹. Embora tivesse sido precedido pela autobiografia ficcional de Renato Tapajós, *Em câmera lenta*¹⁰, o livro de Gabeira tornou-se bem mais significativo pelo fato de ter sido publicado justamente no ano em que, aprovada a anistia, centenas de exilados voltaram para o Brasil. Analisando o seqüestro do embaixador norte-americano, em 1969, Gabeira retratou a luta armada de maneira acrítica e romanceada, sem apresentar sua verdadeira natureza nem demonstrar preocupação em indicar seu real significado. O livro serviu para mostrar de maneira disforme o que tinham sido os *anos de chumbo*. Sucesso de vendas, com mais de 40 edições, a obra foi adaptada em 1997 para um filme homônimo de igual sucesso, dirigido por Bruno Barreto, ampliando ainda mais o alcance dessa versão, que passou a ser recebida não apenas por um

⁸ Ressaltamos que foi Daniel Aarão Reis Filho (*Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000) o pioneiro em destacar a importância da anistia para a essa releitura do passado. Contudo, o autor não desenvolveu sua tese, limitando-se a apontar aquele momento como central para a construção de uma nova versão histórica do período militar. Do nosso ponto de vista, a campanha das *Diretas Já!* também teve uma importância significativa nesse processo pelas razões já expostas no capítulo anterior. Portanto, qualquer análise acerca da memória social sobre a ditadura deve considerar tanto a anistia como as diretas.

⁹ GABEIRA, Fernando. *Que é isso, companheiro?*, 6ª ed. Rio de Janeiro: Coecri, 1979.

¹⁰ TAPAJÓS, Renato. *Em câmera lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

público leitor, mas também espectador – embora esta memória já estivesse plenamente consolidada àquela altura.

O livro de Gabeira foi um dos vários títulos biográficos e autobiográficos lançados na passagem da década de 1970 para os anos 1980. Alguns deles, a exemplo de *Que é isso, companheiro?*, também se tornaram best-sellers¹¹, o que pode ser visto como um vetor para difundir uma certa interpretação da luta armada. Na Argentina, ao contrário, não surgiram tantos relatos da luta armada nos primeiros anos de governo democrático. Em 1983, com a eleição de Raul Alfonsín, consolidou-se a percepção de que um novo tempo, marcado pela democracia, nascia diante de todos, reduzindo drasticamente o espaço social reservado à recepção de relatos sobre a guerrilha. Foi como se não existisse nada no período anterior que pudesse ser reconhecido como uma experiência política válida, que contribuísse para a construção do novo regime. Segundo Hugo Vezzetti, tudo o que nascia naquele momento “parecia revestido dos atributos do novo”¹²: a democracia, os direitos humanos, a crítica à violência e o imperativo da justiça. Nesse contexto, em que ganhou força a imagem mais genérica da *vítima*, foram raros os trabalhos sobre a luta armada.

Examinando a produção bibliográfica sobre a luta armada na Argentina no exílio, Vezzetti mostrou como a dinâmica do esquecimento não se limitou a suprimir certos elementos daquela experiência política, chegando também a reescrever deliberadamente o passado. Nesse momento, segundo ele, houve uma inflexão na construção romântica do ex-guerrilheiro e de uma epopéia subjetiva do período militar, evocando as lutas e a vida intensa dos militantes armados e os ideais guerrilheiros, sem, contudo, discutir as responsabilidades morais e políticas da guerrilha. Na maioria dos relatos produzidos no exílio, a imagem do combatente como vítima da ditadura foi substituída pela figura do protagonista da luta. Nos anos 1980, entretanto, num contexto diferente, em que se rechaçou qualquer representação violenta da política e mesmo o papel do Estado como aparato de dominação (que, agora, passava a ser visto como um instrumento para a conquista de direitos e de justiça), a experiência da luta armada assumiu novos contornos. Ao invés do protagonista, ofensivo, ganhou relevo a imagem da vítima, inocente e pura.

Por ocasião do julgamento das Juntas Militares, segundo Vezzetti, nenhum ex-guerrilheiro, incluindo notórios militantes, admitiu diante dos defensores sua verdadeira

¹¹ ROLLEMBERG, 2003. Neste trabalho, a autora analisa três importantes autobiografias lançadas na época, dentre as quais os livros de Fernando Gabeira e Reinaldo Tapajós. Para uma lista de títulos biográficos e autobiográficos de ex-guerrilheiros, incluindo livros publicados nos anos posteriores, ver FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a, pp. 192-193 e RIDENTI, Marcelo. *As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia*. *Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth*, Campinas, vol. 8, n. 14-15, 2001, pp. 259-295.

¹² VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 82. Tradução livre do espanhol.

condição, assumindo-se apenas como *vítimas* da ditadura – releitura semelhante ao que o próprio Fernando Gabeira fez diante do Tribunal Russel II, quando disse ter sido perseguido pelo fato de ser jornalista, e não por sua participação na luta armada no Brasil. No caso argentino, essa postura assumida pelos ex-guerrilheiros fez parte de uma estratégia mais ampla do Ministério Público para conseguir um resultado favorável às vítimas do *Processo de Reorganização Nacional*, como era chamada a ditadura naquele país. Por outro lado, o discurso da vítima era endereçado à sociedade, que naquele momento mostrava-se contrária à luta armada e à violência na política. “O 30º aniversário da ditadura, em março de 2006, mostrou, em geral, essa mesma visão autocomplacente, a cargo da esquerda e dos progressistas, que destacava tanto mais os crimes do Estado ditatorial quanto menos propenso se mostrava a admitir alguma responsabilidade na tragédia”¹³.

Voltando ao livro *Que é isso, companheiro?*, devemos observar que a obra de Gabeira poderia ser vista, a princípio, como algo sem maior importância para a memória social a respeito da ditadura, operando no sentido contrário ao que dissemos antes. Afinal, ao invés de consolidar qualquer mito a respeito da luta armada, o livro retratou aquela experiência como algo tão tresloucado que em nada teria contribuído para ajudar a construir uma versão histórica a respeito do período militar. Entretanto, como Daniel Aarão Reis Filho observou, o sucesso alcançado por *Que é isso, companheiro?* foi consequência do desejo da sociedade em ter um relato acerca da luta armada que não comprometesse as vozes de oposição do presente com alguma forma de colaboracionismo no passado¹⁴. Ao mesmo tempo, o livro serviu àqueles que, tendo pegado em armas para lutar contra a ditadura, buscaram, então, fazer uma releitura do passado de modo a garantir um lugar de destaque no novo presente que se estabelecia, sem que o significado de sua militância política ameaçasse a legitimidade de suas novas posições.

A luta armada passou a ser vista como uma das formas de resistência à ditadura e até mesmo como um fator determinante para o fim regime. Em 1964, com a tomada do poder pelos militares e a interrupção da democracia, a sociedade, como um todo, teria se levantado contra o autoritarismo imposto pelas Forças Armadas. Uma pequena parte da oposição, jovem e radical, de maneira corajosa e destemida, pegou em armas para combater a ditadura, derrubar os militares e restabelecer o regime democrático. Essa decisão, que levou muitos deles à tortura e à morte, teria sido tomada basicamente porque o regime, ao fechar os canais legais de participação política, não havia deixado alternativas para a esquerda que aderira à

¹³ VEZZETTI, 2009, p. 100. Tradução livre do espanhol.

¹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 1960. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Orgs.) *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, pp. 31-45.

luta armada. Dessa forma, aqueles jovens teriam sido literalmente empurrados para o enfrentamento com os militares, tornando-se uma espécie de braço armado da sociedade, que por outros meios também resistiu à ditadura ao longo de duas décadas.

Os jovens que aderiram à luta armada eram em sua maioria universitários de classe média, como revelou o estudo de Marcelo Ridenti¹⁵. Não teriam, portanto, nenhum motivo plausível para combater abertamente o regime não fosse seu firme apego à democracia – e, por conseguinte, sua tenaz oposição ao autoritarismo instituído pela ditadura. Nas cidades e no campo, os jovens convertidos em guerrilheiros travaram uma luta desigual. Sem experiência militar, numericamente inferiores, ousaram travar um combate contra um Estado cada vez mais militarizado e repressivo, como vimos anteriormente. A trajetória de vida daqueles jovens tornou-se indissociável da experiência guerrilheira, visto que, durante a ditadura, a firmeza de suas convicções políticas lhes havia imposto a condição de *outsiders* em relação ao modelo implementado pela ditadura:

A partir desse momento, ao serem identificados pela ditadura como transgressores da ordem política e social do país, os militantes são rotulados de ‘terroristas’ [...] Eles tem sua identidade social subitamente transformada ao perderem seus direitos políticos, instante em que a perseguição a estes agentes passa a ser sistemática e implacável. São caçados, presos e torturados pela polícia e pelos órgãos de informação¹⁶.

Os sobreviventes da repressão acabaram seguindo para o exílio, de onde continuaram combatendo a ditadura brasileira. Do exterior, animaram campanhas de denúncia contra o regime e integraram os comitês pela anistia que se formaram em vários países. Quando, em 1979, com a anistia, a maioria dos ex-guerrilheiros voltou ao Brasil, foi como se os combatentes finalmente se reintegrassem à sociedade que, junto com eles, também lutou pelo retorno à democracia. Após uma longa separação forçada, a necessidade do exílio finalmente tinha chegado ao fim, de modo que os que defendiam a democracia podiam atuar livremente.

Com algumas variações, essa é a síntese do que freqüentemente se passou a entender por luta armada no Brasil. A luta pela anistia e a campanha das *Diretas Já!* tiveram um importante papel na construção, consolidação e reprodução desses elementos constituintes da memória social a respeito da ditadura. Conforme destacado por Daniel Aarão Reis Filho, essa releitura do passado, que respondeu a um duplo interesse, operou verdadeiros “deslocamentos

¹⁵ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993. Os dados informados pelo autor indicam que 57,78% dos militantes de organizações armadas pertenciam às “camadas médias e altas intelectualizadas”, sendo que, desse percentual, 30,7% eram de estudantes.

¹⁶ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. O autoritarismo, a guerrilha urbana e a violência. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 135.

de sentido que se fixaram na memória nacional como verdades irrefutáveis, correspondentes a processos históricos objetivos, e não a versões consideradas apropriadas por seus autores”¹⁷. A reconstrução histórica do período militar feita ainda durante o processo de abertura atendeu tanto à sociedade como à antiga esquerda armada, que na memória a respeito dos anos anteriores passou a ocupar um lugar de destaque.

Apagados os interesses pretéritos de cada lado e as efetivas ligações que mantiveram com a ditadura, os “deslocamentos de sentido” garantiram legitimidade ao conjunto da oposição. Do ponto de vista da sociedade, essa versão elidiu todos os vínculos que a associavam ao regime. Lutando ativamente pela democracia desde 1964, foi como se a sociedade jamais tivesse apoiado a intervenção militar e a derrubada de Jango. Parte daqueles que constituíam as vozes de oposição à ditadura em meados dos anos 1970 havia apoiado o regime no período anterior. Assim, a reconstrução do passado feita durante a abertura, desvinculando-as desse fato, conferiu legitimidade a determinados setores da sociedade dentro da nova ordem política, pela qual passaram a lutar apenas posteriormente.

De acordo com essa leitura, o retorno dos ex-guerrilheiros ao Brasil teria recomposto a sociedade de seu flanco armado na resistência ao regime – versão, aliás, que também serviu à antiga esquerda armada, igualmente desejosa de uma reconstrução do passado que lhe permitisse integrar-se ao regime democrático que se avizinhava. Não foi à toa, portanto, que os exilados políticos, muitos dos quais tinham aderido à guerrilha, tenham voltado “por cima” em 1979, sendo recebidos com festa por uma sociedade – lembremos que a guerrilha não tinha recebido o apoio das massas anteriormente – que se considerava essencialmente democrática. Segundo relato de Daniel Aarão Reis Filho, ex-militante do MR-8, a respeito de sua chegada ao Brasil,

nós reencontramos um país onde todo mundo era democrata. A democracia era uma festa e todo mundo era, como dizemos no Brasil, democrata desde criancinha. De tal sorte que a gente não compreendia bem por que a ditadura havia durado tanto tempo nem porque ela tinha se retirado em ordem [...] *No retorno, nos estávamos na moda. Era o retorno dos ‘exilados’*. Toda a sociedade brasileira queria ver, tocar, discutir com os exilados. Era uma honra ter um exilado para jantar, almoçar e convidar os amigos¹⁸.

¹⁷ REIS FILHO, 2000, p. 70.

¹⁸ Entrevista de Daniel Aarão Reis Filho citada em SANTOS, Idelete Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. *Le Brésil des gouvernements militaires et l'exil 1964-1985 – violence politique, exil et accueil des brésiliens en France: témoignages et documents*. Paris: L'Harmattan, 2008, p. 81.

Teoria dos *dois demônios* e o mito da guerra revolucionária

Mais recentemente, entretanto, ocorreu um novo deslocamento de sentido, com o progressivo afastamento da sociedade também em relação à luta armada, e não apenas da ditadura, fato para o qual Marcelo Ridenti chamou a atenção. As novas interpretações a respeito daquela experiência, tendo questionado a memória construída a partir de 1974, colocou em relevo o caráter ofensivo dos que pegaram em armas para tirar os militares do poder. Desse modo, quando se passou a enfatizar o fato de que dentro da esquerda armada “falava-se em cortar cabeças; [que] essas palavras não eram metáforas”¹⁹, a sociedade buscou distanciar-se dos que outrora foram considerados seus aliados na luta contra a ditadura, como se o embate entre o regime e a esquerda armada tivesse sido uma luta de duas elites políticas, “as duas faces da mesma moeda”²⁰, da qual a sociedade, pacífica e democrática, segundo essa releitura, manteve-se sempre distante. A teoria dos *dois demônios*, à qual já fizemos menção, implicava em reconhecer que teria havido durante a ditadura uma verdadeira *guerra* entre os militares e a esquerda armada. Uma década depois do fim do regime militar, o ex-padre português Alípio de Freitas, ex-militante da AP, concedeu uma entrevista em que falou sobre o atentado à bomba no aeroporto do Recife, cometido pela organização em 1967, e para o qual ele teria recrutado os estudantes que participaram da ação: “Morreu gente, nós lamentamos. *Mas era uma guerra*, tinha que haver vítimas”²¹

Observando os fatos que levaram à assinatura do AI-5, Elio Gaspari lembrou que, em 1968, houve uma instrumentalização da chamada guerra revolucionária, que atendeu tanto à ditadura como aos guerrilheiros. Para a esquerda revolucionária, reconhecer que existia uma guerra fez com que a luta armada deixasse de ser um projeto para tornar-se um fato, dispensando a discussão teórica e, no limite, até mesmo o trabalho de massas. É interessante observarmos que mesmo no exílio, diante do avanço da repressão e das constantes *quedas* nas organizações armadas, alguns guerrilheiros, como Daniel Aarão Reis Filho, que tinha seguido para a Europa trocado pelo embaixador alemão, ainda mantinham essa mesma interpretação da realidade brasileira: “eu acreditava ainda em uma guerra revolucionária no Brasil”²². Para os militares, por sua vez, a crença de que o país vivia uma guerra revolucionária foi útil para que a discussão – dentro e fora das Forças Armadas – sobre o retorno à democracia deixasse

¹⁹ Entrevista de Daniel Aarão Reis Filho citado em RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 61-62.

²⁰ RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 63.

²¹ Entrevista de Alípio de Freitas citada em GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a, p. 244.

²² Entrevista de Daniel Aarão Reis Filho citada em SANTOS e ROLLAND, 2008, p. 79.

de ser um incômodo. Os *inimigos* do regime, ao ameaçarem o poder instituído, serviam de justificativa para a que a ditadura, com base na influência doutrinária francesa de combate à guerrilha na Argélia, impusesse uma dura repressão a seus opositores²³. Porém, como já argumentamos no *Capítulo 3*, a guerrilha jamais representou uma ameaça real à ditadura, de modo que a idéia de guerra, inclusive pelos poucos confrontos entre os dois lados, não corresponde ao que de fato ocorreu durante aqueles anos.

A teoria dos *dois demônios* também serviu à sociedade, que supostamente não teria participado da guerra entre a ditadura e a esquerda armada. Vejamos mais uma vez o exemplo da Argentina, que nos permite compreender melhor o que se passou no Brasil. Naquele país, a sociedade encontrou na figura dos *dois demônios* a confirmação de sua inocência em relação às ações do Estado militar e da guerrilha, algo muito semelhante ao que Marcelo Ridenti notou com relação ao Brasil em inícios da década de 2000. Contudo, como Hugo Vezzetti ressaltou, “a representação, amplamente instalada desde o renascimento democrático [argentino], de uma sociedade vítima de um poder despótico, é só uma parte do quadro”, porque “perde de vista que a ditadura foi algo muito distinto de uma ocupação estrangeira, e que seu programa brutal de intervenção sobre o Estado e sobre amplos setores sociais não era em absoluto alheio às tradições, ações e representações políticas que estavam presentes na sociedade bem antes”²⁴ – diagnóstico que também pode ser aplicado ao Brasil, onde o golpe de 1964 teve o apoio de amplos setores da sociedade. Recordemos que em março de 1976, quando os militares argentinos derrubaram o governo Isabelita Perón, o golpe contou com um inédito apoio popular, distinguindo-o, inclusive, das intervenções anteriores. De um lado, o apoio decorria da crença de que, num contexto de crise político-institucional como vivia a Argentina naquele momento, apenas uma ação das Forças Armadas poderia restaurar a ordem e a legalidade. De outro, o apoio se manifestara de modo indireto, como consequência do “excepcional quadro de paralisia, frustração e fraqueza”²⁵ dos grupos sociais e atores políticos que tinham se enfrentado no período imediatamente anterior ao golpe.

Do ponto de vista da esquerda armada brasileira, a releitura do passado nos moldes como ela se consolidou encobriu a verdadeira natureza e o real significado da guerrilha. Em primeiro lugar, a idéia de que a interrupção da democracia em 1964 teria incentivado a deflagração da luta armada não encontra base na realidade. O enfrentamento armado visando a tomada do poder era visto como uma estratégia política *antes* mesmo do golpe contra João

²³ Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b. Para a influência francesa, ver MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 23, n. 67, junho 2008, pp. 39-50.

²⁴ VEZZETTI, 2002, p. 39. Tradução livre do espanhol.

²⁵ NOVARRO, Marcos, PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina (1976-1983): do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 31.

Goulart, de modo que é equivocado atribuir à ditadura a causa do caminho escolhido por uma parcela da esquerda, embora, na análise da conjuntura, como dissemos anteriormente, a esquerda revolucionária tivesse encontrado no golpe a confirmação de suas concepções teóricas. Observemos o caso das Ligas Camponesas, criadas em meados dos anos 1950, em Pernambuco, para exemplificar esse ponto. A partir de 1960, a crescente radicalização política das Ligas afastou a organização do PCB. Em 1962, por exemplo, por ocasião do I Congresso Camponês Nacional, realizado pela União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Utab), criada pelos comunistas, os representantes da Liga, mesmo em minoria, conseguiram aprovar sua proposta de uma “reforma agrária na lei ou na marra”²⁶, fora, portanto, dos marcos legais, como queria o PCB. Com efeito, as teses defendidas pelo partido foram abandonadas pelas Ligas, cujo principal expoente, Francisco Julião, passou a defender “a possibilidade de uma revolução socialista tendo por base inicial o campesinato e a luta armada, a partir do campo, queimando ‘etapas’”²⁷.

Depois de 1961, as Ligas deram início à estruturação da luta armada, distribuindo militantes por vários estados brasileiros a fim de organizar os camponeses dentro dessa perspectiva. Sua inflexão política coincidiu, internacionalmente, com a consolidação da revolução cubana e o projeto de exportação da revolução para a América Latina. Dessa forma, para o regime castrista, as Ligas apareceram como alternativa a seu projeto revolucionário – elas foram o primeiro grupo brasileiro a treinar em Cuba, sendo que, entre os latino-americanos, somente os venezuelanos tinham recebido o curso antes das Ligas²⁸. Entre 1961-62, ainda que de maneira precária, Cuba ofereceu treinamento em técnicas de guerrilha, forneceu armamentos para a luta armada e financiou a compra de fazendas em Goiás, no Acre, na Bahia e em Pernambuco para o projeto guerrilheiro das Ligas²⁹. No final de 1962, em decorrência da prisão de militantes descobertos no campo guerrilheiro de Dianópolis (GO), as Ligas decidiram suspender as demais fazendas utilizadas para treinamento, abortando a primeira iniciativa visando o início da luta armada no Brasil.

As principais (e efetivas) ações da esquerda armada ocorreram durante a ditadura militar, mais especificamente entre 1967-72, no meio urbano, e 1973-74, no meio rural. Conseqüentemente, não é possível dissociar a luta armada do regime militar, visto que, sob o ponto de vista histórico, sua deflagração aconteceu, de fato, quando o Brasil vivia sob uma

²⁶ SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 38.

²⁷ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 91.

²⁸ Cf. SALES, 2007.

²⁹ ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. As Ligas também montaram campos guerrilheiros no Piauí, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná e Maranhão (SALES, 2007).

ditadura. Retomando algumas questões já apontadas anteriormente, lembremos que a ruptura com o modelo etapista da revolução preconizado pelo PCB e a *teoria da dependência* foram determinantes para as posições assumidas pelas organizações armadas. As diferentes interpretações que passaram a ser feitas a respeito da revolução brasileira, em geral, aceitavam a premissa decorrente daquela teoria de que, em países como o Brasil, submetidos ao imperialismo, não haveria alternativas para o desenvolvimento do capitalismo a não ser pelo uso da força. Por conseguinte, a tomada do poder pelos militares em 1964 foi compreendida como sendo a confirmação do diagnóstico da Nova Esquerda, de forma que não é possível desconsiderar que o início da ditadura teve alguma influência para a decisão da esquerda armada em deflagrar a guerrilha.

Contudo, a opção pela luta armada não foi um simples reflexo da instalação da ditadura, como demonstra o exemplo das Ligas (embora seu projeto guerrilheiro estivesse bastante associado à questão da reforma agrária, e não propriamente à tomada do poder para fazer a revolução), nem tampouco motivada pela falta de canais de oposição ao novo regime político. “A visão do bloqueio institucional torna-se uma mistificação da realidade”, como destacou Marcelo Ridenti, “pois parte tacitamente do pressuposto de que não haveria hipótese de um processo de ações armadas na sociedade brasileira se as instituições estivessem funcionando regularmente, inclusive com canais de expressão para a oposição”³⁰. A esse respeito, a memória social construída a partir de 1974 dividiu-se claramente entre dois grupos: de um lado, os que incorporaram a tese do bloqueio institucional como uma explicação válida desde o golpe de 1964; de outro, os que assumiram essa perspectiva apenas para o período pós-1968, quando a decretação do AI-5 realmente diminuiu os espaços legais de manifestação política. Nesse sentido, o *golpe dentro do golpe* teria praticamente forçado a adesão de muitos à guerrilha, diante da falta de opções de luta política – um mito que não informa que as motivações da esquerda armada precederam o AI-5 e até mesmo o golpe contra João Goulart.

Observemos o conteúdo de uma carta aberta redigida por Marighella em dezembro de 1966 e enviada à Executiva do PCB para ilustrar esse aspecto³¹. Opondo o “caminho eleitoral” ao “caminho armado”, Marighella fez duras críticas à liderança comunista e ao fato de o partido acreditar na possibilidade de uma oposição pacífica através da militância no MDB. “A saída do Brasil”, dizia a carta, “só pode ser a luta armada, o caminho revolucionário, a preparação da insurreição armada do povo, com todas as conseqüências e implicações que daí resultarem”. Notemos que o documento, escrito por Marighella dois anos antes da aprovação

³⁰ RIDENTI, 1993, p. 61.

³¹ MARIGHELLA, Carlos. Carta à Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp. 540-543.

do AI-5, já falava abertamente em luta armada, entendida não como uma estratégia entre outras possíveis, mas como único caminho a ser seguido. Sem haver motivos “porque lutar para entregar o poder à burguesia, para que seja construído um governo sob a hegemonia da burguesia”, a principal tarefa dos revolucionários, segundo Marighella, era “a tomada do poder, juntamente com as massas”. Relembrando a derrota sofrida pela esquerda no governo João Goulart, Marighella afirmava que as “ilusões da Executiva” do PCB na possibilidade de uma frente popular ou ampla já tinham se revelado infundadas, o que, somado aos “vinte anos de acordos eleitorais feitos no passado, acordos eleitorais sem princípios”, deixou evidente que “a luta pelas reformas de base não é possível pacificamente, a não ser através da tomada do poder por via revolucionária”.

Discordamos daqueles que entendem que os quatro primeiros anos no regime não representaram, de fato, uma ditadura, bem como dos que encerram o período ditatorial com o governo Geisel, quando o AI-5 foi revogado. Embora esses dois momentos tenham sido mais liberais – ou menos autoritários, dizendo de outro modo – na comparação com o período 1968-74, os efetivos *anos de chumbo*, devemos lembrar que os expurgos realizados na fase inicial da ditadura e os casuísmos político-eleitorais ocorridos nos estertores do regime garantiram aos militares um controle bastante significativo sobre as oposições. Seja como for, a releitura do passado que atribuiu a eclosão da luta armada ao bloqueio das instituições esconde o fato de que o enfrentamento armado foi um estratégia entre outras, e não a única possível. Isso é tão mais importante quando sabemos que outros setores da oposição, como os autênticos do MDB, embora tenham recebido um papel menor na memória social, arriscaram-se enormemente por combater a ditadura no Congresso Nacional, a despeito das limitações impostas pelo regime militar.

Resistência democrática

Com base no entendimento de que a luta armada foi uma estratégia política aceita antes de 1964, e que, portanto, apesar de ter tido evidentes ligações históricas com a ditadura, não foi causada pela tomada do poder pelos militares, chegamos a outro elemento consolidado na memória social a respeito daquele período: a luta armada como *resistência democrática*. A despeito de seu isolamento social, a esquerda armada enxergava a si mesma como uma vanguarda portadora do ideal revolucionário, que, em última instância, conduzia a uma transformação profunda da sociedade brasileira. Apenas nesse sentido, ponto em que concordamos com Marcelo Ridenti, é possível falar que sua luta assumiu uma forma de

resistência, de conteúdo “libertário e não necessariamente institucional”³². Seria uma resistência às formas de opressão da classe trabalhadora que aquela parcela da esquerda brasileira julgava representar – era a tese da “imprescindibilidade do Partido”, da vanguarda política a guiar a “missão histórica do proletariado”³³. A nosso ver, em que pese o aprofundamento desse processo de exploração sob a ditadura, a resistência, nesse sentido estrito, não dependia necessariamente da existência de um governo autoritário, podendo manifestar-se também sob o regime democrático.

A idéia de resistência, quando inscrita no contexto histórico do regime militar, embora contemple a dimensão libertária a que Ridenti se referiu, é freqüentemente associada a uma luta contra aquela forma de poder e à restauração do que o golpe de 1964 suplantou, ou seja, a democracia. Aqui, novamente, um “deslocamento de sentido” consolidado na memória social apagou o caráter revolucionário da esquerda armada. Sua luta jamais constituiu um combate *em defesa* da democracia pré-1964, considerada um regime burguês, e, por isso mesmo, limitado. A democracia anterior ao golpe era percebida como “sinônimo de acordos, negociatas, conchavos”³⁴, estando associada à etapa nacional-democrática do modelo de revolução preconizado pelo PCB, contra o qual a Nova Esquerda se posicionou. A estratégia do enfrentamento armado teve como objetivo principal a tomada do poder para fazer a revolução, de modo que, sendo os militares quem ocupavam o aparelho de Estado como dirigentes políticos, a luta da esquerda armada deveria, naturalmente, direcionar-se para a derrubada da Forças Armadas do poder. O fim da ditadura era o único ponto que ligava as oposições aos guerrilheiros até 1974, uma vez que suas propostas eram bastante distintas. Enquanto a maior parte das oposições queria apenas restabelecer a democracia, a esquerda armada sinalizava com um horizonte diferente: no lugar de um simples retorno ao contexto anterior ao golpe, à democracia *burguesa* (com a ditadura da minoria), os guerrilheiros propunham um avanço para o futuro, em direção à democracia socialista (com a ditadura do *proletariado*), num caminho que exigiria o enfrentamento armado com o regime militar.

As considerações de Pierre Bourdieu a respeito da disputa pelo domínio dos meios que permitem conservar ou transformar as categorias de percepção do mundo social são muito úteis para pensarmos o uso do termo *resistência* para qualificar a ação da esquerda armada. Segundo ele, as palavras, mais precisamente a definição de seus sentidos, ocupam um lugar central nesse campo de forças que é fundamentalmente político. “Objetos de luta, as palavras

³² RIDENTI, 1993, p. 64.

³³ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 117 e 112.

³⁴ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 328.

do léxico político trazem a marca da polêmica na forma da *polissemia* que é o vestígio dos usos antagonistas que grupos diferentes delas fizeram e delas fazem”³⁵. Um exemplo interessante a esse respeito é a disputa em torno do que foi a deposição de João Goulart, ora entendida como *revolução*, ora como *golpe*, ora, ainda, como *contragolpe*, a depender do ponto de vista da fonte³⁶. Usando mais uma vez o caso argentino, é interessante observar que também naquele país o golpe militar de 1966, liderado pelo general Juan Carlos Onganía, tenha sido chamado de *Revolução*, em meio a uma discussão semântica ocorrida igualmente no Brasil³⁷. Muito além de simples diferença de significado, a escolha desse ou daquele termo, o sentido atribuído às diferentes expressões, visa obter apoios ao se apropriar de “palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositárias da crença dele”³⁸. No caso da palavra *resistência*, ao que nos parece, um processo semelhante de redefinição de sentido e apropriação de conteúdo também ocorreu.

Um texto significativo para ilustrar essa releitura do passado, e que também assume a teoria do bloqueio institucional, foi publicado há alguns anos por João Quartim de Moraes. Analisando as mobilizações de massa contra a ditadura ocorridas em 1968 e sua relação com a luta armada, o autor sustentou a tese de que “a condição política essencial” para seu desencadeamento a partir daquele ano foi a existência do regime militar. “Sem ditadura”, ele ressaltou, “não teria havido luta armada no Brasil a partir de 1968”. Dessa forma, o golpe de 1964 teria sido a “pré-condição histórica fundamental” para a deflagração da luta armada, e a consolidação da ditadura, com o fechamento completo do regime, sua “condição política fundamental”³⁹. Para o autor, a luta armada, estando vinculada à interrupção da democracia, poderia ser considerada uma forma de *resistência democrática* à ditadura, assim como os movimentos de massa ocorridos em 1968, embora com estes não estivesse concatenada.

Se o exemplo das Ligas Camponesas revela que a luta armada já era vista como uma estratégia política aceitável – até mesmo inevitável para alguns setores – antes do golpe de 1964, o caso do PCdoB demonstra que a tese de Moraes a respeito do AI-5 e da guerrilha possui alguns pontos bastante frágeis, difíceis de defender a partir do exame da realidade

³⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 143. Grifo do original.

³⁶ Ver CHIRIO, Maud. Le pouvoir en un mot: les militaires brésiliens et la “révolution” du 31 mars 1964. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, juin 2007, pp. 2-10. Para uma análise da memória histórica militar atual a respeito do golpe, ver CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos et al. (Orgs.) *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 119-142.

³⁷ FAUSTO, Boris, DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

³⁸ BOURDIEU, 2010, p. 143.

³⁹ MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 1, n. 2, 1989, pp. 139 e 142.

histórica. Conforme dissemos anteriormente, o PCdoB começou a enviar militantes para a região do Araguaia depois de 1966, dois anos antes, portanto, do AI-5. Como, então, sustentar a idéia de que o *golpe dentro do golpe* levou a esquerda revolucionária a reconhecer que luta armada era inevitável se bem antes suas organizações já se mobilizavam concretamente nesse sentido? A explicação institucional fundamenta-se na premissa de que o AI-5 teria levado ao refluxo dos movimentos de massa em 1968. Enquanto parte dos envolvidos nas mobilizações se resignou diante da repressão, uma parcela menor, porém, radicalizada, aderiu ao inevitável caminho da luta armada. Todavia, analisando a cronologia das mobilizações de 1968, Denise Rollemborg questionou esse ponto, afirmando que “o recuo dos movimentos sociais ocorreu ainda no início do segundo semestre”⁴⁰. Curiosamente, na memória social construída anos mais tarde, a justificativa militar para aquela medida, ou seja, a idéia de que o AI-5 era necessário para conter os movimentos *subversivos*, foi, contraditoriamente, incorporada pela esquerda para explicar a imersão de parte dela na luta armada.

Voltando à questão da resistência democrática, só é possível aceitar que a ação da esquerda revolucionária tenha tido um conteúdo de resistência em seu sentido libertário, como afirmamos há pouco, o que independia da existência de uma ditadura e não afastava a esquerda armada de outros grupos de oposição, que também integravam a resistência em seu molde libertário, não obstante com outras táticas políticas. Ridenti já apontara essa questão ao dizer que a luta dos ex-guerrilheiros constituiu “uma *resistência* que não implicava *necessariamente* a idéia de redemocratização, mas, *sobretudo*, de revolução”⁴¹. Em sua afirmativa, podemos notar ainda algum esforço analítico do autor para não desqualificar a luta armada como resistência democrática, sem, contudo, deixar de sublinhar sua especificidade em relação aos demais movimentos de oposição à ditadura. O uso das palavras *necessariamente* e *sobretudo* indicam, segundo Ridenti, que haveria espaço para considerar a resistência da esquerda armada como tendo sido em favor da democracia, embora apontasse especialmente para a revolução. Porém, como sabemos, a guerrilha não contemplou qualquer idéia de resistência *democrática*, mas apenas de revolução, sem meio-termos. Somente depois, no exílio, com a luta armada já derrotada, é que os ex-guerrilheiros passariam a valorizar a questão da democracia.

De todos os elementos que compõem a releitura do passado feita a partir de 1974, a questão da resistência talvez seja a que mais importou para a esquerda que chegava do exílio. Afinal, tomados por seus objetivos originais (derrubar a ditadura e fazer a revolução), divulgados em todos os seus documentos, a esquerda havia sido completamente derrotada. O

⁴⁰ ROLLEMBERG, 2003, p. 48.

⁴¹ RIDENTI, 1993, pp. 64-65. Grifo nosso.

“deslocamento de sentido” operado posteriormente teve, para a esquerda armada, o mérito de lhe garantir a vitória política sobre a ditadura, quando sabemos que o contrário ocorreu, conferindo-lhe um lugar de destaque no conjunto das oposições ao regime e legitimando sua inserção na nova ordem política, pela qual, na prática, jamais tinha lutado a não ser depois de 1974, quando fez a autocrítica – ainda assim, como foi visto, de maneira instrumental, como se a defesa da democracia burguesa fosse uma concessão momentânea necessária para a retomada da luta política em melhores condições. Nas análises mais recentes, a qualificação da luta armada como *resistência democrática* geralmente tem sido questionada, freqüentemente chamando-se a atenção para o fato de que a esquerda que pegou em armas nos anos 1960-70 não era “de modo nenhum apaixonada pela democracia [anterior a 1964], francamente desprezada em seus textos”⁴².

O recente movimento crítico em relação à luta armada, compartilhado inclusive por ex-guerrilheiros, tornou-se tão hegemônico que ensejou uma reflexão mais detida de Marcelo Ridenti a respeito desse aspecto. Em sua análise anterior, da qual já falamos, o autor tinha afirmado expressamente que a luta da esquerda armada deveria ser entendida como uma “‘grande recusa’, na expressão de [Herbert] Marcuse”, a fim de “evitar confusões com a visão institucionalizante, que atribui aos grupos guerrilheiros uma concepção democrática que elas não tinham”⁴³. Em 2004, por ocasião dos 40 anos do golpe, num momento em que a própria sociedade buscava se afastar, como dissemos, tanto da ditadura como da esquerda armada, Ridenti, preocupado com o uso político das críticas acadêmicas à esquerda armada, como ele mesmo deixou transparecer, realizou um novo exame crítico acerca da guerrilha, apontando numa direção que nos parece, além de imprecisa, diferente daquela feita anteriormente:

A argumentação requer cuidado para que a análise do passado pelos historiadores e cientistas sociais não afunde no terreno pantanoso das lutas políticas e ideológicas da atualidade, inevitavelmente presentes em nosso ofício. Como fazem parte da história, as próprias interpretações do passado recente também podem [...] – a despeito de sua intenção desmistificadora e de objetividade – chegar a um resultado oposto ao pretendido. Ao recusar a idéia de que as esquerdas armadas fizeram parte da resistência à ditadura, uma certa vertente interpretativa acaba sendo incorporada política e ideologicamente pelos que isentam setores significativos da sociedade civil de cumplicidade com a ditadura, justamente o contrário da intenção original⁴⁴.

⁴² REIS FILHO, 2000, p. 70. Muitos desses textos estão disponíveis em REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.) *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁴³ RIDENTI, 1993, p. 65.

⁴⁴ RIDENTI, 2004, pp. 59-60.

A fim de responder ao uso político das análises desmistificadoras, Ridenti terminou incorporando a seu trabalho a idéia de que a esquerda armada fez parte da resistência ao regime militar, posição que, em si, não difere daquela sustentada por ele anteriormente. Contudo, apagou-se o qualificativo de “libertária” para incorporar a tese da resistência “democrática”. O autor lembrou que o termo resistência teve origem nos movimentos de oposição à ocupação nazifascista surgidos na Europa, na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial. Recuperando o exemplo da *Resistenza* italiana, Ridenti sugeriu que, a exemplo do que ocorreu naquele país, onde os comunistas estabeleceram alianças com partidos burgueses, com base na perspectiva de que a resistência era parte da construção de uma sociedade socialista, de que a revolução passava pela libertação nacional, também no Brasil a esquerda armada, ao lutar contra a ditadura, colocava-se contra o autoritarismo e a favor da liberdade. Porém, deveríamos lembrar, em primeiro lugar, que no Brasil, ao contrário do que aconteceu na Itália (e também na França), não houve um invasor estrangeiro, um inimigo comum para unificar e canalizar os esforços de amplos setores da oposição no sentido de uma resistência. Além disso, o engajamento dos comunistas italianos na *Resistenza* foi determinado pela inflexão política do *Komintern*, que passou a orientar suas seções nacionais a formar frentes únicas anti-nazifascista, o que também não se verificou no Brasil, onde a esquerda armada se opôs à proposta frentista do PCB, entendida como reformista, ao invés de revolucionária.

Analisada a questão da resistência presente no trabalho de Marcelo Ridenti, vejamos como o autor tratou a atribuição do adjetivo *democrático* à ação da esquerda armada. Para fugir da releitura crítica empreendida por Daniel Aarão Reis Filho, que sublinhou o “deslocamento de sentido” embutido na idéia da luta armada como *resistência democrática*, Ridenti colocou em relevo não a questão da democracia presente na ação guerrilheira, mas sua contribuição não intencional – por que esse não era seu objetivo – para o restabelecimento do regime democrático:

Se parece apropriado qualificar a luta das esquerdas armadas como de resistência, isso não deve significar um pacto com o que se poderia chamar de ideologia da resistência democrática. Ela atribui a retomada da democracia no Brasil [...] em parte à luta heróica das esquerdas armadas, o que em si não é de todo falso, mesmo que essa não fosse a intenção original⁴⁵.

⁴⁵ RIDENTI, 2004, p. 58. Grifo nosso.

Embora não deixe explícito porque “não é de todo falso” que a luta armada tenha importado para a volta da democracia, parece-nos que esse também constituiu um novo mito, a despeito de sua intenção igualmente desmistificadora. A proximidade das datas até poderia sugerir que a ditadura tivesse acabado em razão da luta armada, mesmo que não exclusivamente. Entretanto, ao longo do regime, foram os militares, e não os guerrilheiros, quem se fortaleceram. Opondo-se a essa evidência demasiadamente objetiva para ser ignorada, as análises que atribuem aos grupos armados um papel importante para o fim da ditadura secundarizam o fato de que a guerrilha foi derrotada pelo regime militar de modo até relativamente fácil, embora a complexidade do aparato informativo-repressivo pudesse indicar, erroneamente, que o combate ao inimigo exigia uma estrutura daquela envergadura. O enfraquecimento da ditadura e a volta dos militares à caserna ocorreram mais de uma década depois de encerrada a guerrilha do Araguaia, o epílogo da luta armada, de modo que não se pode estabelecer uma relação direta entre as duas coisas. No máximo, poderíamos considerar que, ao longo da abertura, os ex-guerrilheiros ajudaram, do exílio, a engrossar as fileiras de oposição à ditadura com suas denúncias. Todavia, precisaríamos lembrar que, pelas limitações políticas impostas aos exilados, eles não assumiram a frente desses movimentos, que quase sempre ficaram a cargo de religiosos, juristas, professores e intelectuais, conforme apontamos anteriormente.

Assim como a derrubada de João Goulart e a tomada do poder em 1964, também o ocaso da ditadura e a saída dos militares do poder na década de 1980 foi resultado de um conjunto de múltiplos e complexos fatores de ordem social, política e econômica. Existe, atualmente, uma considerável bibliografia que tentou sintetizar a vasta produção intelectual a respeito do regime militar⁴⁶. Curiosamente, notamos que o espaço de destaque ocupado pelas análises sobre o golpe e a institucionalização do poder militar contrasta com a literatura a respeito do fim da ditadura, o que talvez venha ajudando a manter a mistificação em torno da luta armada com relação a esse aspecto. Mesmo a produção mais recente sobre a memória *militar*, como fica claro na análise feita por Cláudio Beserra de Vasconcelos, tem sido dedicada ao estudo das memórias silenciadas dos militares cassados em 1964, dos esquecimentos deliberados e da releitura do passado presente na memória dos militares vencedores, entre outros, mas não ao fim da ditadura propriamente dito⁴⁷. Essa situação foi

⁴⁶ A síntese historiográfica mais completa encontra-se em FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a. Para as interpretações sobre o golpe, ver DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 15-28. Sobre a esquerda armada, especificamente, um levantamento extenso, embora de análise menos exaustiva das obras listadas, pode ser visto em RIDENTI, 2001.

⁴⁷ VANCONCELOS, Cláudio Beserra de. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, janeiro-junho 2009, pp. 65-84.

bem percebida por Elio Gaspari, que reconheceu ser “vasta a literatura sobre a entrada dos militares no processo político dos países subdesenvolvidos”, mas menos numerosa que a “bibliografia da saída”:

No poder, os generais raramente contam as maquinações políticas de que participam. Fora dele, raramente são procurados para falar do passado. Essa circunstância diminui o conhecimento dos motivos e dos mecanismos pelos quais se processam as retiradas, exceto quando elas são consequência de desastres militares, como sucedeu na Argentina depois da Guerra das Malvinas, em 1982, e na Grécia dos coronéis depois da aventura cipriota, em 74⁴⁸.

A contribuição da guerrilha para o fim da ditadura

Vários autores já chamaram a atenção para o fato de que foi a ditadura militar, e não a esquerda armada, quem saiu fortalecida do confronto travado nos anos 1960-70. Denise Rollemberg, por exemplo, afirmou que, “na verdade, a revolução, e não a ditadura, se enfraqueceu no processo de guerrilha”⁴⁹. Ronaldo Costa e Couto lembrou que “a guerrilha, mesmo limitada e pontual, gerou o pretexto para o endurecimento do regime nos governos Costa e Silva e Médici”⁵⁰. Thomas Skidmore destacou que “as guerrilhas eram incômodas, mas também úteis porque ajudavam a justificar a repressão”⁵¹. Resumindo, todos os indícios apontam para o fato de que o fim da ditadura foi consequência de vários fatores, como a perda da base política e social, a crise econômica e o interesse das Forças Armadas em se dedicar às atividades profissionais, menos da atuação direta da esquerda armada.

Dessa forma, a idéia segundo a qual a guerrilha teria contribuído para o fim do regime, ao invés de seu fortalecimento, constitui também um mito acerca da luta armada. Em meados de 2008, em resposta a um artigo de Marco Antonio Villa a respeito das “falácias sobre a luta armada na ditadura”⁵², Aloysio Carvalho e Liszt Vieira, ex-militante da VPR, afirmaram que “a abordagem [de Villa] dissocia as esquerdas das conquistas democráticas”. Os autores retomam a idéia da *não intencionalidade* presente no trabalho de Marcelo Ridenti (que precedeu em quatro anos o texto de Carvalho e Vieira), segundo a qual a ação da esquerda armada, mesmo não tendo significado uma luta pelo restabelecimento da democracia pré-

⁴⁸ GASPARI, 2002a, p. 38.

⁴⁹ ROLLEMBERG, Denise. A idéia de revolução: a luta armada ao fim do exílio. In: ROLLEMBERG, Denise (Org.) *Que História é essa?: novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 120.

⁵⁰ COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 29.

⁵¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 203.

⁵² VILLA, Marco Antonio. Falácias sobre a luta armada na ditadura. *Folha de S.Paulo*, 19 de maio de 2008.

1964, indiretamente levou ao enfraquecimento e à derrota da ditadura: “a tese [de que a esquerda armada era antidemocrática] ignora que uma ação política pode gerar resultados não intencionais de grande repercussão. Assim, *a luta armada contribuiu para o enfraquecimento da ditadura e o retorno da democracia*, em que pese as intenções iniciais de seus agentes”⁵³.

No ano seguinte, analisando a experiência da luta armada no Brasil, dois outros ex-guerrilheiros, Ivan Seixas, do MRT, e Maurice Politi, da ex-ALN, também insistiram nesse ponto ao afirmarem que “a luta armada e suas conseqüências para o país, para seus militantes e para seus combatentes *foi a forma de luta que finalmente mais contribuiu para o desmantelamento final do regime golpista, ilegítimo e opressor*”⁵⁴. Sem desconsiderar as demais formas de “resistência” à ditadura, os autores inseriram a luta armada no conjunto de fatores que levaram ao fim do regime, recuperando também outros mitos já citados, como a tese do bloqueio institucional:

Um bom número de guerrilheiros urbanos, que tinham suas origens nesses mesmos meios sociais [que participaram das manifestações de 1968], acabaram identificados pela repressão cada vez mais violenta e *tiveram que cair na clandestinidade* para não serem presos. *Não tiveram outra alternativa* senão a de voltar suas ações armadas a um enfrentamento mais direto aos repressores⁵⁵.

Compreendemos que os mitos a respeito da luta armada sempre funcionaram como um importante *capital simbólico*, fator de distinção política, para aqueles que, no retorno ao país, integraram-se nas mais diversas atividades, como a carreira política, a militância social ou a vida acadêmica. Empregamos o conceito de capital simbólico no mesmo sentido de Pierre Bourdieu, para quem esse tipo de capital, também chamado de prestígio, reputação e fama, deriva de outros capitais (como o político, social e cultural), sendo ele, o capital simbólico, a “forma *percebida e reconhecida como legítima* das diferentes espécies de capital”⁵⁶ conquistado pelo trabalho acumulado – neste caso, o capital político acumulado pelos ex-guerrilheiros no confronto com a ditadura. De certa forma, foi como se ao pegarem em armas, colocando suas vidas em risco, os militantes da esquerda armada tivessem sido *mais vítimas*

⁵³ CARVALHO, Aloysio Castelo; VIEIRA, Liszt. Luta armada a favor ou contra a ditadura? *Folha de S.Paulo*, 16 de junho de 2008. Grifo nosso.

⁵⁴ SEIXAS, Ivan Akselrud de; POLITI, Maurice. A resistência armada na luta contra a opressão. In: SILVA, Haíke R. Kléber da (Org.) *A luta pela Anistia*. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo/Editora da UNESP, 2009, p. 47. Grifo nosso.

⁵⁵ SEIXAS e POLITI, 2009, p. 45. Grifo nosso.

⁵⁶ BOURDIEU, 2010, pp. 134-135. Grifo nosso.

que outros opositores, algo semelhante ao que ocorreu na Argentina, onde a “figura moral da vítima”⁵⁷ tornou-se o elemento central na memória social sobre o *Processo*.

Não por outro motivo, a idéia de resistência ao regime está freqüentemente associada à luta armada. Em 2002, por exemplo, as antigas celas do DOPS paulista foram reabertas ao público como Memorial da Liberdade, nome alterado “a pedido de ex-presos políticos” para Memorial da *Resistência*⁵⁸. Em dezembro de 2009, por meio do decreto n. 7037, que instituiu o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), o governo definiu como um de seus objetivos estratégicos “incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários” tendo como ação programática “criar e manter museus, memoriais e centros de documentação sobre a *resistência* à ditadura”⁵⁹. Em 2010, um livro editado pelo governo federal a respeito da participação das mulheres na “resistência à ditadura” também ressaltou esse aspecto ao afirmar que “os militantes que ficaram no Brasil durante a vigência da ditadura civil-militar tornaram-se, quase todos, clandestinos políticos, única possibilidade de prosseguir a *luta de resistência*”⁶⁰.

Examinando as mobilizações democráticas contra a ditadura nos anos 1970, Maria Paula Nascimento Araújo afirmou que a guinada da esquerda armada em direção à democracia veio “*ao encontro do anseio* de uma geração mais nova”⁶¹ que se formou no processo de distensão, cujas lutas principais eram contra o autoritarismo e em favor dos direitos humanos. Segundo a autora, essa nova geração “havia crescido no regime militar, conhecia a censura, as prisões arbitrárias, a cassação política de professores e estudantes, sabia da existência da tortura e desejava ardentemente lutar contra isso”, de tal modo que “a nova tática [política dos ex-grupos armados] fornecia essa possibilidade” de inserção. Em outro trecho, a autora disse que “a definição de uma conjuntura de resistência e de uma plataforma de luta pelas liberdades democráticas [a partir de 1974] foi, de certa forma, uma *resposta das esquerdas brasileiras* ao isolamento e à derrota militar e política da experiência armada”⁶².

O trabalho de Maria Paula Araújo revela a permanência de alguns mitos construídos e reproduzidos pela memória social a respeito da esquerda armada durante o processo de abertura. Ao afirmar que a inflexão democrática dos que pegaram em armas veio ao encontro

⁵⁷ VEZZETTI, 2002, p. 19. Tradução livre do espanhol.

⁵⁸ *Folha Online*, 02 de maio de 2008 [fonte digital]. Grifo nosso.

⁵⁹ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Especial de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília: SEDH/PR, 2010a, pp. 175-176. Grifo nosso.

⁶⁰ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à memória e à verdade – luta, substantivo feminino*: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura. São Paulo: Caros Amigos, 2010b, p. 29. Grifo nosso. Observemos a tese do bloqueio institucional e a idéia de que a luta armada era inevitável na passagem “única possibilidade”.

⁶¹ ARAÚJO, 2007, p. 332. Grifo nosso.

⁶² ARAÚJO, 2007, p. 324.

dos anseios da nova geração, a autora desloca o eixo de análise para a esquerda armada, invertendo a relação estabelecida entre esta e o restante da sociedade. A guinada em direção à democracia nos anos 1970, precedida da autocrítica da luta armada, permitiu *sua* integração às outras vozes de oposição à ditadura. A antiga esquerda revolucionária é quem encontraria nessa geração a possibilidade de uma nova atuação política, não o inverso. Tal como apresentada pela autora, foi como se a nova geração aguardasse uma mudança de posição da esquerda armada para que esta lhe pudesse dirigir e orientar.

Por outro lado, sua análise, confundindo e invertendo as fontes de oposição à ditadura, sugere que uma resistência democrática, com propostas de liberdade política, apenas teria surgido a partir de 1974, quando sabemos que bem antes setores da sociedade já defendiam a volta à democracia. Análise semelhante fez Jean Rodrigues Sales ao afirmar que “o enfrentamento armado foi um dos caminhos de resistência aos militares e que não teve melhor sorte do que aqueles que optaram por fazer oposição utilizando as brechas do regime, a partir de uma lenta pressão pela redemocratização do país”⁶³. Além de igualar a guerrilha às outras formas de luta, como se todas compusessem uma mesma resistência à ditadura (o que dilui suas enormes diferenças políticas), o autor ressaltou que as oposições, como um todo, foram derrotadas. Nesse caso, como sabemos que a sociedade teve um destacado papel para alargar o projeto de abertura do regime, restaria perguntar o que teria levado a ditadura a perder o controle sobre a distensão em vários momentos.

Voltando ao trabalho de Maria Paula Araújo, devemos recordar que quem foi derrotada militarmente foi a esquerda armada, não as esquerdas brasileiras, “entendidas num sentido amplo”⁶⁴. Parte delas, inclusive, era crítica da luta armada, como vimos anteriormente. Sua análise, portanto, apresenta a resistência democrática como um *segundo momento* da luta das esquerdas, sendo essas identificadas com a esquerda armada, embora se fale em esquerdas num sentido amplo. Do nosso ponto de vista, houve, na realidade, uma só trajetória da esquerda democrática, e duas da armada, que em seu segundo momento alinhou-se com a primeira, compondo, de modo amplo, a resistência democrática à ditadura no pós-1974.

Sintetizando, o processo de abertura conduzido por Geisel e Figueiredo representou o contexto histórico em que foi construída a memória social a respeito da ditadura. Na reeleitura que se fez do passado, contando com a presença de ex-guerrilheiros, seja na luta pela anistia ou na campanha das *Diretas Já!*, vários “deslocamentos de sentido” legitimaram a sociedade e as vozes de oposição na nova ordem democrática que era construída. No caso da esquerda armada, o uso político do passado lhe garantiu um lugar de destaque dentro do campo

⁶³ SALES, 2007, p. 68.

⁶⁴ ARAÚJO, 2007, p. 324.

oposicionista, com base em mitos que, no limite, sobrepuseram-na politicamente às demais vozes da oposição. Apesar das análises desmistificadoras, notamos que muitos elementos dessa releitura histórica continuam presentes nas ações dos governos, nas falas de lideranças políticas e sociais, no posicionamento de ex-guerrilheiros e nos trabalhos acadêmicos que se propõem a examinar a luta armada no Brasil e sua relação com a ditadura militar.

Considerações finais

Ao longo do trabalho buscamos analisar a relação entre a ditadura e a luta armada no Brasil e seus reflexos na memória social construída a respeito daqueles anos. Contudo, a dinâmica do período militar não esteve reduzida a esses dois pólos, embora seja possível, como fizemos, analisar a ditadura a partir da tensão entre o regime e a guerrilha. O aprofundamento da repressão e a estratégia da luta armada precederam o enfrentamento entre os dois lados. Lembremos que o anseio punitivo dos militares ultra-revolucionários manifestou-se desde os primeiros dias do novo regime, não tendo, portanto, nenhuma relação direta com a deflagração da guerrilha. Por outro lado, parte da esquerda brasileira já admitia pegar em armas antes do golpe e mesmo antes do *fechamento* do regime. Se a luta armada serviu como pretexto para o aprofundamento da ditadura, a existência de um regime militar foi visto como a confirmação do diagnóstico das organizações armadas. Entretanto, nem o recrudescimento do regime foi produto de uma ação racional com base na DSN nem a guerrilha foi um projeto de combate à ditadura visando restaurar a democracia interrompida em 1964. Comparando-se os números da guerrilha e da repressão, fica evidente que o aparato informativo-repressivo serviu para acabar com a luta armada. Todavia, sua montagem não atendeu exclusivamente a esse propósito.

A luta armada, segundo foi visto, pouco teve de *luta* propriamente dita, embora a tese de que o Brasil vivia uma guerra revolucionária durante a ditadura tenha ganhado força, atendendo politicamente aos militares e guerrilheiros. Apesar da iniciativa das Ligas Camponesas em lançar seu projeto de guerrilha no período anterior ao golpe, do envio de militantes do PCdoB para a região do Araguaia a partir de 1966 e de algumas ações isoladas, como o atentado à bomba no aeroporto de Recife, patrocinado pela AP, a luta armada limitou-

se basicamente aos anos de 1968-74, sendo que o auge da guerrilha, quando a esquerda conseguiu produzir as ações mais espetaculares e de maior resultado, aconteceu num espaço de tempo ainda menor, entre 1969-71. Depois disso, nas cidades, a guerrilha manteve-se apenas como meio de sobrevivência dos que pegaram em armas, sem qualquer trabalho político que desse sentido às suas ações. No campo, ela ainda sobreviveria por mais algum tempo com o desencadeamento da luta armada no Araguaia. Apesar das vitórias contra as primeiras expedições militares, o trabalho na região do Bico do Papagaio não avançou conforme planejado, mantendo-se os quadros do PCdoB praticamente sem apoio político dos moradores locais, seja pelo medo dos camponeses em relação às forças de segurança ou pelo interesse financeiro pelas recompensas oferecidas a quem delatasse algum *paulista*.

Pela análise que fizeram da realidade brasileira e por suas influências teóricas e políticas, todos os grupos armados pensaram em iniciar a revolução a partir do campo. Mesmo considerando a participação dos operários e das massas urbanas nesse processo, a esquerda armada acreditava que o campo, ao invés da cidade, era o local privilegiado para começar a revolução¹. As ações armadas no meio urbano, segundo essa concepção, serviriam para angariar fundos para a guerrilha rural e mesmo para propagandear a revolução. Porém, com o golpe e o crescente aumento da repressão, sobretudo depois de 1968, a esquerda armada, então imersa na clandestinidade, passou a sofrer os efeitos do recrudescimento da ditadura, com inúmeras quedas, mortes e prisões, sem contar as torturas, os desaparecimentos, os banimentos e o exílio forçado. Diante disso, as ações urbanas foram ganhando cada vez mais importância no sentido de garantir aos militantes da esquerda armada condições para continuar a guerrilha enquanto não lançavam seu projeto rural. Aos poucos, os grupos armados foram se isolando política e socialmente e vendo diminuir sua estrutura sem que tivessem conseguido passar à etapa mais importante do processo revolucionário. No caso do PCdoB, o fato de o partido não ter se envolvido abertamente em ações armadas nas cidades permitiu que seus militantes pudessem deflagrar a guerrilha no Araguaia em melhores condições. Contudo, ao serem desmanteladas as bases do partido no meio urbano, o foco guerrilheiro do PCdoB acabou completamente isolado, facilitando o trabalho da repressão.

O fracasso da luta armada impôs aos ex-guerrilheiros a necessidade de avaliar o que tinha ocorrido, examinando as causas da derrota, e definir novas estratégias, procurando um caminho alternativo dentro do novo quadro político-institucional que se consolidava. Nesse processo, como vimos, a antiga esquerda revolucionária abandonou a luta armada em favor da luta democrática, compondo politicamente com setores da sociedade um campo de oposição ao regime e em defesa da democracia. No caso brasileiro, especificamente, a “reconversão

¹ Cf. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

democrática” da esquerda – não apenas a que pegou em armas – traduziu-se de várias maneiras: na tentativa do PDT em adaptar as idéias da social-democracia para a realidade do país; na fusão entre o socialismo e o liberalismo expressa pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB); e na reinvenção de um socialismo renovado, representado pelo PT (para onde seguiu uma parte significativa dos ex-guerrilheiros), com o abandono das propostas revolucionárias em favor de mudanças radicais a serem conduzidas nos limites do regime democrático, substituindo a visão instrumental da democracia como uma etapa em direção ao socialismo para a redefinição e incorporação de princípios democráticos dentro da perspectiva socialista².

O contínuo envolvimento dos ex-guerrilheiros em lutas democráticas levou a novas interpretações, no plano da memória social, a respeito de seu passado, assim como o da sociedade como um todo. Vários trabalhos produzidos no campo das ciências humanas – na Ciência Política, em particular – dedicaram-se a refletir sobre a transição democrática na América Latina, com destaque para temas como o formato dos regimes democráticos, a qualidade de suas instituições e o perfil e a atuação de seus principais atores. Admitindo-se que, nesses casos, os novos sujeitos políticos, por mais afastados que estivessem do processo político anterior, fizeram parte – seja como apoiadores, opositores ou neutros – do regime suplantado pela democracia, um tema que ganha destaque, e que buscamos explorar neste trabalho, é a construção da memória social a respeito do período encerrado pela redemocratização, a redefinição de seus papéis no passado recente com o objetivo de legitimar suas posições dentro de um novo contexto político-institucional. Esses “deslocamentos de sentido” visando utilizar politicamente o passado são ainda mais acentuados em momentos de ruptura, tendo em vista que são precisamente nessas conjunturas específicas que se abrem toda sorte de possibilidades na redefinição dos rumos do país e na inserção dos sujeitos políticos.

Analisando a “reconversão democrática” da esquerda argentina, María Matilde Ollier forneceu algumas pistas interessantes para pensarmos o caso brasileiro³. Assim como no país vizinho, também no Brasil o marxismo foi a principal referência para a formação da *identidade política* dos que pegaram em armas para fazer a revolução. Dessa forma, qualquer tentativa de reflexão individual da experiência guerrilheira dependia dos esquemas de análise assentados no marxismo, que informava o modo de ver e de expressar o mundo dos militantes da esquerda armada. Essa identificação com a teoria marxista serviu como um importante instrumento para a conformação da identidade política, tanto de si como dos outros. Do marxismo derivavam as respostas para questões essenciais à militância dos ex-guerrilheiros,

² FORCHERI, Miguel Serna. *Reconversión democrática das esquerdas do Cone Sul: trajetórias e desafios na Argentina, Brasil e Uruguai*. Bauru: EDUSC/Anpocs, 2004.

³ OLLIER, María Matilde. *De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

como, por exemplo, quem eram eles, do ponto de vista político (eram revolucionários); quem eram seus inimigos (a burguesia, o capitalismo e a ditadura); como funcionava a sociedade em que viviam (burgueses e proletários lutavam entre si; imperialismo e nação/povo enfrentavam-se); qual coletivo eles combatiam (a burguesia, o capitalismo e o imperialismo); e do lado de qual coletivo eles estavam (do proletariado, do povo e da nação). A vida clandestina, a fidelidade com os companheiros de luta e o compromisso com a causa revolucionária também alimentaram a identidade dos militantes que aderiram à luta armada, como podemos notar no depoimento de uma ex-guerrilheira do MR-8:

Fora dali eu era o quê? Não tinha identidade. A minha identidade era aquela: seja em declínio, seja cercada, seja como for, eu era uma ‘guerrilheira’, com aqueles amigos, com aqueles ‘guerrilheiros’ [...] Sem aquilo, eu era o quê? Eu não tinha identidade, estava naquilo desde os quinze anos⁴.

Com a derrota da luta armada e a completa desmobilização da esquerda revolucionária brasileira, uma questão que se tornou primordial para os ex-guerrilheiros foi a inserção de sua identidade política, ligada a uma experiência fracassada, dentro de um novo contexto que não valorizava os elementos constitutivos dessa mesma identidade. A partir de 1974, conforme foi visto, boa parte da sociedade brasileira articulou-se para tentar ampliar os limites do projeto de abertura de Geisel e Figueiredo, indo além da democracia “relativa” desejada pelo regime. A esse processo juntou-se, sobretudo no exílio, os antigos militantes da esquerda armada que haviam feito a autocrítica da guerrilha. Como Norbert Elias explicou, os *processos sociais* constituem um conjunto de transformações amplas, contínuas e de longa duração nas *figurações* humanas em uma das duas direções opostas possíveis. Essas direções são indicadas por pares opostos, como integração/desintegração, engajamento/distanciamento, ascensão/declínio, por exemplo⁵. Do ponto de vista da antiga esquerda armada, o processo social ocorrido no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1970 evidenciou o *declínio* da luta armada e a *ascensão* da luta democrática, num movimento capitaneado não pelos ex-guerrilheiros, uma vez que haviam sido derrotados, mas pela sociedade – MDB, Igreja, entidades profissionais e movimentos sociais em geral. Na Argentina, o enfraquecimento das crenças revolucionárias e a constatação de que não havia justificativa para o autoritarismo conduziu à passagem da disjuntiva liberação/dependência, declinante, para a bandeira democracia/autoritarismo, ascendente.

⁴ Entrevista de Vera Silvia Magalhães citada em RIDENTI, 1993, p. 272.

⁵ ELIAS, Norbert. *Escritos & Ensaios: Estado, processo e opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Um aspecto interessante dos processos sociais é a relação que eles mantêm com as ações individuais (ou setoriais). Embora tenham uma “autonomia relativa” com base no “contínuo entrelaçamento de sensações, pensamentos e ações de diversos seres humanos singulares e de grupos humanos”⁶, os processos sociais, no limite, são formados por ações individuais. As identidades construídas em diferentes figurações, portanto, não são isoladas do restante da sociedade, integrando, de maneira invisível, um indivíduo e outro, um sujeito e um grupo, ou mesmo dois ou mais grupos. Pensando na antiga esquerda armada, podemos compreender como sua identidade política revolucionária – produto e produtora de suas ações – integrava-se mal ao processo social que se constituiu durante os dois últimos governos da ditadura. Nesse sentido, o trabalho de memória, as releituras do passado, o esquecimento, as lembranças e as modulações de certos aspectos de sua militância serviram para inserir uma nova identidade num processo social cuja bandeira democrática estava em ascensão. De certo modo, todos os sujeitos políticos que passaram a combater a ditadura depois de 1974 não tiveram essa mesma posição ao longo dos anos anteriores, de forma que poderíamos, apressadamente, igualar suas inflexões à dos ex-guerrilheiros. Afinal, nos estertores da ditadura, todos, juntos, defendiam o fim do regime e o retorno à democracia.

Entretanto, acreditamos que a mudança na prática e no discurso da antiga esquerda armada e dos setores da oposição não foram equivalentes. Em primeiro lugar, porque muitos dos que apoiaram a intervenção contra o presidente João Goulart pensavam (de maneira conservadora) estar apenas defendendo a democracia daqueles que, à esquerda, pareciam ser uma ameaça ao regime pré-1964. Esses setores não defendiam uma *ditadura*, muito menos um regime de exceção do modo, da amplitude e da duração como ocorreu no Brasil. Apenas uma visão em retrospectiva poderia chegar a tal conclusão. Se a derrubada de Jango foi produto de um amplo e, às vezes, tácito acordo civil-militar, o caminho seguido pelo novo regime, como vimos, não tardou a afastar muitos de seus mais entusiastas apoiadores. Em segundo lugar, porque nem todos os que apoiaram o golpe o fizeram *em bloco*. Nos vários setores que passaram para a oposição ao regime havia vozes dissonantes antes do início da abertura política, quando a sociedade, comparativamente, teve mais espaço para a mobilização crítica à ditadura do que nos anos anteriores. Recordemos, por exemplo, o caso da Igreja Católica, onde, antes de sua adesão ao campo de oposição à ditadura, várias lideranças, como D. Hélder Câmara, já se posicionavam contra as arbitrariedades do regime.

Portanto, em que pesem os *esquecimentos* da memória desses setores da sociedade a respeito de suas ligações com a ditadura, devemos pensar essa questão de modo mais matizado. Do nosso ponto de vista, algo diferente ocorreu com a antiga esquerda armada, que

⁶ ELIAS, 2006, p. 31.

sempre, e como um todo, colocou-se contra a ditadura e a favor de uma revolução que não conduziria ao regime pré-1964. Portanto, durante a abertura, os mitos criados a seu respeito – e alimentados pelos próprios ex-guerrilheiros – superaram o simples esquecimento, constituindo, na realidade, verdadeiros falseamentos a respeito da natureza e do significado da luta armada. Como Marcelo Ridenti destacou, com o discurso da resistência democrática, os ex-guerrilheiros “fazem de conta que tiveram no passado as mesmas posições hoje defendidas”⁷. A tese da resistência, além de remeter a uma vontade, a um combate e a uma lógica ético-política, também expressa uma memória didática tendo como base um *mito fundador*⁸ – no caso dos ex-guerrilheiros, o mito de que fizeram parte da resistência democrática, de que sua luta importou para o fim da ditadura, fundador de uma nova identidade, ligada à democracia, em cujo regime os antigos militantes da esquerda armada conseguiram inserir-se política e institucionalmente sem que isso lhes trouxesse maiores dificuldades.

A questão, aqui, portanto, não é questionar a legitimidade da “reconversão democrática” da esquerda armada brasileira, nem tampouco colocar à prova o apego de seus ex-militantes ao regime democrático, sublinhando uma suposta inexistência de democracia entre os grupos armados dos anos 1960-70, que tinham em seu horizonte uma ditadura, a do proletariado. Isso implicaria em absolutizar a democracia a partir do valor que ela tem hoje, analisando o passado à luz do presente, sem atentar para as especificidades daquele momento histórico. Sem transformar o regime atual no parâmetro de análise da ação da antiga esquerda armada, tentamos compreender a natureza e o significado da guerrilha durante a ditadura a fim de apontar como, sob a democracia (na verdade, ainda no fim do regime), uma certa memória social composta por mitos criados, sustentados ou reproduzidos com a ajuda dos antigos guerrilheiros passou a conferir-lhes legitimidade dentro do contexto atual. Nesse processo, como vimos, a campanha pela anistia e a mobilização das diretas tiveram um papel fundamental para aproximar taticamente os ex-integrantes dos grupos armados das demais vozes de oposição à ditadura dentro de uma perspectiva democrática.

⁷ RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b, p. 49. Grifo nosso.

⁸ BÉDARIDA, François. Sur le concept de Résistance. In: GUILLON, Jean-Marie ; LABORIE, Pierre (Dir.) *Mémoire et Histoire: la Résistance*. Toulouse: Éditions Privat, 1995, pp. 45-50.

1. Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: homo sacer*, vol. II. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*, 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2002.

AGGIO, Alberto, BARBOSA, Agnaldo, COELHO, Hercília (Orgs.) *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

ALMEIDA, João Ferreira de Almeida (Trad.) *A Bíblia Sagrada: velho testamento e novo testamento*. São Paulo: Hagnos; Rio de Janeiro: JUERP, 2002.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru: EDUSC, 2005.

ANGELO, Vitor Amorim de. O PT visto de dentro: as correntes trotskistas. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio (Orgs.) *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2009, pp. 87-106.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. O Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA-SP): memória e fragmentos. In: SILVA, Haike R. Kleber da (Org.) *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa Oficial, 2009, pp. 83-99.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp.161-175.

_____. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 323-353.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais – um relato para a história*, 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partidos dos Trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BÉDARIDA, François. Sur le concept de Résistance. In: GUILLON, Jean-Marie ; LABORIE, Pierre (Dir.) *Mémoire et Histoire: la Résistance*. Toulouse: Éditions Privat, 1995, pp. 45-50.

BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “Eu quero votar para presidente”: uma análise sobre a campanhas das diretas. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 76, 2009, pp. 169-196.

BLASS, Leila Maria da Silva. Novo sindicalismo: persistência e continuidade. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.) *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 33-50.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à verdade e à memória – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Especial de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília: SEDH/PR, 2010a.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à memória e à verdade – luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Caros Amigos, 2010b.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 14-42.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS FILHO, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 131-148.

CANCIAN, Renato. *Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política (1972-1985)*. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 1, 2005a, pp. 115-147.

_____. *Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2010.

- CARVALHO, Aloysio; VIEIRA, Liszt. Luta armada a favor ou contra a ditadura? *Folha de São Paulo*, 16 de junho de 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b.
- CASO, Antonio. *A esquerda armada no Brasil – 1967/1971*. Lisboa: Moraes Editores, 1976.
- CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos et al. (Orgs.) *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 119-142.
- CERRI, Luis Fernando. Espaço e nação na propaganda política do “milagre brasileiro”. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, ano 5, vol. 2, 2000, pp. 113-135.
- CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1972)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.
- CHIRIO, Maud. Le pouvoir en un mot: les militaires brésiliens et la “révolution” du 31 mars 1964. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, juin 2007, pp. 2-10.
- _____. Les exilés brésiliens et la policie française: un exemple de contrôle politique dans un pays d'accueil. In: SANTOS, Idelete Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. *L'exil brésilien em France: histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008, pp. 145-158.
- CODATO, Adriano Nervo. ‘O sacerdote e o feiticeiro’: uma análise da história política e militar do Brasil pós-1964. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.) *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, pp. 183-200.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon (Intr. e org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 1994.
- DABÈNE, Olivier. *América Latina no Século XX*. Porto Alegre: PUC-RS, 2003.
- DAVALLE, Regina Aparecida. *A Frente Ampla: um fenômeno de crise e deslocamento de representação (1966-1968)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 15-28.
- DEL PORTO, Fabiola Brigante. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

- DOSSE, François. Entre histoire et memoire: une histoire sociale de la mémoire. *Raison présente*, Paris, septembre 1998, pp. 5-24.
- DREIFUSS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DUARTE, Celina Rabello. A Lei Falcão: antecedentes e impacto. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.) *Voto de desconfiança – eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis: Vozes-Cebrap, 1980, pp. 173-216.
- ELIAS, Norbert. *Escritos & Ensaios: Estado, processo e opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FAUSTO, Boris, DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FERNANDES, Florestan. O pensamento político de Carlos Marighella: a última fase. In: In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp. 205-220.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. O autoritarismo, a guerrilha urbana e a violência. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, pp. 126-141.
- FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 301-342.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a.
- _____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n. 47, 2004b, pp. 29-60.
- FIGUEIREDO, Marcus. *Política de coerção no sistema político brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da UCAM/Comissão Nacional de Justiça e Paz, 1978.
- FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se volta contra o feiticeiro. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, pp. 154-197.
- FON, Antonio Carlos. *Tortura – a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Comitê Brasileiro pela Anistia/Global, 1979.
- FORCHERI, Miguel Serna. *Reconversão democrática das esquerdas do Cone Sul: trajetórias e desafios na Argentina, Brasil e Uruguai*. Bauru: EDUSC/Anpocs, 2004.
- GABEIRA, Fernando. *Que é isso, companheiro?*, 6ª ed. Rio de Janeiro: Coecri, 1979.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera (Orgs.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, pp. 11-26.
- GONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera (Orgs.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela Anistia*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques (Dir.) *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001.
- KECK, Margaret E. *PT – a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- KUSCHNIR, Beatriz. *Cães de guarda – jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LAVABRE, Marie-Claire. Usages do passé, usages de la mémoire. *Revue Française de Science Politique*, Paris, année 44, n. 3, 1994, pp. 480-493.
- LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1999.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Elas se revelam na cena pública e privada: as mulheres na luta pela anistia. In: SILVA, Haïke R. Kleber da (Org.) *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa Oficial, 2009, pp. 111-123.
- LEMOES, Renato (Org.) *Justiça fardada: o general Peri Belivaqua no Supremo Tribunal Militar (1965-1969)*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura militar (1964-1977)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MANERO, Edgardo. Amérique latine, des gauches qui bifurquent? *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, juin 2010, pp. 1-19.

MARIANO, Nilson. *As garras do Condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARIGHELLA, Carlos. Carta à Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp. 536-546.

_____. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*, 2ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim, s.d.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os estudantes e a política no Brasil, 1962-1992. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, n. 10, 1994, pp. 1-25.

_____. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EdUFSCar, 1995.

_____. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 23, n. 67, junho 2008, pp. 39-50.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*, vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, pp. 185-212.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MEZAROBBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro: a Anistia e suas conseqüências – um estudo do caso brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MIX, Miguel Rojas. La dictadura militar en Chile e América Latina. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Orgs.) *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 11-25.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Outro Preto: Editora da UFOP, 1997.

_____. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 1, n. 2, 1989, pp. 135-158.

MÜLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo/Université Paris I-Panthéon Sorbonne, São Paulo/Paris, 2010.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB – semeadores da democracia: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Leya, 2011.

- NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- NICOLETTI, Maria Aparecida Quesado et al. Entrevista com Fernando Antônio Novais. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, vol. 42, n. 2, junho de 2008, pp. 15-31.
- NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves na transição brasileira*, vol. 1. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- NOVARRO, Marcos, PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina (1976-1983): do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. (Comp.) *Transiciones desde un gobierno autoritario*. Buenos Aires: Paidós, 1989.
- OLLIER, María Matilde. *De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1961-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 207-241.
- PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- QUADRAT, Samantha Viz. O Brasil sob as asas do Condor. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.) *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, pp. 161-182.
- REGO, Antonio Carlos Pojo do. *O Congresso brasileiro e o Regime Militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 1960. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Orgs.) *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, pp. 31-45.
- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 29-52.
- _____. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 503-540.
- _____. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 45, junho de 2010, pp. 171-186.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.) *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

_____. As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. *Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth*, Campinas, vol. 8, n. 14-15, 2001, pp. 259-295.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 53-65.

_____. Cultura e política nos anos 1960-70 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a, pp. 135-166.

_____. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b, pp. 21-51.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Iram Jácome. A trajetória do Novo Sindicalismo. RODRIGUES, Iram Jácome (Org.) *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 73-94.

ROLLEMBERG, Denise. A idéia de revolução: a luta armada ao fim do exílio. In: ROLLEMBERG, Denise (Org.) *Que História é essa?: novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, pp. 111-130.

_____. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimento sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 43-91.

_____. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.) *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008, pp. 57-96.

ROUQUIÉ, Alain (Org.) *La politique de Mars: les processus politiques dans les partis militaires contemporains*. Paris: Le Sycomore, 1981.

_____. *L'État militaire en Amérique Latine*. Paris: Seuil, 1982.

ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy: de 1944 à nos jours*. Paris: Seuil, 1990.

_____. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) *Usos & abusos da história oral*, 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 93-101.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na esquerda brasileira. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Orgs.) *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 157-183.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 237-252.

SALES, Jean Rodrigues. O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica a atuação política. *Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth*, Campinas, vol. 8, n. 14-15, 2001, pp. 15-49.

_____. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UNIRIO/Boitempo, 2001.

SANTOS, Idelete Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. *Le Brésil des gouvernements militaires et l'exil 1964-1985 – violence politique, exil et accueil des brésiliens en France: témoignages et documents*. Paris: L'Harmattan, 2008.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SEIXAS, Ivan Akselrud de; Maurice POLITI. A resistência armada na luta contra a opressão. In: SILVA, Haike R. Kléber da (Org.) *A luta pela Anistia*. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo/Editora da UNESP, 2009, pp. 31-47.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.) *Memória e (re)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 37-58.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 243-282.

SILVA, Haike R. Kléber da (Org.) *A luta pela Anistia*. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo/Editora da UNESP, 2009.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

STEPAN, Alfred. *Os militares: a abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Intr. e org.) *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. (Intr. e org.) *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmera lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

VANCONCELOS, Cláudio Beserra de. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, janeiro-junho 2009, pp. 65-84.

VENTURA, Maria Isabel Pinto (Ed.) *Dos presos políticos brasileiros: acerca da repressão fascista no Brasil*. Lisboa: Edições Maria da Fonte/Comitê Geral Pró-Anistia no Brasil, 1976.

VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002.

_____. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

VILLA, Marco Antonio. *Jango, um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

_____. Falácias sobre a luta armada na ditadura. *Folha de S.Paulo*, 19 de maio de 2008.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O regime militar brasileiro e sua política externa. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.) *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, pp. 143-159.

2. Periódicos

Folha de S.Paulo

Jornal do Brasil

La Croix

Le Monde

O Estado de S. Paulo

O Globo

Veja

3. Documentos

3.1. Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine

Fundo Amnistie et droits de l'homme au Brésil

Fundo Diffusion de l'Information sur l'Amérique latine (DIAL)

3.2. Documentos digitais

Academia Brasileira de Defesa

www.defesa.org.br

- *Folder institucional da Academia Brasileira de Defesa*
- *O Movimento democrático de 1964 e a defesa da Pátria*

Comissão Interclubes Militares
www.clubemilitar.com.br

- *31 de março de 1964 – 31 de março de 2011.*

4. Fontes digitais

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas
www.cpdoc.fgv.br

Folha Online
www.folhaonline.com.br

Portal Carta Maior
www.cartamaior.com.br

Portal da Fundação Perseu Abramo
www.fpabramo.org.br

Portal da Presidência da República Federativa do Brasil
www.presidencia.gov.br

Portal do Ministério da Justiça do Brasil
www.mj.gov.br

Projeto Memória DIEESE
memoria.dieese.org.br

Siglas e abreviaturas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
AC – Ato Complementar
ABD – Academia Brasileira de Defesa
AI – Ato Institucional
ALN – Aliança Libertadora Nacional
AP – Ação Popular
AP-ML – Ação Popular-Marxista Leninista
Arena – Aliança Renovadora Nacional
BNH – Banco Nacional de Habitação
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CIA – Central Intelligence Agency
CIE – Centro de Informações do Exército
CIMADE – Comité Inter-Mouvements Auprès des Evacués
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica
CJSP – Comissão Justiça e Paz de São Paulo
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA – Comandos de Libertação Nacional
Conclat – Conferência da Classe Trabalhadora
CPC – Centro Popular de Cultura
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPJ-Br – Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DI – Dissidência Estudantil
DIAL – Diffusion de l’Information sur l’Amérique latine
DOI – Destacamento de Operações de Informações
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DSI – Divisão de Segurança e Informação
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
DVP – Dissidência da VAR-Palmares
EC – Emenda Constitucional
ELN – Ejército de Liberación Nacional
ERP – Ejército Revolucionario del Pueblo
ESG – Escola Superior de Guerra
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FLN – Frente de Libertação Nacional
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
JEC – Juventude Estudantil Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LOPP – Lei Orgânica dos Partidos Políticos
LSN – Lei de Segurança Nacional
MAR – Movimento de Ação Revolucionário
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado
MFPA – Movimento Feminino pela Anistia
MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
Molipo – Movimento de Libertação Popular
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro
MR-21 – Movimento Revolucionário 21 de Abril
MR-26 – Movimento Revolucionário 26 de Maio
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirante
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade

ORM-Polop – Organização Revolucionária Marxista-Política Operária
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos
PP – Partido Popular
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RAN – Resistência Armada Nacionalista
REDE – Resistência Democrática
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SISNI – Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN – Sistema de Segurança Interna do País
SNI – Serviço Nacional de Informações
STF – Supremo Tribunal Federal
STM – Supremo Tribunal Militar
Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
Ultrab – União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE – União Nacional dos Estudantes
USP – Universidade de São Paulo
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária